



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO” Faculdade de Ciências e Letras Campus
de Araraquara – SP

ALESSANDRA RUIVO JACOB

O FEMININO DESTINADO AO PASSIVO:

a crítica feminista e a clínica psicanalítica

Araraquara – SP

2026

ALESSANDRA RUIVO JACOB

O FEMININO DESTINADO AO PASSIVO:

a crítica feminista e a clínica psicanalítica

Dissertação de Mestrado, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação Sexual Exemplar apresentado para exame de defesa.

Área de concentração: Sexualidades e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientadora: Clarice Pimentel Paulon

Araraquara – SP

2026

J15f	Jacob, Alessandra Ruivo O Feminino destinado ao passivo : a crítica feminista e a clínica psicanalítica / Alessandra Ruivo Jacob. -- Araraquara, 2026 224 p. : tabs. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientadora: Clarice Pimentel Paulon 1. feminilidade. 2. passividade. 3. feminismo. 4. psicanálise. 5. clínica psicanalítica. I. Título.
------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa nasce da ainda atual demanda de cuidado a àqueles que performam o feminino, seja mulheres cisgêneros, mulheres transexuais e pessoas não-binárias. Em uma cultura patriarcal temos que os crimes de feminicídios em 2025 cresceram 4,7% em relação ao ano de 2024, sendo que o ano citado contém o maior número de vítimas quando comparado a 2015 (fonte: agência Brasil de 05/02/2026). A Psicanálise como um método de tratamento do sofrimento psíquico, teve suas bases erigidas a partir de uma matriz heteronormativa, com isso, a teoria freudiana da psicosexualidade feminina contém preceitos, que se não reformuladas, ficará a serviço de reiterar a opressão estrutural do sistema de sexo e gênero que vincula o feminino à passividade.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research arises from the still current demand for care for those who perform femininity, whether cisgender women, transgender women, or non-binary people. Within a patriarchal culture, femicide crimes in 2025 increased by 4.7% compared to 2024, and that year recorded the highest number of victims when compared to 2015 (source: Agência Brasil, february 5, 2026). Psychoanalysis, as a method for treating psychic suffering, had its foundations built upon a heteronormative matrix; thus, the Freudian theory of female psychosexuality contains precepts that, if not reformulated, will serve to reiterate the structural oppression of the sex and gender system that associates the feminine with passivity.

ALESSANDRA RUIVO JACOB
O FEMININO DESTINADO AO PASSIVO:
a crítica feminista e a clínica psicanalítica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação Sexual Exemplar apresentado para exame de defesa.

Área de concentração: Sexualidades e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientadora: Clarice Pimentel Paulon

Data da defesa: 04/03/2026

Banca Examinadora

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarice Pimentel Paulon
UNESP (Araraquara)

Membro Convidada: Dr.^a Aline Librelotto Rubin
USP (São Paulo)

Membro Convidada: Dr.^a Patrícia Mafra de Amorim
USP (São Paulo)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A todas as mulheres.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minhas filhas, Isabela e Daniele, por me acompanharem nesse percurso e compreenderem minhas ausências e demandas. Ao David, companheiro de vida, pela ajuda com as coisas práticas do dia a dia.

Às amigas Aline Turnowski e Olívia Lucchini, pelo tempo de caminhada e pelo acolhimento de sempre.

À Vanessa Chreim, pelas trocas a partir de sua experiência acadêmica.

À Patrícia Porchat, pelo incentivo e informações sobre o programa.

À Clarice Paulon, pela experiência de orientação mais atenciosa e respeitosa que eu poderia ter.

Aos meus analisantes e supervisionandos pela possibilidade de seguir aprendendo.

Às mulheres feministas que buscaram e ainda buscam transformar o mundo, por não aceitarem o apassivamento que lhe foi destinado.

Resumo

A teoria freudiana da homossexualidade feminina recebeu críticas desde suas publicações finais (1931; 1933), devido ao seu teor falocêntrico. A partir do pressuposto do feminino destinado ao passivo, determinado por uma cultura patriarcal desde o colonialismo, revisões dessa teoria foram realizadas, em sua maioria por psicanalistas mulheres. Tendo em vista que a crítica feminista sobre a teoria de Freud vem sendo feita desde então, nessa dissertação pesquisamos, partindo de um recorte temporal que abrange sete décadas, como a compreensão sobre a conflitiva psíquica das mulheres foi manejada e escutada na clínica psicanalítica. Buscamos averiguar a possibilidade de diálogo com o pensamento feminista e com isso a absorção das revisões teóricas e epistemológicas sobre o feminino e a feminilidade da mulher — e se, contrariamente a isso, se demonstrou uma fidelidade doutrinária ao pensamento de Freud sob os imperativos de seu tempo, mantendo assim a crença em um purismo de uma “verdadeira Psicanálise”. Sabe-se que durante os séculos as determinações de gênero foram erigidas apoiadas em uma forma de pensamento binária e heteronormativa e, nessa esteira, a Psicanálise se estruturou como uma teoria da família tradicional burguesa, sendo esse seu maior sintoma, pelo menos no que diz respeito à diferença sexual. Pensamos que se faz necessária uma renúncia a essa forma de psicanalisar e, para apoiar essa defesa, utilizamos como material de pesquisa artigos da *Revista Brasileira de Psicanálise*, referidos a um recorte temporal correspondente à segunda onda (1970–1980) e à terceira onda (1990 ao início dos anos 2000) do movimento feminista no Brasil. Foram selecionados um total de dez artigos para a realização de uma análise documental dos mesmos. Cinco artigos são correspondentes ao período da segunda onda feminista e os outros cinco à terceira onda. O objetivo dessa seleção foi acessar dados que demonstrem os efeitos iatrogênicos, na escuta de um(a) psicanalista, de uma teoria que não esteja à altura de seu tempo.

Palavras-chave: feminilidade; passividade; feminismo; psicanálise; clínica psicanalítica.

Abstract

Freudian theory of female psychosexuality has been subject to criticism since its final publications (1931; 1933) due to its phallogentric character. Based on the assumption of the feminine as destined for passivity, determined by a patriarchal culture since the colonialism, revisions were undertaken, mostly by women psychoanalysts. Given that feminist critiques of this theory have been developed ever since, this research investigates, drawing on a temporal framework spanning seven decades, how the understanding of women's psychic conflict has been handled and listened to within psychoanalytic clinical practice. We seek to examine the possibility of dialogue with feminist thought and, consequently, the incorporation of theoretical and epistemological revisions and modifications concerning the feminine and women's femininity. Conversely, we also examine whether a doctrinal fidelity to Freud's thought, under the imperatives of his time, has been maintained, thereby sustaining a belief in the purism of a "true psychoanalysis." Gender determinations were constructed on the basis of a binary and heteronormative mode of thought. In this vein, psychoanalysis was structured as a theory of the traditional bourgeois family, which constitutes its main symptom, at least with regard to sexual difference. This makes it necessary to renounce this mode of psychoanalytic practice. As research material, we will analyze articles published in the *Revista Brasileira de Psicanálise*, referring to a temporal scope corresponding to the second wave (1970–1980) and the third wave (1990 to the early 2000s) of the feminist movement in Brazil, in order to identify data that demonstrate the iatrogenic effects on the psychoanalyst's listening when grounded in a theory that is not commensurate with its time.

Keywords: femininity; passivity; feminism; psychoanalysis; psychoanalytic clinic.

Lista de Abreviaturas E Siglas

AI-5	Ato institucional nº 5
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AD	Análise do Discurso
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
ELSP–SP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IPA	International Psychoanalytical Association
	LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais, Não binárias, Pansexuais e mais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RBP	Revista Brasileira de Psicanálise
SBPSP	Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
SBRJ	Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro
SPPA	Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre
SPBsb	Sociedade Psicanalítica de Brasília
SPRJ	Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A DIMENSÃO DO PASSIVO: O FEMININO NA HISTÓRIA.....	24
2.1 A Oposição interior e exterior na sociedade ateniense.....	25
2.2 A passividade como condição de subordinação.....	32
2.3 Sexo Único.....	35
2.4 Os ideais culturais disfarçados de “anatomia”.....	37
2.5 O controle do corpo da mulher.....	39
2.6 Freud na teoria de Thomas W. Laqueur.....	42
3 FEMINILIDADE EM FREUD: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM AS MULHERES PSICANALISTAS.....	46
3.1 Psicosssexualidade.....	48
3.2 A masculinidade primária atribuída ao desenvolvimento sexual da menina.....	52
3.3 Ativo-fálico-masculino/Passivo-castrado-feminino.....	56
3.4 Inveja do pênis.....	63
3.5 A recusa da vagina.....	65
3.6 O abandono do clitóris.....	66
3.7 A crítica feminina e feminista à teoria falocêntrica.....	67
3.7.1 Mulheres psicanalistas pioneiras na psicanálise.....	68
3.7.1.1 Melanie Klein.....	69
3.7.1.2 Karen Horney.....	71
3.7.1.3 Josine Müller.....	73
3.7.1.4 Jeanne Lampl-de Groot.....	74
3.7.1.5 Helene Deutsch.....	75
3.7.1.6 Ruth Mack Brunswick.....	76
3.7.1.7 Marie Bonaparte.....	77
4 A CRÍTICA FEMINISTA E SUAS ONDAS.....	82
4.1 A história do movimento feminista no Brasil: uma breve apresentação.....	84
4.2 A crítica feminista à teoria freudiana – Segunda onda.....	91
4.2.1 O falocentrismo na psicanálise – Luce Irigaray.....	91
4.2.2 Sistema sexo/gênero – Gayle Rubin.....	95
4.3 Questões de gênero – Terceira onda.....	99
4.3.1 Performatividade e melancolia de gênero – Judith Butler.....	99
4.3.2 Designação de gênero – Jean Laplanche.....	104

5 PSICANÁLISE NO BRASIL: A REVISTA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE E SEUS ARTIGOS.....	109
5.1 Primeiros movimentos da psicanálise no Brasil e sua institucionalidade.....	112
5.2 Revista Brasileira de Psicanálise (RBP)	117
5.3 Método de seleção de artigos.....	121
5.4 Artigos da RBP correspondentes à segunda onda feminista do Brasil: Décadas de 1970 e 1980.....	130
5.4.1 Artigo 1 – “Psicologia da Mulher”, Maria P. Manhães (vol. 9, 1975)	130
5.4.2 Artigo 2 - “Frustração oral e falicidade”, Maria P. Manhães (vol. 11, 1977)	132
5.4.3 Artigo 3 – “ <i>O sono da Branca de Neve</i> ”, Edna Pereira Vilete (vol. 13, de 1979)	134
5.4.4. Artigo 4 – “ <i>A inveja do pênis</i> ”, Isaac José Nigri (vol. 15, 1981)	135
5.4.5 Artigo 5 - “Regressão na mulher”, Isaac José Nigri, (vol. 15, 1981)	138
5.5 Artigos da RBP correspondentes à terceira onda feminista do Brasil: Década de 1990 ao início dos anos 2000.....	140
5.5.1 Artigo 6 - “A psicanálise é (virou) coisa de mulher?”, Liana Albernaz de Melo Bastos, (vol. 28, n. 2, 1994).....	140
5.5.2 Artigo 7 - “Sexualidade Normal Hoje”, José Iencarelli Filho, (vol. 30, n. 4, 1996)	144
5.5.3 Artigo 8 - “Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade”, Patrícia Fabrício Lago, (vol. 21, n. 3, 1997)	145
5.5.4 Artigo 9 - “ <i>Mater certa, Pater incertus</i> . Sobre a possibilidade de exercer a função paterna”, Iara Spada de Souza Noto, (vol. 35, n. 2, 2001)	148
5.5.5 Artigo 10 - “Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular; o primeiro sexo”, Ambrozina Amalia Coragem Saad, (vol. 36, n. 3, 2002)	149
6. CATEGORIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	154
6.1 Análise Documental.....	160
6.2 “Mulher fálica”	165
6.3 “Instinto materno”	175
6.4 “Mulher clitoridiana”	181
6.5 Lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosssexualidade feminina.....	187
6.6 Feminilidade primária e feminilidade originária: uma forma de oposição ao falocentrismo em Freud.....	195
6.7 O feminismo como ameaça às convenções patriarcais.....	202
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	220
FONTES PRIMÁRIAS.....	224

1 INTRODUÇÃO

“A própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam; ela não se considera responsável; está entendido que é inferior, dependente; não aprendeu as lições da violência, nunca emergiu, como um sujeito, em face dos outros membros da coletividade; fechada em sua carne, em sua casa, apreende-se como passiva em face desses deuses da figura humana que definem fins e valores.”
(Beauvoir, 1949/2019, vol. 2, p.408)

O destino das mulheres foi atribuído pelos homens. A própria definição do que é ser mulher e feminina é uma construção social que aconteceu ao longo da história pelas classes dominantes constituídas pela supremacia masculina, o que deu origem ao que se conhece hoje como patriarcado. Nessa pesquisa utilizamos este termo como operador para discutir a opressão e subordinação das mulheres.

O termo gerou controvérsias entre as feministas em relação ao seu uso como categoria de análise. Gayle Rubin (1975) alertou para o uso indiscriminado do termo “patriarcado”, que não é sinônimo de opressão, pois, mesmo em culturas não patriarcais, poderia haver a dominação e a inferiorização das mulheres. Para Gerda Lerner (1986), a abolição do termo poderia acontecer, uma vez que, possuindo uma construção histórica e contextual, não deveria se tornar a-histórico ao ser aplicado em outros períodos.

Entretanto, por mais que seja um termo que possa cair em desuso por ser considerado por alguns autores(as) ultrapassado para as sociedades modernas, optamos por sua utilização como uma categoria analítica importante para a teoria feminista e política, pois é uma forma de revelar as estruturas ocultas de dominação masculina que continuam a existir nas sociedades modernas (Pateman, 1993). Segundo Foucault (1979), microgestos, atitudes cotidianas e discursos sutis têm o potencial para perpetuar a opressão e a violência, cristalizando as relações humanas e promovendo o controle dos corpos individuais e coletivos. Assim, acreditamos que a ideologia de supremacia masculina e a cultura patriarcal se amalgamam.

Para Saffioti (1984), patriarcado sempre integrou as configurações históricas anteriores ao capitalismo; sendo assim, o fato de o processo econômico ter aflorado e o dinheiro ter passado a permear as relações sociais não é motivo para deixar de se conceber o patriarcado como consubstancial ao capitalismo. Se o patriarcado já esteve vinculado ao escravismo (patriarcado escravista) e ao regime feudal (patriarcado feudal), na formação da

sociedade burguesa o patriarcado esteve presente como um elemento constante, formando uma organização capitalista de patriarcado.

A proteção do pai por quase quatro mil anos recobriu a dominação patriarcal no interior das famílias; ficou naturalizado se “pagar” com a submissão o sustento econômico e a proteção, bem como segurança com subordinação — assistência sexual e doméstica gratuita dada pela mulher (Lerner, 1986, citado por Pateman, 1993). Entretanto, de acordo com Saffioti (1984), não está em questão a anterioridade histórica do patriarcado em relação ao capitalismo: “trata-se de situar a emergência da supremacia masculina simultaneamente com o surgimento da propriedade privada, a fim de eliminar as dicotomias patriarcado x escravismo, patriarcado x feudalismo, patriarcado x capitalismo” (Saffioti, 1984, não paginado).

As relações de produção no sistema capitalista necessitam operar também no domínio da reprodução. Nesse sentido, as relações de apropriação subordinam a mulher ao homem. O patriarcado, sendo concebido como um sistema de dominação (incluindo o cultural, o social, o político e o econômico), forma uma ideologia no interior das relações sociais e a unidade produção-reprodução, simultaneamente com a simbiose entre patriarcado e capitalismo (Saffioti, 1984). Perante essa colocação, o capitalismo não deve ser pensado somente pela lógica do capital, ocultando sua outra face — o patriarcado. Acompanhando o pensamento de Saffioti (1984), trabalhamos com o cruzamento entre os sistemas, resultando em uma unidade patriarcal-capitalista, pertinente ao patriarcalismo do poder, que segue promovendo desigualdade e a violência de gênero. Nessa esteira alcançamos o sentido de falogocentrismo¹ e falocracia da cultura patriarcal, e assim chegamos à Psicanálise.

A partir dessas colocações, em consonância com a linha de pesquisa *Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade*, do Programa de Mestrado Profissional de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara, essa dissertação versa sobre a investigação das questões históricas e socioantropológicas da sexualidade, a fim de compreender a partir da história, mediante suas relações de gênero, as reverberações na construção da metapsicologia da sexualidade feminina de Freud, tendo como foco a vinculação do feminino ao passivo. Nossa investigação segue no sentido da clínica psicanalítica para averiguar se a crítica feminista sobre essa teoria repercutiu na escuta e manejo do(a) psicanalista. Utilizamos como recorte temporal para essa ação os períodos da segunda e terceira ondas do movimento feminista, tendo o Brasil como parâmetro para demarcar os

¹ “Falogocentrismo” é um termo cunhado por Jacques Derrida, que faz a junção entre “falocentrismo” e “logocentrismo”, uma expressão crítica à predominância de noções masculinas e racionais (*falo e logos*) como referências centrais da cultura e do pensamento ocidental (Gabriel, Souza & Angeli, 2022).

períodos correspondentes a elas. Consideramos que a segunda onda ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 e a terceira entre 1990 e início dos anos 2000.

Partimos da compreensão de que a construção social que vincula o sexo ao gênero trouxe uma outra determinação: para as mulheres e para os corpos que performam o feminino, destinou-se sua vinculação ao passivo, como uma espécie de destino, controlando seus modos de subjetivação. Com a conceituação de performatividade², a partir da teoria butleriana, esclarecemos que se decidiu pelo termo “feminino” e não “mulher” no título desta pesquisa (*O Feminino Destinado ao Passivo: a crítica feminista e a clínica psicanalítica*), pois entende-se que, sendo tanto o feminino como o masculino um ato performativo de gênero, não seria unicamente pertencente às mulheres, possuidoras do órgão sexual feminino, o sofrimento do apassivamento de suas existências perante a supremacia masculina detentora do sentido de ativo/atividade.

Na consideração de que a formação do psiquismo está plenamente relacionada ao contexto social no qual o sujeito está inserido, a assimilação psíquica de comportamentos mais passivos socialmente, torna-se um determinante sobre o “ser” mulher. Erigiu-se uma epistemologia, na qual as moções pulsionais de meta passiva precisariam mitigar as moções pulsionais ativas e, portanto, compreendidas como “masculinas”, presentes no início do desenvolvimento psicosssexual da menina.

Freud nos deixou uma herança associativa em sua obra no que se refere à diferença sexual e efetuou a vinculação entre ativo-fálico-masculino e passivo-castrado-feminino. Essa construção teórica revelou os imperativos masculinos da cultura patriarcal, reiterando e reproduzindo a lógica androcêntrica do sistema de sexo e gênero. Como a forma de operar desse sistema submete o gênero ao sexo biológico, a “anatomia é o destino” foi um pressuposto apresentado em sua teoria (Freud, 1924). Entretanto, a passividade entendida como meta pulsional e sendo a pulsão sempre ativa em relação a sua busca por satisfação, traria, por meio dessas metas (tanto ativas quanto passivas), a possibilidade de o sujeito ocupar uma posição igualmente ativa ou passiva frente ao objeto, independentemente do sexo ou do gênero da pessoa. Contudo, esse fato não foi capaz de desfazer o trinômio da feminilidade na teoria freudiana, deixando para o feminino a condição de passivo.

A partir do século XVIII, o ideal do *sexo único* passou para a concepção de dois sexos (Laquer, 2001). Causas políticas estiveram em voga para que essa mudança ocorresse, e com

² O conceito de performatividade (Judith Butler, 2003) refere-se ao fato de que gênero, muito além de estar vinculado ao sexo biológico, é uma construção social e discursiva. A naturalização dos determinismos de gênero, a partir da repetição de gestos, atos e falas, sustentam uma composição binária entre dois gêneros: o masculino e o feminino. O esperado é que um bebê que nasça com o sexo biológico entendido como feminino ou masculino, apresente uma performatividade dentro das normas heterossexuais inseridas na cultura (e no contexto dessa pesquisa estamos tratando da cultura ocidental). Butler (2003) considera que é pela extenuante repetição dessa performatividade dos gêneros que se abre a possibilidade de transgressões das normas de gênero.

isso a justificativa biológica para o binarismo de gênero em masculino e feminino passou a ser considerada. Não obstante, Laqueur (2001) revela que com Freud e sua teoria da diferença sexual o *sexo único* prevaleceu para se pensar o desenvolvimento da feminilidade da mulher. Esses determinismos culturais patriarcais, disfarçados em biologia e anatomia, foram a expressão da ficção presente nos construtos teórico-científicos, revelando a misoginia e o saber situado intrínseco a eles.

No Período Colonial (1500-1822), tivemos uma forte construção do *sistema moderno/colonial de gênero* (Lugones, 2020). A partir da análise de duas linhas principais de pensamento, Maria Lugones³ nos apresenta: a noção de *colonialidade do poder* de Anibal Quijano (2005) e a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. Com isso, ocorreu o imbricamento dos termos moderno e colonial juntamente com o advento do capitalismo. Importante definir que por colonialismo entendemos o movimento de dominação de um povo sobre o outro, a partir de uma relação verticalizada, na qual os países Portugal, Espanha, França e Inglaterra, durante os séculos XIV a XVII, ocuparam os territórios da América, África e Ásia. Com a independência dos países colonizados se encerrou o período de colonização.

Mesmo que o colonialismo tenha seu período histórico datado e encerrado após o século XVII, o sentido de colonialidade se perpetua, possuindo grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos colonizados (Maia & Melo, 2020). O motor propulsor para o fenômeno da colonialidade foi a dominação capitalista eurocêntrica e global, tornando-se presente no imaginário e nas fantasias inconscientes, e a dominação não seria só não percebida ou conscientizada, mas estaria na base da constituição da subjetividade dos povos.

Esse período, considerado um grande marcador para construções de gênero dentro de um quadro referencial binário a partir da racialização dos povos, produziu um modelo eurocêntrico com padrões heteronormativos, baseado em uma supremacia masculina. Para Lugones (2020) a interseccionalidade seria a chave para a compreensão da indiferença dos homens com relação às violências que as “mulheres de cor”⁴ sofrem, tanto por parte do colonizador como do homem colonizado. A colonialidade do poder seria inseparável da colonialidade do gênero e, para a autora, o feminismo hegemônico parece ignorar a questão da intersecção, privilegiando à categoria “mulher” somente a branca, pertencente à família

³ Maria Lugones (1944-2020) foi uma filósofa argentina, reconhecida por suas contribuições teóricas aos feminismos decoloniais. Seu conceito chave diz sobre a colonialidade de gênero, que a partir da colonização introduziu a dicotomia racial. Nessa esteira estabeleceu-se a dicotomia de gênero: homem/mulher, macho/fêmea, constituindo-se um sistema moderno/colonial de gênero (Lugones, 2020).

⁴ “Mulheres de cor” é um termo utilizado por Lugones, não tratado como um marcador social pela autora. Esta frase foi adotada pelas mulheres subalternas, vítimas de diferentes dominações, cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial. Não propõe uma identidade, mas sim uma coalização orgânica entre as mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, enfim, toda as vítimas da colonialidade de gênero, compondo a base do feminismo decolonial (Lugones, 2014).

nuclear e burguesa. Como aponta Saffioti (1984), um feminismo que represente todas as mulheres seria impossível, uma vez que a categoria mulher é atravessada pela divisão da sociedade em classes sociais.

Nessa esteira, o feminismo decolonial traria uma possibilidade de superação da colonialidade que ainda se perpetua sobre os povos dos países que foram colonizados. Na perspectiva decolonial, as mulheres europeias brancas foram conduzidas à condição de passivas, tanto sexualmente quanto perante o sistema patriarcal no que se referiu à família burguesa. Contudo, as feministas brancas que não reconheceram a questão da colonialidade, lutaram pela imagem de uma mulher frágil, fraca tanto corporal, como intelectualmente, teorizando o sentido branco de ser mulher, como se todas assim o fossem (Lugones, 2020, p.73). As mulheres colonizadas, não brancas, por sua vez, foram colocadas em oposição às brancas. Lugones referiu que as não-europeias-brancas ocuparam em conjunto com a variedade de agressões sexuais sofridas o lugar de fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho (2020, p.75).

Ressaltar as questões do feminismo decolonial tem o intuito de refletir criticamente sobre a opressão da mulher dentro do dispositivo psicanalítico e acaba passando por um recorte de classe. Sendo assim, destacamos a partir de Lugones (2020) que o apassivamento da mulher branca não é o mesmo que o das mulheres não brancas. O apassivamento determinado às não brancas acontece duplamente e em duas frentes diferentes: diante do colonizador e do homem colonizado, como apontou a autora. Acrescentamos a isso sua subordinação perante a mulher branca das classes mais abastadas da sociedade a quem elas serviram/servem.

Buscamos, com essa reflexão, promover o reconhecimento dessa diferença entre as mulheres, para que assim se promova a possibilidade de pensarmos também que o sofrimento psíquico nos diferentes corpos, mediante os lugares que ocupam em um sistema de opressão de classe, raça, sexo e gênero, não é o mesmo pois não parte do mesmo lugar. Por mais que essas questões não sejam amplamente desenvolvidas nessa pesquisa, não poderíamos seguir com nossas reflexões dentro do recorte proposto sem o reconhecimento entre as diferentes categorias de mulheres, para que com isso façamos uma reparação à que a perspectiva decolonial nos convida.

Retornando ao nosso objetivo de pesquisa, a crítica feminista à teoria freudiana da psicosssexualidade feminina será a nossa ferramenta organizadora para compreensão da destinação do feminino ao passivo, mantendo nossa atenção à historicidade, às estruturas e às relações de poder que compõem a cultura patriarcal. Pois, se a teoria psicanalítica em relação à diferença sexual teve uma concepção binária e heteronormativa, destinando o feminino ao passivo com uma epistemologia que abarca uma dimensão psíquica para esse apassivamento, buscamos averiguar o quanto a clínica psicanalítica pôde absorver das críticas feministas sobre

essa teoria, culminando em uma compreensão dos conflitos psíquicos das mulheres (e quem performa o feminino) em conexão com as questões sociais e sistêmicas de nossa cultura.

Teoria e clínica na Psicanálise estão em completa interação. A teoria surge da clínica e é na clínica o local de onde partem as necessárias transformações teóricas e epistemológicas. Por esse motivo os construtos teóricos possuem uma natureza datada, influenciados por seu período histórico, e assim se expressam na clínica psicanalítica por meio dos conflitos psíquicos dos analisantes. Não obstante, quando falamos de um sistema de sexo e gênero, erigido no interior de um sistema patriarcal-capitalista e conservadas por meio das ações das classes dominantes, temos como objetivo investigar se a crítica feminista, com sua produção teórico-crítica, pôde mitigar a força de resistência da teoria freudiana ao longo de sete décadas. Estamos considerando setenta anos de pesquisa: da década de 1930 (ano das publicações da teoria freudiana sobre a feminilidade, 1931; 1933) até o começo dos anos 2000 (período do nosso recorte temporal a partir da segunda e terceira ondas do movimento feminista).

O feminismo é nossa ferramenta organizadora de demarcação dos períodos de ocorrência de suas ondas no Brasil. Primeiramente os movimentos feministas se mobilizaram na Europa e nos Estados Unidos, para posteriormente influenciar os demais países, principalmente da América Latina (países colonizados), e os reflexos desse movimento chegaram como “ondas” aos locais. Em território brasileiro, a segunda onda ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, época em que se vivia sob os efeitos da ditadura civil-militar (Pinto, 2010).

A partir de 1990, as questões de gênero passaram a repercutir de maneira mais incisiva em relação à sua desconstrução. No Brasil, nessa mesma década, chegaram com mais força, culminando em pesquisas sobre as sociedades antigas e suas relações de gênero, ganhando destaque no início dos anos 2000 (Feitosa, 2012). Os estudos de gênero que incluem as mulheres e sua história defendem que as análises sobre elas, realizadas separadamente das informações sobre os homens, não consideram a influência que um sexo tem sobre o outro. Os construtos biológicos e anatômicos situados para ocultar os determinismos culturais vigentes ganharam ênfase e, com isso, a aceitabilidade política e a legitimidade acadêmica só aconteceram a partir dos estudos feministas da década de 1980.

Judith Butler, com sua teoria *queer*, a partir de 1990 trabalhou a desconstrução da ideia da identidade fixa de gênero, tratando a performatividade de gênero em seu aspecto social, cultural e historicamente localizado, por meio de seu livro *Problemas de Gênero* (1990). Desse modo, a terceira onda do movimento feminista brasileiro se iniciou com a chegada das repercussões dessa autora ao nosso País, com a tradução de sua obra em 2003, e assim nosso recorte temporal para a terceira onda foi a década de 1990 e início dos anos 2000.

Nota-se que, até hoje, um conjunto de características presentes no imaginário social e com potencial de reprodução e perpetuação através das gerações manteve/mantém o feminino

e a feminilidade associados a termos como fragilidade, receptividade, maior sensibilidade emocional, e essas características seriam as responsáveis por promover a instabilidade das emoções femininas, prejudicando sua condição para a tomada de grandes decisões, seja no nível institucional, político e até familiar. Seria então, de maior interesse para a hegemonia masculina, que a vida da mulher fosse direcionada em grande parte para a esfera privada do lar e, nessa predestinação, sua funcionalidade estaria mais valorizada na sua condição de reprodução e cuidados com os filhos, transfigurando-se em uma mulher passiva (Federici, 2017), o que nos permite entender que o apassivamento foi uma condição imposta a elas.

Não obstante, pessoas compreendidas na categoria “homem”, ao apresentarem traços considerados femininos, poderiam ser tomadas socialmente como afeminados e, portanto, poderiam sofrer rejeição e até mesmo punição, por não performarem a masculinidade de forma “adequada”. O que se pretende revelar diante do exposto seria a desvalorização e a inferiorização do feminino, que, associado a uma conduta passiva, apontaria para uma condição de subordinação e opressão de todos aqueles que se apresentarem por meio de uma performance entendida como feminina. Além das mulheres, o feminino compreendido de maneira ampliada também se associaria ao passivo, contendo nesse movimento de associação uma intenção de destinação com o intuito de subordinação de seus corpos.

Nas construções de pensamento binárias sobre o gênero, estaria marcada uma condição de oposição, e nela se ergueria uma hierarquização das relações (Derrida, 1971/2001). Como a luta feminista visa à desconstrução hierárquica das relações entre o masculino e o feminino, buscando a autonomia feminina, gênero se tornou uma categoria de análise. Joan Scott, historiadora estadunidense, definiu gênero como uma categoria analítica, com o objetivo de compreender as relações sociais de poder, pautadas nas diferenças sexuais. Se na gramática gênero foi compreendido como um meio de classificar fenômenos, por meio de um sistema de distinções socialmente acordados, em seu uso a partir da década de 1980 se apresentou um caráter fundamentalmente social das distinções dos sexos (Scott, 1995).

Segundo Scott, os termos sexo e diferença sexual trazem em seu bojo um determinismo biológico, e por essa razão gênero passou a ser um marcador das definições normativas da feminilidade. Os estudos de gênero, propostos primeiramente pelas feministas, buscaram reivindicar um campo de definição que explicasse a desigualdade persistente entre homens e mulheres. Uma reavaliação crítica das premissas dos trabalhos científicos construídos até então poderia fazer “não só uma nova história das mulheres, mas uma nova história” (Scott, 1995/2019, pp.50–51), a depender de como se utilizasse o gênero como categoria.

Gênero passa a ser então definido como um conjunto objetivo de referências que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social (Scott, 1995, p.70). Assim, a diferença sexual continuaria sendo mantida nos termos de dominação e do controle das mulheres, marcando as fortes ligações entre gênero e poder. Mesmo que a ênfase

colocada sobre o gênero possa não ser tão explícita, Scott argumenta que gênero é uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade.

Entendemos que a Psicanálise e os fenômenos sociais dialogam, pois, como já apontado, estão presentificados em nosso psiquismo, exigindo o manejo da clínica psicanalítica. Se na forma de psicanalisar a experiência transferencial entre psicanalista e analisante não estiver considerada para o primeiro uma condição crítica social que inclua a potencialidade das forças imperantes dentro da cultura sobre os sujeitos, acreditamos que esse dispositivo de tratamento para o sofrimento humano não trabalhará a integração entre sujeito e sociedade, tornando-se um fator limitador para o campo, pois a psicologia individual não pode prescindir de se pensar as relações sociais.

Além da teoria do inconsciente, a Psicanálise atua em relação aos fenômenos como memória, percepção, pulsões e demais elementos do campo psicológico. A teoria da psicosexualidade seguiu para a teoria da diferença sexual e nela as referências para se pensar a sexualidade feminina e a feminilidade de uma mulher, não podendo se isentar da primariedade do masculino sobre o feminino. Freud colaborou a partir de sua teoria com a reiteração do papel social e sexual das mulheres, em um período no qual elas não poderiam exercer forma alguma de atividade na esfera pública sem serem identificadas como masculinas. A atividade permitida a elas ficava envolta pela questão da reprodução via maternidade, inclusive essa seria uma das saídas da masculinidade inicial em seu desenvolvimento sexual infantil para o acesso à feminilidade entendida como “normal”.

Investigamos, portanto, esse ponto específico da teoria psicanalítica, utilizando a ferramenta organizadora da crítica feminista a partir de uma perspectiva histórica, que possibilitou compreender as bases socioculturais estruturantes dessa metapsicologia e que a sustentaram/sustentam no tempo. A adoção de uma perspectiva histórica para compor o desenvolvimento teórico desta dissertação busca localizar na historicidade da mulher e do feminino os fundamentos para os movimentos de seu apassivamento, ainda em certa medida persistente na atualidade.

Utilizamos como material para investigação/averiguação artigos da *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP), pertencente à Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP), a qual possui reconhecimento internacional da IPA (International Psychoanalytical Association). A IPA foi fundada por Freud em 1910, e essa organização possui grande reconhecimento por seu rigor na formação de psicanalistas, mas, além disso, alcança notoriedade por sua filiação estar diretamente ligada aos preceitos de seu fundador. Nessa configuração, foi considerada a “verdadeira” Psicanálise durante os primeiros tempos do movimento psicanalítico no Brasil, mantendo em sua formação a obrigatoriedade de que seus membros passem por uma análise didática, marcando sua descendência originária da Psicanálise europeia.

Os artigos selecionados foram divididos em dois blocos temporais correspondentes ao período da segunda (1970–1990) e terceira onda feministas (1990 ao início dos anos 2000) no Brasil. Mediante esse material foi construída uma apresentação resumida dos artigos selecionados, destacando os apontamentos dos(as) autores sobre a sexualidade feminina, o feminino e a feminilidade. Os pontos de destaque de cada artigo apresentado foram compilados em dois quadros, cada um deles referente ao período da segunda e da terceira ondas feministas, assim como também apresentam a seleção e o resumo dos artigos respectivamente. A partir desse feito foram criadas categorias de análise, e assim consideramos trabalhar com uma análise documental, pois com esse material pudemos ter representado o pensamento do(a) psicanalista, por meio de sua produção textual, que refletiram sua prática clínica em relação aos conflitos psíquicos em torno das questões femininas.

Como essa pesquisa se compõe em extensão (Estevão, 2018), no sentido de utilizarmos elementos externos à Psicanálise para estudar seu interior, configura-se uma estrutura interdisciplinar entre psicanálise, história, sociologia, antropologia e filosofia. Partimos das antigas civilizações e avançamos pelos períodos históricos (sempre destacando a história da mulher e sua destinação ao passivo); ou seja, partimos do macro (História) para chegar ao micro (teoria freudiana da psicosexualidade feminina) para assim, sob a análise da crítica feminista, investigar suas repercussões na clínica. Com a incorporação de outros campos do saber, embasamos um referencial teórico a partir de um diálogo crítico e argumentativo. Constituiu-se, por tal motivo, uma pesquisa exploratória e qualitativa que buscou entender os processos e as dinâmicas sociais para alcançar a teoria freudiana (nosso objeto de pesquisa), perpassando a clínica psicanalítica — local de expressão, construção e reconstrução da teoria. Sob a ótica da crítica feminista, foram utilizadas suas ferramentas para averiguarmos a absorção ou refutação de suas produções teóricas no manejo do(a) psicanalista, configurando com isso nosso problema de pesquisa.

Para realizarmos a investigação da teoria freudiana na clínica psicanalítica dentro dos recortes temporais da segunda e terceira ondas do movimento feminista, usamos como recurso a Análise do Discurso (AD), ferramenta esta que nos permite considerar como a linguagem é materializada na ideologia e se manifesta na linguagem (Orlandi, 2010). A partir da análise do funcionamento discursivo, explicitamos os mecanismos de determinação histórica e seus processos de significação, assim como também pudemos compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas (Orlandi, 2005).

Pretendeu-se, a partir desse método, trabalhar sob bases qualitativas e assim obter processos de significação na investigação de como a teoria freudiana pôde reiterar as práticas de opressão e subjugação sofridas violentamente pelas mulheres desde os interesses da hegemonia masculina presente nas classes dominantes, que necessitaram do apassivamento

feminino para dar continuidade às suas políticas de poder, e como a clínica psicanalítica operou a partir das postulações dessa teoria.

Por mais que se encontre, desde o período das publicações de Freud sobre a feminilidade (1931; 1933), críticas a esse modelo de compreensão psíquica sobre a mulher, acreditamos que a transmissão dessa teoria nos centros de formação de psicanalistas necessita ser acompanhada de uma crítica histórica, identificando os pontos de captura pela ideologia falocêntrica-patriarcal. A Psicanálise precisa estar sempre em diálogo com as demais disciplinas da área das humanidades, para que não seja vista como um campo fechado em si mesmo, reiterando um tipo de pensamento em sintonia com o sistema de sexo e gênero, composto por uma matriz heteronormativa, cada vez mais insustentável. Em outras palavras, é necessário transformar e reparar suas antigas epistemologias.

Trabalhar no sentido da desconstrução de gênero é se deparar com tensões dentro do próprio campo, pois, a partir do medo persecutório do fim da Psicanálise, se justificam movimentos conservadores que “garantam” sua continuidade de existência. Além desse fato, o trabalho de desconstrução afeta o próprio mundo interno do(a) psicanalista; o percurso de formação é crucial para mexer em núcleos estruturais relacionados a sexo/gênero, raça e classe. Portanto, entende-se que pesquisas que explorem fenômenos sociais e que interajam na construção de conceitos e teorias psicanalíticas são úteis para sua contínua revisão e, com isso, mantenham-se como um dispositivo de tratamento do sofrimento humano. A Psicanálise atua contrariamente a um trabalho de adaptação dos sujeitos à cultura, e se torna essencial que ela se mantenha subversiva nesse sentido.

Quanto a isso, vale lembrar que, em 2019, o psicanalista Paul B. Preciado foi convidado ao Palais des Congrès, de Paris, para um encontro onde havia 3.500 psicanalistas participantes das jornadas internacionais da Escola da Causa Freudiana, cujo tema era *Mulheres na Psicanálise*. No momento de sua fala, Preciado convocou os presentes a refletirem sobre a mudança epistemológica pela qual passam as construções de sexo e de gênero, convidando as instituições psicanalíticas a se responsabilizarem por uma formação que abarque essas questões. Seu discurso foi publicado em um pequeno, porém, grandioso livro: *Eu sou o monstro que vos fala* (2022).

As definições do que é ser homem ou mulher são construções políticas, reafirmou Preciado, e com isso a masculinidade e a feminilidade não seriam fatos naturais. Sendo um homem transsexual,⁵ o filósofo e pensador do feminismo questiona os preceitos da Psicanálise sobre as diferenças sexuais. Defende ele que o patriarcado colonial é a base para os construtos teóricos, sendo a heterocisnormatividade o guia para reflexões como o complexo de Édipo, o

⁵ A designação da transsexualidade não deixa de ser outra jaula de categorizações de gênero; contudo, como transsexual, Preciado se reconhece para além do masculino e do feminino, o que lhe parece ser melhor.

complexo de castração e a Inveja do Pênis. Provoca em direção aos “homens brancos heterossexuais e burgueses na Psicanálise”, pois está nas mãos deles a maior parte das ocupações de prestígio e poder; esse “humano universal” é o sujeito da enunciação central dos discursos nas instituições psicanalíticas da modernidade colonial (Preciado, 2022, p.15).

De acordo ainda com o filósofo, feminilidade e masculinidade não são mais do que máscaras que escondem, por trás da heteronormatividade, resistências e desvios que não podem ser assumidos e acolhidos por uma cultura patriarcal. A pecha de um corpo fabricado fica para as pessoas transexuais, e se esquecem de que masculinidade e feminilidade também são fabricações culturais, contendo determinismos de gênero que fixam as identidades em formas de ser.

O recorte do pensamento deste autor é importante para justificar nossa presente pesquisa, uma vez que entendemos que, para o feminino, o passivo fica como uma determinação/destinação: “No regime patriarcal, só são reconhecidos como soberanos o corpo masculino e sua sexualidade. O corpo e a sexualidade feminina são subalternas, dependentes, minoritárias” (Preciado, 2022, p.54). Concordamos com Preciado ao entender que a Psicanálise não trabalha apenas dentro desse regime da diferença sexual: foi para além, tornando-se fundadora das “psiques” feminina e masculina e compondo um dos principais eixos do regime patriarco-colonial. Assim, ao longo do tempo as noções psicanalíticas de organização da libido, atividade-passividade, inveja do pênis, complexo de castração, mulher fálica, amor genital, histeria, masoquismo, bissexualidade, androginia, fase fálica, complexo de Édipo, posição edípica, estado pré-genital e genital, perversão, coito, prazer preliminar, cena originária, homossexualidade, heterossexualidade – a lista é quase infinita – não têm significado fora de uma epistemologia da diferença sexual (Preciado, 2020, pp 56-57).

Essas potentes colocações de Preciado (2019) sustentam essa pesquisa, que nasce do desejo de uma mulher e psicanalista na busca descolonizar-se das matrizes dominantes desde sua vida pessoal, resvalando também em sua formação psicanalítica, há quase três décadas atuando na clínica psicanalítica. No decorrer desse tempo de experiência, a escuta do sofrimento humano ensinou que, como psicanalistas, devemos manter a continuada inquietação sobre as estruturas colonizadoras que insistem em definir e redefinir quem é o sujeito que ocupa o lugar de superioridade e privilégios, em detrimento daqueles que “ele” precisa inferiorizar para manter seu *status quo*.

A composição dessa dissertação transcorreu a partir dos seguintes capítulos: “A Dimensão do Passivo: o feminino na história”, “Feminilidade em Freud: convergências e divergências com as mulheres psicanalistas”, “A Crítica Feminista e suas Ondas”, “Psicanálise no Brasil: a *Revista Brasileira de Psicanálise* e apresentação da seleção de artigos”, “Categorias de Análises e Interpretação dos Dados” e “Considerações Finais”.

Seguindo a ordem mencionada dos capítulos, apresentamos no primeiro deles um percurso histórico das diversas sociedades, desde as antigas civilizações, para evidenciar as relações de poder e a ocupação das mulheres diante delas. Seguimos para o capítulo no qual foi feita uma apresentação da metapsicologia da feminilidade em Freud, passando pelos principais textos de sua obra que abordam o tema do desenvolvimento da psicosssexualidade feminina, culminando na determinação passiva sobre a feminilidade da mulher. Buscando dar visibilidade aos nomes femininos que contribuíram para o desenvolvimento da Psicanálise, fizemos uma breve contextualização das psicanalistas pioneiras da Psicanálise, apontando as que convergiram e as que divergiram da teoria freudiana da diferença sexual.

Com nosso recorte temporal da segunda e a terceira ondas do movimento feminista no Brasil, abrimos o terceiro capítulo com um breve resumo das três ondas do movimento feminista e suas principais reivindicações. Tomando o período da segunda onda feminista entre as décadas de 1970 e 1980, apresentamos os postulados teóricos de Luce Irigaray (1977) e Gayle Rubin (1975) para destacar o pensamento crítico das feministas sobre a teoria freudiana da psicosssexualidade feminina. Seguindo para o segundo recorte temporal, para discutir a terceira onda do movimento feminista na década de 1990 ao início dos anos 2000, trouxemos reflexões de Judith Butler (1990), a citada autora de referência da chamada terceira onda, e Jean Laplanche, psicanalista francês que trabalhou a formação dos gêneros a partir dos códigos sociais e esquemas narrativos da cultura (2015). A escolha por esse autor se deu devido ao seu desenvolvimento teórico partir da compreensão inter-relacional na constituição do psiquismo, em detrimento de aspectos puramente intrapsíquicos, e ambos que convergem na questão da performatividade e designação de gênero.

Por meio desse referencial teórico, destacamos com esses autores as reflexões críticas já existentes sobre a teoria freudiana da psicosssexualidade feminina. Por esse motivo, a apresentação dos autores ficou demarcada pelo recorte temporal proposto, acreditando com isso que a análise documental dos artigos ganha maior desenvolvimento em relação às categorias de análise criadas.

Antes dessa etapa, apresentamos um panorama do início do movimento psicanalítico no Brasil e com ele a história da *Revista Brasileira de Psicanálise*, contemporânea ao regime ditatorial brasileiro. Entendemos ser necessária sua localização histórica para também fundamentar e localizar a crítica. Foi feita a seleção dos artigos dos dois períodos do nosso recorte temporal com base nos critérios apontados no referido capítulo, e apresentado um resumo de cada artigo selecionado. A presença de uma intersubjetividade entre a pesquisadora e os artigos é considerada na escolha e seleção, e inclui-se também a incorporação dos textos estudados do pensamento crítico feminista sobre a teoria freudiana, a experiência clínica e de vida pessoal.

Essa ação para seleção e levantamento dos pontos de destaque de cada artigo foi chamada “pesca” (Ribeiro, Flores & Ramos, 2022, p.33), analogia marítima que permite apreendermos o fragmento que nos interessa para essa pesquisa, presente no discurso dos(as) autores(as) dos artigos. No último capítulo, antes das Considerações Finais, apresentamos dois quadros (um correspondente à segunda onda do movimento feminista no Brasil e outro à terceira), compilando os pontos de destaques dos artigos. Na sequência, vêm as categorias de análise, criadas a partir do encontro da formação discursiva contida nos artigos, juntamente com o nosso referencial teórico. A interpretação dos dados, feita por meio da já citada AD, compôs uma articulação entre o discurso ideológico presente nos artigos e o referencial teórico apresentado.

2 A DIMENSÃO DO PASSIVO: O FEMININO NA HISTÓRIA

*“O poder da cultura é representado,
portanto, nos corpos; forja-os, como em uma
bigorna,
no formato necessário.”
(Laqueur, 2001, p.286)*

Como se deu a vinculação do feminino ao passivo no curso da história? Com essa pergunta iniciamos esse capítulo para analisarmos e refletirmos como foram instituídas as diferenças entre os sexos e as definições de gênero. Como a vida sexual está sujeita à convenção e à intervenção humana, aquilo que conhecemos como pertencente aos gêneros masculino e feminino não poderia ser compreendido como uma condição “natural”. Se em nosso desenvolvimento enquanto seres humanos estamos em um caldo que articula o social e o cultural, até as atribuições e definições sobre o sexo (incluindo as funções específicas de cada órgão sexual) não passariam isentas dessas intervenções.

O órgão sexual, anatomicamente falando, esteve como prevalecente para se considerar as características dos gêneros. Atribuído na forma de um pensamento binário, estabeleceu-se o gênero masculino e feminino, nessa ordem. O sexo masculino foi assumindo uma posição hegemônica sobre o outro, porém essa hegemonia transcende os marcadores de sexo e de gênero, pois esses elementos fazem parte de um sistema. É pela interseccionalidade com os elementos de raça e de classe que podemos fazer uma análise crítica sobre a construção dos ideais referentes ao sexo e ao gênero na história.

As concepções sobre sexo, gênero e sexualidade têm suas especificidades nos tempos históricos, seguindo tradições, costumes e valores diferenciados. A organização de sexo e de gênero pode definir a dinâmica de uma sociedade. Se os modelos do passado sobre a maneira de viver a sexualidade predominam no transcorrer da história, isto faz com que as ideias e os ideais sobre o que é ser um homem e o que é ser uma mulher atravessem gerações.

A categoria de gênero vem sendo pensada para além do binarismo masculino e feminino nas últimas décadas (mais precisamente desde 1990 aqui no Brasil), não sendo mais considerada a única definição possível para a identificação de uma pessoa. Diante disso, a vinculação passivo-feminino e sua contraposição ativo-masculino necessitaria também ser revista. Mas para isso a gênese dessas vinculações associativas promotoras da opressão e da subordinação social das mulheres passa por uma complexa análise.

Seguiremos esse capítulo fazendo um percurso pelas antigas civilizações, com o objetivo de refletirmos sobre a posição das mulheres no que se refere à hegemonia masculina

por meio dos principais períodos históricos. Percorreremos o Período Clássico, passando pela Roma Antiga, adentrando a Era Moderna e o advento do capitalismo, chegando então ao início do século XX.

No Período Clássico, em Atenas, o interior (da vida privada) era representado pelo feminino, em contraposição ao masculino, que representava o exterior (o universo público). Este seria o discurso ideológico proposto pela classe dominante dessa sociedade. Na Roma Antiga o sentido de passivo estaria mais prevalentemente associado a uma condição de subordinação em relação à aristocracia; assim sendo, as mulheres, os escravos, os libertos, os cidadãos e os não cidadãos pertencentes às classes mais baixas seriam os subordinados.

Com a teoria do *Sexo Único*, de Laqueur (2001), veremos como essa contraposição exterior e interior, ligada àquilo que é ou não visível, está também relacionada aos órgãos sexuais, que determinam as formas de se compreender a anatomia dos corpos. O padrão masculino tido como perfeito foi contraposto ao corpo imperfeito da mulher, pois, sendo faltante em exterioridade dos órgãos sexuais, foi considerada inferior em termos de qualidade.

À medida que houve o crescimento do sistema capitalista comercial, a mulher se tornou um meio de produção a partir de sua condição reprodutiva (Federici, 2017) e, no final do século XIX e início do século XX, mediante a noção de biopoder (Foucault, 1978), a teoria da psicosexualidade feminina de Freud introduziu um acréscimo na associação do feminino vinculada ao passivo. A dimensão psíquica do apassivamento das metas pulsionais e foi considerada uma condição biológica que as mulheres teriam que viver, e somente a partir disso alcançariam a feminilidade.⁶

2.1 A OPOSIÇÃO INTERIOR E EXTERIOR NA SOCIEDADE ATENIENSE

No Período Clássico, mais especificamente, o da sociedade ateniense, a posição das mulheres foi interpretada por inúmeros pesquisadores. Até meados do século XX as mulheres atenienses foram tomadas como exemplo de mulheres reveladoras da “verdadeira natureza feminina”: passiva, obediente ao marido, zelosa dona de casa e mãe extremamente dedicada aos cuidados dos filhos. Essa ideia de mulher casta, obediente (passiva) e do lar foi retomada e inaltecida posteriormente no período da ditadura civil-militar, marcado por ideais conservadores e ultramoraais. “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas”, frase da letra da música *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque de Holanda e August Boal, composta em 1976, virou referência no imaginário popular brasileiro para apontar o modelo de mulher ideal. Quando a música foi composta, um tom de crítica e denúncia à opressão era seu objetivo.

⁶ Abordaremos essa questão no Capítulo *Feminilidade em Freud*, que virá na sequência deste.

Esta letra faz uma provocação aos ideais de comportamentos esperados e impostos pela ditadura, que buscava determinar o que deveria ser o “normal” e o que se distanciava das normas, sendo passível de punição. Chico Buarque buscou inspiração no poema épico de Homero e, utilizando-se do mecanismo da ironia, colocou sob disfarce sua crítica àquele período:

Mirem-se no exemplo daquelas
mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
Quando amadas, se perfumam,
se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem imploram
Mais duras penas
Cadenas

[...]

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito nem qualidade
Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságio
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas
Morenas

(Chico Buarque de Holanda e August Boal, 1976, Philips Records – Álbuns Caros Amigos)

A riqueza poética presente na composição expressa claramente a submissão do feminino a uma condição de passividade, preservando a cultura de prevalência masculina à sua condição ativa.

Décadas mais tarde, Marta Mega Andrade⁷ escreve o texto *A Cidade das Mulheres: A questão feminina e a Polis revisitada* (2014), onde destaca que a letra desta música de Chico Buarque apresenta a ambiguidade de abordagem do feminino: entre a exemplaridade e a crítica à mulher passiva. Essa forma de ser mulher, discorre a autora, comportava muito bem os interesses patriarcais com seus ideais dirigidos às mulheres do século XIX e início do XX.

Andrade (2014) acredita que atribuir estas características às mulheres de Atenas do Período Clássico esteve a serviço de reforçar as intenções de apaziguamento do feminino e a tentativa de manutenção dessa condição. Essas narrativas universalizantes centradas nas elites masculinas brancas, ao serem transpostas, acabam fazendo parte das interpretações dadas aos comportamentos de gênero de outros períodos históricos de modo inadequado.

A sociedade ateniense teve a hegemonia masculina como “gênero da cultura”. Contudo, para Andrade (2014), isso não significou uma inferiorização da mulher, e sim, uma subordinação do campo feminino nas esferas institucionalizadas da vida social. Nessas esferas elas eram precedidas pela figura de um *Kurios* (mestre, tutor, senhor), pois padeciam de uma espécie de “menoridade”, estando, portanto, mais próximas das figuras dos estrangeiros e dos escravos. Na esfera pública e religiosa, a participação das mulheres não exigia tutela masculina, pois tinham uma atuação menor.

Andrade considera que as mulheres atenienses se diferenciavam daquelas da sociedade burguesa do Período Moderno, pois nessa sociedade ocorria o monopólio masculino não somente da vida social das mulheres, mas também a dominação sobre a sua “natureza feminina”. Esse ponto se refere ao sentido da procriação e da maternidade que elas deveriam exercer; sendo assim, não haveria outra função para suas existências que não fosse ser mãe e dona de casa, colocando-as a serviço dos interesses masculinos de forma mais ampla do que para as mulheres atenienses daquela época. Como referiu Andrade (2014), as atenienses tinham na religião e, em seus rituais, um saber considerado de grande importância para a sociedade de Atenas.

A partir desses apontamentos, a questão principal que Andrade (2014) sustenta em seu texto refere-se ao sentido político. O lugar das mulheres, que cuidavam da casa e dos filhos, as colocava como parte constituinte da *pólis*, mas não passiva, à medida que a indignação das mulheres atenienses estaria na defesa de seu *status* em relação à mulher estrangeira, não cidadã ateniense. Essa luta marcaria uma condição política.

As mulheres virtuosas eram, assim, as mulheres de Atenas. Esse aspecto da cidadania feminina [...] já não se trata mais daquela esposa do pequeno camponês, na

⁷ Marta Mega de Andrade é Professora Titular de História Antiga, Doutora em História e Diretora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua nas linhas de pesquisa história e historiografia da Antiguidade Grega e história comparada das mulheres (UFRJ/PPGHIS, 2026).

aldeia rural, que vai dar-lhe a descendência e que ele precisa alimentar. Essa boa mulher é agora uma cidadina, em larga medida, e vê sua virtude se traduzir no casamento e fertilidade, na fidelidade conjugal, no silêncio, na atividade ritual pública em solo ático. (Andrade, 2014, p.126).

O espaço público formado pelas mulheres atenienses, que Andrade (2014) denominou de um *lugar próprio ao feminino*, não foi considerado nas pesquisas realizadas por homens. Um lugar de escolha, de autonomia, de ludibriar a regra, “lugar de dizer sim, apenas para continuar os jogos das negociações, produções, reproduções, de que é feito o entrelaçamento da vida social” (Andrade, 2014, p.138). Nesse espaço as mulheres possuíam algum nível de atividade.

Estudos da década de 1960 em diante, fruto dos movimentos feministas, principalmente europeu, buscaram diferenciar essa sociedade das interpretações universalizantes construídas em períodos anteriores. Andrade (2014) traz resultados de pesquisas feitas por meio da iconografia que revelaram cenas de encontros e conversações, participação em rituais, segmentando uma “cidade feminina” dentro da *pólis* de Atenas: “lugar de identidade e atividade na dinâmica da cultura grega masculinizada, sobretudo no período clássico” (Andrade, 2014, p.114).

Ser boa esposa situava as mulheres daquela sociedade em uma posição de prestígio, legitimado pelo olhar dos homens, que em sua hegemonia valorizavam e consideravam “femininas” aquelas que prestavam atendimento e cuidado para que eles se mantivessem em suas posições políticas. Na figura da *mélissa* estava a representação dessa boa esposa do cidadão ateniense.

Não nos interessa aqui determinar se elas ficavam confinadas a um gineceu, se elas estavam ou não em silêncio. O que importa são as possibilidades de uso, pelas próprias mulheres, dessas imagens de silêncio, recato e confinamento. Um uso que distingue, separa algumas mulheres das outras, cria uma fronteira, um limite que não pode mais ser ultrapassado: as mulheres nascidas nas casas cidadãs [...] tinham nas *mélissa* a figuração de sua honra, de sua areté [...] de sua “alma viril”. (Andrade, 2014, p.126).

Para uma mulher ateniense, estar “sem cidade” determinava uma outra condição feminina, marcada pela inferiorização. No caso das boas e exemplares esposas (*mélissa*), estaria presente o interesse em tornar visível o elo identitário com a *patrís*, o que para Andrade (2014) daria fundamento para se falar em uma latente “cidade feminina” em Atenas.

Na busca por outro autor para melhor embasamento da compreensão sobre as mulheres atenienses, chegamos a Fábio Lessa (2010).⁸ Com ele encontramos comportamentos nas mulheres de Atenas que o autor chama “ativos”, contrapostos à passividade pretendida pelos cidadãos atenienses. Percebemos nesse apontamento que para esse autor havia um ideal mantido por aqueles que ocupavam os lugares de maior poder institucional (os homens), algo não tão destacado em Andrade (2014). Para ele, as pinturas nos vasos — consideradas documentações imagéticas —, retratos das cenas cotidianas tanto dos espaços internos como também do exterior das habitações (*oîkos*),⁹ revelariam indícios de transgressão ao modelo feminino idealizado como exemplo de mulher. Com isso, ele propõe uma atenuação da falocracia ateniense.

Esposa *bem-nascida* era o atributo dado às mulheres casadas com os legítimos cidadãos atenienses. Com base em documentação textual, verificou-se que essas esposas administravam o *oîkos*, casavam-se muito jovens, dedicavam-se à fiação e tecelagem, concebiam filhos para o marido — com maior valor se fossem do sexo masculino — e atuavam no espaço interno, enquanto os homens no espaço externo. Esse seria o marcador principal de masculino e feminino na Atenas do Período Clássico.

Ao se casar, a mulher passava a viver na casa do marido, vinculando sua cidadania ao homem, sendo por ele tutelada perante a sociedade. O ideal de mulher era representado no sistema social ateniense pela associação com a abelha (*mélissa*): “tipo de vida puro e casto, ou seja, uma atividade sexual bastante discreta; hostilidade aos odores, à sedução; fidelidade conjugal” (Lessa, 2010, p.55). As esposas legítimas foram associadas às abelhas-rainha pelos atenienses: não voam para fora da colmeia, só se for com todo o enxame; “elas não saem nem para ir buscar de comer, nem para nada” (Aristóteles, século IV a.C., citado por Lessa, 2010, p.56).

A sociedade ateniense funcionava a partir de um regime binário de gênero. A oposição entre interior/feminino e exterior/masculino trazia um ideal de civilidade, representação de uma função complementar entre homens e mulheres na *pólis*. A existência de oposições complementares era entendida como uma forma de equilíbrio nessa sociedade. Com essa delimitação de campos, para os homens (externo/*pólis*) e para as mulheres (interno/*oîkos*), a intromissão de um no campo do outro seria fator de tensão na vida conjugal. Perante uma divisão espacial, o *gineceu* para as mulheres e o *andrón* (sala de jantar, local em que eles

⁸ Fábio Lessa é professor-associado no Laboratório de História Antiga e no Programa de História Comparada do Departamento de História da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Em sua dissertação de mestrado, pesquisou sobre as mulheres de Atenas, gerando a produção do livro intitulado *Mulheres de Atenas: Melissas – do Gineceu à Agorá*, que está em sua segunda edição.

⁹ *Oîkos* é a menor unidade da *pólis* e possui três elementos constituintes: o homem, a mulher e os escravos. Era para os atenienses sua organização espacial e referencial, onde os relacionamentos eram hierarquizados: marido-mulher, pais-crianças, senhor-escravo. Ao *páter* (pai, patriarca) cabiam as decisões.

realizavam reuniões políticas) para os homens, se expressava a rígida oposição binária, pertencente ao discurso ideológico ateniense.

O *oîkos* era considerado uma parte da *pólis* e nesse sentido o *páter* deveria ser quem “decidia se educaria ou não uma criança, se adquiriria escravos, e se providenciaria casamentos, além de garantir o seu patrimônio, organizar os funerais, ritos e festas” (Lessa, 2010, p.48). Nesse espaço fechado do *oîkos* a hierarquia deveria ser respeitada. Porém, mesmo não sendo permitida a participação direta das mulheres/esposas *bem-nascidas* na política e nos direitos civis, isso não significava que elas não dessem opiniões sobre as questões da vida pública e política da cidade junto aos seus maridos no interior do *oîkos*.

À parte dos documentos escritos e oficiais, a documentação imagética das pinturas nos vasos retratava a reunião de mulheres nas fontes de captação de água.¹⁰ Nesse local, o autor entende que as mulheres tinham a oportunidade de constituir relações sociais a partir das trocas advindas das conversações e assim se informavam do que acontecia no mundo externo fora do *oîkos*. A quebra do silêncio acontecia por essa via de circulação comunicativa nas fontes, configurando que a ideologia do silêncio referido à vida institucional (externa) não se sustentava na vida cotidiana dessas mulheres.

Nessa espécie de mundo paralelo vivido por elas, como apresenta o autor, o que se destaca para além das possíveis transgressões aos ideais sociais poderia ser considerado uma forma de manutenção do lugar dos homens. Enquanto as mulheres ocupavam uma posição secundária e paralela, aos homens ficaria mantido seu protagonismo na vida pública e institucional. O protagonismo do campo religioso e ritual ocupado somente por elas, configurava uma condição de poder, sendo que nesse período elas não só podiam “falar com deus”, mas com os deuses e deusas.

Não obstante, para algumas mulheres dessa sociedade, as restrições para sua existência eram percebidas e questionadas. Lessa (2010) relata que na peça do poeta Eurípedes, intitulada *Medeia*, há uma passagem que revela a insatisfação de uma parte das mulheres do que diz respeito à condição social imposta pela ideologia masculina ateniense, colocando o silêncio e a passividade em questão:

O homem, aborrecido com os de casa: Vai fora e afasta o coração do tédio, divertindo-se com amigo ou companheiro, mas nosso fado é fitar uma só alma. Dizem que vivemos sem perigo a vida doméstica, mas eles guerreiam com lança. Não compreende que eu preferiria lutar com escudo três vezes a parir uma vez. (Eurípedes & *Medeia*, VV, pp.244–251, citado por Lessa, 2010, pp.75-76).

¹⁰ Segundo Lessa, a fonte seria para as mulheres o equivalente à praça pública para os homens, ou até mesmo ao feminino da *agorá* (Lessa, 2010, pp. 97–102).

Diferente de Lessa (2010), que considerou que, pelo menos para algumas mulheres, havia a percepção de um apassivamento determinado para sua forma de existir, Andrade (2014) não considera dimensão alguma de passividade para as atenienses. Segue apontando o interesse delas por manter seu *status* e privilégio e nesse sentido elas estavam ativas perante essa ação. De acordo com a autora, não se deve transpor modos de pensamentos para períodos históricos mais antigos no tempo, e assim considerar a sociedade ateniense machista ou misógina poderia ser um equívoco. Para ela, os espaços determinados para homens e mulheres se apresentavam complementares, ou seja, os espaços que representavam o interior desta sociedade tinham as mulheres à frente de sua dinâmica.

Com Lessa (2010), por outro lado, a não distinção entre os ideais culturais e as práticas sociais são o motivo de confusão na compreensão da posição das mulheres de Atenas. O autor ressalta que “o fato do espaço do homem ser público e o da mulher ser o privado não implicaria que as mulheres tivessem que viver suas vidas em total isolamento de todos” (Lessa, 2010, p.76). O autor segue refletindo que as mulheres puderam exercer um certo grau de autonomia, pois permaneciam à margem da visão pública. A autonomia praticada por elas em outras esferas, como a religiosa, era conhecida por todos, porém admiti-la resultaria uma “diminuição” masculina frente ao feminino (p.77).

A participação direta das mulheres nas esferas tradicionalmente ocupadas pelos homens cidadãos só acontecia em situações atípicas da *pólis*, como o estado de guerra, por exemplo. Dito isso, percebe-se que o protagonismo das mulheres na vida pública só poderia ser vivido na ausência do homem, ocorrendo somente em períodos de exceções, quando elas teriam uma espécie de liberação para ocupar provisoriamente uma posição socialmente ativa.

Lessa (2010) considerou que as experiências cotidianas fora do *oîkos* trariam essa capacidade de atuação, já que em seu interior a esposa tinha um expressivo poder de decisão, indo na contramão do que a ideologia de uma sociedade de hegemonia masculina versava sobre o silêncio como uma virtude das mulheres.

Contudo, mesmo considerando alguns privilégios que as esposas *bem-nascidas* (Lessa, 2010) ou as mulheres-cidadãs (Andrade, 2014) apresentavam, entendemos que a elas ainda coube uma dimensão de apassivamento, mesmo que institucional, impedindo-as de ocupar um lugar ativo na sociedade e com isso, em uma dimensão patriarcal, os destinos complementares entre masculino e feminino estavam postos, mantenedores da supremacia masculina na ordem das coisas.

A rígida constituição de lugares diferentes para os homens e para as mulheres, mesmo que elas tivessem vida social com outras mulheres fora do *oîkos* e a binariedade fosse entre interno e externo, não permitiu uma via direta de participação na sociedade para elas. Atenas, como uma cidade central na época, berço da democracia e com participação direta dos

cidadãos (e não das cidadãs) nas decisões dessa sociedade, teve com essa dinâmica de complementariedade entre os gêneros uma condição de manutenção do poder masculino no respectivo período.

Segundo Andrade (2014), a “cidade das mulheres”, como o *lugar próprio ao feminino* (um lugar de união das mulheres, incluindo também as mulheres não pertencentes à categoria de esposas atenienses), promoveu aos homens que ocupavam o poder o medo da inversão dos papéis, fato este que possibilitou à autora compreender que esse *lugar próprio ao feminino*, ainda que expressasse algum nível de potencialidades para as mulheres, não as impediu de ficarem isentas de algum nível de subordinação. Entretanto, essa subordinação não é considerada em termos de igualdade àquela que ocorreria a partir do colonialismo e do capitalismo. Nesses sistemas a opressão masculina visa retirar, violentamente, a possibilidade de autonomia na vida das mulheres.

Não obstante, entendemos que, permanecendo excluídas dos lugares ocupados pelos homens no campo social e institucional, esse *lugar próprio ao feminino* tornara-se marginal, mantendo as mulheres “em seu lugar” previamente definido pelos homens.

Passemos com isso para Roma Antiga e sua marcada divisão de classes, na qual a condição de passivo estava relegada aos não pertencentes à classe dominante.

2.2 A PASSIVIDADE COMO CONDIÇÃO DE SUBORDINAÇÃO

O passivo nem sempre esteve associado exclusivamente à mulher e ao feminino. Na Antiguidade o sentido de ativo e passivo representava uma condição de *status* social. Os aristocráticos são exemplos de pessoas que ocupavam uma posição de poder mediante outras pessoas que a eles estavam subordinadas, cabendo-lhes exercer a função ativa, tanto no campo sexual como no social.

O conceito de homem para a elite romana (séculos I e II d.C.) tinha como modelo a virilidade entendida em conjunto com o papel do comando social e o autocontrole emocional e sexual, garantindo a ação de penetrar, sexualmente falando, independente do gênero do penetrado (Feitosa, 2008). Nas leis romanas, a mulher livre cidadã gerava outro cidadão romano e, no caso dos homens, somente o casamento legítimo daria esta condição, pois as crianças nascidas fora dele seguiam a condição da mãe (Feitosa, 2008).

No vocabulário latino, segundo Feitosa (2012), *Vir*¹¹ era utilizado para caracterizar um aristocrático como um homem em sua plenitude, resguardado em sua integridade física e não

¹¹ O sentido de virilidade seria um marcador para o gênero masculino no transcorrer da história e, com isso, o sentido de potência também ficaria vinculado ao homem, tanto física como moralmente falando. A vinculação ao ativo viria como consequência, assim como seu contraponto: a vinculação da mulher ao passivo.

sofrendo a violação do seu corpo. Isso lhe assegurava o papel ativo em toda e qualquer relação sexual, cabendo penetrar e não ser penetrado. *Puer* ou *juvenis* representava os filhos da aristocracia e *homines* para adultos escravos, libertos, não cidadãos e cidadãos de classes mais baixas (Walters, 1997, p.30, citado por Feitosa, 2012, p.211).

A norma social estabelecia que aos aristocráticos estava proibida a penetração de outro cidadão, jovem ou adulto, e de mulheres aristocráticas, casadas, solteiras ou viúvas. Sendo assim, pessoas fora dessas categorias estariam “disponíveis” para serem penetradas, porque não tinham a autonomia para o controle social e pessoal de suas vidas.

O fato de um homem fazer sexo com outro homem, na sociedade romana, não caracterizava sua identidade sexual, pelo contrário, essa era uma prática erótica que existia conjuntamente ao casamento com pessoa do sexo oposto. O sujeito em posição ativa ou passiva tinha distinguida sua categoria social. Sendo assim, a prática sexual entre dois homens era moralmente aceita se fosse vivida entre um cidadão e um rapaz ainda pueril e de um estrato social inferior na condição de passivo.

Ativo seria, portanto, interpretado como uma condição masculina, pois, se a penetração acontece com o pênis, o homem aristocrático e da elite seria o representante da masculinidade.¹² Esse ideal de homem estabelecido pela elite romana se atrelava a uma projeção social que garantiria o comando e a manutenção da ordem, consolidando uma imagem de virilidade associada à força física, à superioridade bélica e à sexualidade do cidadão aristocrático romano (Feitosa, 2012).

Segundo Parker, citado por Feitosa, uma “escala de humilhação” era estabelecida na sociedade romana: “ser penetrado na vagina punha todas as mulheres, mesmo as aristocráticas em condição inferior a aquele que penetra, ser penetrado pelo ânus também; receber o pênis pela boca era a mais humilhante das três” (2012, p.211).

Assim, a vida sexual também deveria exprimir a superioridade dos aristocráticos para manter a divisão entre a elite e a população comum, promovendo a manutenção do poder. Pelo menos esse era o ideal que interessava ser mantido como ideologia imperante. O universo masculino, então, estaria marcado pelos interesses de manutenção do poder no campo social e pelo discurso ideológico dirigido às elites.

Interessa-nos observar que não estava no biológico a primazia dessa consideração. Feitosa (2013) aponta que a demanda cultural se sobrepunha à concepção de sexo biológico. Contudo, pudemos perceber que a posição de poder da aristocracia romana ocupada pelo homem ativo e viril não ficou excludente da condição de possuir um pênis, dando mostras que o poder do falo, enaltecido pela cultura desde as antigas civilizações, se sobrepunha e fazia do homem a referência máxima do padrão de perfeição do corpo humano.

¹² A felação e a cunilíngua eram consideradas violações às práticas lícitas (Feitosa, 2012).

Como vimos, existe um abismo entre todo o ideal erigido e a realidade da vida cotidiana com suas práticas sociais.¹³ Diante dessa constatação, outras fontes documentais, além dos escritos oficiais, passaram a ser consideradas para os estudos da sexualidade e dos gêneros na sociedade romana, tais como: a iconografia, a numismática, as estátuas, as tumbas funerárias e os vestígios arqueológicos. O comportamento homossexual idealizado para homens e mulheres apresentava suas subversões.

Júlio César foi um exemplo de personagem histórico que se destacou devido a sua conduta dispare em relação às normas homossexuais de sua época. Suetônio, em *A vida dos 12 céssares*, 121 d.C., conta que Júlio era “homem de toda mulher e mulher de todo homem” (Feitosa, 2013, p.210.), revelando que o imperador não seguia à risca o comportamento sexual idealizado para os aristocráticos da antiga sociedade romana. Ser sempre ativo, como previam as normas da época, foram imposições ditadas pelos ideais que se apresentavam a serviço de uma cultura que pretendia manter a posição de superioridade da elite em relação às classes baixas. Sendo assim, Júlio César, como um imperador pertencente à aristocracia, poderia se sentir livre em sua sexualidade por supor estar acima da norma — condição não possível aos cidadãos comuns.

Nesses ideais imperantes nas diversas culturas de hegemonia masculina ao longo da história estaria presente no discurso a superioridade do homem sobre a mulher. Isso se apresentou de maneiras diversas com o passar do tempo, porém ainda prevalece em muitas sociedades. Feitosa (2012) nos mostra que o mote para a quebra desse discurso partiu da luta feminista, e apresenta isso por meio das pesquisas acadêmicas que denunciam a exclusão feminina da análise histórica. A partir dessas novas fontes documentais entendeu-se, então, que a idealização sobre os comportamentos de homens e mulheres aristocráticos interessava para a manutenção desse *status quo*.

A partir dessas reflexões percebemos que a vinculação, no discurso hegemônico masculino, do homem a uma posição ativa, representa nessa categorização: másculo, viril e, portanto, superior. Em contraposição, se revelaria uma posição submissa, inferior e, também passiva, pois haveria a pretensão de um apassivamento daqueles que não pertenciam à classe dominante. Percebe-se que a posição ativa vinculada ao homem, tanto social como sexualmente falando, parece ser contínua no tempo, mantendo o discurso hegemônico primordialmente pertencente ao homem/masculino. Se na Roma Antiga foi representado pelos aristocráticos, com sua dominação do espaço público, político e sexual, às mulheres coube pertencer ao grupo daqueles em que os direitos e privilégios não se igualavam aos dos homens do poder, ou seja, as chamadas minorias.

¹³ Como apontado por Lessa em sua pesquisa sobre as mulheres na sociedade de Atenas.

Veremos na sequência, com Laqueur (2001) e sua teoria do *sexo único*, como o padrão masculino possibilitou que se fizesse da anatomia feminina um construto falocêntrico, promovendo nessa lógica a invenção do sexo.

2.3 O SEXO ÚNICO

Um único sexo para dois gêneros. Assim foram os construtos sobre a anatomia humana na Antiguidade. Sexo único/carne única: ideia de diferença que seguiu da Antiguidade Clássica até o final do século XVII. Foi também com essa ideia que se afirmou a cultura do patriarcado, do pai — do *páter* —, como vimos na sociedade ateniense, tendo no homem o padrão de referência. Se nos ocorrer perguntar “por que não a mulher?” Thomas Laqueur indaga: “Por que o homem?”.

Em seu livro *Inventando o Sexo* (2001), Laqueur discorre em sua obra com base em evidências históricas. Sua pesquisa revela que, se o gênero é uma construção sociocultural, o sexo foi inventado igualmente para atender a demandas políticas e interesses pessoais. Laqueur nos mostra que mesmo durante os séculos da Antiguidade, a anatomia e a biologia não foram construtos que estiveram isentos das influências de cada período histórico a que pertenceram e, de acordo com o autor, a ciência não só investiga, mas constitui a diferença entre homens e mulheres (2001, p.28).

O corpo é o lugar no qual são inscritas as marcas culturais. Por meio dele uma denúncia se faz. O corpo da mulher é o corpo denunciante dos efeitos do poder androcêntrico e de seus ideais. É na mesa de dissecação, onde o anatomista dissecar os corpos, que Laqueur (2001) “encontra o corpo” e todas as impressões deixadas nele pela cultura. É esse o corpo que ele irá “dissecar”.

Se para Simone de Beauvoir a mulher é o segundo sexo, entendemos que essa ideia, no modelo de *sexo único* de Laqueur, se apresenta de forma ainda mais radical. Modelo presente desde a Antiguidade, revela uma condição inferiorizada e subordinada para esse ser “imperfeito”. Sendo consideradas homens invertidos, ou “não perfeitas” como os homens, as mulheres tinham no isomorfismo sexual uma condição de gradação inferior.

Galeno, no século II d. C., construiu sua teoria de identidade estrutural dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher. Para o médico e filósofo do período romano as mulheres eram essencialmente homens (Laqueur, 2010). Entendia-se que a falta de calor vital causaria a retenção interna das estruturas sexuais, que nos homens tornavam-se visíveis. Assim, a vagina seria o pênis interno, os lábios corresponderiam ao prepúcio, o útero ao escroto e os ovários aos testículos. Por muito tempo acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens.

Laqueur utiliza como analogia a estrutura anatômica dos olhos da toupeira: “Eles têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, mas não abrem e, portanto, não enxergam, não se projetam, mas continuam ali, imperfeitos. A genitália da mulher também não abre e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora” (Laqueur, 2010, p.43).

Nesse modelo de Galeno, homens e mulheres eram classificados por meio de graus de perfeição metafísica; quanto mais calor vital, maior a perfeição no resultado. O corpo que não possuía a exteriorização de seus órgãos sexuais era considerado por um “rebaixamento de grau”. Somente no final do século XVIII um novo modelo de dimorfismo radical de diferença biológica surgiria (Laqueur, 2010, p.17).

A diferença sexual, portanto, deixaria de ser compreendida pelo grau de perfeição e passaria para uma diferença de espécie. A partir de então, passou-se a encontrar uma representação do feminino fortemente apoiada em uma fundamentação biológica. Os ideais erigidos a partir do biológico deixaram marcas profundas que se refletiriam nas políticas do poder do gênero.

Em 1850 a compreensão para se pensar o indivíduo em sua estrutura deixou de ser anatômica e passou a ser embrionária. “O pênis e o clitóris, os lábios e o escroto, os ovários e os testículos tinham origens comuns na vida fetal” (Laqueur, 2010, p.21), dando margem para se pensar em uma bissexualidade no embrião.

Alguns anos mais tarde, em 1905, Freud utilizaria esse conceito de bissexualidade embrionária, transpondo-o para um pensamento de bissexualidade psíquica.¹⁴ As novas interpretações do corpo não foram resultado de avanços tecnológicos dos séculos XVIII e XIX, mas vieram de um desenvolvimento epistemológico e político. Nesse cruzamento de desenvolvimentos, a invenção do sexo, segundo Laqueur, ganhou continuidade. Tudo que se queria dizer sobre sexo já continha uma reivindicação sobre o gênero.

Retornando no tempo, com o filósofo Aristóteles (384 a 322 a.C.), Laqueur (2001) nos mostra as verdades “naturais”, a natureza pré-ordenada pela vontade divina para que o homem e a mulher fossem complementares. Os homens contribuem com a forma e as mulheres com a matéria para a geração. Um sexo é forte, o outro é fraco, para que um possa sair e adquirir bens e o outro permanecer em casa.

Essas visões de Aristóteles, por mais que possam se assemelhar a um modelo moderno de dois sexos, se diferem. De acordo com Laqueur (2001), não havia um esforço de basear os papéis sociais na natureza, porque as próprias categorias sociais foram entendidas como naturais. O que pensaríamos ser construções sociais com carga ideológica de gênero eram, para Aristóteles, comprovações da natureza, pois o físico e o biológico seriam verdades

¹⁴ No capítulo a seguir, apresentaremos o desenvolvimento de Freud sobre a bissexualidade psíquica.

naturais. O sexo existia com a finalidade de gerar, o macho representava a causa eficiente, a fêmea a causa material.

Não há inversão em Aristóteles como havia em Galeno. Como um naturalista, o filósofo entendia que os corpos determinavam a natureza das coisas, ou melhor, a natureza determinava os corpos. O modelo de *sexo único* teve com ele uma forma mais rígida do que com Galeno. Aristóteles insistia na característica imaterial da masculinidade, desconsiderando as distinções orgânicas, restando uma única carne como representante do divino: o corpo do homem. Esse corpo seguiu como sinônimo da perfeição.

Na construção aristotélica, as mulheres eram entendidas como causa material, consideradas inferiores aos homens. Eles, portanto, tinham em sua causa a imaterialidade e a eficiência, motivo pelo qual eram entendidos em condição de superioridade. A possibilidade de geração vinha do macho (causa eficiente), e à fêmea caberia a gestação (causa material).

2.4 OS IDEAIS CULTURAIS DISFARÇADOS DE “ANATOMIA”

Durante o período da Renascença, o corpo feminino continuou sendo uma versão do corpo masculino, só que de um modo diferente. Já se sabia que só as mulheres tinham ventre, mas esse mesmo órgão era considerado o causador de doenças que por esse motivo os homens estariam livres — ventre que também representou a doença chamada histeria,¹⁵ pois migrava pelo corpo provocando sintomas. Laqueur aponta que nos escritos clássicos já existia a afirmação no século III a.C., feita por Herófilo, dos ligamentos uterinos.

No século XVII e ao longo do século XVIII, a ciência passou a considerar uma nova epistemologia, construindo as categorias de masculino e feminino; ambas foram vinculadas ao sexo biológico, passando a ser opostas e incomensuráveis. O clitóris, órgão com muitas histórias e controvérsias, tornou-se um elemento de destaque do corpo feminino.

Em 1559, Renaldus Colombo afirmou ter descoberto o clitóris. Esse órgão quando tocado, reagiria como o pênis, ficando mais duro e alongado. Foi chamado de pênis feminino por seu “descobridor”. Colombo desprezava a reivindicação de outros descobridores, pois estes não tinham se baseado na dissecação e na exatidão dos registros como ele. Gabriel Fallopio, seu sucessor, dizia ter sido ele o “descobridor”. O fato é que Caspar Bartholin, do século XVII, vociferou que tanto Colombo quanto Fallopio mentiam, porque o clitóris já era conhecido desde o século II (Laqueur, 2001, pp.90–91).

¹⁵ A palavra “histeria” vem do grego, *hystéria*, que significa “útero”. Esse acometimento já era conhecido desde a Antiguidade e já havia recebido interpretações que iam desde a circulação do útero pelo corpo da mulher como causa até a hipótese de influências demoníacas, no período da caça às bruxas, com seu apogeu nos séculos XVII e XVIII (Schmitz, 2021).

Em se tratando de clitóris, o assunto é complexo. A descoberta da anatomia completa do clitóris aconteceu em 1998, no final do século XX, pela urologista Helen O'Connell. Em entrevista ao periódico *El País*, em 1º de março de 2020, ela relata que à época descreveu, com todos os elementos, a anatomia completa desse órgão, “o único órgão humano projetado para o prazer”. Detalhou sua vascularização e constatou que sua inervação era mais potente do que previamente observado; disse que “os bulbos cavernosos são partes de uma estrutura piramidal com relações com a uretra e a vagina” (O'Connell, *El País*, 2020, não paginado).

A médica urologista constatou que haveria uma situação histórica e sociocultural em que se nega completamente o significado do clitóris como órgão. Nos textos não especializados só se conhece como clitóris a glândula ou a ponta externa do órgão. “A sexualidade feminina foi confinada na vergonha e na ignorância desde o início dos tempos. Portanto, não é surpresa que não se conheça a anatomia do clitóris. É nossa herança cultural” (O'Connell, *El País*, 2020, não paginado).

Diante desses fatos acreditamos que o mito do prazer vaginal, compreendido como separado do clitóris, pode ser questionado a partir dessa descoberta de suas partes internas. Sendo antes ignoradas, davam uma falsa configuração ao orgasmo vaginal. Encontramos nesse dado uma das inúmeras possibilidades de constatar a misoginia científica, social e política na história das mulheres, e ainda podemos constatar a recusa¹⁶ em se desenvolver estudos biológicos e anatômicos para o corpo feminino com a mesma dedicação prestada à anatomia masculina.

Catherine Malabou (2024) afirma que o clitóris se distanciou da vagina quando a posição do ser humano deixou de ser quadrúpede e passou a ser bípede. Como a ovulação na espécie humana é autônoma, não necessitando da relação sexual, e o orgasmo feminino não apresenta função direta na reprodução, o clitóris é um órgão que não é nada além de uma fonte de prazer. Essa autonomia, característica desse órgão, torna-o tanto ameaçador quanto político. Existiria então um prazer para nada? “Com que direito se concederia esse privilégio ao único mamífero que poderia reivindicar o prazer?” (p.37).

Retornando à Renascença e à “descoberta” de Colombo, Laqueur (2001) questiona por que essa descoberta, que poderia mudar as antigas representações do *sexo único* não o fizeram. Pois, seria por demais estranho, para não dizer absurda, a consideração de um pênis interno (canal vaginal) e outro de menor tamanho do lado de fora (clitóris). Contudo, mesmo

¹⁶ *Recusa*, aqui, se refere ao sentido psicanalítico do termo, uma ação psíquica que nega, retira da consciência, não especificamente como o Recalque. É da ordem da cisão, uma parte do *Eu* que sabe não se relacionar com a parte do *Eu* que não sabe. O psicanalista Sándor Ferenczi ampliou esse conceito de recusa — chamado “desmentido” em algumas traduções — para além da dinâmica intrapsíquica, incluindo a questão da intersubjetividade nas relações. O não reconhecimento do outro ou do meio social perante uma situação de violência infringida ao sujeito geraria um efeito traumático a partir da Recusa da legitimação do vivido.

parecendo improvável, os escritores renascentistas consideraram essas duas possibilidades. O corpo masculino continuava sendo o parâmetro de toda anatomia e o corpo da mulher continuaria inexistente e apagado. Seja com a vagina ou com o clitóris, permaneceria um só sexo, o *sexo único* representante do corpo masculino. Portanto, a descoberta do clitóris não foi suficiente para que o modelo de *sexo único* deixasse de prevalecer.

Durante a Renascença, portanto, a representação anatômica de masculino e feminino não foi imparcial: veio a responder aos imperativos culturais da época. Quanto mais os anatomistas dissecavam, examinavam e representavam visualmente o corpo feminino, mais se convenciam de que ele era uma versão do corpo do homem, só que imperfeito (Laqueur, 2001, p.95). A história do clitóris foi a aporia da anatomia. O clitóris não precisa ser considerado um pênis feminino, muito menos estar em oposição à vagina. Entendemos que a vagina, sendo o órgão marcado para ser representante da feminilidade e o “verdadeiro” local para o prazer feminino, deixaria para o clitóris uma posição ameaçadora ao exercício sexual do homem.

Como vimos com O’Connell (2020), por meio do clitóris a excitação é transmitida para as adjacências sexuais do corpo feminino. Os ideais culturais, disfarçados de construtos científicos no campo da anatomia e da biologia, deram à vagina o lugar de “verdadeiro órgão feminino” e ao clitóris uma definição incompleta e distorcida até 1998. O pênis, por sua vez, como símbolo de *status*, legitimava os que o possuíam a ter certos privilégios.

2.5 O CONTROLE DO CORPO DA MULHER

Durante os séculos XVI e XVII, a Europa passava por uma crise populacional e, visando ações para a volta do crescimento da população, o Estado transformou a reprodução das mulheres em política pública, quando então punições passaram a ocorrer diante de qualquer comportamento que obstruísse essa forma de aumentar o crescimento populacional. Federici (2017), filósofa e feminista, apresenta-nos um estudo desse período que trata da perda de direitos das mulheres e do controle sobre sua capacidade de reprodução. Se na Idade Média métodos contraceptivos podiam ser usados com maior liberdade, nesses séculos citados seus úteros se transformaram em território político.

De acordo com Federici (2017), o controle dos homens sobre as mulheres passava para as mãos do Estado. A procriação foi colocada a serviço da acumulação capitalista e uma guerra foi instituída contra as mulheres. Os conhecimentos de anos de sabedoria sobre seus corpos, no que diz respeito à não concepção, ao parto e aos cuidados no pós-parto, foram impedidos de continuar. Não por acaso, esse é o mesmo período do ápice da *Caça às Bruxas*. No momento em que os índices populacionais caíam, foram introduzidos nos códigos legais europeus severos castigos às mulheres. Elas foram consideradas culpadas de crimes reprodutivos.

O crime por infanticídio desse período acarretou inúmeras condenações mais do que qualquer outro. Essa punição só era menor no caso do crime de bruxaria, que também estava associado ao assassinato de crianças e a outras violações das normas reprodutivas. Às bruxas eram atribuídos poderes demoníacos, pois dizia-se que elas matavam crianças em seus rituais como oferendas ao demônio. A perseguição a essas mulheres manteve-se disfarçada de religiosidade, sendo que o ataque era dirigido à condição ativa e de autonomia das chamadas “bruxas” (Federici, 2017).

Lutero, figura central da Reforma Protestante, entendia que as mulheres eram necessárias para o crescimento da raça humana, “quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz” (Federici, 2017, p.171).

Com essa apropriação de seus corpos, uma nova prática médica passa a se estabelecer. Com a desconfiança sobre as parteiras, os homens passam a ocupar a sala de parto, pois havia o medo de o infanticídio ser por elas realizado. Com isso, segundo Federici, em caso de emergência, sempre priorizariam a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Federici (2017, p.179) pergunta: “Por que a procriação deveria ser um ‘fato da natureza’ e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relação de poder diversas?”.

A caça às bruxas (durante os séculos XVI e XVII) foi contemporânea ao período da *acumulação primitiva* nomeada por Marx e caracteriza o processo político que deu sustentação ao capitalismo. Foi em resposta à crise de acumulação do feudalismo que as bases para o sistema capitalista se constituíram. A apropriação de novas fontes de riqueza acontecia com o processo de colonização, e a escravidão passava a fazer parte dessa mudança econômica e global.

Como a violência foi a marca desse processo, Federici (2017) usa o termo “transição” (entre aspas) para se referir ao início do capitalismo, pois essa palavra (transição) só deve ser utilizada quando acontece um desenvolvimento histórico gradual e linear, o que não foi o caso do capitalismo. A partir desse fato, hierarquias se estabeleceram sobre gênero e raça, constitutivas também da dominação de classe.

Como o capitalismo, durante seus três primeiros séculos, tinha o objetivo de impor a escravidão e outras formas de controles sobre os corpos, as mulheres se tornaram um importante veículo de reprodução para o capital. Nesse sentido, Federici (2017) faz uma crítica importante a Marx. Em sua análise sobre a *acumulação primitiva* do capitalismo, houve um centramento no proletariado do sexo masculino e um apagamento sobre o proletariado feminino. Sendo assim, do ponto de vista da *acumulação primitiva* de Marx, e sob uma perspectiva feminista, essa acumulação relacionada às mulheres transformou-se em *apropriação primitiva* (Federici, 2017) ou seja, a apropriação dos homens sobre o trabalho

das mulheres, reduzindo a mulher a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos maridos.

Para Federici (2017), embora Marx fosse consciente do caráter criminoso do desenvolvimento capitalista, também supôs que a violência que marcou as primeiras fases desse regime retrocederia, algo sobre o qual estava profundamente equivocado. Se ele pudesse ter olhado sob o ponto de vista das mulheres, jamais teria se enganado: “Mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão” (Federici, 2017, p.27). A conexão entre o fenômeno da caça às bruxas, do período da Era Moderna, e o desenvolvimento de uma nova divisão do trabalho, acarretou o confinamento das mulheres ao trabalho reprodutivo.

A partir do capitalismo, Federici (2017) examinou as mudanças na posição social das mulheres sob três perspectivas: 1) uma nova divisão sexual do trabalho; 2) a construção de uma nova ordem patriarcal, a qual excluiu a mulher do trabalho assalariado, gerando sua subordinação ao homem; e 3) a transformação da mulher em máquina de produção de novos trabalhadores. Entendemos que um quarto fator poderia ser acrescido a esses três: às mulheres foi imposta uma espécie de destinação ao passivo, promotora de um apassivamento na condição de seu existir nos diversos âmbitos da vida. Esse fato foi o grande legitimador da dimensão do passivo do feminino na história.¹⁷ Nesse período da história o patriarcado se funde ao capitalismo e formam uma unidade: patriarcado-capitalista, como apresentado na introdução desta dissertação a partir de Saffioti (1984).

As atividades das mulheres sendo definidas como não trabalho, tanto por não receberem salários por parte do empregador como por ficarem encarregadas do trabalho doméstico sem remuneração, as fizeram tornarem-se bens comuns. Foi uma grande derrota histórica para as mulheres, uma vez que seus trabalhos passaram a ser considerados um recurso natural disponível a todos, promovendo a *feminilização* da pobreza (Federici, 2017).

A diferença de poder entre homens e mulheres e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário masculino para acumular trabalho feminino. (p.232).

As mulheres, a partir dessa desvalorização enquanto trabalhadoras e privadas de sua autonomia com relação aos homens, com a pobreza *feminilizada* (Federici, 2017, p. 191),

¹⁷ Veremos no capítulo a seguir que com Freud uma outra dimensão de apassivamento foi determinada às mulheres, a saber, a dimensão psíquica.

sofreram um processo de degradação social, sendo retiradas do espaço público pela dificuldade de atuação devido à opressão masculina. A família passa então a ser um “microestado”, mantenedora de uma política que impedia que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro. Dessa forma se criaram as condições materiais para a sujeição das mulheres aos homens, culminando na apropriação de seus trabalhos pelos homens, derivado no assim chamado *patriarcado do salário* (p.195).

A compreensão das mulheres como não trabalhadoras, no final do século XVII, ganhava mais amplitude. O trabalho fora de casa passava a não ser bem visto; porém elas tinham que participar na produção para ajudar os maridos. Quando por necessidade financeira tinham que trabalhar fora de casa encontravam grandes dificuldades. Somente trabalhos como empregada doméstica, ama de leite, tecelã, fiadeira etc., considerados trabalhos de “*status* mais baixos”, eram possíveis às mulheres (Federici, 2017, p.181). Essa ação tratada como não trabalho fez com que o trabalho feminino em casa passasse a ser definido como “tarefa doméstica”, a cargo somente das mulheres.

Com a aparição da dona de casa, naquilo que começava a se constituir como família burguesa, Federici (2017) evidenciou que a produção de trabalho não reconhecido e não remunerado das mulheres as levou a uma degradação não só social, mas também psicológica e física, desdobrando-se em questões psíquicas.

2.6 FREUD NA TEORIA DE THOMAS W. LAQUEUR

Em alguma época do século XVIII, o sexo tal qual conhecemos hoje foi inventado, nos revela Laqueur (2001). O isomorfismo de Galeno foi derrubado, a imaterialidade de Aristóteles, que refletia uma perfeição transcendental, também perdeu espaço. A ciência se expandiu, ganhando campo e poder, um biopoder, na perspectiva de Foucault¹⁸ (1978/2022).

Os dois sexos foram inventados para fundar os comportamentos de gênero, e no caso das mulheres passou-se a acreditar que elas não tinham paixão. Possuíam maior capacidade de controlar a sexualidade, pois assim tinham sido constituídas biologicamente. O homem, por sua vez, também sob justificativas biológicas, foi entendido como um ser mais sexualizado e, portanto, mais irracional no que diz respeito à sexualidade. Sendo assim, caberia à mulher, em sua condição “biológica e sexualmente mais passiva”, a responsabilidade de trazer os limites morais para o campo sexual.

¹⁸ “Biopoder”, segundo Federici, é o conceito foucaultiano que descreve a preocupação estatal pelo controle sanitário, sexual e penal dos corpos dos indivíduos, assim como a preocupação com o crescimento e os movimentos populacionais e sua inserção no âmbito econômico. O biopoder apareceu com a ascensão do liberalismo e marcou o fim do Estado jurídico e monárquico (Federici, 2017, p. 169).

Contudo, o modelo de sexo único continuou a existir simbolicamente, mantendo os dois sexos desiguais. À época, havia intensas lutas pelo poder e posição na esfera pública. Pós-Revolução Francesa, os dois sexos eram tão frutos da cultura como era o modelo do *sexo único*.

As promessas da Revolução Francesa – que a humanidade em todas as suas relações sociais e culturais podia ser regenerada, que as mulheres podiam atingir não só liberdades civis como também pessoais, que a família, a moralidade e as relações pessoais podiam ser renovadas – fizeram surgir não só um feminismo novo e genuíno como também um novo tipo de antifeminismo, promovendo um novo medo das mulheres, e também fronteiras políticas que criaram fronteiras sexuais. (Laqueur, 2001, p.242).

A cultura, como podemos perceber, se torna a base para as determinações dos papéis sociais e, no caso das mulheres, elas não seriam as convocadas para ocupar os espaços de poder, (como vimos em nosso percurso histórico até aqui) tendo como base uma justificativa biológica para compor o centro do discurso. Aqueles que não aceitavam que as mulheres poderiam ser representantes das instituições públicas da sociedade criaram evidências científicas para as inadequações do corpo e da mente feminina.

Assim, com o estabelecimento da família burguesa no século XVIII, determinaram-se rígidos comportamentos sexuais e a formação da família generificada se fortaleceu, e nela os ideais centralizados na prevalência do masculino sobre o feminino ganharam expansão.

No século XIX e início do XX, encontramos a Psicanálise com fortes influências do Período Moderno. Expandindo-se, primeiramente pela Europa Ocidental, alcançou outros continentes como América Central, chegando à América Latina. Freud foi um inovador para sua época, apresentando a sexualidade infantil, pareceu se afastar dos rígidos ideais morais da Era Vitoriana. Contudo, reiterou o modelo do *sexo único* apontado por Laqueur (2001). Como um homem do Iluminismo, o médico neurologista buscava por meio dos paradigmas da ciência da época comprovar suas construções teóricas.

Dependendo da perspectiva que adotamos ao estudar sua obra, o fundador da Psicanálise ainda é bastante atual. Todavia, seu desenvolvimento epistemológico da sexualidade feminina foi uma reprodução do sistema patriarcal em que estava inserido e no qual a primazia do masculino e o falocentrismo imperava e na atualidade ainda impera em certa medida.

Laqueur apontou que já havia construtos teóricos na época de Freud. Com eles existia também a possibilidade de outras formas de teorizar a sexualidade feminina. Assim, podemos aludir que algumas barreiras psicológicas e psíquicas não estariam superadas no homem Freud para que ele pudesse escapar de certas ideologias em suas postulações. “A anatomia é o

destino disse ele; a vagina é o oposto de pênis, uma marca anatômica da falta de uma coisa na mulher que o homem tem” (Laqueur, 2001, p.278).

Entendemos a partir desses fatos que a histeria seria a patologia que denunciaria, por meio dos seus sintomas, que a cultura seria a grande causa de adoecimento nas mulheres. Em 1905, Freud apresentou sua teoria da sexualidade infantil e com ela a sexualidade adulta, derivada da primeira. O abandono do clitóris em prol de seu órgão opositor, a vagina, colocou dois tipos de orgasmos para a mulher: o clitoridiano e o vaginal. O segundo orgasmo era esperado para as mulheres adultas que haviam alcançado sua feminilidade.

Laqueur (2001) destaca que nenhum outro médico até então tinha falado do orgasmo vaginal durante dois milênios. A desconsideração deste fato na sexualidade adulta de uma mulher é no mínimo curiosa. Se quisermos tratar em termos psicanalíticos, seria uma operação recalcadora, que faz “esquecer” o que já se sabe. Um desmentido social, que poderia ser uma outra forma de nomearmos aquilo que se recusa. Assim Laqueur se expressou:

Em 1905, pela primeira vez, um médico declarou que havia dois tipos de orgasmos, e que o tipo vaginal era a norma esperada nas mulheres adultas [...] antes de 1905 ninguém pensava que houvesse qualquer outro tipo de orgasmo feminino que não o clitoridiano. Isto é descrito com detalhes em centenas de textos médicos e populares, assim como em uma literatura pornográfica que despontava. (2001, pp.278–279).

A abundância de terminações nervosas no clitóris e o empobrecimento dessas terminações na vagina foram demonstrados meio século antes de Freud desenvolver a teoria da sexualidade feminina. Por esse motivo a narrativa de Freud estaria menos apoiada em construtos da biologia, sendo mais reveladora da impregnação dos ideais culturais em seus conceitos metapsicológicos sobre a sexualidade feminina. Sua teoria sobre a sexualidade feminina deve ser vista como “uma narrativa de cultura disfarçada em anatomia” (Laqueur, 2001, p.281).

Em 1884, George Ludwig Kobelt descreveu a anatomia do prazer genital feminino. Sua descrição aponta para a participação mínima da vagina no orgasmo genital:

O pequeno número de nervos que descem individualmente para o tubo vaginal volumoso empurra a vagina tão para trás da glândula – pequena, mas muito mais rica em nervos – que não se pode atribuir à vagina nenhuma participação na criação dos específicos sentimentos de prazer sexual do corpo feminino. (Kobelt, 1884, pp.38–43, citado por Laqueur, 2001, p.283).

A teoria freudiana se apoiou na biologia para discorrer sobre a sexualidade feminina. A crença na mudança pulsional de sensibilidade erógena do clitóris para a vagina (da atividade para a passividade) foi entendida como um movimento imprescindível para a mulher acessar sua “verdadeira feminilidade”, inclusive possibilitada pelas forças biológicas do organismo da mulher (trazendo à tona marcadores da essência e da naturalização da compreensão sobre o feminino). Em outras palavras, uma meta pulsional passiva viria como uma onda movida pela sexualidade biológica da puberdade para que tal mudança pudesse ocorrer. Nas palavras de Laqueur: “[...] o que poderia ser chamado de patriarcado talvez tenha parecido a Freud a única forma possível de organizar as relações entre os sexos, levando-o a escrever como se seus sinais no corpo, pênis externo ativo *versus* vagina interna passiva, fossem ‘naturais’” (Laqueur, 2001, p.285).

Nesse percurso pela história, realizado neste capítulo, buscamos evidenciar que o papel inferior da mulher, sendo a representante do feminino considerada desde o Período Clássico uma figura em contraposição ao homem — o maior representante do poder nas instituições em diversas sociedades —, derivou, a partir primordialmente de interesses políticos, dessa hegemonia que assim permanecia. Com o advento do capitalismo e o período das colonizações, a acumulação primitiva, necessária a esse sistema, teve na *apropriação primitiva* (Federici, 2017) dos corpos femininos uma ferramenta de poder para a funcionalidade desse regime.

Diante dessa força dominadora, o modelo de *sexo único* (Laqueur 2001) foi atravessando os séculos, chegando à Freud. Na forma de uma epistemologia da psicosexualidade feminina, reiterou-se o discurso biologicista do século XVIII, que definiu cientificamente o sexo sob o imperativo do gênero.

Por meio dessas colocações, passaremos para o capítulo em que percorreremos os textos de Freud que abordam o tema da psicosexualidade, enfatizando o desenvolvimento sexual da menina e os caminhos para o acesso à feminilidade. Com essa apresentação, teremos a possibilidade de refletir de forma crítica sobre a teoria freudiana, que deixou uma herança associativa vinculando o masculino ao ativo e o feminino ao passivo na forma de dois trinômios: ativo-fálico-masculino, passivo-castrado-feminino. Detalharemos como esses dois trinômios foram sustentados e, por vezes, relativizados por Freud.

De todo modo, buscamos sustentar que a Psicanálise, dentro do nosso recorte sobre o feminino e a feminilidade, foi um campo que reiterou o sistema de sexo e gênero constituído desde o Período Colonial e que ainda, em certa medida, está presente culturalmente na atualidade. Seguiremos o capítulo apresentando as mulheres psicanalistas, pioneiras da Psicanálise, destacando as convergências e divergências em relação à teoria da feminilidade de Freud.

3 FEMINILIDADE EM FREUD: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM AS MULHERES PSICANALISTAS

*“A passividade é trágica no homem,
enquanto nas mulheres o trágico
é não ser passiva.”*
(Gayle Rubin, 1975, p.53)

No Capítulo “A Dimensão do Passivo: o feminino na história”, vimos que os ideais imperantes dentro de uma cultura determinam como as organizações, as denominações e as categorizações dos indivíduos serão feitas. Esses ideais contemplam a hierarquia de uma sociedade sobre a qual a dominação masculina ocupou, e ainda ocupa, posições de maior privilégio, mantendo seu *status quo*.

Vimos que durante o Período Clássico da Grécia, mais especificamente em Atenas, o padrão idealizado para as mulheres da época foi utilizado como referência para as mulheres do final do século XIX e início do século XX. As características exaltadas eram a obediência e o silêncio frente ao marido e o zelo nos cuidados do lar e dos filhos. Esses ideais culturais tornaram-se ideias transpostas para outros períodos, com o intuito de ressaltar a condição passiva das mulheres de Atenas, para que esse exemplo fosse seguido.

As mulheres de Atenas, no que se referia aos ritos religiosos, possuíam uma posição de autonomia, fato este que não pode ser identificado a partir do Período Moderno em diante. A despolitização e a perda de autonomia foram infringidas às mulheres de maneira brutal, como nunca havia acontecido em nenhum outro momento histórico (Federici, 2017).

Pudemos compreender que os ideais culturais e as práticas sociais na sociedade de Atenas não coincidiam (Lessa, 2010). As mulheres estavam cientes do que acontecia na *pólis*, traziam suas opiniões a seus maridos e não permaneciam a maior parte do tempo no *gineceu*, como era afirmado. A importância das atividades religiosas realizadas pelas mulheres para essa sociedade permitia a interação social delas fora do *oîkos*. Não obstante, vimos também que tanto política como juridicamente esses postos só foram ocupados por figuras femininas em condições de exceção. Sendo assim, a complementariedade entre homens e mulheres (Andrade, 2014) sustentava a dinâmica dessa sociedade, e com isso algum nível de preservação da autonomia e *status* feminino não poderia ser comparado ao apassivamento ocorrido no Período Colonial e Capitalista.

No caso da Roma Antiga, constatamos que os aristocráticos deveriam ser os ativos nas relações sexuais para que seus corpos “não penetrados” fossem resguardados, devido à condição de poder que ocupavam (Feitosa, 2012; 2013). Na representação de essa classe social ser o ativo, além de representar privilégio e poder, trazia em contraposição a necessidade de

ter alguém para ocupar o lugar do passivo, situação esta que marcava uma condição de subordinação, repercutindo em um apassivamento do existir.

Aqueles que se encontravam nessa classificação de passivos eram, geralmente, os(as) escravos(as), jovens e libertos(as); no geral, pessoas que não pertenciam à aristocracia (Feitosa, 2012). Com esse modo de operar a sexualidade, preservava-se o *status quo* de todo o sistema social do período. Passivo, portanto, não estaria associado a uma condição exclusivamente feminina: era, isso sim, um marcador de subordinação. Contudo, foi curioso notar que nessa posição também se encontravam as mulheres, mesmo as aristocráticas, pois eram seres penetrados e com isso não ocupavam a posição ativa daquele que penetrava (Feitosa, 2012).

Na teoria do *sexo único* (Laqueur, 2001), percebemos que o homem e seu corpo masculino, tomado pelo grau de perfeição, foi referido dessa forma a partir da visibilidade de seu órgão genital, tornando-se referência para os construtos anatômicos do corpo humano. Por essa razão, o corpo feminino foi compreendido primeiramente como uma versão do corpo masculino, só que imperfeita, que devido a falta de calor vital, não possibilitou a externalização dos órgãos sexuais. Essa condição de base masculina para compreensão de um outro corpo atravessou séculos de história. Destacamos que o modelo de dois sexos só existiu quando foi politicamente necessário, a partir do século XVIII, porém a ideologia do *sexo único* avançou pela história – traremos os índices de sua presença na teoria da homossexualidade feminina de Freud nesse capítulo.

Com o Período das Colonizações, contemporâneo ao advento do capitalismo, vimos com Federici (2017) que a caça às bruxas veio como um fenômeno que objetivava destituir as mulheres de seu poder sobre os próprios corpos, impedindo-as de utilizar métodos contraceptivos por meio de leis e punições constituídas a partir dos séculos XVI e XVII. Com sua capacidade reprodutiva, as mulheres fizeram parte da *apropriação primitiva* do sistema capitalista, sendo designadas a uma condição de apassivamento brutal. Sua condição de ser no mundo ficou a serviço da procriação, do casamento, da formação da família burguesa e do trabalho de dona de casa não remunerado e não reconhecido.

O trabalho, quando realizado fora de casa, as colocava em uma condição inferior à do homem, surgindo então uma dependência para sua sobrevivência, a qual promoveu séculos de pobreza feminina. Com a *feminilização da pobreza*, o *patriarcado do salário* passou a ser o recebimento que cabia às mulheres, duplamente dependentes: do marido e do empregador (Federici, 2017). Tendo em vista as condições que ao longo dos séculos foram sendo erigidas para que o apassivamento das mulheres acontecesse de forma imperiosa, tornou-se perceptível que seus corpos ficaram em poder do Estado.

Com os efeitos do biopoder (Foucault, 1978), chegamos ao período das patologizações, e com Freud o surgimento da Psicanálise, promotora de uma dimensão psíquica do passivo

acrescida ao feminino. Isso se deu com postulações que buscavam justificar essa condição passiva da mulher tanto no campo biológico como também no psíquico.

O órgão que representou o feminino foi a vagina, que seria o órgão “verdadeiro” representante da feminilidade na mulher. Somente dessa forma a mulher deixaria de ser considerada fálica: a partir do abandono do clitóris. Conceituou-se então dois tipos de orgasmos: o clitoridiano e o vaginal (Laqueur, 2001), porém apenas o segundo traria a marca da moção pulsional de meta passiva, acontecimento considerado necessário para que não fossem patologizadas.

Com o avanço dos estudos sobre gênero, a partir das décadas de 1960 e 1970 na Europa começou-se a questionar o binarismo masculino/feminino como únicas maneiras de se identificar subjetivamente. A importância desses estudos foi promover uma quebra de paradigmas para se entender a formação de gênero. Atributos que caracterizam os sexos, revelaria que tudo aquilo que foi colocado como preceitos biológicos e anatômicos na atribuição de gêneros estava a serviço de imperativos culturais e ideológicos que atendessem à hegemonia branca e masculina das grandes potências colonizadoras.

Seguiremos o capítulo com o percurso de Freud em sua teoria da psicosexualidade, com enfoque na condição feminina. A sustentação — e, por vezes, a refutação da vinculação do feminino ao passivo — foi demonstrada com toda sua ambiguidade nas construções teóricas sobre a mulher, seu feminino e sua feminilidade, revelando a reiteração dos determinantes culturais de gênero no interior da Psicanálise.

Com sua matriz heterocisnormativa, a compreensão sobre a subjetividade feminina se apresentou de maneira limitada na teoria freudiana, atrelada aos estereótipos e normas erigidas pela primazia falocêntrica da cultura patriarcal.

3.1 PSICOSSEXUALIDADE

A teoria freudiana da psicosexualidade feminina foi fonte de muitas críticas. Todavia, temos em contrapartida a construção sobre a psicosexualidade humana, conceituada por Freud e inusitada para seu tempo. Essa conceituação mudaria os paradigmas de sua época, fazendo da sexualidade infantil um dos principais pilares da Psicanálise. Com o fundador da Psicanálise temos que a sexualidade estaria na origem do psiquismo e, portanto, também do inconsciente.

Para melhor compreensão do conceito de psicosexualidade, retomamos o de sexualidade infantil em Freud, presente no texto *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905). Nesse texto, a primeira infância seria uma pré-história do sujeito, a qual define a condição fundamental para a compreensão da vida sexual posterior. É nesse período que se revela a origem dos conflitos encontrados nas psiconeuroses, e a sexualidade dos

psiconeuróticos é resultado de um forte recalçamento da psicossexualidade infantil. A regressão da libido a fases anteriores a seu desenvolvimento promove uma fixação dessa sexualidade, gerando os sintomas neuróticos e impedindo que uma sexualidade mais madura possa imperar.

Freud (1905/2016, p.60) constata: “Os sintomas são a atividade sexual dos doentes”. Sendo a sexualidade infantil perversa polimorfa, a neurose se apresenta como um excesso de sexualidade recalçada, encontrando expressão nos sintomas. Daí a famosa frase: “a neurose é, digamos o negativo da perversão” (idem, p.63).

A sexualidade não voltada para a finalidade da união dos genitais para fins procriativos era considerada perversa, isso no sentido de uma norma padrão heteronormativa. Contudo, no conceito de sexualidade infantil, Freud nos deixou um importante legado sobre a psicossexualidade. A sexualidade infantil não deixa de fazer parte da sexualidade adulta: ela ainda está ativa em todos nós. Na sexualidade infantil, estão presentes moções pulsionais libertas de categorizações e normatizações, deixando um aspecto subversivo em nossa sexualidade. Paradoxalmente à sexualidade infantil, a adulta é compreendida a partir de formas de identidades fixas e pelo pensamento binário de gênero.

Se Freud, por um lado, anunciou que na infância a sexualidade também estava presente, por outro foi também aquele que, inserido na cultura patriarcal, teve como base a predominância masculina sobre a feminina, sustentando sua teoria da psicossexualidade infantil sob a primazia do falo. O desenvolvimento dessa teoria manteve sua ênfase na ideia de uma masculinidade inicial na criança e do caráter masculino da libido.

A rigor se soubéssemos dar aos conceitos de ‘masculino’ e ‘feminino’ um conteúdo mais preciso, seria possível defender a alegação de que a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina, quer ocorra no homem ou na mulher, e abstraindo seu objeto, seja este homem ou mulher. (Freud, 1905/2016, p.139 [grifo nosso]).

A libido por quase três décadas manteve-se associada a um caráter masculino. Somente em 1933, com as *Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise*, sob o título *A Feminilidade*, que Freud assumiu uma libido neutra quanto ao gênero. Assim se expressou:

Há apenas uma libido, que é posta a serviço tanto da função sexual masculina como da feminina. A ela mesma não podemos atribuir um sexo; se, seguindo a equiparação convencional de atividade e masculinidade quisermos denominá-la “masculina” não podemos esquecer que ela também representa impulsos com metas passivas. (Freud, 1933/2010, p.289).

A teorização da sexualidade do menino foi transposta para construção da sexualidade da menina, seguindo o padrão de referência masculino para se pensar a mulher e sua feminilidade. Em uma cultura na qual prevalece o culto ao falo, vinculado predominantemente ao masculino, não é de se estranhar que a teoria da psicosexualidade da menina tenha sido pensada considerando a ausência de sensações vaginais. Diante do registro falocêntrico, onde o ter precede o ser, a marca da ausência fica referida a uma espécie de defeito, de deformidade, ou falta, representante da falha nesse contexto.

Ter o pênis e o não ter ainda são condições associadas em nossa cultura à valorização e à desvalorização. A falta representada como falha alude às diferenças sexuais, compreendidas, de modo geral, como inferiorizações e não como diferenças em si mesmas. Não ter *status*, não ter ascensão financeira, não ser branco, seu sexo anatômico não ser condizente com seu gênero, sua orientação sexual não ser heterossexual se apresentam como marcadores de diferenças relativos a um modo de pensamento falocêntrico, típico do modelo androcêntrico, no qual os comportamentos machista, racista, homofóbico e transfóbico de nossa sociedade adquirem formas estruturais.

No texto *A organização genital infantil* (1923), Freud aborda a sequência que as polaridades sexuais alcançam durante o percurso do desenvolvimento sexual infantil. Importante acrescentar que é nesse texto que ele faz a reparação de não ter apresentado até então, desde o texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), uma fase que foi considerada central no desenvolvimento da psicosexualidade do sujeito: a *Fase Fálica*. A fase fálica é uma primeira organização genital — onde ocorre a integração das pulsões parciais típicas de uma organização pré-genital — e está exclusivamente relacionada ao órgão masculino em Freud. Nessa esteira também considerou a menina com seu pequeno pênis, o clitóris. Considerá-la em uma posição masculina, que deve ser abandonada após a fase fálica, garante seu acesso à feminilidade.

Segundo Freud, na organização pré-genital ainda não se pode falar na constituição e na compreensão de masculino e feminino para a criança: a polaridade predominante na fase sádico-anal seria a oposição ativo-passivo. Na fase fálica há a representação do masculino, mas não há a do feminino; a oposição seria entre fálico e castrado. Somente ao completar o desenvolvimento biológico e libidinal na puberdade, a polaridade sexual coincidiria com masculino e feminino (Freud, 1923/2011, p.175). Veremos como esses dois trinômios (ativo-fálico-masculino, passivo-castrado-feminino) percorreram a teoria da psicosexualidade de Freud, convocando a mulher e o feminino a uma dimensão psíquica de vinculação ao passivo.

“*A anatomia é o destino*”¹⁹ disse Freud em dois momentos diferentes: em 1912, no texto *Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa*, e em 1924, em *A dissolução do complexo de Édipo*. Dois textos e dois sentidos diferentes para a mesma frase. Em 1912 Freud se referia à sexualidade infantil com sua característica perversa polimorfa, que insiste em permanecer na sexualidade adulta, trazendo algo de excremental e animalesco para a sexualidade genital — advindo de um tempo em que as barreiras repressivas e recalcentes ainda não tinham sido erigidas. Além disso, destacou o registro filogenético no qual o homem ainda não tinha atingido a posição ereta, e o contato com os genitais se dava de outra maneira. Ocorria com a presença mais atuante dos órgãos olfativos com essa região. Sendo assim, os padrões de higiene, beleza, estética e comportamentos morais erigidos encontram no campo sexual os resquícios dessa condição anterior dos homens primitivos, e com isso podemos entender a ideia de que “*a anatomia é o destino*”, no sentido de que a sexualidade, a partir de seus órgãos genitais, não acompanharam padrões evolucionistas, da perspectiva darwiniana para a civilidade humana (Freud, 1912/2013, pp.361–362). Ou seja, sempre há um tanto de primitividade no campo sexual.

Em 1924, o sentido de “*a anatomia é o destino*” refere-se a uma posição de Freud frente ao construto da sexualidade feminina apoiado no sentido realista da visibilidade do órgão. A concretude da presença do pênis do menino, conjuntamente com o poder do falo na cultura, promoveu uma interpretação para a teoria psicanalítica sobre a feminilidade, baseada na ausência do pênis. Teve ainda os seguintes desdobramentos conceituais: 1) seu desenvolvimento psicosssexual partir de uma masculinidade inicial; 2) sua condição de castrada e sua consequente inveja do pênis; 3) o apagamento das sensações vaginais até puberdade; e 4) o abandono do clitóris para o alcance da sua feminilidade.

Por mais que Freud tenha dito que não é próprio da Psicanálise descrever o que é a mulher, e sim como se desenvolve sua sexualidade a partir da criança inatamente bissexual, a diferença psíquica entre os sexos, conceituada a partir da anatomia, provocou em algumas colegas psicanalistas de sua época uma experiência de desfavorecimento. Para tal, a resposta de Freud assim se deu: “as damas podiam externar a suspeita de que nós, os analistas homens, não havíamos superado alguns preconceitos muito arraigados em relação à feminilidade, e estávamos pagando isso com a parcialidade de nossa pesquisa” (Freud, 1933/2010, p.269), e seguiu dizendo que isso não valeria para elas, pois podiam ser consideradas mais masculinas do que femininas.

Pensando nas questões feministas das mulheres que buscavam criticar sua teoria sobre a feminilidade, fossem psicanalistas ou não, Freud reafirmava suas convicções dizendo que a

¹⁹ Na frase “*A anatomia é o destino*”, Freud faz uma paródia da frase de Napoleão Bonaparte: “*Le destin, c’est la politique*”.

exigência feminista de igualdade de direito entre os sexos não iria longe, pois “*a anatomia é o destino*” (Freud, 1924/2011, p.211).

Na década de 1920, encontrávamos — e, ainda encontramos — um sentido pejorativo para o termo feminismo e, sem essa possibilidade de referências positivas em relação ao termo, às mulheres que buscavam alguma posição no campo social restava a identificação masculina, ou seja, feminismo seria entendido como um movimento contra os homens e, assim sendo, essas mulheres feministas seriam pouco ou nada femininas. Entendemos que a entrada das mulheres no campo profissional, na cena social, até então considerada exclusivamente masculino, ameaçava essa hegemonia, e o ataque direcionado a elas se revelaria na desconsideração de sua feminilidade.

3.2 A MASCULINIDADE PRIMÁRIA ATRIBUÍDA AO DESENVOLVIMENTO SEXUAL DA MENINA

Em 1923, como apontado, Freud conceitua a fase fálica como aquela na qual se dava a primazia do falo, correspondendo também ao tempo da vivência do complexo de Édipo e o complexo de castração. Para Freud, o desfecho da sexualidade infantil, por volta dos cinco anos de idade da criança, se apresentava muito próximo da sexualidade do adulto. A reunião das pulsões parciais do período pré-genital se organiza ainda na primeira infância, só que sob o primado de um único genital, o pênis: “que pouco fica a dever àquela (fase) da maturidade” (Freud, 1923/2011, p.171), essa seria a única diferença da organização genital dos adultos²⁰.

No que diz respeito à diferença de gênero nas crianças, Freud aponta que ela precede a percepção das diferenças sexuais anatômicas. No texto *Sobre as Teorias Sexuais das Crianças* (1908) temos que:

Se despojados da nossa natureza corpórea, pudéssemos observar as coisas da Terra com olhos frescos, como seres puramente pensantes de algum outro planeta, talvez nada nos atraísse mais a atenção do que a existência de dois sexos entre os seres humanos, que, embora muito semelhantes em outros aspectos, marcam sua diferença com patentes sinais exteriores. (Freud, 1908/2015, p.394).

Nesta citação nos é revelado que a diferenciação de gênero é a primeira a ser percebida, circundada pelo determinismo cultural que se impõe. Contudo, o menino terá como natural que todos os outros seres, pessoas, animais, ou objetos inanimados, possuem um órgão

²⁰ Contudo, veremos que para a mulher sua ausência de pênis será uma marca que Freud considerou muito difícil de ser elaborada psiquicamente.

semelhante ao seu. Em uma nota de rodapé de seu texto de 1923, Freud destaca que “é notável a pouca atenção que a criança dá à outra parte dos genitais masculinos, o pequeno saco e seu conteúdo. Pelo que se ouve nas análises, não se poderia imaginar que os genitais masculinos incluem alguma coisa além do pênis” (Freud, 1923/2011, p.171).

O menino, no curso de suas pesquisas, descobre que o pênis não é um bem comum a todos, negando nesse primeiro momento essa visão. Somente quando a ameaça de castração se torna um medo real é que, segundo Freud, o menino percebe que alguns seres não o têm mais. Antes disso, o menino acreditava que em alguns seres essa parte do corpo ainda era muito pequena e cresceria futuramente. Freud vai trazer esse mesmo raciocínio para a menina, quando percebe que seu órgão não é igual ao do menino, afirmando:

O clitóris da menina se comporta primeiramente como um pênis, mas, na comparação com um camarada de brinquedo do sexo masculino, ela nota que “saiu perdendo” e sente esse fato como desvantagem e razão para inferioridade. Durante algum tempo ela se consola com a expectativa de mais tarde, quando crescer, vir a ter um apêndice grande como o de um menino. (Freud, 1924/2011, pp.211–212 [grifo nosso]).

No texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), a pré-história do complexo de Édipo é abordada nos meninos e nas meninas. No caso das meninas, essa pré-história seria mais longa, pois teriam que passar pela troca do objeto primário, ou seja, da mãe para o pai — a *fase pré-edípica* da menina seria melhor compreendida em seus textos sobre a feminilidade (1931; 1933), a partir dos apontamentos de Ruth Mack Brunswick. Na menina o Édipo seria secundário, pois existiria uma ligação inicial com a mãe, a chamada *fase pré-edipiana*, que torna mais trabalhosa sua entrada no complexo de Édipo. A fase fálica começaria para a menina com a observação do pênis, por meio da visualização do órgão; por exemplo, de um irmãozinho ou amiguinho. A menina identifica imediatamente o pênis como superior ao seu órgão pequeno e imperceptível (Freud, 1925) e, diante dessa constatação, as meninas poderiam cair vítimas da inveja do pênis, culminando mais tarde no complexo de masculinidade. A relação *pré-edipiana* da menina com a mãe revelaria moções pulsionais ativas e passivas presentes na relação (Freud, 1931; 1933).

A decepção com a mãe, que não lhe deu o valorizado pênis faria deslizar para a equação pênis-bebê. Se em sua vida adulta a mulher tivesse um bebê menino, seria a maneira mais próxima de alcançar seu desejo de “possuir” um pênis e abrandar sua inveja. Essa decepção leva, como consequência, a criança da mãe para o pai como objeto libidinal, iniciando-se, assim, seu complexo de Édipo.

Nesse ponto, Freud abre uma possibilidade de ocorrerem sensações vaginais na menina: “Se me é permitido crer numa observação psicanalítica isolada, nessa nova situação (a passagem da mãe para pai) pode haver sensações físicas que devem ser consideradas um despertar prematuro do aparelho genital feminino” (Freud, 1925/2011, pp.295–296). No entanto, vemos que o que prevaleceu em Freud foi a maior probabilidade de que essas sensações vaginais ocorram somente na puberdade — sua teoria cloacal aponta para isso (Freud, 1923).

Freud considera que o sentimento narcísico de humilhação da falta do pênis na menina pode afastá-la da sua chamada fase da masculinidade e da sua masturbação clitoridiana, com isso se dá a abertura para o desenvolvimento de sua feminilidade ou, pelo contrário, pode se desenvolver uma rejeição à sua condição feminina: “A menina se recusa a admitir o fato de sua castração, aferra-se à convicção de que possui um pênis, e se vê compelida, subsequentemente, a agir como se fosse um homem” (Freud, 1925/2011, pp.291–292).

Portanto, constituiu-se três destinos para o desenvolvimento sexual da mulher: 1) diante do ínfimo órgão atrofiado, seu pequeno clitóris, vive uma inibição sexual ou é levada à neurose; 2) reage com revolta pela falta do pênis e na esperança de um dia possuí-lo se apegando ao Complexo de masculinidade, promovendo modificação de caráter²¹ e podendo culminar em uma escolha de objeto homossexual; e 3) toma o pai como objeto, encontrando a forma feminina do complexo de Édipo e sendo levada a um desenvolvimento dito “normal” de sua sexualidade (Freud, 1931).

No desenvolvimento sexual descrito à menina, temos na descoberta da sua própria castração sua iniciação edípica. O menino, ao contrário, tem na ameaça de castração a saída do Édipo, pois, com a observação da ausência do pênis no corpo feminino, vive a angústia da castração, desinvestindo o objeto materno mediante o investimento narcísico no pênis.

Neste ponto seria importante trazer a distinção de pênis e falo. Ela foi feita por Jacques Lacan (1956–7), psicanalista francês para o qual o falo apresenta uma série de significados que se atribuem ao pênis. Com um significante que opera na estrutura do desejo e na constituição do sujeito, o falo é um dos três elementos no triângulo imaginário pré-edípico, onde a mãe é compreendida como desejante deste objeto, fazendo com que a criança se identifique com ele. Diante da constatação da castração, a criança deveria renunciar à possibilidade de ser o falo para mãe, independentemente da diferença anatômica dos sexos.

Retornando a Freud e à desconsideração do conhecimento da vagina pela menina até a puberdade, o clitóris torna-se pertencente à zona erógena masculina da menina: “a garota pequena é um pequeno homem” (Freud, 1933/2010, p.271). A proposição inicial da

²¹ A palavra “caráter” dessa frase remete ao desvio da heteronormatividade, marcando uma quebra moral para aquilo que deveria se tornar quando adulta.

masculinidade na criança deixa uma tarefa árdua, para não dizer quase impossível, para o alcance da feminilidade para a menina.

Importante destacarmos que somente nos textos de 1931 e 1933 encontramos uma alteração referente ao desenvolvimento da sexualidade feminina, talvez a única que Freud pôde fazer nessa teoria desde 1923. Esta mudança foi em relação à teorização da *fase pré-edípica*, a qual traz a importância da relação mãe-bebê e abre para ampliações posteriores sobre uma teoria relacional na Psicanálise para além das questões intrapsíquicas, fortemente marcadas na teoria freudiana (Amorim, 2023).

Em sua conferência sobre a feminilidade (1933), Freud menciona que a *fase pré-edípica* da menina foi melhor percebida pela psicanalista Ruth Mack Brunswick, uma das poucas mulheres psicanalistas da época. Ampliando seu leque de menções a contribuições femininas, cita Jeanne Lampl-de Groot e Helene Deutsch, que também teriam contribuído com o desenvolvimento da teoria pré-edípica da menina, ao perceberem, no atendimento clínico às mulheres, que existe atividade fálica da menina em relação à mãe, e que os atos das mulheres homossexuais reproduziam as relações mãe-filha (Freud, 1933/2010, pp.287–288).

Revelou-se então, com psicanalistas mulheres, que a transferência no/do trabalho psicanalítico apresentava afetações psíquicas que Freud e os demais psicanalistas homens não teriam percebido, o que não lhes permitiu que pudessem ampliar suas postulações sobre a psicosssexualidade feminina e seus desdobramentos. Com a entrada das mulheres na Psicanálise, os avanços dessa teoria se apresentaram; entretanto, elas teriam muito a pleitear por um lugar de protagonismo no meio psicanalítico da época.²²

Freud prossegue sua conceituação sobre a menina destacando que, para que se dê a mudança de objeto, é necessário que ela tenha um acentuado rebaixamento de seus impulsos sexuais com metas ativas e a ascensão das passivas. Sem o auxílio das tendências passivas,²³ a transição para o objeto paterno não seria possível. Curioso constatar que as forças libidinais seguem o mesmo percurso na criança, independentemente do sexo, mas na menina fatores biológicos desviam as tendências ativas (vinculadas mais fortemente ao masculino) para canais passivos (vinculado ao feminino).

²² Karen Horney (1885–1952) é um bom exemplo dessa tentativa de protagonismo. Como suas postulações trazem divergências com as de Freud, houve pouca ou quase nenhuma consideração por seu trabalho. Karen era uma psicanalista alemã que, apesar de contemporânea a Freud, foi considerada pós-freudiana devido a essas divergências da teoria falocêntrica. Uma coletânea sobre sua psicologia feminina foi lançada em 1967, considerada uma “psicologia feminista”. Horney atuou nos Estados Unidos nos últimos anos de sua vida. Utilizo aqui o livro *A Recusa da Vagina: o feminismo e a feminilidade na Psicanálise*, de Patrícia Mafra de Amorim (2023), para embasar a pesquisa sobre essa autora. Veremos mais sobre Horney mais adiante ainda nesse capítulo.

²³ Vimos com Laqueur no capítulo anterior como essa epistemologia de Freud respondia aos dispositivos sociais, culturais e políticos de sua época. O recurso de Freud em buscar no fisiológico e no biológico, sustentação às suas postulações psíquicas, deixou para as mulheres a vinculação ao passivo.

Karl Abraham, psicanalista alemão da primeira geração como Freud, publicou sobre a teoria da sexualidade feminina, sendo esse texto considerado um dos mais importantes de sua trajetória. Para esse autor, a genitália feminina foi vista como uma ferida marcando a falta do pênis e essa ausência do órgão geraria um sentimento de vingança em relação aos homens, devido à sensação de terem sido “roubadas” (Amorim, 2023, p.80). Essa constatação cairá para a menina como uma falha da mãe, que não lhe proveu essa condição. As postulações de Abraham sobre o complexo de castração nas mulheres em sua teoria, foram amplamente utilizadas por Freud.

A imagem da mulher “castrada” torna-se a marca de um rebaixamento; representa a constatação da falta, da ferida narcísica “sangrante”, devido à castração.²⁴ O sangramento mensal de seu ciclo menstrual poderia trazer uma ativação dessa fantasia de castração. Essa feminilidade marcada pela violência da castração — e, portanto, referência de sua inferioridade — se torna fonte de rejeição à feminilidade em homens e nas próprias mulheres, pois, representada pela ausência do órgão masculino, dentro de um discurso falocêntrico, marca uma condição desfavorável e indesejada.

Abraham chega a considerar a existência de uma homossexualidade inconsciente nas mulheres, cujo desejo de serem homens permanecendo recalcado, sublimado em “interesses masculinos” de caráter intelectual e profissional. Mulheres com esse tipo de desenvolvimento psíquico trazem a negação em si de que esses interesses só poderiam estar relacionados ao sexo masculino (Amorim, 2023). Com essas colocações temos demonstradas as rígidas determinações sobre o que é pertencente aos homens e o que é destinado às mulheres.

3.3 ATIVO-FÁLICO-MASCULINO/PASSIVO-CASTRADO-FEMININO

Como vimos, o desenvolvimento sexual da menina foi deduzido do modelo padrão do menino. Freud considerou que as consequências psíquicas advindas das diferenças anatômicas entre os sexos tinham no órgão masculino uma centralidade para ambos, colocando o desenvolvimento sexual da menina atrelado a uma posição inicial masculina. Em 1905, ele apresentou as fases do desenvolvimento da libido, e na consideração da fase fálica (em 1923) começou a traçar o destino da menina para o alcance da sua feminilidade na fase adulta: ela deve renunciar a sua atividade pulsional ligada ao clitóris, migrando para uma meta com finalidade passiva — representada pela vagina.

A vinculação dos termos ativo-fálico-masculino e passivo-castrado-feminino, presentes na obra de Freud, reflete sua frase “*A anatomia é o destino*”, de 1924, e nos

²⁴ Ferida narcísica “sangrante” é uma alusão feita à menstruação considerada por certos autores um tipo de fantasia de algumas mulheres com relação a sua condição de ser castrada.

debruçaremos nesta questão para pensarmos criticamente sobre a condição passiva destinada à mulher e ao feminino de um modo geral.

O clitóris teve sua função reduzida apenas a ser “como uma lasca de madeira resinosa, utilizada para pôr fogo numa lenha mais dura” (Freud, 1905/2016, p.141), trazendo para a vagina o lugar “verdadeiramente” anatômico para a função sexual. Durante algum tempo, segundo sua teoria, a vagina se apresenta sob anestesia, contudo seria necessário que a transmissão da excitabilidade clitoridiana para a vagina se realizasse. “Essa anestesia pode se tornar duradoura quando a zona clitoridiana se recusa a abandonar sua excitabilidade, e o caminho para isso é preparado justamente por uma intensa atividade [dessa zona] na infância” (Freud, 1905/2016, p.141).

Como vemos aqui, uma narrativa da cultura se apresenta impregnada de preceitos biologicistas. Parece que o clitóris, sendo um órgão autônomo de prazer, foi percebido como um risco ao desenvolvimento civilizatório, que sempre necessitou da procriação da mulher para a continuidade do desenvolvimento econômico e político do capitalismo, como vimos com Federici (2017). Daí a ser entendido como um órgão que deveria ser abandonado para o acesso à feminilidade foi um feito postulado pela teoria freudiana da feminilidade.

Além disso, como vimos com Laqueur (2001), Freud foi o criador do conceito de dois tipos de orgasmo para a mulher: o clitoridiano e o vaginal. Ele descreveu três enfoques para decompor o que seria masculino e feminino, como vemos nessa citação de uma nota de rodapé de 1915 no texto *Três Ensaio*s:

Ora se empregam “masculino” e “feminino” no sentido de atividade e passividade, ora no sentido biológico, ora ainda no sentido sociológico. O primeiro desses três sentidos é o essencial, assim como o mais utilizável em Psicanálise. A isso se deve que a libido seja descrita no texto como masculina, pois a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si um alvo passivo. O segundo sentido de “masculino” e “feminino”, o biológico, é o que admite a definição mais clara. Aqui, masculino e feminino caracterizam-se pela presença de espermatozoides ou óvulos, respectivamente, e pelas funções decorrentes deles. A atividade e suas manifestações concomitantes – desenvolvimento muscular mais vigoroso, agressividade, maior intensidade de libido – costumam ser vinculadas à masculinidade biológica, embora essa não seja uma associação necessária já que existem espécies animais em que essas propriedades correspondem, antes à fêmea. O terceiro sentido, o sociológico, extrai seu conteúdo da observação dos indivíduos masculinos e femininos existentes na realidade. **Essa observação mostra que, no que concerne ao ser humano, a masculinidade ou a feminilidade, puras não são encontradas nem no sentido psicológico nem no biológico. Cada pessoa exhibe, ao contrário,**

uma mescla de seus caracteres sexuais biológicos do sexo oposto, e ainda uma conjugação de atividade e passividade, tanto no caso de esses traços psíquicos de caráter dependerem dos biológicos quanto no caso de independermos deles. (Freud, 1905/2016, pp.139–140 [grifos nossos]).

Apesar da longa citação conter essas constatações, não foram suficientes para que Freud abandonasse por completo o apoio na anatomia para pensar as questões psíquicas para os homens e para as mulheres. Esse apoio nos deixou a herança teórica, na qual ficaram vinculados ativo-fálico-masculino em oposição a passivo-castrado-feminino. Em seu texto de 1923, Freud considerou que há uma primeira oposição que acontece entre o sujeito e o objeto, pensada no sentido pulsional. Temos que a pulsão necessita de um objeto para atender sua demanda de satisfação. O masculino reuniria o sujeito à atividade e à posse do pênis; enquanto o feminino assumiria o objeto e a passividade. Pensando em termos de fase fálica, onde há imperiosamente a marca do genital masculino, a sequência opositiva seria: genital masculino — falo, e ausência do falo — castrado (Freud, 1923/2011, p.175).

Em 1924, Freud buscou diferenciar o complexo de Édipo do menino e da menina, e afirmou que a menina também possuiria uma organização fálica e um complexo de castração. Contudo, ele acrescentou que, por mais que as exigências feministas lutassem pela igualdade de direito, a diferença morfológica se manifestaria no desenvolvimento psíquico, imperando na “*anatomia é o destino*” (Freud, 1924/2011, p.211).

Contraditoriamente, em 1933, Freud aponta para a complexidade das demarcações de masculino e feminino: “[...] o que constitui a masculinidade ou feminilidade é uma característica desconhecida, que a anatomia não pode apreender” (Freud, 1933/2010, p.266). Segue apontando que a vida sexual humana dá mostras do quanto associar a atividade ao masculino e a passividade ao feminino não é um fato verdadeiro e absoluto. O que Freud pareceu buscar sustentar nesse momento de sua obra foi que a feminilidade tem como característica psicológica a preferência por metas passivas, contudo, não considerou as imposições culturais para essa aparente preferência. No texto *Compêndio de Psicanálise*, de 1940, ele assim se expressou:

Para diferenciar entre masculino e feminino na psique, servimo-nos de uma equivalência empírica e convencional que é claramente **insatisfatória**. Chamamos “masculino” a tudo que é forte e ativo, e “feminino” a tudo que é fraco e passivo. Esse fato da **bissexualidade** também psicológica complica as nossas investigações e dificulta a sua exposição. (Freud, 1940[1938] /2018, p.247 [grifos nossos]).

Podemos constatar nessa citação que a bissexualidade freudiana alude para um desdobramento de suma importância para pensarmos a masculinidade e a feminilidade descolada das rígidas atribuições dos determinantes sociais de gênero, porém o conceito em sua obra apenas serviu para manter a matriz heterossexual de sua teoria.

No texto *Algumas Consequências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos* (1925), Freud também relacionou a disposição bissexual e a herança genética cruzada à reunião de caracteres masculinos e femininos no ser humano, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto (Freud, 1925/2011, p.298). Em 1933, a bissexualidade foi apresentada sob sua vertente biológica: “algumas partes do aparelho sexual masculino se acham igualmente no corpo da fêmea, só que em estado atrofiado, como se o indivíduo não fosse homem nem mulher, mas as duas coisas” (Freud, 1933/2010, p.265).

Sendo assim, constatamos que não se pode sustentar metapsicologicamente uma meta pulsional mais passiva relacionada às mulheres e mais ativa aos homens, mas em Freud uma onda repressora precisa dominar as moções pulsionais ativas da “menina clitoridiana” para suplantar essa posição masculina que só o menino e o futuro homem podem ocupar.

Entendemos que o que realmente importa à Psicanálise é sustentar que atividade e passividade são modalidades que qualificam a vida pulsional, e que a vinculação histórica entre ativo e masculino e passivo e feminino/feminilidade, quando utilizada reitera os marcadores heteronormativos e opressores em relação ao feminino. Quando observamos condutas que apontam para a busca de posição passiva, estas são indicativas de atividade pulsional também, pois a pulsão é sempre ativa, como apresenta Freud no texto *A Pulsão e seus destinos* (1915), podendo ter como meta a passividade: “Todo instinto [pulsão] é uma porção de atividade; quando se fala, desleixadamente de instintos passivos, não se quer dizer outra coisa senão instintos como meta passiva” (Freud, 1915/2010, p.57). Se toda a pulsão é ativa em sua fonte, podendo ter como meta a forma passiva, entendemos que ativo e passivo como metas pulsionais circulariam em todos os sujeitos.

Como vimos, Freud não nega a meta passiva em homens nem a ativa em mulheres. Considera que nenhum indivíduo se limita aos modos de reação de um “único sexo”, pois há sempre um espaço para o “sexo oposto” em si, e esses seriam os resquícios presentes no corpo do sexo atrofiado que a bissexualidade biológica deixou nos primórdios do desenvolvimento do feto — traço do desenvolvimento biológico transposto para modos de pensamento psíquicos em Freud (1940[1938]/2018, p.247). Todavia, a construção de uma matriz heterossexual para se pensar o modelo padrão de desenvolvimento psíquico não sofreu alterações em Freud. Pelo contrário, manteve-se conceituado em sua teoria, sem conseguir obter a partir da bissexualidade um sentido fluído na construção de gênero e no desenvolvimento da subjetividade humana.

A bissexualidade viria a dar mostras de que circulam em todos os sujeitos potencialidades para um *vir a ser*, sem estar determinada *a priori* a partir do sexo biológico uma futura condição de identificação e orientação sexual. Porém, mesmo que a preferência por metas passivas dada como natural para a mulher não tenha sido considerada por Freud o mesmo que passividade, pois toda meta passiva requer uma boa dose de atividade (Freud, 1933/2010, p.268), essa constatação não pareceu suficiente para modificar os destinos da feminilidade nas mulheres em sua teoria. Reproduziu-se na teoria em forma de epistemologia a passividade como condição subjetiva, seja no campo social e no sexual. Sendo sua capacidade reprodutiva, naturalizada e universalizada, sua condição para maternidade seria um destino muito valorizado socialmente, só assim, envolto pela maternagem, o papel ativo para a mulher seria legitimado e respeitado.

Retomando à vinculação dos termos ativo-masculino, passivo-feminino, é possível perceber que contribui para a manutenção das categorizações sociais do que é do homem e do que é da mulher. E, nesse sentido, o conceito de bissexualidade serviu mais como um complicador sobre os padrões sociais exigidos, mas não tão facilmente atingidos, do que como um conceito com potencial de desconstrução dessa estrutura binária. Diante desse imbróglio, o conceito não promoveu grandes tensionamentos ao padrão heteronormativo da teoria psicanalítica. O acréscimo que a bissexualidade proporcionou, para se pensar o complexo de Édipo, foi que no percurso do menino e da menina se reconheceu um duplo sentido: ativo e passivo, comumente chamado por Freud de posição masculina e feminina.

Ao querer assumir o lugar da mãe como objeto amoroso do pai, o menino estaria ocupando uma posição feminina, aponta Freud em seu texto *Algumas Consequências psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos* (1925): se não puder avançar dessa condição, pode ocorrer uma orientação homossexual no final do seu desenvolvimento sexual (Freud, 1925/2011, p.287).

Temos neste apontamento uma clara vinculação dos termos ativo-masculino e passivo-feminino. Essa condição “natural” dada pelo biológico e questionada pela bissexualidade não fez frente para o que ainda predomina em nossa sociedade. A vinculação dos termos ainda se encontra presente no imaginário popular, sendo a ideia da cisgeneridade um modelo padrão. Entendemos que a vinculação desses termos na teoria psicanalítica da psicosexualidade atravessa a vertente das metas pulsionais (ativa e passiva), promovendo a reiteração dos estereótipos de gênero dentro da Psicanálise.

A distinção entre a meta passiva e passividade proposta por Freud faria alusão a uma distinção entre o pulsional e o comportamental esperado da mulher na sociedade de sua época. Como essa proposição não promoveu modificações na tese central de sua teoria da psicosexualidade feminina, permaneceu indistinguível meta passiva e passividade. O destino anatomobiológico prevaleceu fruto da ficção construída a partir de interesses advindos do

discurso imperante, expressos por meio da cultura patriarcal para o que era e porque não dizer, ainda em certa medida permanece atuante, culminando naquilo que chamam de “natureza feminina”.

Freud reconheceu na conferência de 1933 a influência da organização social que empurrava as mulheres para situações passivas. Considerar a supressão da agressividade constitucional, intensificada pelo social, favoreceria o desenvolvimento de fortes impulsos masoquistas para elas (Freud, 1933, p.268). Diante do exposto, entendemos que o que foi tido como constitucional foi antes construído psiquicamente a partir da cultura e não somente fomentado por ela.

Destacamos que Freud cunhou o termo *Masochismo Feminino* para apresentar uma das formas de expressão desse masoquismo no texto *O problema econômico do masoquismo* (1924). Curioso ressaltar que o masoquismo feminino teria uma predominância muito maior nos homens, pois neles se apresenta na forma de fantasia, chamada *fantasia feminina*. Essa fantasia consiste no desejo de ocupar um lugar na cena sexual, não excluindo traços em seu comportamento social, inclusive de ser submetido, humilhado, maltratado e surrado. Representado por uma condição passiva de submetimento, a denominação *masoquismo feminino* reforça as características pertencentes às mulheres e ao feminino. Temos nessa vinculação do feminino ao passivo, sob esse viés da fantasia feminina nos homens, um retrato perigoso, cujos desdobramentos já conhecemos dentro do imaginário popular: mulher gosta de apanhar, pois é masoquista — frase muito comum, dita sem crítica ou constrangimentos até o início do século XXI.

No texto *Sobre a Sexualidade Feminina* (1931), Freud aponta para um dado interessante da relação entre atividade e passividade:

É fácil observar que em todo âmbito da vida psíquica, não apenas no da sexualidade, uma impressão recebida passivamente pela criança suscita a tendência a uma reação ativa. Ela procura fazer o mesmo que antes foi feito nela ou com ela. Isso é parte do trabalho do domínio do mundo exterior [...] **é inegável que temos aí uma rebelião contra a passividade e uma preferência pelo papel ativo.** Essa transição de passividade para atividade não se verifica com a mesma regularidade e energia em todas as crianças; em algumas ela pode não ocorrer. (Freud, 1931/2016, pp.387–388 [grifo nosso]).

Nessa passagem nota-se que a equivalência entre o passivo e o feminino e entre o ativo e o masculino não parece ter uma relação tão primordial. Mas por que será então que as tendências ativas da menina denominadas masculinas necessitam ser abandonadas para dar lugar à feminilidade, com suas metas passivas, consideradas biologicamente naturais?

Quando temos a passividade atribuída ao feminino, o que precisamos compreender é a desvalorização do feminino em questão. E temos, culturalmente falando, que a associação à passividade no caso dos homens aparece como uma ameaça à sua masculinidade, pois ser homem e ter comportamentos passivos, considerados efeminados, é pouco aceitável em uma cultura de estrutura machista.

As diferenças anatômicas, portanto, determinam o destino dos homens e das mulheres, por mais que Freud tenha advertido em seu texto de 1925 que os resultados das pesquisas sobre o desenvolvimento sexual da primeira infância precisam de mais tempo para se comprovarem universalmente válidos. Porém, a inveja do pênis teve uma centralidade no percurso da feminilidade.

No fim de sua obra, em um de seus últimos textos, *Análise Terminável e Interminável* (1937), encontramos a descrição de um limite intransponível para a análise, tanto para homens como para mulheres. Esse limite se apresentaria na forma de rejeição à passividade, nomeada como uma rejeição à feminilidade. Quando Freud fala nesse texto de uma rejeição à feminilidade em todos os sujeitos, estaria apoiado no aspecto da bissexualidade. Como vimos, esse conceito gera as condições de circular características masculinas e femininas tanto nos homens como nas mulheres. Se essas características fossem denominadas simplesmente de atividade e passividade, trariam menor complicação para a teoria e pudessem não ter o efeito de reiterar essa vinculação entre feminino e passivo e masculino e ativo atuantes na cultura.

Para melhor compreensão apontamos que, no caso do homem na relação transferencial com seu analista (também homem), ocorre a maior resistência à transferência que poderia haver, segundo Freud. O encontro com uma espécie de “rochedo”, de “rocha biológica” ou “rocha básica” (tradução do editor das obras completas pela Cia. das Letras) traria para o analisante homem uma enorme resistência ao se perceber em uma posição passiva diante de seu analista (um outro homem), ocasionando uma revolta contra essa posição feminina.

Em nota de rodapé Freud aponta: “O homem luta somente contra a passividade na relação com outro homem, não contra a passividade em geral, o ‘protesto masculino’, não é senão, de fato, medo da castração” (Freud, 1937/2018, p.325). Ser castrado era entendido, e trabalhado por Freud, como uma condição que retira o homem de sua condição masculina/ativa, portanto, ver-se passivo diante do psicanalista (homem), promoveria uma resistência ao trabalho analítico. O que no fim das contas para Freud, seria atribuído a uma resistência também de ordem biológica, dando mostras de que a compreensão sobre a subjetividade dos sujeitos estava fortemente atribuída à vinculação do sexo ao gênero e, com isso as interpretações clínicas não estavam isentas dessa forma de compreensão.

No caso das mulheres a inveja do pênis seria uma condição dificilmente superada; seria como estar “pregando no deserto”, diz Freud (1937). Procurar mover uma mulher a abandonar

o desejo irrealizável de ter um pênis traz consequências, como acessos de grave depressão diante da constatação de que a análise não lhe possibilitou ter uma outra condição no mundo. Porém, entendemos que essas mulheres estariam desejando, para além do pênis, uma melhor condição em relação aos inúmeros privilégios do homem daquela época.

Nas palavras de Freud (1937, p.325): “[...] o plano biológico realmente desempenha, em relação ao psíquico, o papel da rocha básica subjacente. A rejeição da feminilidade pode não ser outra coisa senão um fato biológico, uma parte do grande enigma da sexualidade”. Nesse ponto podemos perceber a confusão de Freud entre anatomia e biologia, como aponta Laplanche (2015, p.169). O desvio biologizante presente em vários momentos na teoria freudiana refere-se a um limite teórico, chamado por ele de enigma — aliás, algo que ele também referiu à feminilidade (Freud, 1926). Gostaríamos de aludir que a rocha em questão pode ser também considerada a rocha do próprio sistema cultural patriarcal, com sua histórica opressão contra as mulheres. O que foi considerado patológico, pode ser entendido, a partir de nossas postulações, como uma resistência (saúdável) às imposições dessa cultura. O biológico se apresenta, mais uma vez em nossa pesquisa, como o disfarce para os ideais culturais vigentes.

3.4 INVEJA DO PÊNIS

A inveja do pênis tem importantes desdobramentos na teoria da sexualidade feminina, desde o Complexo de masculinidade, a relação com a mãe e a experiência de masturbação da puberdade, culminando nos destinos impostos à feminilidade da mulher. Seus desdobramentos psíquicos trazem para a menina maior probabilidade para o ciúme, maior vaidade como forma de compensação para o que lhe falta, formação superegoica com menor senso de justiça e grande tendência a um déficit no desenvolvimento de seus recursos psíquicos. Devido ao grande dispêndio de energia causado pela inveja, tem-se como resultante, segundo essa teoria, pouca energia psíquica para a mutabilidade de sua condição feminina.

O desejo pelo pênis permanece até um tempo bem tardio, mesmo a realidade mostrando a impossibilidade desse anseio. Ainda assim, é possível encontrar nas fantasias inconscientes essa demanda, expressando o destaque para a inveja do pênis no psiquismo da mulher.

A inveja que a menina tem do pênis foi considerada a partir de uma fenomenologia realista de Freud, advinda, por si só, da visibilidade do órgão. A menina, ao constatar que não possuía o mesmo órgão que visualizou, cai imediatamente sob a inveja do pênis: “Ela [menina] nota o pênis de um irmão ou companheiro de jogos, flagrantemente visível e de tamanho notável, reconhece-o de imediato como superior, contrapartida de seu próprio órgão pequeno e oculto, e passa a ter inveja do pênis” (Freud, 1925/2011, p.292).

A inveja do pênis fica em direta associação com a descoberta da inferioridade do clitóris. Essa inveja, vivida de maneira intensa, ou em outras palavras, com grande força pulsional, resulta no impedimento do alcance da sua feminilidade. A mulher estaria aprisionada ao Complexo de masculinidade. Como a própria denominação aponta, esse complexo foi um termo utilizado para se referir à não aceitação da mulher de sua condição:

As consequências psíquicas da inveja do pênis, na medida em que não é assimilada na formação reativa do complexo de masculinidade, são diversas e de largo alcance. Com o reconhecimento da ferida narcísica, produz-se na mulher – como uma cicatriz, por assim dizer – um sentimento de inferioridade (Freud, 1925/2011, p.292).

Importante reafirmar que essa interpretação sobre o que a menina sente ao avistar o pênis e que se tornou teoria sobre a feminilidade já estava atrelada em um caldo de cultura com seus códigos sociais e esquemas narrativos (Laplanche, 2015).²⁵ Nesse caldo estariam determinações sobre o que deveria ser uma mulher, sobre seu destino apassivado, sobre a aceitação de sua inferioridade e de sua natureza frágil. A naturalização como os órgãos sexuais são representados, no caso do pênis como símbolo de completude, ganha uma representação de poder e superioridade. Os órgãos sexuais femininos foram representados de tal forma que somente a vagina foi destacada como órgão correspondente da vida sexual adulta. O clitóris, além de ter que ser abandonado, seria, nessa representação freudiana, o órgão da vergonha, devido à visualização de seu pequeno tamanho, por esse motivo inferior.

A teoria falocêntrica deixa posto que a inveja do pênis persiste no traço de caráter do ciúme, vinculado às mulheres. Essa inveja atravessa a relação da menina com a mãe, trazendo para a teoria de Freud a crença de que entre as mulheres não haveria um vínculo forte e verdadeiro, o que poderia ser constatado na relação entre mãe e filha, com um cenário muito propício para grandes conflitos — pois, sendo a mãe aquela que não deu à filha o órgão tão valorizado, nas palavras de Freud, torna-se a responsável, nos sentimentos da filha, por tê-la colocado no mundo tão insuficientemente aparelhada (Freud, 1925).

Esse primeiro amor da menina pela mãe está relacionado à mãe fálica, àquela que “possui o pênis”, mas não o deu à menina. Quando esta entende que a mãe também é “castrada”, torna-se possível abandoná-la em busca do pai, iniciando assim seu complexo de Édipo. A origem do desejo da menina pelo pai seria o desejo pelo pênis que a mãe não lhe deu, o qual ela espera dele receber. A feminilidade se instaura apenas quando o desejo pelo pênis ganha uma substituição por seu equivalente simbólico, o bebê. “No início da Fase Fálica as

²⁵ Traremos mais sobre Jean Laplanche no Capítulo “A Crítica Feminista e suas Ondas”.

brincadeiras com bonecas já revelam o desejo por um bebê” (Freud, 1933/2010, p.284) aponta Freud, dando sustentação para o entrelaçamento corpóreo entre feminilidade e maternidade.

A brincadeira com a boneca serve, nesse início, à identificação com a mãe, introjetando os comportamentos típicos femininos, para que a substituição da atividade pela passividade pudesse vir a ocorrer futuramente. Quando a demanda de desejo pelo pênis se instaura a partir da inveja, o bebê-boneca torna-se um bebê propiciado pelo pai, sendo considerado por Freud um dos mais fortes desejos femininos.

Quando futuramente a mulher tiver seus filhos, especialmente se o bebê for um menino, tornar-se-á sua fonte de felicidade. Fica concretizada assim, psiquicamente falando, a possibilidade do pênis desejado da mulher: “assim o velho desejo masculino de possuir o pênis ainda transparece na feminilidade consumada. Mas deveríamos talvez reconhecer tal desejo de pênis como um desejo apuradamente feminino” (Freud, 1933/2010, p.285).

Sendo assim, a hostilidade presente na relação entre mãe e filha, deslocada para as relações entre as mulheres no geral, parte dessa condição primariamente invejante da menina, podendo resultar também em uma corrente contrária à masturbação no período da puberdade. Freud considerou que uma força pulsional, com meta passiva, se apresenta como uma onda repressiva indo de encontro à sexualidade masculina da menina para abrir espaço ao desenvolvimento da feminilidade, mediante ao abandono do clitóris. Temos aqui um ideal cultural de valorização masculina transformado em teoria pulsional.

Compondo mais um dos desdobramentos da inveja do pênis, o encontramos na vaidade física. A supervalorização de seus encantos traz uma espécie de compensação tardia pela inferioridade sexual original (Freud, 1933). O elevado pudor feminino está vinculado à tentativa de cobrir os defeitos de seus genitais (Freud, 1933/2010, p.292).

A preponderância da inveja em sua vida psíquica deixa seu Supereu com menor senso de justiça. A reivindicação por justiça é uma condição da elaboração da inveja, algo que, segundo Freud (1933), torna-se muito trabalhoso psiquicamente para as mulheres. Com isso, seus interesses sociais seriam mais fracos e sua capacidade de sublimação, menor que nos homens. Para ele, fixidez e imutabilidade psíquica são marcantes nelas, pois a libido teria tomado posições definitivas, incapazes de serem renunciadas para tomada de outras posições (Freud, 1933, p.293).

3.5 A RECUSA DA VAGINA

No texto *Organização genital infantil* (1923), Freud constatou que no período da infância a vagina não parece jamais percebida. A criança acredita que os bebês são gerados no ventre da mãe e nascem pela saída do intestino. Esta seria sua teoria cloacal. Em 1924, em *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud apontou que o genital que assume o papel condutor

no desenvolvimento da criança era o masculino, e o feminino ainda não teria sido descoberto (Freud, 1924/2011, p.206).

Nos textos de 1931 e 1933, mais para o final de sua obra, Freud abordou que um ou outro relato sobre sensações vaginais em tenra idade poderiam aparecer, contudo, ser confundidos com sensações anais ou no vestibulo: “podemos insistir em que o clitóris é a principal zona erógena da fase fálica da menina” (Freud, 1933/2010, p.271). Ele destacou que nos últimos anos estava crescendo o número de observadores que falavam sobre a existência de sensações vaginais nos primeiros anos de vida (Freud, 1931). Sabemos que Melaine Klein foi uma dessas observadoras em seu trabalho com crianças. Freud foi inflexível nessa questão.

Em sua conferência sobre a feminilidade (1933), Freud mencionou a posição de alguns psicanalistas de diminuir a importância da primeira onda de inveja do pênis na fase fálica. Ele apontou que essa consideração secundária da inveja do pênis, surgida por ocasião de conflitos posteriores mediante a regressão, não deve ser considerada. E, em seu texto *Sobre a sexualidade feminina* de 1931, ressalta:

Alguns autores tendem a reduzir a importância dos primeiros e primordiais impulsos libidinais da criança, em favor de processos de desenvolvimento posteriores [...] Assim, por exemplo, Karen Horney, acha que a inveja do pênis é superestimada por nós, enquanto atribui a intensidade do empenho por masculinidade depois exibido a uma inveja do pênis secundária, utilizada pela garota para defender-se dos impulsos femininos, em especial a ligação feminina ao pai [...] acho que não devemos ignorar que os primeiros impulsos libidinais possuem uma intensidade superior à de todos que vêm depois [...] **se a defesa contra a feminilidade se mostra tão enérgica, de onde pode ela retirar sua força se não do empenho por masculinidade, que teve sua primeira expressão na inveja do pênis por parte da menina e, por isso, merece receber tal denominação?** (Freud, 1931/2010, pp.396–397 [grifo nosso]).

É possível perceber nesse trecho destacado na citação que, mais uma vez, Freud considerou a atividade da menina dentro de uma condição masculina, dando continuidade à associação entre ativo e masculino e passivo e feminino.

3.6 O ABANDONO DO CLITÓRIS

O clitóris na teoria freudiana foi considerado o pênis pequeno das mulheres, como já destacamos — órgão que causa vergonha e promove a inveja por um órgão maior do que a menina possui, no caso, o pênis. Se tudo correr bem, segundo essa teoria, com o

reconhecimento da diferença sexual anatômica, a menina se afastaria da sua masculinidade-clitoridiana e caminharía para novas trilhas, alcançando assim o desenvolvimento de sua feminilidade (Freud, 1925). Nessa toada, como já mencionado, a busca pelo pai, a decepção com a mãe e o desejo de ter um bebê do pai inauguram seu complexo de Édipo, cumprindo suas duas tarefas: o abandono do objeto primário (a mãe) e o abandono de sua condição masculina/ativa (o clitóris). Nesse afastamento da mãe, sua masturbação clitoridiana tende a cessar, como também o recalque de sua masculinidade (Freud, 1931).

Freud (1933) reiterou que o clitóris deveria ceder à vagina sua sensibilidade e com isso sua importância, dando mostras de como a sexualidade deveria ser vivida pela mulher em seu aspecto normativo da vida sexual. Não raro, em seus atendimentos clínicos com mulheres, a questão da frigidez era um dos temas das sessões, e a consideração desta poderia perpassar desde fatores psicogênicos, determinação constitucional (sobre a qual as pulsões ativas não teriam sido amenizadas pela onda repressora em direção a metas passivas), chegando até mesmo a considerar fatores anatômicos como causa da frigidez (Freud, 1933).²⁶

Compreendemos que, se o clitóris é representante de um órgão que, devido a sua autonomia para o prazer e sem implicação com a procriação, constitui para a mulher uma posição de atividade, ele se apresenta para a vagina (representante do aspecto passivo rumo à feminilidade) como um forte competidor. Pois, a vagina, como órgão determinante para o destino da feminilidade da mulher, tem para o homem no ato da penetração, além da garantia de seu prazer sexual, uma confirmação de sua masculinidade (Laqueur, 2001; Malabou, 2024). Além disso, entendemos que a passividade que se buscou destinar à mulher e ao feminino, continha e ainda contém interesses socioeconômicos no sentido da procriação e manutenção da família em seu formato clássico.

Percorreremos a seguir, a partir dessas apresentações da teoria freudiana, as trilhas das mulheres psicanalistas da primeira geração da Psicanálise, marcando as que concordavam e as que refutaram os postulados freudianos. Buscamos com isso destacar que as críticas à teoria da psicosexualidade feminina apresentadas ao longo dos anos tiveram uma considerável dificuldade de expansão, fazendo-se necessária uma constante revisita para ampliação da revisão teórica.

3.7 A CRÍTICA FEMININA E FEMINISTA À TEORIA FALOCÊNTRICA

A teoria freudiana sobre o desenvolvimento psicosexual da menina, resultando no alcance da feminilidade da mulher, ou em sua patologização, gerou inúmeras críticas. O

²⁶ Veremos na sequência deste capítulo, com Marie Bonaparte (1952/2022), sobre esses fatores anatômicos relacionados à frigidez.

complexo de castração, a inveja primária do pênis e a recusa da vagina foram as principais delas.

A psicanálise com crianças foi um diferencial para o desenvolvimento da clínica psicanalítica, e há nesse contexto o protagonismo de Melanie Klein. Freud acreditava, até então, que em relação às crianças e aos psicóticos a Psicanálise pouco poderia contribuir. Apesar das postulações sobre a sexualidade infantil, sabemos que o fundador da Psicanálise chegou por meio dos sintomas psiconeuróticos à sexualidade recalcada da primeira infância analisando seus/suas pacientes adultos(as), sem passar pela experiência com crianças.

Sete psicanalistas mulheres, que participaram do pequeno círculo na época de Freud, versaram sobre sua teoria. Existiram convergências e divergências, acréscimos e refutações em relação a ela. Acreditamos que mencioná-las é uma forma de destacar que a inserção de mulheres na Psicanálise trouxe ampliações para prática clínica psicanalítica e contribuiu para a transformação desse método de tratamento. A Psicanálise, enquanto um dispositivo de trabalho clínico e conseqüentemente produtor de teorias, necessita manter-se aberta à constantes modificações epistemológicas. Tendo em vista que foi por meio das mulheres, seja como analisantes — e sob essa condição contribuíram para a criação da técnica da associação livre — ou como psicanalistas, a Psicanálise pôde seguir avançando.

3.7.1 Mulheres psicanalistas: pioneiras na Psicanálise

Apresentaremos algumas das principais mulheres psicanalistas que interagiram de alguma maneira com a teoria de Freud sobre a feminilidade. Com isso objetivamos, em primeiro lugar, destacar seus nomes e suas principais contribuições à Psicanálise, mesmo que de maneira sucinta nesta apresentação, e segundo porque acreditamos na importância da visibilidade de seus trabalhos em um campo predominantemente masculino como foi o psicanalítico em seus primórdios.

Apresentá-las e destacá-las na história do movimento psicanalítico de Freud se faz necessário, pois, como vimos, ele não se opôs à participação de mulheres na Psicanálise, porém as considerava mais “masculinas”, no sentido de ocuparem uma posição mais ativa no campo social — diferentemente das mulheres do lar e, principalmente, das mulheres que geravam e cuidavam dos filhos no seio da família burguesa. A posição masculina ou feminina, psicanaliticamente falando, foi considerada em plena vinculação com o ativo e o passivo. Ativo, com sua representação mais masculina, se entrelaça com comportamentos típicos dos homens no meio social, pois, no início do século XX, as mulheres ainda estavam em plena luta (feminista) para poder ocupar os campos de trabalhos, construir carreira e pertencer ao

universo público, para além do privado, e poderiam ser consideradas mais “masculinas” ou até mesmo “mais fálicas”.²⁷

Nessa toada, Freud as tratava como camaradas e não como “mulheres femininas”; a feminilidade era esperada e entendida dentro de uma outra perspectiva. A passividade nunca foi só sobre o campo sexual isoladamente, considerado na troca de órgão de prazer (do clitóris para a vagina): feminilidade para uma mulher trazia em seu bojo todo um campo ideológico sobre como era entendido seu lugar no âmbito sociocultural. Construtos científicos biológicos e anatômicos não cessavam de buscar justificar os ideais de gêneros (Laqueur, 2001).

Portanto, essas psicanalistas, pioneiras na Psicanálise, foram também as precursoras para abertura de um espaço para o feminino, indo além do lugar das históricas no divã. Hoje já sabemos que o campo psicanalítico é ocupado por muitas mulheres, porém, mesmo diante desse fato, não podemos deixar de referir que os lugares e os cargos de maior destaque e autonomia, ou seja, lugares de liderança, ainda não são igualitários em relação aos gêneros de seus ocupantes.²⁸

Feitas essas pontuações, discorreremos sobre sete psicanalistas mulheres, algumas que discordaram dos postulados da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina e outras que seguiram seu mestre sem levantar críticas. Esse diferencial entre elas (com convergências e divergências) possui relevância em ser apresentado pois, sendo uma teoria que reitera a opressão contra as mulheres, nos instiga a refletir se elas, tendo uma vida mais ativa fora do ambiente privado do lar, por meio de suas atuações clínicas e principalmente como mulheres, se sentiram incomodadas com a teoria de Freud. Não faremos a apresentação em ordem cronológica, devido ao fato de buscarmos destacar apenas os principais nomes que tiveram produções sobre o desenvolvimento da feminilidade e que ainda atualmente não são tão divulgadas ou tão conhecidas. A maior exceção nesse sentido foi Melanie Klein, que conquistou não somente um campo maior, mas inclusive fundou sua própria linha psicanalítica. Começaremos com ela.

3.7.1.1 Melanie Klein

Melanie Klein (1882–1960), a partir de seu trabalho psicanalítico com crianças, erigiu postulações que se diferenciaram das de Freud. A psicanalista considerava que a menina tinha percepções vaginais, e além disso teorizou o complexo de Édipo precoce a partir das relações objetais, também precoces, em seu mundo interno. Por meio de seu manejo clínico com crianças, e suas consequentes construções teóricas, fundou-se a escola kleiniana (Rosa, 2024).

²⁷ Sobre a conotação de “mulher fálica”, será feita uma análise na parte documental dessa pesquisa.

²⁸ Traremos mais sobre esse assunto igualmente na análise documental.

O enfrentamento de boa parte do movimento psicanalítico da época em relação aos seus primeiros textos (publicados a partir de 1919) deu mostras da resistência desse movimento em se abrir para novas ideias, principalmente vindas de uma mulher. Não surpreende que de início seus postulados não alcançaram credibilidade diante dos psicanalistas, em sua grande maioria homens. Diante dessa resistência necessitou da defesa de Karl Abraham e Sándor Ferenczi, ambos seus analistas, para que sua teoria ganhasse espaço nesse meio.²⁹

A análise de crianças tornou-se domínio entre as mulheres, revelando a vinculação da função materna com a psicanalista mulher. Com isso, a psicanálise de crianças fez parte dos caminhos futuros da Psicanálise (Rosa, 2024). Isso porque, a partir de 1910, coube às mulheres iniciar esse trabalho com crianças, sendo que a formação em medicina não era uma unanimidade entre elas. Nomes como Sabina Spielrein, Hermine von Hug-Hellmuth, Vera Schmidt e Tatiana Rosenthal participaram desse início do trabalho com crianças, sendo todas elas psicanalistas da primeira geração.

Com as postulações das formas precoces do complexo de Édipo, Klein tornou-se divergente a Freud. Ela não acreditava que a masturbação clitoridiana era uma atividade masculina, mas sim que a erotização privilegiada do clitóris era uma defesa contra a erotização vaginal, o que seria mais problemático nesse estágio do desenvolvimento sexual. As fantasias de incorporação do pênis do pai promovem excitações vaginais precoces, resultando assim em fantasias de destruição da mãe e rival. Esse fato provoca o medo de retaliação por parte da mãe e, portanto, perante essa fantasia, a menina tende a renunciar à erotização vaginal (Irigaray, 2017).

Após as primeiras frustrações orais com a mãe, a menina se afasta do seio e se volta para o pai para receber deste a satisfação pelo pênis paterno sob forma de incorporação oral. Essa passagem do seio da mãe para o pênis do pai constitui na teoria kleiniana o núcleo do complexo de Édipo precoce (Chasseguet-Smirgel, 1986). Klein e Horney têm certa proximidade em relação a suas teorias. O medo da agressão interna do pênis do pai é abordado pelas duas. Tanto em Horney como em Klein a ansiedade genital para menina acarreta sua identificação com pai de forma secundária, geradora da inveja do pênis também secundariamente. Isto porque, com a introjeção desse pênis ameaçador, se constitui o núcleo do Supereu paterno (conjuntamente com o sadismo ligado a esse momento do desenvolvimento libidinal). Portanto, esse núcleo paterno propicia um Supereu feminino mais severo do que o do menino.

²⁹ Melaine Klein foi a segunda mulher a questionar a teoria freudiana sobre a sexualidade feminina. Veremos a seguir a primeira mulher a se contrapor as ideias de Freud, Karen Horney (Irigaray, 2017).

3.7.1.2 Karen Horney

Karen Horney (1885–1952) foi a primeira mulher psicanalista a rebater a teoria da feminilidade de Freud, ousando divergir do mestre. O debate sobre a feminilidade de maior repercussão aconteceu em setembro de 1922 no Congresso de Berlim. A controvérsia sobre a sexualidade feminina aparece com maior vigor com essa psicanalista, pois ela “faz uma torção na maneira como as mulheres vinham inscrevendo-se na Psicanálise e abre caminhos para novas possibilidades de filiação” (Rosa, 2024, p.73). Seu nascimento vem da união de um pai religioso e de uma mãe livre pensadora. Formou-se em medicina em Berlim em 1913, e em 1920 já era membro do corpo docente do Instituto Psicanalítico de Berlim (Rosa, 2024), bem como foi analisante de Abrahan e Hanns Sachs.

Horney foi uma crítica ferrenha da teoria freudiana no que diz respeito à mulher, dando início a uma nova geração de mulheres psicanalistas e sendo uma teórica muito utilizada pelo movimento feminista da chamada primeira onda (Rosa, 2024). Considerada a primeira feminista da Psicanálise, sem dúvida, sua condição feminina teve bastante influência em suas postulações. A autora considera a inveja do pênis secundária, pois para ela primeiramente haveria uma *ansiedade genital*, e essa consideração passaria pela presença de percepções vaginais na menina, contrapondo-se ao apagamento dessas sensações na teoria freudiana. Diferentemente de Klein, que priorizou os aspectos das relações de objeto do mundo interno, Horney abordou as questões sociais referente às mulheres com maior ênfase.

De acordo com Amorim (2023, p.90), “o percurso de Horney com suas pacientes mulheres fez com que ela passasse a observar alguns aspectos da teoria psicanalítica que não apenas não se encaixavam em suas observações clínicas, mas também reforçava a ideologia patriarcal da feminilidade”. Segundo Amorim (2023), Horney contribuiu com críticas que até hoje são procedentes, considerando o adoecimento psíquico relacionado fundamentalmente às questões socioculturais e priorizando a condição inter-relacional do trabalho clínico para além da dimensão intrapsíquica.

Com isso, Horney apresentou o aspecto positivo da feminilidade, defendendo a existência das sensações vaginais. Para ela a anatomia feminina não deveria ser considerada de maneira negativa devido à falta de visualização desse órgão, tampouco por uma espécie de destinação ao passivo, como em Freud (Horney, 1926). Para Horney, a vagina não é a ausência de pênis. Esse órgão, com sua supervalorização cultural, impedia que se percebesse na clínica que a capacidade de gerar bebês das mulheres também poderia ser fonte de inveja para os homens (Horney, 1926, citado por Amorim, 2023).

Evidenciando as questões do prazer e do desejo feminino para além da maternidade, Horney apontou que a manutenção da crença na inferioridade da mulher estava sob uma base de consideração das diferenças anatomofisiológicas. A não consideração das influências

culturais nesses postulados ocultava o androcentrismo na constituição das subjetividades, deixando as diferenças entre os sexos apoiadas em um essencialismo, e naturalizando assim a opressão contra a mulher contida nas construções científicas.

Ao não reconhecer as sensações vaginais na menina, Freud concluiu que o afastamento dela em relação à mãe seria devido ao seu complexo de castração, quando então a menina deixaria a mãe como responsável pela falta de pênis. Se para Freud esse complexo leva a menina a iniciar seu Édipo, Horney considera que o amor pelo pai é justamente o que provoca o medo da castração, pois seria esta, na teoria horneyriana, o medo de ser ferida pelo pênis do pai. Com isso, abre-se um viés diferente do de Freud: não é somente pela via da decepção com a mãe que a menina vai ao encontro do pai, mas pela identificação com a mãe e pelo amor a ele que essa busca se dá e daí o resultante medo de ser ferida e não castrada.

Horney nos apresenta que o encontro da menina em direção ao pai não se dá na base da hostilidade ou rivalidade desta com a mãe; com isso, a *ansiedade genital* torna-se a responsável pela fuga da feminilidade, concomitantemente com a desidentificação com a mãe e a identificação com o pai. Este seria, na teoria de Horney, o momento de a menina direcionar essa ansiedade em termos masculinos, por meio da fantasia de castração (Amorim, 2023), ou seja, a chamada fase da masculinidade da menina seria secundária para Horney.

O apagamento da vagina aponta para uma recusa teórica de Freud, e temos em Horney que essa recusa da vagina para a menina só ocorre regressivamente na direção da inveja do pênis, que acontece com a identificação com o pai. Isso traz uma condição para a menina traduzir sua ansiedade genital em termos masculinos, transposta posteriormente na fantasia de castração, e a posição secundária da inveja do pênis seria assim realizada (Amorim, 2023, p.117).

Outro apontamento diferencial de Horney seria sobre a masturbação. Ela não seria exclusivamente clitoridiana, com as sensações vaginais incluídas: a menina sentiria inveja do pênis primeiramente devido ao erotismo escopofílico, uretral e onanista, porém não estaria colocada a questão da falta, muito menos uma fantasia de castração. Essa dimensão de ser castrada só viria a partir de seus desejos incestuosos em relação ao pai e da culpa proveniente dessa situação, como apontamos.

A identificação inicial com a mãe seria a base para as fantasias inconscientes que abrigam esses desejos incestuosos com o pai e, somadas à descoberta do pênis, desembocam em fantasias de ser penetrada pelo pênis do pai. Isso ocasiona um terror de ter seu órgão genital ferido, baseada na realidade desproporcional entre o pênis do pai e a vagina da pequena menina.

Esse ferimento, sendo interno, não teria como ter a constatação da extensão de seus danos como teria o órgão externo do menino; a menina, então, seria levada a um

desinvestimento da identificação com a mãe, culminando na amenização dos desejos incestuosos com o pai.

A fantasia da desproporção vivida pela menina aponta como desdobramento uma punição superegoica devido a seus desejos incestuosos, dando mostras de que seu senso de justiça ou moral não ficariam enfraquecidos, diferentemente do que postulou Freud (Horney, 1926). Discordando de Freud, a psicanalista considera uma primeira posição feminina para a menina, chegando a uma condição masculina secundariamente como defesa. Contudo, segundo Amorim (2023), a teoria proposta por ela trouxe modificações ao complexo de Édipo da menina, e isso colocaria em tensionamento a teoria freudiana como prioritária sobre as demais daquela época.

Não obstante, as divergências teóricas com o criador da teoria já não eram algo “tranquilo e de fácil aceitação”, ainda mais por terem vindo de uma mulher, e por isso pode ter sido desconsiderada e não reconhecida. A teoria de Horney sobre o aspecto secundário da inveja do pênis foi anos mais tarde atribuída a Ernest Jones, por Fenichel (1931), o que promoveu o apagamento de suas contribuições (Amorim, 2023).

3.7.1.3 Josine Müller

Josine Müller (1884–1930), médica e psicanalista alemã, atuou em Berlim. Também se ocupou em pesquisar sobre a sexualidade feminina e, assim como Horney, acreditava no investimento libidinal da vagina em idade precoce, pois assim o percebeu por meio de observações feitas em seu trabalho de clínica médica. Um dos seus mais importantes foi publicado sob o título *Contribuição ao problema do desenvolvimento libidinal da fase genital na menina* (1925). Para a psicanalista, o investimento pulsional nas sensações vaginais ao ser reprimido cede suas moções pulsionais ao clitóris, a frigidez posterior nas mulheres revelaria que a vagina teve grande investimento libidinal, sendo uma zona erógena de grande importância para elas. A importância do clitóris foi superestimada como defesa ao recalque vivido; consequentemente, as mulheres sofrem de um forte complexo de castração (Salas, 1990).

A ferida narcísica da menina em relação à castração não é considerada pela autora algo universal: é um fato excepcional, atribuído às contingências sociais e familiares, ou à constituição pulsional (Müller considera o fator constitucional das pulsões assim como Freud). As mulheres que podem libidinizar suas vaginas, segundo a autora, possuem uma boa autoestima, e assim a vontade de possuir um pênis (sua inveja fálica) tende a desaparecer (Chasseguet-Smirgel, 1986).

3.7.1.4 Jeanne Lampl-de Groot

Jeanne Lampl-de Groot (1895–1987) pertenceu ao grupo de psicanalistas que se tornaram discípulas de Freud no pós-guerra (1914-1918). Estudou medicina em Amsterdã, onde entrou em contato com a Psicanálise por meio do texto *A interpretação dos sonhos* (1900), e procurou Freud em Viena em 1922. Ao retornar a Holanda poucos anos depois, devido ao nazismo, em 1946 fundou o Instituto Psicanalítico Holandês e foi nomeada vice-presidente honorária da International Psychoanalytical Association (IPA) (Rosa, 2024). Em concordância com a teoria de Freud sobre o desenvolvimento da menina, diferentemente de Horney, Jeanne acreditava que na fase fálica a menina comportava-se igualmente ao menino (Chasseguet-Smirgel, 1988).

O caráter ativo de sua masturbação clitoridiana é reconhecido pela psicanalista, necessitando ser abandonado rumo à feminilidade. Ela entende que a visão do pênis do menino causa um sentimento de inferioridade na menina que, devido aos desejos proibidos em relação à mãe, foi desprovida de seu pênis, sendo então a inveja desse órgão determinante para a passagem da mãe para o pai como objeto edípico.

Em relação ao complexo de Édipo, Lampl-de Groot acredita que a forma negativa (posição ativa em relação à mãe) desse complexo é inicial. O Édipo positivo (atitude passiva diante do pai) seria secundário, assim como o Complexo que Castração. Seu Édipo positivo só será ativado quando houver a identificação com a mãe, a partir da inveja do pênis, despojando-se de sua agressão com pai e transformando-o em seu objeto de amor.

A identificação com a mãe, ajudada pela condição de castrada de ambas, substitui seu investimento libidinal da mãe para o pai, culminando na substituição do pênis perdido por um filho do pai, restabelecendo assim seu narcisismo. Se a ligação com a mãe perdurar, não aceitará a castração e irá negá-la; em situações extremas será levada à homossexualidade (Chasseguet-Smirgel, 1988). Sua condição de castrada não pode ser negada completamente e, com isso, para compensar sua inferioridade, desenvolverá uma atividade profissional e competirá com os homens, renunciando sua sexualidade feminina. A frigidez será compreendida com sua permanência de investimento na mãe.

A grande contribuição de Lampl-de Groot foi a de apontar a atividade existente nas meninas em relação à mãe. Seu artigo *A evolução do complexo de Édipo nas mulheres* (1927), como podemos constatar, foi escrito quatro anos antes do de Freud, *Sobre a sexualidade feminina* (1931), no qual psicanalista desenvolveu suas considerações em relação à fase pré-edípica da menina. Mais uma vez, neste aspecto da consideração sobre a atividade da menina em relação à mãe, é relevante notar que o atendimento psicanalítico com crianças pôde contribuir com o desenvolvimento da teoria da psicosexualidade feminina (Rosa, 2024).

3.7.1.5 Helene Deutsch

Nascida na região da Galícia (Áustria-Hungria), Helene Deutsch (1884-1982) apaixonou-se aos 16 anos por um advogado democrata, e assim se aproximou do feminismo. Defensora dos direitos das mulheres, em 1907 vai para Viena acompanhando seu companheiro, onde começa a cursar medicina. Foi a primeira estudante mulher a tornar-se analisante de Freud. Em 1924 fundou o Instituto Psicanalítico de Viena, mas, com a ascensão nazista anos mais tarde, foi para os Estados Unidos e passou a fazer parte da Sociedade Psicanalítica de Boston (Rosa, 2024).

Suas postulações se encontram em sua obra de dois volumes, com anos de publicação diferentes, mas sob mesmo título: *A Psicologia das mulheres* (1925; 1930). Apoiada na teoria freudiana, considera que o menino em seu estágio fálico precisa somente prosseguir em seu desenvolvimento libidinal, enquanto a menina necessita renunciar sua masculinidade ligada ao clitóris e passar da fase fálica para a fase vaginal, descobrindo assim seu novo órgão. Segundo a autora, quando há a descoberta da vagina, esta acontece pela submissão masoquista ao pênis. Somente por meio do pênis a mulher pode saber de seu órgão feminino.

Para Deutsch, todos os atos inerentes às funções femininas podem possibilitar a superação de uma série de traumas, dentre eles o trauma do nascimento, o trauma do desmame e o trauma da castração.³⁰ Entende que, “sem a disposição bissexual do ser humano que é nefasta para a mulher, sem o clitóris e suas tendências masculinas, como seria fácil e simples o seu acesso a um domínio tranquilo da existência” (Deutsch, 1925 s.p., citado por Chasseguet-Smirgel, 1986, p.27).

A partir da bissexualidade feminina acontece a retenção da libido no clitóris, dificultando a passagem para o investimento passivo da vagina. Diferentemente do menino, a menina investe libidinalmente seu corpo inteiro (o clitóris em particular), até que a passagem da fase fálica possa se dar para a fase vaginal. A fixação da libido na vagina ocorre nos moldes da fase oral, e nesta o seio da mãe na boca da criança faz a função do pênis na vagina da futura mulher; a vagina toma assim o lugar da boca em sua função oral-passiva de sucção (Chasseguet-Smirgel, 1986).

Sob essa ação, o clitóris delega sua atividade ao pênis de seu parceiro. Com essa identificação funcional da vagina ao pênis, Deutsch entende que seria uma forma de o pênis fazer parte do próprio corpo da mulher, superando dessa maneira o trauma da castração.

³⁰ O termo “trauma da castração” aqui apresentado por Deutsch não é o mesmo que o complexo de castração em Freud. Na teoria freudiana o complexo de castração traria a decepção necessária para que se aceitasse as diferenças entre os sexos, já o nascimento e o desmame exigiriam um trabalho de luto comum a todos os sujeitos (Salas, 1990).

Seguindo com suas construções sobre a mulher e sua sexualidade, ela acredita também que o coito vaginal supera o trauma do desmame.

Em relação à capacidade de reprodução e parto para a mulher, este seria o momento para que ela dominasse ativamente o trauma do nascimento. Nessa concepção, a função da vagina está em ser, além de somente o receptáculo do pênis, também o da criança. “Uma mulher que conseguiu estabelecer a função materna da vagina e abandonar as reivindicações do clitóris atingiu o objetivo do desenvolvimento feminino, tornou-se mulher” (Deutsch, 1925, s.p., citado por Chasseguet-Smirgel, 1986, p.26). Seguindo essa lógica, a autora entende que o prazer do experimento no coito acontece em função de este momento preceder ao parto.

Retornando à questão do masoquismo para a mulher em Deutsch (1930), as pulsões eróticas sádico-ativas se curvarão masoquisticamente, transformando o desejo masculino-narcísico de possuir o pênis no desejo de ser castrada pelo pai, vivido fantasisticamente pela violação. Forma-se, portanto, uma tríade masoquista para a autora: *castração-violação-parto*. No coito, estabelece-se a relação mãe-filho: o marido é identificado com o pai e é incorporado fantasisticamente, tornando-se a criança abrigada no útero. Desta maneira, Deutsch apresenta a equação pênis-bebê (menino) de Freud.

Não obstante, com o desvio das pulsões ativas investidas no clitóris, o masoquismo feminino pode imperar e abrir o caminho para a feminilidade; contudo, pode também provocar a frigidez, devido aos temores que desperta no *Eu*. Assim, a frigidez feminina é compreendida pelas tendências masoquistas. Deutsch destaca a existência de um grupo de mulheres que não vivem a experiência do orgasmo nas relações sexuais e esse fato não deveria ser pensado como algo patológico, pois elas gozam de perfeita saúde psíquica, possuem excelentes relações em seu meio social e se sentem felizes por proporcionar prazer aos seus maridos; “nisso como em outras relações, a mulher encontra sua felicidade em dar-se terna e maternalmente” (Deutsch, 1925, s.p., citado por Chasseguet-Smirgel, 1986, p.28).

O destino masoquista das mulheres estaria vinculado, em última instância, a fatores biológicos. Nessa compreensão biológica do masoquismo das mulheres — assim como em Freud e sua consideração sobre as moções pulsionais de meta passiva advirem de estratos biológicos —, o desejo de castração gerado por esta condição converte a sexualidade da mulher em seu órgão sexual e biológico.

3.7.1.6 Ruth Mack Brunswick

Ruth Mack Brunswick (1897–1946), nascida em Chicago, não pôde cursar medicina em Harvard por ser mulher. Entra então na Tufts Medical School em Boston e, em 1922, ano em que se forma, vai para Viena encontrar Freud para ser sua analisante. Torna-se íntima dele e recebe alguns encaminhamentos, como Sergei Pankejeff, o homem dos lobos (Rosa, 2024).

Brunswick contribui para o estudo da feminilidade de Freud com a *fase pré-edípica* da menina, assim como Lampl-de Groot, com a ênfase na fase negativa do Édipo da menina. No artigo *Análise de um caso de paranoia* (1928) essa relação da menina com a mãe é mencionada. Porém, em 1930 a fase pré-edípica do desenvolvimento da libido e seus escritos ainda estava sob a supervisão de Freud, sendo publicada somente em 1940, depois dos dois textos de Freud sobre a feminilidade (1931; 1933). A autora, surpreendentemente, termina por se ocupar mais dos desdobramentos posteriores das crianças com suas mães do que com a fase pré-edípica em si.

A mãe do momento pré-edípico é a mãe ativa (mãe fálica), portanto, a menina, quando percebe que a mãe também é castrada, sofre uma grande decepção, que se desdobra em dois desfechos: volta-se para o pai e rivaliza com a mãe. Ao se tornar mãe, Brunswick entende que a mulher volta a se identificar com a mãe do momento pré-edípico.

Um estado de latência pré-edípica também é considerado. Em concordância com Freud, a autora enfatiza que a menina precisa adaptar-se ao papel passivo. Para ela existem três tipos de atividade na infância: a identificação com a mãe provedora (ambos os sexos); identificação com o pai (que a menina consegue apenas parcialmente, em virtude da insuficiência de seu órgão genital); e quando a menina procura se identificar como um pequeno varão (Complexo de masculinidade).

Em relação à equação pênis-bebê, ocorre uma divergência entre os autores. Para Brunswick, o desejo de ter um filho com a mãe é anterior ao de possuir um pênis, pois a primeira identificação é com ela. A ruptura dessa identificação só acontece em um caldo de muita frustração ao saber de sua condição de castrada. A busca da menina pelo pênis a leva ao pai. Nessa perspectiva a inveja do pênis também seria secundária, assim como vimos com Horney; contudo, Brunswick, ao não assumir as discordâncias da teoria de Freud, se apresenta em uma posição de convergência com ele.

3.7.1.7 Marie Bonaparte

Marie Bonaparte³¹ (1882–1962) nos oferece considerações sobre a relação mulher-clitóris-prazer-vagina que se assemelham com as ideias de desenvolvimento psicosssexual de Freud e questionam as causas da frequente inadaptação da mulher à função erótica (Salas, 1990). A questão bissexual constitucional é o foco de suas postulações, e um biologismo extremo é o seu tom.

³¹ Marie Bonaparte, psicanalista e escritora francesa contemporânea a Freud, autora do livro *Sexualidade feminina*, em 1952, apresentou crenças científicas sobre a sexualidade das mulheres de sua época.

O Complexo de masculinidade no desenvolvimento da psicosssexualidade feminina é considerado primário. Porém, contrariamente a Freud, ela acredita que na menina está presente pelo menos um esboço psíquico do que será futuramente seu erotismo vaginal, mas, em concordância com ele, considera que a vagina só entrará verdadeiramente em jogo na puberdade (Chasseguet-Smirgel, 1986). A autora considera que a libido seria quantitativamente menor na mulher do que no homem e entende que a carência libidinal feminina pode ser definida como sendo a condição propriamente da frigidez feminina (Chasseguet-Smirgel, 1986, p.35).

Estabeleceu um paralelo entre as cirurgias de excisão do clitóris das culturas africanas à “excisão” simbólica da sexualidade nas mulheres da Era Vitoriana. Não que não houvesse, já no século XIX, cirurgiões europeus que realizassem a clitoridectomia para “curar” meninas de sua masturbação excessiva. Porém, sem sucesso essa cirurgia foi abandonada.

Por meio do livro *Neger Eros*, de Felix Bryk, dado por Freud a Bonaparte, o relato do etnógrafo sobre a África Oriental e os costumes dos Nandis pertencentes a uma tribo que vivia nas encostas do Monte Elgon apresenta que as meninas eram submetidas a uma operação destinada a privá-las de seu clitóris quando atingiam a puberdade, por volta dos 17 ou 18 anos. Uma anciã queimava o clitóris com uma pedra. Os homens Nandis procuravam desse modo feminilizar suas mulheres, removendo o último vestígio de “pênis” representado pelo clitóris. Bryk acreditava assim na transferência de sensibilidade para a vagina (Bonaparte, 1952/2022, p.44). Bonaparte coloca em dúvida essa interpretação, apontando o pouco crédito que um homem deveria ter quando se falava da psicosssexualidade feminina.

Bonaparte aponta para a existência de dois tipos femininos de mulheres: a *anal-vaginal* e a *fálico-clitoridiana*, sendo a condição tanto de um como de outro percebida desde os primeiros anos de vida. A fálico-clitoridiana exigiria que a mulher fosse conduzida ao encontro de sua feminilidade (passiva) ou ficaria estigmatizada como aquela que não aceita sua verdadeira condição. Grande número de mulheres denominadas clitoridianas poderia trazer para os homens uma repugnância a qualquer coisa que não fosse considerada feminina nas mulheres. O clitóris, nesse contexto histórico, parecia ser um tipo de rival para os homens e, portanto, teria que ser extirpado de forma física (pela excisão) e/ou simbólica (pela cultura patriarcal).

No Egito Bonaparte deu continuidade às suas pesquisas sobre a excisão nas meninas de 5–10 anos de idade, que passavam pela chamada “circuncisão feminina”. Sendo uma cirurgia indicada para deixar as mulheres mais calmas — uma forma de alusão ao destino passivo esperado para elas —, de acordo com suas pesquisas notou que, mesmo com o pouco que sobrou do clitóris, a sensibilidade erótica das mulheres poderia não ser afetada. Em um de seus casos clínicos relata que uma analisante havia passado pela excisão clitoridiana aos 11 anos de idade por decisão de sua mãe, devido ao seu receio de que durante o parto a filha

tivesse seu clitóris aumentado, trazendo como consequência para o marido uma aversão a essa condição. Não obstante, constatou que sua analisante apresentou sensibilidade erógena na cicatriz do clitóris e, quando acariciada, sentia prazer até chegar ao orgasmo (Bonaparte, 1952/2022, p.51).

Segundo Bonaparte, se na cultura ocidental, em contraponto aos “costumes” afro-orientais, entendia-se que essa transferência de sensibilidade do clitóris para a vagina deveria ocorrer “naturalmente” para que se alcançasse a feminilidade, isto não garantiria que a mulher daquela cultura estaria livre de uma espécie de “cirurgia simbólica” de excisão do clitóris:

Acredito que as mutilações sexuais e rituais impostas às mulheres africanas existem desde tempos imemoriais [...] essas mutilações constituem o ponto físico exato das intimidações psíquicas impostas na infância à sexualidade das meninas das raças europeias. E acho que essas intimidações têm os mesmos resultados que a clitoridectomia, do ponto de vista dos resultados, para a sexualidade subsequente das mulheres. (Bonaparte, 1952/2022, p.58).

Por mais que Bonaparte tenha apresentado críticas a esse tipo de prática de excisão, considerou — ainda um tanto fiel à teoria freudiana — que o organismo da mulher “normal” teria plenas condições biológicas para passar da sua condição primeiramente ativa-masculina, para objetivos passivos femininos. Todavia, um tipo de mulher chamada “clitoridiana” manteria sua dose de atividade fálica-viril e se recusaria a desistir dela, impedindo sua outra natureza — a passiva — de se manifestar (Bonaparte, 1952/2022, p.38).

Se o prazer vaginal não sobressaísse ao clitoridiano, a possibilidade de realizar uma cirurgia de aproximação do clitóris em direção à vagina poderia ocorrer, para que assim este órgão pudesse viver a erogeneidade existente no clitóris. Mesmo que a psicanalista tenha atribuído à estrutura patriarcal a imposição ritual da mutilação sexual para as meninas e questionado como o desejo de feminilizá-las coexiste com a intenção de intimidar sua sexualidade pelo ritual de excisão, a própria Bonaparte se submeteu à cirurgia.

Um cirurgião de Viena, professor Hallban, desenvolveu em cadáveres, e na própria Bonaparte, uma técnica cirúrgica que consistia na secção dos ligamentos superiores do clitóris, abaixando-os e fixando-os aos planos mais profundos, encurtando os vestibulos e os pequenos lábios. Entendemos com essa colocação que, mesmo que se queira inocentemente acreditar que essas ações estavam sendo pensadas para o prazer das mulheres no casamento, é preciso considerar a imposição da passividade na vida sexual delas. Uma importante contradição de Bonaparte em relação a si própria, ou seja, questiona a cultura patriarcal, mas não se isenta de suas influências, realizando a cirurgia.

Bonaparte também considera a existência de dois tipos de homens: os amigos ou inimigos do clitóris. “Homens muito masculinos parecem repugnar qualquer coisa que não seja tida como feminina nas mulheres, e essa atitude também é encontrada em muitos europeus” (Bonaparte, 1952/2022, p.63). Homens com características psicológicas mais femininas, ou seja, mais sensíveis e menos viris, buscariam nas mulheres fáticas o componente ausente em sua masculinidade. Eles não possuíam aversão pelo clitóris, pois este não seria um “rival” à sua condição masculina.

Por fim, a autora conclui que, o grau de virilidade erótica de uma mulher não seria tão facilmente modificado, pois suas pesquisas a levaram a constatar que a masturbação infantil no clitóris, ou na cicatriz de sua excisão, não mudaria seu grau de bissexualidade constitucional, ou seja, não apaga sua face masculina. Portanto, para ela, a mulher clitoridiana não é fácil de arrefecer, a natureza constitucional de pulsão seria quem daria a última palavra.

Com a apresentação dessas sete mulheres psicanalistas, buscamos destacar seus principais pontos teóricos e se eles convergiram ou divergiram da teoria freudiana da psicosexualidade feminina. Nosso objetivo com esse feito foi, além de dar visibilidade aos nomes femininos compondo a Psicanálise desde seus primórdios, ressaltar que com as mulheres psicanalistas acréscimos foram feitos à teoria. Seja no atendimento às crianças, ou às mulheres, uma escuta psicanalítica feminina fez a diferença.

Se com Klein, Horney e Müller, tivemos a consideração das sensações vaginais presentes na primeira infância, indo em uma direção diferente da de Freud, sem grande destaque para a inveja do pênis, Deutsch e Klein deram mais importância à equação do pênis do pai e ao seio da mãe, sendo que, para a primeira, a descoberta da vagina só acontece devido à submissão masoquista ao pênis. Contudo, foi com Horney que as considerações sobre as questões sociais da cultura patriarcal tiveram maior destaque. Lampl-de Groot, Brunswick e Bonaparte, e incluímos também Deutsch, apresentaram-se em uma posição de maior convergência com a teoria freudiana. Vimos que Deutsch e Brunswick chegaram a abordar a atividade pulsional da menina em relação à mãe, fato ao qual Freud só pôde dar ênfase a partir delas e com isso conceituar a *fase pré-edípica* da menina.

Brunswick foi a primeira a nomear a existência dessa fase pré-edípica da menina mais prolongada, mencionando-a em um texto seu de 1928, sob a supervisão de Freud, mas só se tornou público em 1940. Assim, primeiramente publicada por Freud, em seus textos de 1931 e 1933, a descoberta ficou sob o destaque do psicanalista.

Com Bonaparte, suas constatações sobre a “excisão” simbólica pela qual passam as mulheres nas sociedades patriarcais não foram suficientes para a sustentação dessa vertente.

Inclusive suas categorizações sobre as mulheres fálico-clitoridianas e as mulheres anal-vaginal seguiram a mesma linha dos referenciais de Freud sobre o feminino vinculado ao passivo e o masculino vinculado ao ativo. A psicanalista tratou as questões sobre a masculinidade e a feminilidade sob o mesmo aspecto de Freud, juntamente com seu conceito de bissexualidade. Esse conceito como reprodutor da matriz heterossexual da teoria mantém o cruzamento entre as metas pulsionais ativas e passivas e os termos masculino e feminino. Ou seja, posição feminina diz sobre uma condição passiva e posição masculina sobre uma condição ativa. Um sujeito em posição negativa está investindo libidinalmente um objeto do próprio gênero, precisando se encaminhar para uma posição positiva (objeto de outro sexo) para assim ter um desenvolvimento psíquico saudável.

Traremos na sequência, no Capítulo “A Crítica Feminista e suas Ondas”, um breve percurso pelo feminismo e seu marcador temporal denominado por *ondas*. Teremos a segunda (1970–1990) e terceira ondas (1990 ao início dos anos 2000) do movimento feminista no Brasil trazidas de maneira sucinta, para na sequência fazermos a apresentação de autores cujas teorias fizeram parte dos principais temas referidos a estas ondas. Nesta toada, Luce Irigaray e Gayle Rubin são referências de autoras da segunda onda feminista brasileira para abordar as questões da subordinação e do apassivamento das mulheres na cultura, e com Judith Butler e Jean Laplanche traremos as questões da performatividade e designação de gênero, temas pertencentes à terceira onda.

4 A CRÍTICA FEMINISTA E SUAS ONDAS

“[...] se a teoria freudiana trouxe muitas coisas capazes de abalar a ordem filosófica do discurso, ela permanece paradoxalmente submetida a essa ordem no que concerne à definição das diferenças dos sexos.”
(Irigaray, 1977/2017, p.85)

Ao percorrer a obra de Freud, tendo como foco a homossexualidade feminina, e apresentar as mulheres psicanalistas pioneiras na Psicanálise, com suas convergências e divergências de seu fundador, tivemos o intuito de evidenciar que, no período das publicações dos textos sobre a feminilidade (1931; 1933), já havia descontentamentos da parte de algumas psicanalistas. Não nos causa surpresa que esses incômodos com a teoria viessem por parte das mulheres psicanalistas, pois enquanto o discurso sobre a feminilidade ficasse narrado pelos homens, incongruências teóricas permaneceriam. Entretanto, é interessante destacar que, apesar das revisitações, de novas conceituações e críticas à apresentação do desenvolvimento sexual da menina e da feminilidade, a teoria freudiana pareceu seguir ao longo dos anos sem grandes alterações no campo psicanalítico. Como exceção, temos o acréscimo nas considerações da fase pré-ediípiana da menina.

Com essa inquietação, o objetivo dessa pesquisa é averiguar se, a partir da crítica feminista sobre essa teoria, o manejo e a escuta na clínica psicanalítica nos períodos correspondentes a segunda (1970–1990) e terceira ondas (1990 ao início dos anos 2000) do movimento feminista no Brasil, puderem absorver algo de suas pontuações. A crítica feminista da teoria freudiana aconteceu no interior do campo psicanalítico,³² e também fora dele, seja por meio da Antropologia, da Filosofia, da Sociologia, ou da História, campos do saber todos fundamentais para estudar em profundidade os sistemas de sexo e de gênero, assim como sua inserção nas bases da teoria psicanalítica sobre a feminilidade.

Fizemos essa averiguação por meio de uma análise documental de artigos psicanalíticos publicados pela *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP). Mas, antes de chegarmos à seleção e apresentação dos artigos, para posteriormente realizarmos a análise de dados por meio da criação de categorias de análises, apresentamos aqui um breve relato sobre as ondas feministas, tendo como parâmetro o período em que elas aconteceram no Brasil.

“Ondas” feministas são utilizadas como marcos temporais e constituem uma divisão do movimento feminista em períodos sem uma exatidão, pois acontecem em momentos

³² Destacamos que a crítica à teoria freudiana da homossexualidade feminina é, em sua grande maioria, feita por mulheres. Karen Horney foi a psicanalista que mais evidenciou as divergências em relação a essa teoria.

diferentes dependendo do país, e esse marcador auxilia na compreensão das características do movimento e suas reivindicações. Denominar como “ondas” pode também ajudar a metaforizar o fluxo e o refluxo das lutas das mulheres na reivindicação de direitos e no questionamento de saberes (Lago, 2012). Sendo assim, o recorte temporal dessa pesquisa está referido a segunda e terceira ondas do movimento feminista no cenário brasileiro.

A ideia de feminilidade na obra de Freud tornou-se complexa, pois, como vimos no capítulo anterior, o uso dos termos masculino e feminino, a partir da noção de bissexualidade psíquica, se apresentou vinculado a ativo e passivo, respectivamente, representando qualidades das metas pulsionais. Entendemos que esse cruzamento dos termos na teoria psicanalítica da psicosssexualidade se deu devido aos determinantes socioculturais do discurso patriarcal e falocêntrico, profundamente presente nessa teoria.

Dessa forma, esses postulados teóricos de Freud, além de gerarem contradições em seu interior, reproduziram as determinações de gênero e, no caso das mulheres, reiteraram sua vinculação ao passivo a partir de uma justificação psíquica, culminando em patologizações sobre o feminino. Como consequência, aquilo de mais original que Freud pôde nos deixar — a teorização da sexualidade infantil com suas metas pulsionais ativas e passivas, presentes independentemente do gênero — ficou sobre a sombra de uma matriz heterocisnormativa construída e sustentada pelos interesses coloniais e capitalistas presentes na cultura ocidental patriarcal. Atividade e passividade compõem a subjetividade de cada ser, a partir da mescla das metas pulsionais, derivada da fusão pulsional (pulsão de vida e pulsão de morte). Quando ficam vinculadas à masculinidade e à feminilidade, acabam por reforçar os estereótipos de gênero e a desvalorização da mulher e do feminino como consequência.

Quanto à feminilidade, vimos que no texto *Análise terminável e interminável* (1937) ela ficou caracterizada como fonte de rejeição nos homens e nas mulheres, ou seja, argumentos biologicistas serviram para nomear o fenômeno da *rocha básica* — o limite intransponível de uma análise em relação aos conflitos psíquicos das diferenças anatômicas entre os sexos. Esse limite aponta que, para um homem, a não aceitação da posição passiva (também chamada posição feminina) ocorre perante outro homem. Para uma mulher a superação da inveja do pênis é algo praticamente impossível, promotora de uma eterna insatisfação.

Décadas mais tarde, surgiram outras formas de se pensar sobre a feminilidade. Robert Stoller (1976) trabalhou com o conceito de *feminilidade primária*; Jacques André (1996) com o conceito de feminilidade na origem da psicosssexualidade; com Joel Birman temos a busca pela positivação do conceito de feminilidade, que segundo o autor ficou de forma negativa na obra de Freud. Birman trabalhou com a ideia de uma *feminilidade originária* (2001).³³

³³ Em nossa análise documental os conceitos dos autores citados, trazendo um aspecto mais pulsional do que representacional da feminilidade, como em André (1996) e Birman (2001), serão melhor desenvolvidos.

Na condição originária de um bebê estão presentes a passividade e o desamparo (*Hilflosigkeit*), ambos considerados originários. Porém, atribuir o termo feminilidade a este início da vida psíquica corrobora por manter a vinculação do feminino ao passivo e, com isso, reafirma todas as consequências socioculturais na história.

Para darmos sequência ao nosso objetivo de averiguação da absorção da crítica feminista da teoria freudiana da psicosexualidade feminina e as repercussões na clínica psicanalítica, tendo como recorte temporal a segunda e a terceira ondas feminista no Brasil (1970–1990 e 1990 ao início dos anos 2000), apresentamos um breve desenvolvimento do movimento feminista.

4.1 A HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

O feminismo constituído como movimento social foi contemporâneo à Psicanálise. Ao longo da história foi alvo de muitas campanhas que o apresentaram de forma negativa, como ameaça aos padrões clássicos da família burguesa e, por esse motivo, percebe-se que a palavra “gênero”, por vezes, parece menos ameaçadora do que feminismo (Garcia, 2015).

Feminismo necessita ser pensado no plural, “feminismos”, pois ele se desdobra a cada época e em cada país, existindo e coexistindo diversificadamente. Estigmatizações sobre o movimento feminista avançaram no tempo e podemos encontrá-las ainda hoje em nosso meio.

No final do século XX e início do XXI, seria por meio do feminismo que as formas de opressão às mulheres e ao feminino ganharam maior visibilidade. A interseccionalidade (classe, raça, gênero) necessitou de ser considerada nas análises histórico-sociais das relações de gênero, assim como os efeitos coloniais e pós-coloniais. Portanto, um movimento que lutasse em prol das mulheres precisou existir. O termo feminismo foi primeiro empregado nos Estados Unidos em 1921, e seu principal objetivo era a busca pelo equilíbrio entre as necessidades de amor, realização individual e política da mulher (Garcia, 2015). Assim, feminismo pode ser definido como:

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca de liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. (Garcia, 2015, p.13).

Retornando à Psicanálise com Freud, suas teorizações conceituais sobre a sexualidade feminina causaram certo alvoroço entre as feministas de sua época. Segundo Lago (2012):

O pensamento de Freud precisou refluir sobre as consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos, a centralidade do complexo de castração na dissolução do complexo de Édipo, para pensar na sexualidade feminina na feminilidade, quando se viu diante da importância das vivências pré-edípicas na organização psíquica da criança (e das meninas, especialmente). Questão que esteve muito ligada aos resultados do trabalho das analistas mulheres com suas pacientes femininas. E foi aí que se instaurou a grande polêmica no interior da psicanálise. (Lago, 2012, p.5).

Nessa sequência dos textos de Freud sobre o desenvolvimento psicosssexual da menina, ergueram-se os embates entre os psicanalistas. Como vimos, de um lado Melanie Klein, Karen Horney e Josine Müller e, de outro, Freud, Jeanne Lampl-de Groot, Helene Deutsch, Marie Bonaparte e Ruth Brunswick. O falocentrismo na teoria freudiana deu ao complexo de castração uma centralidade inquestionável e, no caso da menina, a inveja do pênis. Esse foi o fio condutor para pensar a feminilidade, sendo que o desfecho não patológico a destinava à passividade de sua “natureza” anatômica.

O movimento feminista possui uma especificidade: produz sua própria reflexão crítica e sua própria teoria. A isso podemos atribuir, principalmente, a posição social das mulheres que participaram do movimento feminista no Brasil na segunda metade do século XX. Essas mulheres pertenciam à classe média, formadas em sua maioria na área das Humanidades, Crítica Literária e da Psicanálise (Pinto, 2010). Portanto, o movimento feminista possui duas vertentes: sua ação e sua produção teórica. Anteriormente aos marcos temporais das ondas feministas, muitas mulheres pagaram com a própria vida por suas reivindicações. O fenômeno da caça às bruxas (século XVI e XVII) foi um marco histórico que se mostrou implacável contra as mulheres que desafiassem os preceitos religiosos do catolicismo, principalmente em relação às questões sobre a reprodução feminina, como vimos no capítulo “A dimensão do passivo: o feminino na história”.

Diante deste cenário, no final século XIX, houve uma organização em torno de um movimento que reivindicava por direitos sociais e políticos, caracterizando a *primeira onda feminista*. Organizada na Inglaterra, a luta das mulheres foi pelo direito ao voto, ficando conhecidas como *sufrajetes*, no final do século XIX; buscavam por direitos que até então só os homens possuíam, tais como educação, direito ao voto e uma relação mais simétrica dentro do casamento. Porém, foi a partir da Revolução Francesa (1789–1799) que começaram os primeiros movimentos feministas pela busca da igualdade de direitos e, mesmo tendo lutado ao lado dos homens nessa revolução, as mulheres não foram consideradas sujeitos de direitos.

Olympe de Gouges na França foi a escritora do texto de 1791, *Direitos da Mulher e da Cidadã*, em oposição ao documento dos homens (Silva, Carmo & Ramos, 2021).

Ainda nesse período, Mary Wollstonecraft, escritora inglesa de *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher* de 1792, é considerada uma das mais importantes atuantes contra as desigualdades e a discriminação de gênero na esfera política, social, econômica e de educação.

No século XIX, ainda considerando o movimento feminista como primeira onda, temos Sojourner Truth³⁴, mulher negra e ex-escravizada, em 29 de maio de 1851 foi a autora do discurso que ficou marcado na história, proferido na *Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron*, Ohio, reivindicando seus direitos não como negra, mas como mulher, por não ser reconhecida como tal. Seu discurso tinha o título: *E eu não sou mulher uma mulher?*.

Ao citar o nome dessas mulheres dos séculos XVIII e XIX, buscamos manter viva a memória da história das mulheres, pois devido ao apagamento de suas ações pelo discurso masculino, predominantemente imperante, resgates históricos, feitos por uma narrativa feminina, têm acontecido.

No decorrer dos anos, muitas mulheres foram presas, fizeram greve de fome, até que, em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison, atirou-se na frente do cavalo do Rei buscando dar visibilidade às reivindicações feministas, pagando com a própria vida por essa luta. O direito ao voto foi conquistado em 1918 no Reino Unido (Pinto, 2010).

O movimento da primeira onda feminista foi motivado por fatores como a Revolução Industrial (1820-1840), alcançando os períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Foi configurado pela luta por igualdade, onde as mulheres proletárias reivindicavam direitos trabalhistas iguais aos dos homens, mas não só isso, a luta pela igualdade se estendia para o direito a ter um lugar atuante na sociedade assim como eles.

No Brasil, o movimento sufragista foi centrado por mulheres de classe alta, chegando ao país com a Proclamação da República de 1889. As *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga pela Sorbornne (França). Em de 1910, no seu retorno ao Brasil, iniciou a luta pelo voto (Pinto, 2010). Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922) e em 1927, por meio de um abaixo-assinado, enviado ao Senado, pediu aprovação para o voto feminino, sendo o senador Juvenal Lamartine o autor do Projeto de Lei. Em 1932 foi promulgado o direito das mulheres ao voto pelo Novo Código Eleitoral Brasileiro. Anteriormente a essa conquista, as mulheres eram apenas confinadas a um destino que,

³⁴ Carla Cristina Garcia, mestre e doutora em Ciências Sociais e Antropologia, autora do livro *Breve História do Feminismo* (2015), apresenta Sojourner Truth como pertencentes à segunda onda do feminismo. Manteremos a cronologia das ondas dentre outras referências. Utilizamos a cronologia de Céli Regina Jardim Pinto, apresentada em seu artigo *Feminismo, história e poder* de 2010, que refere esse período do século XIX ainda como primeira onda.

justificado por sua “natureza”, se colocava somente a serviço da procriação, cuidado dos filhos e da casa. Em outras palavras, a mulher não existia no espaço fora do lar. Cabe lembrar que na Constituição anterior de 1891, não se citava a mulher, expressando sua subalternização na sociedade.

Outra luta que merece destaque nessa época foi a encabeçada pelo movimento das operárias de ideologia anarquista, fundadora da “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” em 1917 (Pinto, 2003). Com a conquista do voto, as mulheres (de classe média), passaram a ser incluídas em alguns lugares e discursos. Daqueles de que estavam excluídas, o espaço político era o mais evidente. Na atualidade podemos constatar que ainda se persevera a dificuldade de rompimento desse obstáculo de exclusão, pois a grande maioria das ocupações em cargos políticos pertence aos homens.

A partir da década de 1930, o movimento feminista da primeira onda perdeu força, não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e Europa. Voltou a ressurgir na década de 1960, instigado pelo livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, escrito quase dez anos antes, em 1949. Esta obra marca o período da *segunda onda* (1960 até 1980). A década de 1960 foi historicamente muito marcante, os Estados Unidos demonstraram todo seu poderio bélico na guerra contra o Vietnã e, em uma reação contrária a toda essa violência, surgia o movimento *hippie* na Califórnia. Este movimento se mostrava crítico ao consumo excessivo e os valores rigidamente morais, e se expressava pela conhecida frase: “paz e amor” (Pinto, 2010).

Na Europa, ocorreu em Paris o movimento *Mai de 1968*, liderado por estudantes que questionavam a ordem acadêmica e, juntamente a isso, havia a desilusão com os partidos da esquerda comunista. Em 1963, Betty Friedan, renomada feminista estadunidense, lança o livro *A mística feminina*, livro que desafiava a imagem tradicional da mulher como dona de casa “perfeita”, esposa e mãe. Em sua obra, questionava diretamente as relações de poder entre homens e mulheres (Pinto, 2010), tornando-se grande influência para o feminismo da segunda onda. Sobre a Psicanálise de Freud, assim ela assim se colocou:

O conceito de “inveja do pênis”, que Freud cunhou para descrever um fenômeno que ele observava nas mulheres – isto é, nas mulheres de classe média que eram suas pacientes na Viena de uma época vitoriana – foi aproveitado neste país, nos anos 40, como a explicação literal de tudo aquilo que estava errado com as mulheres americanas [...] Tudo o que é necessário saber é o que Freud estava descrevendo naquelas mulheres vitorianas, para ver a falácia que existe em aplicar literalmente a sua teoria da feminilidade às mulheres de hoje.. (Friedan, 1963, p.92, citado por Lago, 2012, p.8).

Anos mais tarde, Kate Millet, em *Sexual Politics* (1970), apontou:

A despeito de como tenha sido usada, a psicanálise não é uma prescrição para uma sociedade patriarcal, mas uma análise de uma sociedade patriarcal. Se estamos interessados em compreender e recusar a opressão da mulher não podemos nos dar ao luxo de negligenciá-la. (Mitchell, 1979, p.17, citado por Lago, 2012, p.9).

O feminismo na luta pela liberdade das mulheres, nessa segunda onda, não só pleiteava espaços de igualdade no trabalho, na vida pública, ou na educação, buscava também uma nova forma de relacionamento com os homens, visando à autonomia para decidir sua própria vida e sobre seu próprio corpo. Não obstante, nesses primeiros anos da década de 1960 estava lançada nos Estados Unidos a pílula anticoncepcional, chegando à Europa, mais precisamente à Alemanha, logo depois (Pinto, 2010).

Se a primeira onda feminista lutava pela igualdade, a *segunda onda* reivindicava a “não diferença”, pois, além da clássica dominação de classe, estava colocada em questão pelas feministas a dominação masculina sobre a mulher (Pinto, 2010). Com a entrada das feministas nas academias, juntamente com suas produções, gradativamente se deu a passagem dos estudos das mulheres para os estudos de gênero.

No Brasil a década de 1960 não se apresentou tão promissora para as lutas feministas como na Europa e nos Estados Unidos. Por aqui vivia-se um estado total de repressão com a ditadura civil-militar. Em 1963 houveram radicalizações contra a esquerda partidária, com estudantes e governo de um lado e de outro os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada (Pinto, 2010). Este cenário culminou no golpe militar de 1964, tornando o Brasil em 1968 uma ditadura civil-militar muito rigorosa, que instaurou o conhecido Ato Institucional nº 5 (AI-5).

A partir de então, as primeiras manifestações feministas no Brasil aconteceram novamente somente em 1975, quando ocorreu uma semana intensa de debates sob o título: *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU-ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Nesse mesmo ano Terezinha Zerbini lançava o Movimento Feminino pela Anistia, tendo papel relevante na luta pela anistia de 1979 (Pinto, 2010).

As mulheres exiladas desse período tiveram contato com o feminismo europeu, mesmo sem o apoio de seus maridos, que viam o feminismo como um desvio da luta contra ditadura, elas se reuniram e se articularam. Assim se expressaram:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda

dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (Pinto, 2003, p.54).

Com a redemocratização dos anos de 1980, o feminismo brasileiro alcança grande potencialidade na luta pelos direitos das mulheres, com temas como: “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais” (Pinto, 2010, p.17). O movimento feminista brasileiro, apesar de sua origem na classe média intelectualizada, se manteve em inter-relação com as classes populares, promovendo novas percepções para ambos os lados. Contudo, no Brasil ainda constatamos uma enorme desigualdade entre as elites e as camadas populares, as feministas desse período constataram que:

Os espaços de poder têm mostrado uma grande capacidade de conversão de novos membros à sua dinâmica de reprodução de desigualdade [...] ao próprio feminismo foi dado um lugar neste arranjo de dominação. As mulheres feministas podem falar algumas coisas, outras não. As não-feministas terão poderes outros [...] quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher, quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. (Pinto, 2010, p.20).

Em 1984 criou-se o conselho o *Conselho Nacional de Condição da Mulher* (CNDM), juntamente com o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CFEMEA), de Brasília, uma das mais significativas conquistas do feminismo brasileiro. Neste feito, a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional se realizou. Com isso, na *Constituição de 1988*, houve uma das maiores inclusões dos direitos das mulheres no mundo (Pinto, 2010). Porém, com o governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o CNDM perdeu força de atuação.

Um avanço voltou a acontecer em 2002, quando, durante seu primeiro governo, Luiz Inácio Lula da Silva criou a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*, compondo um de seus ministérios. No final do século XX, o movimento feminista se profissionalizou por meio da criação de *Organizações Não Governamentais* (ONGs), atuantes na intervenção junto ao Estado, buscando como uma de suas metas de conquistas espaços para maior participação política das mulheres.

Podemos perceber que no Brasil, ainda com certo atraso em relação ao restante do mundo, o período da pós-ditadura civil militar se destacou pelas lutas sociais, despertadas por uma visão democrática advinda da redemocratização e dos movimentos feministas. Obtendo ajuda internacional para implementação de políticas públicas mais eficazes, a partir do vínculo com as organizações feministas não-governamentais de outros países, o feminismo ganhou força (Silva, Carmo & Ramos, 2021).

A partir de 1990, considera-se a *terceira onda* do movimento feminista. Nessa década se buscou as diferenças na categoria “mulher” a partir da consideração da interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Nas academias começaram as produções de análises das diferenças entre elas, pois o sofrimento e a opressão não seriam iguais a todas as mulheres. Nos Estados Unidos, o feminismo interseccional começou no final da década de 1970, início de 1980, com forte influência do movimento feminista negro. Entendeu-se que tratar as questões de gênero isoladamente das questões raciais negligenciava as pautas do movimento antirracista e, com isso, pautas das feministas negras também.

As mulheres negras, ao verem suas pautas relegadas a segundo plano tanto no movimento antirracista como no movimento feminista hegemônico das mulheres brancas, se articularam e trouxeram importantes contribuições. Passou a ser imperioso ao movimento feminista da terceira onda o reconhecimento de que, embora o impacto do sexismo alcançasse todas as mulheres, isso ocorre em diferentes níveis de desigualdades sociais e as questões de gênero, raça e classe fazem parte dos diferentes níveis de opressão e subordinação das mulheres (Lugones 2020). Essa perspectiva se coloca diferentemente da vertente feminista da segunda onda, a qual considerou os eixos de opressão de maneira isolada, não considerando a questão interseccional.

Como as questões femininas e a naturalização dos padrões de gênero reproduzidas no discurso hegemônico masculino tendem a ficar apagadas, reiteramos que os estudos sobre as relações de gênero se configuraram a partir do feminismo.

Desse modo o feminismo obteve nova dimensão com a teoria de Judith Butler³⁵, a partir de suas teorizações tornou-se referência para o pensamento da chamada terceira onda do movimento feminista. Gênero começa a ser compreendido como um ato performativo, discursivamente constituído, a produção da *matriz heterossexual* passa a ser colocada em questionamento.

Diante do exposto, entendemos que o movimento feminista objetivou e objetiva a emancipação das mulheres e com isso, entendemos que suas conquistas ameaçam as estruturas de poder do mundo ocidental. Por essa razão se justifica a importância da

³⁵ Apresentaremos ainda nesse capítulo a teoria de Judith Butler sobre a performatividade de gênero e melancolia de gênero, correspondente à terceira onda do feminismo.

perspectiva feminista para análises sobre o discurso masculino, feita como é pelo “homem universal” (Preciado, 2022).

No que se refere a segunda onda do movimento feminista (1970-1980), pudemos constatar que o sistema de opressão contra as mulheres estava sob profunda análise. As estruturas que fundamentam o sistema androcêntrico também foram identificadas na teoria psicanalítica, pois nela se encontram presentes o falocentrismo da cultura patriarcal. Por essa razão temos com Luce Irigaray (1977) e Gayle Rubin (1975), postulações que revelam a dinâmica do discurso dominante masculino, operante no interior da teoria freudiana.

Em relação a terceira onda feminista, correspondente ao período de 1990 ao início dos anos 2000, destacamos o movimento de desconstrução das questões de gênero e o sentido performativo deste, com Judith Butler (2003). De Jean Laplanche (psicanalista de grande expressão para teoria psicanalítica), apresentaremos seu pensamento sobre os determinismos culturais de gêneros, designados e transmitidos por meio do pequeno *socius* da criança na forma de códigos sociais e esquemas narrativos da cultura. Suas postulações agregam no sentido de que os conteúdos que esses códigos e esquemas carregam são expressões dos ideais erigidos pela cultura patriarcal e que além das compreensões conscientes do que é masculino e do que é feminino, se agrega uma designação de forma inconsciente, a partir dos pais (cuidadores) promotora de uma antecipação de gênero.

4.2 A CRÍTICA FEMINISTA À TEORIA FREUDIANA – SEGUNDA ONDA

4.2.1 O falogocentrismo na Psicanálise – Luce Irigaray

Luce Irigaray, filósofa, feminista francesa do feminismo e psicanalista, é crítica incisiva do patriarcado e da lógica fálica. Ao abordar as obras de Freud e Lacan, ressalta que no interior das teorias desses autores a subalternidade feminina, presente na sociedade, também se apresenta.

O homem sendo associado ao *logos*, passa a ser a medida de todas as coisas. Fica assim como o único sujeito passível de representação, expressando o falogocentrismo presente no discurso hegemônico masculino, aponta Irigaray (1977/2017)

Nessa lógica falogocêntrica, segundo a autora, Freud coloca à prova a questão do *après-coup* (*a posteriori*). Tanto a sobredeterminação, o automatismo da repetição e a pulsão de morte — todos mecanismos inconscientes presentes na linguagem do sujeito — não foram suficientes para impedir que a lógica do *logos* definisse a diferença sexual em função do *a priori*. A analogia, a comparação, a assimetria, as oposições dicotômicas prevaleceram e, assim, a diferença sexual foi tratada por ele como indiferença sexual, sobre a qual se sustenta a lógica de todo discurso e de toda a ciência.

Para Irigaray não se trata da pergunta: “o que é a mulher?” O que necessita ser evidenciado é interpretar o modo como no interior do discurso, predominante masculino, o feminino se encontra. Apontamentos como falta, defeito, imitação e reprodução do inverso são seus determinantes e, mesmo com essa lógica, “um excesso disruptivo é possível do lado do feminino” (1977/2017, p.91).

Ao denunciar as bases masculinas opressoras nos trabalhos de Freud, a partir de seu livro *Speculum: de l'autre femme* (1974)³⁶, o qual lhe concedeu notoriedade nos círculos feministas e acabou culminando em sua expulsão da Escola Freudiana de Paris. A preocupação com a desconstrução das bases fálicas, trouxe o medo da perda de referenciais teóricos fundamentais, com isso, parte da comunidade psicanalítica tradicional criticou suas postulações.

Freud, ao não questionar as determinações históricas dos dados que utilizou, deixou uma contradição interna em sua teoria, pois, submerso por um poder e por uma ideologia patriarcal, construiu uma representação do feminino a partir de uma ordem falocrática (Irigaray, 1977/2017).

Irigaray trabalha na intersecção entre a Psicanálise e os estudos de gênero, propondo novos paradigmas para compreender a sexualidade e a identidade feminina. Pode ser considerada uma pioneira ao questionar questões de gênero e identidade em uma época em que esse discurso não era comum entre os psicanalistas. Evidenciou as relações de poder e a construção social de gênero ao analisar as teorias psicanalíticas. Em sua obra *Esse sexo que não é só um sexo* (1977/2017), apresenta um manifesto crítico à marginalização das mulheres na Psicanálise tradicional, assim, como na sociedade em geral.

Defensora da reavaliação contínua das teorias psicanalíticas, Irigaray busca o reconhecimento da multiplicidade das experiências femininas. Para ela, a pluralidade das zonas erógenas da mulher não pode se agrupar, e isso permite que esta mulher leve o prazer “para além da abertura-fechamento, passividade-atividade (Malabou, 2024, p.73). Na teoria que ela contrapõe, a feminilidade não se define por si só, mas é constituída em oposição ao outro, sabemos que esse outro é o sujeito masculino, presente como figura dominante. Com isso a autora lança a pergunta: “como as mulheres podem analisar a sua exploração, inscrever suas reivindicações, em uma ordem prescrita pelo masculino?” (1977/2017, p.93).

Em Freud não há a consideração de dois sexos, ressalta a autora; feminino seria simplesmente um complemento à sexualidade masculina. Destaca ainda que a questão anatômica é de fato muito presente na teoria freudiana da sexualidade feminina e isso

³⁶ *Speculum: de l'autre femme* (1974); *Speculum*, da outra mulher, evoca o instrumento ginecológico espelho, que permite “olhar as trevas”, e também revela que a obscuridade está na compreensão de quem olha (Malabou, 2024, p. 71).

justificaria a forma como foi desenvolvida a compreensão de sua sexualidade e sua função reprodutora.

Nessa construção de pensamento binário, a oposição entre a atividade clitoridiana/viril e a passividade vaginal/feminina foi conceituada por Freud, como já dito, a partir de parâmetros masculinos para atender uma sexualidade pensada para os homens. Para Irigaray, o prazer da mulher não deveria ter que escolher entre a atividade clitoridiana e a passividade vaginal, pois os dois se complementam no prazer da mulher; não há qualquer competição entre os dois órgãos. A autora simboliza esse fato pela relação dos lábios que se tocam sem pressão. Seu órgão sexual, que não é dado a se ver devido a sua “incompletude”, permite que ele possa se tocar indefinidamente (Irigaray, 1977/2017, p.36). Assim, utilizando a metáfora dos lábios que se tocam, aponta a presença do dois em detrimento do um (o falo), sugerindo, dessa maneira, a pluralidade inerente ao feminino. Portanto, se o falo está associado à lógica do um, os lábios trazem a ideia de pelo menos dois, caracterizado por duas partes, marcando assim a noção de uma sexualidade múltipla e diversa que resiste à redução de uma única identidade.

A articulação da mulher/lábios ganhou muitas críticas, pois entendeu-se que a psicanalista colocou um vulvomorfismo em oposição ao falomorfismo, sendo condenada ao essencialismo por isso. Porém, era preciso desconstruir o sentido anatômico erigido por Freud, contrapondo outro esquema corporal. Irigaray estabeleceu, assim, as bases dessa reescritura (Malabou, 2024, p.75).

Para Irigaray (1977/2017), o gozo da mulher está mais para o toque do que para o olhar. A erotização de seu corpo pela cultura masculina exige tanto a exibição como a reserva pudica, dessa maneira se excita as pulsões do sujeito (masculino). Contudo, seu sexo ainda pode ser o representante do horror do nada se ver. O buraco em seu objetivo escopofílico. O sexo feminino, que não é só um sexo, na civilização que privilegia o falomorfismo, é considerado como não-sexo. É o negativo, o avesso do único sexo visível e morfologicamente designável; o falo.

Com isso, ocorre uma rejeição, uma exclusão de um imaginário feminino, colocando a mulher em uma experiência fragmentada de si mesma. Os sistemas de opressão exercidos sobre ela não lhe permitem gozar como mulher: ela goza para o homem, atendendo à necessidade-desejo dos sujeitos.

A demanda de toque para a mulher, se ainda não tiver se perdido no tabu dessa civilização, terá na criança sua satisfação. Para Irigaray, a maternidade tem o potencial de superar as carências da sexualidade reprimida da mulher. “Seu prazer encontrará no bebê compensações e derivativos às frustrações que ela encontra frequentemente nas relações sexuais de senso estrito” (1977/2017, p.37). Nesse sentido a relação da mulher com a maternidade ganha importância em sua teoria. A que essa importância que a autora dá à

maternidade, estava respaldada por ideologias fortemente imperantes sobre a “natureza feminina” do seu tempo, sob a quais Irigaray não pode se isentar.

No que diz respeito à relação entre as mulheres, ela defende a valorização da relação mãe e filha, assim como a distinção entre mãe e mulher. Acredita que a relação entre mulheres não é exclusivamente mediada pela lógica fálica, pois há um período pré-edípico que antecede essa lógica. Na teoria freudiana, a castração e o complexo de Édipo feminino, além de ser a entrada da mulher em um sistema que não é o seu, parte da ideia de rivalidade na busca pelo falo³⁷, impedindo uma articulação positiva na relação mãe e filha. A universalidade das premissas fálicas e de castração em Freud, igualmente presentes no discurso masculino predominante, impede, segundo a autora, que o desejo propriamente feminino seja reconhecido. Sendo assim, esse desejo fica relegado à imitação do desejo masculino.

Entendemos, portanto, que se no imaginário todas as mulheres são castradas, a depreciação da condição do ser mulher estaria dada a partir da relação mãe e filha resultando em vergonha; o “esconder de seus corpos” representaria a falta como deficiência. Nessa esteira, seu desejo se torna inacessível e é valorizado apenas aquele desejo que atende à fetichização masculina e mantém a mulher na dependência do homem.

Nesta lógica, a mulher tem um valor de uso para o homem, e é marcada falicamente por seus pais e maridos: “a mulher não seria nunca senão o lugar de uma troca, mais ou menos rival, entre dois homens, inclusive em relação à posse da terra mãe (Irigaray, 1977/2017, p.41). Nesse ponto, em relação à troca de mulheres, nos aproximamos de Gayle Rubin (1975). Como moedas de troca, sem poderem participar dessas ações de forma ativa, a condição de submissão das mulheres seria sustentada pelo prazer masoquista, a partir do trabalho doméstico e da reprodução, todos lugares que a cultura opressora determina como próprio delas.

³⁷ Vimos com Karen Horney uma compreensão semelhante à de Irigaray, ou seja, pensar a relação entre mulheres (mãe-filha) para além de um marcador de rivalidade.

4.2.2 Sistema sexo/gênero – Gayle Rubin

Gayle Rubin (1975) foi uma das primeiras a enfatizar a distinção entre sexo biológico e gênero, abrindo, dessa forma, campo de pesquisa para os estudos de gênero. Décadas mais tarde, nessa esteira viria Judith Butler, com sua teoria sobre a performatividade de gênero (1990), a qual veremos logo adiante.

Para a compreensão da opressão sexual e social das mulheres, é preciso analisar suas raízes dentro de um *sistema de sexo/gênero*, assim chamado por Gayle Rubin (1975). A antropóloga cultural estadunidense defendeu em seu artigo intitulado *Tráfico de mulheres* a estreita conexão da desigualdade entre homens e mulheres a partir do controle da sexualidade feminina e a instituição do ideal heterossexual: “Os sistemas de sexo/gênero não são emanções a-históricas da mente humana; são produtos da ação humana historicamente situadas” (p.55).

O *sistema de sexo/gênero* foi definido como uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Foram propostas outras denominações para esse sistema, como *modos de reprodução e patriarcado*. Segundo Rubin, ambas as denominações podem gerar confusão.

Modos de reprodução foi um termo cunhado em oposição à expressão “modos de produção”;³⁸ todavia, Rubin nos mostra que todo modo de produção implica reprodução (pp.18–19), com isso o sistema sexual não pode se limitar somente à reprodução, nem no sentido social nem no biológico. Assim, o *sistema de sexo/gênero* não seria o momento reprodutivo de um modo de produção, neste sentido ele não se encerra aí.

Em relação ao termo patriarcado, ele não pode ser compreendido somente como uma forma de distinguir as forças que mantêm o sexismo de outras forças sociais; ele não se definiria exclusivamente nesse contexto, pois existem organizações sociais onde cabe ao *páter* (pai, patriarca) as tomadas de decisões, e formas opressivas também verificadas em outras organizações de sociedades nas quais o *páter* não teria tanto poder

O *sistema de sexo/gênero*, sendo um termo neutro, indicaria que a opressão não é inevitável, por ser produto das relações sociais específicas que a configuram: “O que são, então, essas relações pelas quais uma mulher se transforma numa mulher oprimida?” (Rubin, 1975, p.10). Utilizando-se do campo relacional, Rubin entende que fora de determinadas relações a mulher poderia se encontrar em outra posição.

³⁸ “Modos de produção” refere-se à forma como uma sociedade organiza a produção de bens e serviços e engloba relações sociais de produção e os meios de produção. Rubin chama a atenção para o fato de que nessa análise, onde as mulheres foram tomadas como matérias-primas, elas se tornam um meio de reprodução para os modos de produção no interior do *sistema de sexo/gênero*. Contudo, esse não seria o único modelo de opressão da mulher.

É nos trabalhos de Lévi-Strauss e Freud que os sistemas de relações que tornam a mulher presa dos homens se revelaram. A partir de uma leitura crítica desses autores, Rubin teve como objetivo alcançar uma definição mais completa do *sistema sexo/gênero*.

Sobre a teoria de Lévi-Strauss em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, de 1949, e de Freud sobre a sexualidade feminina, de 1931 e 1933, Rubin constatou a existência de um aparato social sistemático que transformou as mulheres em matérias-primas, moldando-as em mulheres domesticadas. Entretanto, segundo a antropóloga, nenhum dos autores citados pôde ver as implicações de seus postulados, tampouco a repercussão negativa que traria ao olhar feminista. Ambos escreveram dentro de uma tradição intelectual e cultural, na qual as mulheres estavam e ainda estão, em certa medida, inseridas como elementos indispensáveis para a engrenagem de certos sistemas.

A organização de sexo e de gênero, anteriormente, possuía uma função que não se esgotava em si mesma, conseguia organizar uma sociedade, como vimos na sociedade ateniense e na Roma Antiga. A Psicanálise e a Antropologia estrutural revelaram uma sofisticada ideologia do sexismo: Lévi-Strauss e Freud forneceram instrumentos conceituais que apresentaram descrições da vida social, “que é o *locus* da opressão das mulheres, das minorias sexuais, e de certos aspectos da personalidade humana nos indivíduos” (Rubin, 1975, pp.10-11).

Lévi-Strauss, ao pesquisar os sistemas de parentescos, constatou um funcionamento que não abarcaria um sistema biológico ou consanguíneo, pois eles possuem categorias e *status* que podem se contrapor às relações genéticas reais. Seriam compostos de formas concretas de sexualidade organizada socialmente que se reproduzem (Rubin, 1975, p.21). O sistema de parentesco determina a pessoa que pode ou não se casar, e a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens.

A troca de mulheres seria também uma troca de parentesco, e os casamentos seriam então a principal forma de trocas de presente: “nessas trocas, as mulheres seriam o mais precioso dos presentes” (Rubin, 1975, p.24). Sobre o tabu do incesto, considerado universal para Lévi-Strauss, tem o teor de suas proibições de forma variável. A finalidade desse tabu não seria evitar a ocorrência de casamentos entre pessoas geneticamente aparentadas, mas seu objetivo principal seria a exogamia no intuito de abertura para o social e as alianças conquistadas fora dos parentescos biológicos. É justamente por esse motivo que o presente de mulheres tem um valor maior do que a troca de outros presentes, pois este presente forma as relações de parentescos. Parentesco é organização, afirma Rubin, e a organização cria poder. “Mas quem é organizado?”, pergunta ela.

Se as mulheres seriam as que são trocadas pelos homens, a estes seria concedido o poder do laço social. Todavia, haveria uma distinção entre o presente e aquele que o dá; assim, elas não seriam parceiras na ação das trocas, mas apenas instrumentos para esse intercâmbio

acontecer. Para que elas pudessem participar como parceiras desse intercâmbio precisariam ter algo para dar. “Se as mulheres estão à mercê dos homens, elas não podem dispor de si mesmas” (Rubin, 1975, p.27).

Sendo assim, a troca de mulheres seria um conceito potente, pois localizaria a opressão das mulheres no interior dos sistemas sociais. A fonte da opressão das mulheres estaria então localizada em seu comércio. A grande contribuição da autora foi afirmar que a organização social do sexo se basearia no gênero, na obrigatoriedade da heterossexualidade e na repressão da sexualidade da mulher³⁹.

Como os sistemas de parentescos se basearam no casamento, as trocas de mulheres transformariam pessoas do sexo masculino em homens e pessoas do sexo feminino em mulheres, trazendo o ideal de complementaridade entre eles, de acordo com o sistema heterossexual imperante. O gênero, portanto, seria uma divisão dos sexos impostos socialmente.

A identidade de gênero, segundo Rubin, oculta as semelhanças naturais entre os indivíduos, estabelecendo nas categorias de homens e mulheres uma oposição natural. No homem seria reprimido qualquer traço considerado “feminino” e na mulher traços definidos como “masculinos”. Não obstante, “gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele obriga também que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo” (1975, p.32).

Em relação à Psicanálise Rubin se manifesta: “Pode-se entender os ensaios de Freud sobre a feminilidade como descrições de como um grupo é preparado psicologicamente, em tenra idade, para conviver com a própria opressão”.

Com a existência da fase pré-edipiana, a heterossexualidade da menina precisaria de explicações, já que ela demonstra atividade fálica para com a mãe e a homossexualidade foi considerada uma reprodução da relação mãe-filha.

Se a inveja do pênis, a partir da sua condição de castrada, explica o início de seu percurso rumo à feminilidade, “a explicação de Freud pode ser entendida como uma afirmação de que a feminilidade é consequência das diferenças entre os sexos” (Rubin, 1975, p.39). A busca por sustentações biológicas por parte de Freud não deixou de ser um refúgio para quando surgiam encruzilhadas em sua teoria que aludiam para um sistema de sexo/gênero constituído culturalmente. Porém, Rubin lembra que para Freud, a sexualidade adulta seria fruto do desenvolvimento de sua sexualidade infantil, ficando o biológico em segundo plano nesse contexto. Mas como já sabemos, o que prevaleceu foram os imperativos culturais do sistema patriarcal para determinar a feminilidade das mulheres.

³⁹ Nesse aspecto da obrigatoriedade heterossexual, Judith Butler, leitora de Gayle Rubin, trabalha com o conceito de heterossexualidade compulsória, conforme evidenciado por Adrienne Rich (1988).

O complexo de Édipo seria o momento do desenvolvimento da sexualidade infantil, no qual ocorre a assimilação das normas e dos tabus. As relações de parentesco, baseadas na diferença radical entre os direitos dos homens e os das mulheres, a partir desse complexo, confere direitos masculinos aos meninos e ficam destinados às meninas direitos mais restritos.

Com o tabu do incesto inserido no campo cultural, a troca de mulheres constituiria a origem da sociedade. Com isso, a crise edipiana ocorreria nesse mesmo sentido, pois contendo o tabu do incesto, iniciaria também a troca do falo. Ou seja, na crise edipiana ocorre o momento em que as crianças descobrem as diferenças sexuais, as regras sexuais implícitas na família e com parentes próximos, portanto, o tabu do incesto alertaria para uma sexualidade proibida. A mãe estaria proibida a ambos, pois pertence ao pai, e nessa esteira os dois gêneros se estabelecem com direitos diferentes.

O complexo de Édipo, portanto, seria o dispositivo para a “definição” da sexualidade, modelando o padrão sexual considerado “normal” e o falo como marcador das diferenças sexuais e representando a dominação masculina sobre as mulheres, o que resulta na inveja do pênis como consequência. Como já discutido, ter a posse do falo, além de representar um *status* masculino, permite certos direitos para o homem, sendo a mulher um deles.

O falo torna-se então uma troca entre os homens, quando o menino faria a troca da sua mãe pelo valorizado objeto simbólico, seu pênis. Na posse desse símbolo, fica autorizada a troca por uma mulher. “O contrato social com o qual ele concordou terminará por reconhecer os seus direitos e lhe dar uma mulher” (Rubin, 1975, p.45).

Em relação ao tabu do incesto, existe uma maior complexidade para a menina. No caso do menino, o incesto inclui apenas uma mulher, sua mãe. Para a menina, estando em uma posição inicial homossexual em relação à mãe, o tabu segue na direção a todas as mulheres. A heterossexualidade como fator imperante para os padrões de gênero compõe a travessia feminina pelo desenvolvimento de sua sexualidade, resultando em um caminho doloroso e até mesmo insustentável. Nessa lógica, sem o falo a menina não tem o direito de amar sua mãe ou outra mulher, porque ela mesma fica destinada a um homem.

Como somente com o falo se pode entrar no sistema de trocas simbólicas, a menina se dirige ao pai para recebê-lo. No entanto, ela não o recebe como o menino. Só o presente de um homem poderia proporcionar à mulher essa espécie de “ganho”, contudo, ela nunca teria algo para participar da troca ativamente. Entendemos que “nunca ter para dar” faz alusão a uma condição passiva.

Com a vinculação do feminino ao passivo, a partir de sua constatação de ser “castrado”, a menina vai de encontro ao pai para receber seu amor, sendo assim, para Rubin, nesse momento a menina passa a desejar a “castração”. Rubin citando Deutsch afirma: “A experiência analítica não dá margem a dúvidas de que a primeira relação libidinal que ela [a

menina] tem com o pai é masoquista, e o desejo masoquista em sua fase feminina mais remota é: “Eu quero ser castrada por meu pai” (Deutsch, 1948, p.228, citado por Rubin, 1975, p.48).

Com o masoquismo vinculado ao passivo, a associação com o feminino tornou-se uma consequência, ficando conjugado a isso um desvalor para a mulher. Em relação ao masculino, o masoquismo ficou associado como expressão de fragilidade, como uma conduta caracteristicamente mais passiva, mais feminina e, portanto, mais inferiorizada em relação à masculinidade.

Se para a feminilidade caberia mais sacrifícios perante o mundo, Rubin trouxe uma reflexão de como a teoria psicanalítica sobre a sexualidade feminina se valeu de postulações como: os mistérios envoltos sobre o feminino, alegrias na dor (ato da defloração e parto), com justificativas biológicas para afirmar a “natureza feminina”. Todas essas atribuições desviariam os pensamentos sobre os custos da feminilidade, caracterizando os sintomas da própria teoria (Rubin, 1975, p.54).

A divisão dos sexos da forma como foi constituída, como temos apresentado nessa pesquisa, pretende demonstrar que as mulheres não sofreriam opressão apenas enquanto mulheres, mas pelo fato de ter que serem mulheres da maneira como se determina. Para a autora: “o movimento feminista deve almejar mais do que a eliminação da opressão das mulheres, deve sonhar em eliminar as sexualidades obrigatórias e os papéis sexuais” (Rubin, 1975, p.55).

Apresentaremos na sequência Judith Butler. Essa autora é uma figura central para a terceira onda do feminismo. Com suas bases teóricas pós-estruturalistas, buscou desconstruir a ideia de uma identidade fixa e assim introduziu a noção de performatividade de gênero, trazendo críticas à naturalização do sexo e do gênero. Suas contribuições são úteis para pensarmos se a partir de sua teoria, a compreensão psicanalítica sobre a feminilidade pode influenciar no manejo e na escuta clínica do/da psicanalista sobre a mulher.

4.3 QUESTÕES DE GÊNERO – TERCEIRA ONDA

4.3.1 Performatividade e melancolia de gênero – Judith Butler

Judith Butler, através de suas postulações, nos apresenta bases teóricas que reforçam que as realidades biológicas e sociais são inseparáveis das definições do sexo e do gênero. Essas definições se apresentam de forma interativa e dinâmica com o social e o ambiental. Após diversas movimentações sociais, conforme apresentado, os estudos de gênero se intensificaram a partir dos movimentos feministas nas décadas de 1970 e 1980, e no Brasil

ganharam força na virada do século XX para o XXI. Na busca por suplantar as grandes narrativas universalizantes, centradas nas elites masculinas brancas, o feminismo passou a questionar a exclusão feminina da análise histórica (Feitosa, 2012).

Um dos principais dispositivos de poder do período colonial foi a noção de identidade. Ancorada no biológico, desde o século XIX, essa foi a maneira como a sexualidade definia o ser humano (Foucault, 1978). A desconstrução dessa noção de identidade fixa se faz preemente, pois a construção da subjetividade ocorre de maneira contínua, precisando conter flexibilidade e pluralidade de experiências. Para que esse pensamento ganhe sustentação, desde a década de 1990, a categoria gênero vem sendo ampliada para além do binarismo masculino e feminino como únicas definições possíveis de se identificar.

Consideramos que a constituição da noção de identidade a partir do biológico contém um essencialismo utilizado como disfarce para esconder um determinismo anterior: o cultural. Esses ideais binários de gênero foram erigidos e transmitidos como “verdades naturais”, e assim, a vinculação do feminino ao passivo.

Analisando a questão de gênero, não podemos deixar de transitar pelas reflexões de Butler. Sua profunda análise da relação entre sexo e gênero em plena interação com o social, o cultural e sobre o ambiente que circunda uma pessoa, se apresenta convergente ao pensamento de Rubin (1975). Como as determinações de gênero estão embasadas nas diferenças biológicas sexuais, na atribuição do sexo no nascimento já estão contidas crenças e ideologias que “definem” futuramente aquele ser.

O argumento binário entre natureza e cultura sustenta a referência das mulheres à natureza e dos homens à cultura. Nessa atribuição dita como natural, Butler (2024) coloca a capacidade reprodutiva como um grande dispositivo de controle sobre a existência das mulheres. A partir disso, aponta-nos que a capacidade reprodutiva diferencia os sexos.

Acompanhando a autora temos que, as organizações sociais patriarcais no que diz sobre a reprodução, coloca o Estado como o detentor do poder em relação às decisões sobre o aborto, recusando a quem gesta decidir a melhor forma de conduzir sua vida. A vinculação das mulheres com a natureza, portanto, apela para uma determinação que impõe a maternidade a elas.

Na concepção de Butler (2024), então, o binarismo entre natureza e cultura se entrelaça com o binarismo entre sexo e gênero. O que comumente ocorre, como podemos perceber, é que na determinação do sexo estão inseridos os imperativos sociais que se sobrepõem aos corpos. O sexo então, como definidor do gênero, serve como justificativa para a demonização dos estudos e movimentos sociais sobre as questões de gênero.

O corpo como produto generificado pelas instituições, sendo a família e o ambiente de trabalho os principais lugares de cobrança da performance determinada para os dois gêneros. Com isso, os corpos dissidentes ficam excluídos do sistema de categorização, sob o qual o

corpo é o fato e o gênero deveria seguir essa materialidade anatômica. Nessa exclusão não acontece a inteligibilidade do gênero.

Como a marcação do sexo é a primeira operação do gênero, as características primárias de uma criança indicam a vida generificada e reprodutiva destinada a ela: “os quadros referenciais que organizam para nós os fenômenos sexuais fazem parte do que é observado e nomeado, e que nem sempre é fácil, ou possível, desemaranhar as duas coisas” (Butler, 2024, p.187).

A binaridade de gênero se originou como obrigatória e ideal a partir das forças materiais e sociais em conjunto. Na construção da materialidade do corpo sexuado atuou o modelo interacionista biológico e social. Além disso, fizeram-se presentes as influências raciais e coloniais, culminando nos ideais dimórficos. Butler (2024, p.221) assim colocou: “A história colonial do dimorfismo de gênero idealizado, mostra como as potências coloniais impuseram normas de gênero aos corpos negros e marrons que naturalizaram e idealizaram normas heteronormativas brancas e europeias”. Podemos entender a partir de Butler que gênero também pode ser admitido fora de um sistema normativo “englobando vidas e categorias trans, lésbicas, *gays*, bissexuais *queer* e intersexo que desafiam a heteronormatividade” (2024, p.236) e que sempre haverá uma lacuna entre o corpo percebido e as normas sociais dominantes.

Toda atribuição de sexo, seja cisgênera ou não, precisará de um trabalho performativo para incorporação dessa designação, ou seja, toda expressão de gênero é uma performance. Sendo assim, as identidades que se apresentam dentro de padrões performáticos heterossexuais terão uma inteligibilidade de gênero garantida. Já a identidade daqueles que não seguem a suposta coerência da masculinidade e da feminilidade serão excluídos da lógica normativa em vigor.

Em direção à Psicanálise, Butler estabelece um diálogo entre ela e a teoria *queer*. Melancolia de gênero é o termo que a autora utiliza para pensar a questão das identificações nas formações de gênero⁴⁰. Freud, em seu texto *O Ego e o Id* (1923), complementa a teoria da melancolia que havia criado em 1917, em *Luto e Melancolia*, e passa a aludir que a perda de um objeto amado na melancolia promove a identificação do caráter; Butler acrescenta que essa identificação estabelece fundamentalmente a identificação de gênero, apontando cinco implicações sobre a melancolia de gênero: 1) a entrada no complexo de Édipo implica uma heterossexualização do desejo; 2) a heterossexualidade se funda a partir de um luto renegado de um amor homossexual; 3) a rigidez na formação de gênero é proporcional ao quanto o sujeito pode ou não reconhecer seus apegos homossexuais; 4) a identidade heterossexual está

⁴⁰ “Melancolia de gênero” não é vista pela autora como universal. Butler reconhece sua dimensão contingencial e hiperbólica, e sua análise segue na direção do quanto as perdas dos investimentos homossexuais são ou não passíveis de um trabalho de luto (Helsing, 2021, p. 100).

sempre sob ameaça, pois se constituiu por meio do imperativo normativo que não permitiu o luto da perda do objeto homossexual; e 5) o tabu da homossexualidade incide nas formas de prazer, elas são legitimadas ou não, implicando na distribuição normativa das zonas erógenas (Helsing, 2021, pp.93-94).

Na experiência de perda de um objeto amado, o *Eu* o incorpora assumindo atributos e assim preserva-o dentro de si por meios da imitação (Butler, 2003, p.92). Entretanto, perante a ambivalência presente em todas as relações, no caso de perda, ocorre a internalização dos aspectos frustrantes e odiados no objeto. Isso permite que o *Supereu*, mais especificamente o *Ideal de Eu*, assumam uma disposição autocrítica e autodepreciativa sobre o *Eu*. Essa operação que Freud denominou melancolia pode ser entendida não só como oposição ao trabalho de luto, mas inclui também que nessa identificação melancólica se expresse a condição do *Id* retirar o investimento do objeto perdido e utilizar esse investimento em sua preservação dentro de si. Assim, o *Eu* troca de lugar com o objeto. O *Ideal de Eu* recebe do *Eu* os afetos dirigidos ao objeto, e disso resulta a volta dos ataques ao objeto contra si mesmo.

Diante dessa metapsicologia da melancolia, Butler (2003) entende que, no processo de internalização de amores perdidos, torna-se possível a formação de gênero. Retomando a questão do tabu do incesto pensada por Rubin — onde o tabu do incesto não pressupõe apenas o imperativo da exogamia, mas também a heterossexualidade exogâmica (Helsing, 2021, p.99) — para Butler, no tabu do incesto se encontra a primeira perda de amor do sujeito. É também sua primeira identificação com o objeto perdido do mesmo sexo, internalizado na forma de objeto tabu do desejo, e com isso o tabu da homossexualidade condiciona o tabu do incesto.

Seguindo sua construção de pensamento, a autora aponta que, no caso de um amor heterossexual proibido (em termos edípicos), o que é negado é o objeto e não, a modalidade do desejo, ou seja, o desvio é em relação ao objeto e não, ao desejo. No caso de um amor homossexual (em termos edípicos também), tanto o desejo como o objeto requerem renúncia. No processo de internalização dessa perda está disposta a melancolia. Assim, tanto a masculinidade como a feminilidade se sustentam por meio de identificações constituídas em parte por um luto renegado, estabelecendo-se nesse ponto uma crítica em relação à Psicanálise no que diz respeito ao Édipo (Helsing, 2021).

Retomando a teoria do complexo de Édipo de Freud, a escolha heterossexual do menino tem sua promoção devido ao medo da castração. Butler acrescenta que esse medo, devido à matriz heterossexual dessa teoria, é o da feminização associada à homossexualidade masculina depreciada na cultura, e assim o investimento homossexual é subordinado a uma heteronormatividade sancionada culturalmente.

Na renúncia do menino em direção à mãe, ele internaliza essa perda pela identificação com ela, ou a consolida em masculinidade, fortalecendo sua relação com o pai. Na menina o

complexo de Édipo que leva à perda do pai como objeto de amor pode resultar numa identificação ou gerar desvio dessa identificação na direção do desejo heterossexual, no encontro de um substituto do pai.

Portanto, na teoria freudiana, o complexo de Édipo negativo da menina dependerá, para sua dissolução, da força ou da fraqueza da masculinidade e da feminilidade determinados por meio de sua predisposição. Como a bissexualidade originária, segundo a teoria freudiana, promove as predisposições masculinas e femininas nos sujeitos, ela está a serviço de fazer coincidir os desejos em desejos heterossexuais no interior do psiquismo (Butler, 2003, p.95). O desejo homossexual da menina pela mãe, sustentado por sua posição masculina, deve arrefecer para “fixar” sua feminilidade, e assim a menina poder desejar a partir do modelo heterossexual. Para Butler, na conceituação da bissexualidade em Freud, só os opostos se atraem.

Desse modo, a identidade de gênero na teoria butleriana é uma espécie de melancolia, sob a qual o sexo do objeto proibido é internalizado como proibição. Ou seja, as sanções e os tabus, regulados pelo *Ideal de Eu*, determinam as identificações masculinas e femininas. Se as identificações, como vimos, são substituições referidas à perda do objeto proibido, essa proibição sanciona e regula identificações de gênero na lei do desejo heterossexual. A proibição de que falamos aqui não diz respeito somente à proibição do incesto, mas sobretudo a homossexual.. “O resultado é que a pessoa se identifica com o objeto amoroso do mesmo sexo, internalizando por meio disso tanto o objetivo (*heterossexual*) como o objeto do investimento homossexual” (Butler, 2003, pp.98-99 [grifo nosso]).

Na identificação de gênero com o mesmo sexo estão envolvidas relações de objeto não resolvidas, pois são consequência das identificações melancólicas (resultantes da perda) que visam à preservação do objeto e marcam seu aspecto homossexual. Assim, Butler (2003, p.99) ressalta que, quanto mais rigorosa e estável é a afinidade de gênero, menos resolvida é a perda original, fazendo com que essa afinidade se expresse de forma rígida e tendo na sua ação o sentido de ocultar a perda do objeto amoroso original/proibido. Nessa falta de reconhecimento não há a possibilidade de resolução desse conflito, pois na incorporação melancólica está a negação da própria perda.

Antes de seguirmos com Laplanche, destacamos que o ponto de convergência desses autores está no fato de que o que Freud chama de predisposições masculinas ou femininas (da bissexualidade) não são fatos primários já presentes no psiquismo, mais do que isso, são efeitos produzidos pelo determinismo cultural. Para Butler são os atos cúmplices e transvalorizados do *Ideal do Eu*, e com Laplanche, como veremos, são atos de designação de gênero transmitidos na comunicação pré-verbal na relação adulto-infans, pelas mensagens enigmáticas que o adulto endereça à criança, onde estão contidas os códigos sociais e esquemas narrativos da cultura.

4.3.2 Designação de gênero – Jean Laplanche

Como pudemos constatar, percorrer o campo do feminino, inevitavelmente, nos aproxima das questões de gênero, pois o processo de generificação, principalmente a partir do Período Colonial/Moderno, impôs rígidas definições sobre a performatividade do masculino e do feminino (Butler, 1990).

Vimos também com Freud (1908), que o gênero é a primeira distinção que a criança faz dos seres humanos, e neste sentido a diferença sexual seria secundária. Quando surge a descoberta dos sexos, entra em cena a teoria da fase fálica de Freud, fase na qual a questão da visualização do órgão masculino tornou-se o fator determinante da percepção da criança: presença/ausência do pênis. A partir dessa cena de visualização, a diferença anatômica dos sexos ganhou conceituações teóricas e desdobramentos psíquicos, pois inseridas em um caldo ideológico da cultura patriarcal, prevaleceu um sexo sobre o outro.

A sexualidade infantil se instaura a partir dos cuidados com o bebê. Sobre esse pequeno ser estarão presentes as marcas do transbordamento do sexual infantil do adulto, transmitidos por meio de mensagens enigmáticas⁴¹ carregadas dos códigos sociais e esquemas narrativos da cultura, atravessando as gerações e por essa razão, se mantêm como força de sustentação dos ideais de gênero e suas determinações (Laplanche, 2015).

Jean Laplanche (1924-2012) desenvolveu conceitualmente suas ideias a respeito da gênese do aparelho psíquico sexual do ser humano a partir da relação intersubjetiva. Considerou a sedução na relação adulto-criança não como um acontecimento pontual nas experiências precoces da criança, mas o que torna possível pensar as origens de um sujeito psíquico.

A escolha por esse autor se deu principalmente pelas suas postulações sobre o gênero na teoria psicanalítica. Essas postulações revisam pontos centrais dos postulados de Freud. Com a retomada da teoria da sedução, Laplanche a generaliza a partir da questão inter-relacional adulto-*infans*. Com isso, destaca-se a implantação do sexual do adulto na criança, criando uma narrativa independente da narrativa tradicional da cena edípica (pai, mãe, filho/filha), subvertendo a teoria clássica de Freud. Ao colocar o adulto como o implantador do sexual na criança, Laplanche inverte a lógica adultocêntrica do complexo de Édipo. O autor aponta que o investimento libidinal da criança aos seus cuidadores, vividos por meio do complexo de Édipo, é resultado, primeiramente, dos investimentos libidinais dos seus cuidadores. A teoria freudiana, a partir do abandono da teoria da sedução, aponta para o

⁴¹ Mensagens enigmáticas, para Laplanche, são aquelas comprometidas pelo inconsciente sexual do adulto, promovendo a tentativa de tradução por parte da criança e seu correspondente fracasso (Laplanche, 2015, p. 108).

complexo de Édipo somente sob o viés da criança e seu romance familiar, como se no adulto/cuidador não estivesse presente o sexual infantil sendo revivido na relação com a criança e incitando todo o complexo em questão.

A partir desse ponto, abre-se uma questão de suma importância na teoria laplancheana, a pouca exploração do inconsciente dos pais sobre os filhos. Suas teorias sobre a *Sedução Generalizada* (1992) e a *Situação Antropológica Fundamental* (2003), discorrem sobre esse ponto.

A TSG (teoria da Sedução Generalizada), parte da *Carta 69* de 21 de setembro de 1897 dirigida a Fliess, em que ele declarou a célebre frase: “Não acredito mais em minha neurótica”. Ao ser considerada somente em seu aspecto patológico, a sedução perdeu lugar na teoria freudiana, contudo, Laplanche viu uma possibilidade de retomar o conceito abandonado por Freud. A sedução em Laplanche passa a ser considerada uma situação de cuidados gerais, realizada por um adulto, lugar em que se encontra todo o recém-nascido.

A generalização da situação da sedução para além da fórmula: “filha neurótica, pai perverso”, ganha extensão, além da noção de perversidade polimorfa, alcança a comunicação precoce, noção de mensagem e noção de tradução (do recalque ligado à necessidade de tradução). A sedução vai estar na gênese do psiquismo de todo ser humano. A presença do adulto marca a assimetria na relação adulto-*infans*, com isso, as mensagens desse inconsciente sexual infantil do adulto são despertadas nesse encontro. Estamos às voltas de um terreno prioritariamente psíquico e distante das origens biológicas para compreensão do sexual. O apoio está consolidado no pulsional, assim estamos no caldo do *Sexual* com Laplanche.

Nesta relação adulto-*infans*, Laplanche sugere a denominação *Situação Antropológica Fundamental* (SAF). Ela marca uma situação de universalidade. Para além do campo de uma condição familiar tradicional (pai/mãe/filhos), há uma presença adulta nos cuidados de uma criança. A assimetria da relação promove a “sedução” a partir do inconsciente sexual do adulto que atravessa o pequeno ser e marca sua passividade primária, passividade esta que está na origem da constituição da vida psíquica e do *Eu* do futuro sujeito.

A SAF, portanto, é um conceito que consegue quebrar a narrativa do complexo de Édipo vinculada a um modelo tradicionalmente de família burguesa. Essa abertura no discurso possibilita pensar a relação adulto-*infans* fora da suposta universalidade pais-criança, promovendo uma condição mais ampliada e menos normativa como encontramos na teoria freudiana. O complexo de Édipo faz parte de um esquema narrativo, nele estaria contida a designação do gênero, a primazia do falo, sustentada pela anatomia popular.

Invertendo a narrativa sobre o incesto, questão presente no complexo de Édipo, Laplanche aponta que o cuidador da criança é o iniciador das mensagens portadoras de sexualidade. Portanto, o incestuoso é potencialmente o adulto (2015, p.285). Fora do campo da patologia, mais uma vez, e dentro do campo da sedução generalizada, o autor traz a

iniciativa do Édipo e do incesto do adulto em direção a criança. A criança identificada com o “agressor”, de vítima do incesto passa para a autora do complexo de Édipo na versão adultocêntrica encontrada em Freud.

Partido da teoria da psicossexualidade de Freud, o autor apresenta seu conceito de *Sexual* — com S maiúsculo — e apresenta a tríade: gênero, sexo e *Sexual*. *Sexual* refere-se à sexualidade ampliada. Trata-se de um conceito que vai além da compreensão de vida sexual ou do sexo; diz respeito a uma sexualidade que se relaciona na direção de como o sujeito se apresenta ao mundo, como se reconhece e se entende. Considera a condição de um *vir a ser* e não uma determinação dada previamente.

O conceito de sexualidade ampliada foi apresentado por Freud em seu texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), segundo Laplanche, mesmo sem essa denominação, o fundador da psicanálise destacou uma sexualidade não procriadora e não sexuada (no sentido de uma diferença entre masculino e feminino). O psicanalista chamou de *Sexual* essa descoberta de Freud sobre a sexualidade infantil, apontando para o perverso polimorfo dessa sexualidade (marca do seu aspecto desviante das normas). Sendo uma sexualidade ampliada, vai além (ou aquém) dos genitais.

A sexualidade infantil está vinculada à fantasia inconsciente e pode prescindir do outro. Por esse motivo pode ser considerada autoerótica. Como já dito é anterior à diferença dos sexos: o *Sexual* é oral, anal e paragenital (Laplanche, 2015, p.157). Com a tríade gênero, sexo e *Sexual*, Laplanche ergue sua teoria psicanalítica buscando sustentar e ampliar aquilo que Freud não pode ou abandonou.

O *Sexual* é aquilo que o adulto condena. É aquela sexualidade que está recalcada e que resiste, ameaçando retornar, coisa que o adulto, já inserido nos códigos sociais, não pode se aproximar sem angústias. O sexo, segundo Laplanche, é uma reprodução sexuada (a sexualidade clássica para reprodução). Trata-se daquilo que foi transformado pelo recalque, fixando e engessando a sexualidade em uma dualidade, a partir do pensamento binário: fálico/castrado, homem/mulher e a partir dos determinantes culturais.

O gênero como terceiro elemento da tríade foi introduzido na Psicanálise por Roberto Stoller em 1968, com o termo *identidade nuclear de gênero*. Gênero, a partir desse autor, é entendido como pertencente a dois modelos de grupos sociais: masculino e feminino, estando o sexo mais para o biológico e o gênero mais para o social e o cultural⁴². O inimigo do gênero, portanto, seria o *Sexual*, pois nele não se aplicaria modelo prévio algum.

Por isso, quando se atribui o código “falta” perante a não visualização do pênis, temos um código cultural fálico presente nessa lógica, e não uma determinação do *Sexual*. O código remete a um número restrito de elementos, capazes de transcrever uma dada mensagem. Além

⁴² Ponto que Butler refuta, como vimos.

do código temos os esquemas narrativos, que são culturalmente transmitidos pelas mensagens enigmáticas do adulto à criança. Essas mensagens geram a necessidade do trabalho de tradução. A maneira pela qual a tradução presença/ausência se dá vem por meio de um código social de pessoas próximas da criança: pais, avós, irmãos (Laplanche, 2015, p.186).

Freud fez da percepção da criança atravessada pelos códigos e esquemas narrativos uma teoria que trouxe implicações e grandes desdobramentos psíquicos, para a menina, para o feminino e para feminilidade⁴³.

Na teoria laplancheana, quando o adulto está na presença da criança reativa sua sexualidade infantil. Em função disso, esse *Sexual* dos pais provoca ruídos nas mensagens por eles transmitidas aos filhos. São dois os tipos de mensagens que Laplanche destaca: as ligadas ao sexual do cuidador dirigidas à criança e a atribuição de gênero. Essas mensagens só são processadas pela criança com o auxílio do ambiente e é neste mesmo ambiente que estarão os códigos sociais e esquemas narrativos pressentes no inconsciente do adulto.

A criança na presença do adulto recebe, a partir das mensagens, dados brutos em busca de tradução. Laplanche entende que na diferença anatômica dos sexos está contido um caráter contingente e ilusório, considerado um “verdadeiro destino da civilização moderna” no que se refere às construções binárias de gênero (Laplanche, 2015, p.172).

O autor chama a atenção para necessária inclusão do sexo nas análises sobre gênero, cita Butler e sua acertada inclusão em seu segundo livro, no qual a autora apresenta as determinações também inseridas sobre o “biológico” do “sexo”. Se o gênero constrói, simboliza e traduz o sexo, ele também encontra uma posição “biológica” sobre sexo já erigida. Dentro dessas construções sobre sexo, estão contidas ideias, principalmente, sobre o campo do procriativo. Porém, todas essas concepções estão em larga medida – na letra de Laplanche, citando Nicole-Claude Matthieu – dependentes do meio social (2015, p.161).

Contudo, o termo social para Laplanche necessita ser compreendido por um lado a sociedade e por outro o pequeno grupo dos *socius*, ou seja, a família e os familiares. Esse pequeno grupo insere a criança no social. Não obstante, o gênero não é uma impregnação cerebral ou hormonal, mas uma *designação*. Por designação o autor entende um conjunto complexo de atos que se prolongam na linguagem e nos comportamentos significativos do

⁴³ Os termos: “menina”, “feminino” e “feminilidade” são apresentados separadamente devido às implicações, também problemáticas, em relação a sua associação ao passivo. O feminino como performance pode ser vivido em qualquer pessoa, independentemente do sexo anatômico. Em pessoas com pênis, consideradas homens – e, portanto, sendo esperado delas uma performatividade masculina, –, a consideração de alguma característica dita efeminada poderá acarretar discriminações, homofobias e transfobias. O mesmo sentido pode ser pensado em relação à feminilidade. Sua associação ao passivo induz no homem cisgênero uma característica que não lhe pertence; assim, pode ser considerada uma série de atributos que simbolizam a passividade. Temos como exemplo no *Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* (on-line) as seguintes atribuições, no verbete “passivo”: que sofre ou recebe uma ação; sujeito à vontade alheia; que presta obediência irracional”; e “passividade”: falta de capacidade de manifestar determinação; atitude de passivo; passivismo.

entorno (2015, p.166). É um primado do outro no processo. A sociedade não designa por si só, quando se dá o encontro com o social acontece o reencontro com os elementos recalcantes do *Sexual* na forma de ideais culturais. O *Sexual*, participante da pré-história do sujeito, sofrerá a ação do recalque a partir do desejo inconsciente dos pais, composto pelo sexuado e pelo *Sexual* deles, infiltrando-se, assim, na designação de gênero. Nessa esteira da designação, Laplanche e Butler tornam-se interlocutores no que diz sobre a compreensão de gênero.

Por meio desse pensamento de designação, Laplanche ressalta, se o sexo fixa e traduz o gênero a partir do segundo ano. Sendo o complexo de castração seu centro, “a anatomia é o destino”, com isso o autor destaca que nessa afirmação o que está contido é a concepção da anatomia popular, ou seja, aquilo que se percebe e se cria uma ilusão transmitida geracionalmente. A diferença dos sexos torna-se “diferença de sexo” (2015, p.170).

Diante dessa constatação, a diferença anatômica perceptiva é estruturante de um código, um dos mais rígidos, como denomina Laplanche, estamos falando do código presença/ausência, pertencente da lógica fálica, sob a qual a lógica do terceiro excluído impera na civilização ocidental. Assim, o complexo de castração estaria a serviço de uma ideologia promotora do recalque do sexual infantil através do sexo. (2015, p.172).

Com isso posto, temos que a primariedade do gênero sobre o sexo está considerada pelo autor, porém, ela precisa ser compreendida na lógica de que o sexo é quem organiza o gênero. “Sim, o gênero precede o sexo. Mas, ao invés de organizá-lo, é organizado por ele” (2015, p.168 [grifo nosso]). O sexo, portanto, recalca o gênero, pois além do código social existe também as mensagens do *socius* (pais, avós, irmãos) sobre a designação do gênero.

Com esses postulados teóricos apresentados seguiremos para o Capítulo *Psicanálise no Brasil: a Revista Brasileira de Psicanálise e a apresentação dos artigos*. Nesse capítulo buscaremos averiguar através de uma seleção de artigos feita a partir da Revista Brasileira de Psicanálise (RBP) – acompanhando os recortes temporais destacados em relação a segunda onda feminista (1970-1980) e a terceira onda feminista (1990 ao início dos anos 2000) – se as reflexões clínicas dos/as psicanalistas, expostos em seus artigos, absorveram algo da crítica feminista, promovendo modificações em suas concepções sobre a conflitiva psíquica da mulher.

Iniciaremos o capítulo apresentando um pouco da história da Psicanálise no Brasil, destacando seu movimento e a participação das mulheres nesse início da clínica psicanalítica brasileira, assim como a história da Revista consultada, para em seguida trazermos a seleção de artigos.

5 PSICANÁLISE NO BRASIL: A REVISTA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE E SEUS ARTIGOS

Em nosso recorte histórico da segunda e terceira ondas feministas no Brasil no capítulo anterior trouxemos os pontos principais de cada uma delas em nosso território. Vimos que, depois do arrefecimento do movimento na década de 1930 na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil (da assim chamada primeira onda [Pinto, 2010]), tem-se o surgimento de uma segunda, na década de 1960, iniciada no exterior. Como marco para esse ressurgimento, nesse hiato de 30 anos, *O Segundo Sexo*, livro de Simone de Beauvoir (1949), é tomado como símbolo desse feminismo (Pinto, 2010, p.16).

Vimos que a segunda onda buscou evidenciar a dominação masculina sobre a mulher, incluindo-se reivindicações por liberdade, que faziam alusão às questões sobre maternidade, aborto e conquistas profissionais. No Brasil as manifestações feministas aconteceram em 1970, período do regime da ditadura civil-militar e, com isso, somente com o período da redemocratização da década de 1980, o feminismo brasileiro alcança grande potencialidade na luta pelos direitos das mulheres.

Mesmo sendo um movimento predominantemente da elite intelectual brasileira, uma inter-relação com as classes populares aconteceu (Pinto, 2010); o período pós-ditadura parece ter estimulado as lutas sociais, tendo em vista a conquista da democracia. Em nossa atualidade as lutas feministas continuam e necessitam continuar. O feminicídio é um dos crimes que mais cresceram ultimamente e podemos inferir que, à medida que as mulheres conquistam suas autonomias, sofrem as consequências do ódio estrutural dos homens, que não aceitam tal condição. Sendo estrutural, essa misoginia encontra-se também inconscientemente presente, pois o ideal patriarcal sobre o feminino e sua vinculação ao passivo ainda repercutem em nosso tempo.

A chamada terceira onda, considerada a partir de 1990⁴⁴, vai então se caracterizar pela busca das diferenças da categoria “mulher”, e a interseccionalidade entre raça, classe e gênero é o marcador para esse feito. Na última década do século XX, no Brasil, as ONGs ganharam força, principalmente na intervenção junto ao Estado, com o objetivo de aprovar medidas protetoras para a mulher e a busca por uma participação política. Como exemplo de conquista, a Lei Maria da Penha foi instituída em 2006 (Pinto, 2010), porém cabe lembrar que, apesar desse avanço, somente em 2023 foi derrubada a tese da *Legítima defesa da honra*, que trazia ao crime de feminicídio um atenuante para a pena devido à honra de o homem ter sido atingida pela má conduta de uma mulher. Esse exemplo demonstra que a luta feminista, mesmo tendo

⁴⁴ Uma quarta onda feminista é considerada por algumas autoras feministas. Buarque de Hollanda (2018), entende que a expansão dos feminismos contemporâneos, impulsionados pelo uso da internet, demarcaria essa nova característica para o movimento.

começado anos antes, ainda se faz fundamental, em virtude da resistência social a qualquer mudança que favoreça a mulher e ao corpo que performa o feminino⁴⁵ em uma cultura masculinista.

Nos Estados Unidos, o movimento feminista negro deu origem ao feminismo interseccional nas décadas de 1970 e 1980. No Brasil, a partir de 1990, os estudos de gênero começaram a acontecer nas academias, como já pontuamos. Com isso, para a chamada terceira onda do movimento feminista passou a ser fundamental o reconhecimento de que os elementos diferenciadores como classe e raça promoviam dominação e subordinação, e assim era preciso diferenciar o sofrimento das mulheres também a partir desses marcadores. No reconhecimento das intersecções entre os marcadores de opressão, as questões de gênero ganharam importância.

Sob a complexidade das relações de poder ficam reveladas as desigualdades sociais, de raça e de gênero (Caetano, 2017). Portanto, a interseccionalidade torna-se uma das premissas da terceira onda feminista e com ela as questões de gênero. Judith Butler foi uma figura de importância como referência para terceira onda feminista, com a propagação das noções de heterossexualidade compulsória e de performatividade de gênero. Seu livro *Problemas de Gênero*, cuja publicação original ocorreu nos Estados Unidos em 1990, foi traduzido no Brasil somente em 2003, o que nos leva a perceber que a força da onda feminista chegava ao nosso País com uma diferença de tempo de mais ou menos dez anos. Com o avanço da tecnologia e, com ela, da Internet, esse tempo tem diminuído na atualidade.

Após a apresentação sintetizada das ondas feministas e suas repercussões em território brasileiro, buscamos agora trazer como correspondência aos períodos da segunda e terceira ondas feministas quatro autores (três mulheres e um homem) de grande importância para o período, pois fizeram publicações críticas à teoria freudiana da feminilidade.

As duas primeiras são Luce Irigaray (1977/2017) e Gayle Rubin (1975), autoras que trazem apontamentos pertencentes ao período da segunda onda feminista brasileira, ou seja, suas postulações abordam reivindicações sobre as questões femininas marcando a diferença do masculino e, como vimos, denunciando sua hegemonia. Se com Irigaray tivemos a crítica à cultura falocrática e falocêntrica presente na teoria freudiana — expressão da subalternidade feminina no campo social no interior da obra do psicanalista —, com Rubin apresentamos o sistema de sexo/gênero como engrenagem para se pensar o sexismo inserido no sistema de parentesco (Lévi-Strauss, 1949). Para elas, as trocas de mulheres, como condição de manutenção do sistema hegemônico masculino, formam os laços de parentesco dentro de uma economia.

⁴⁵ “Mulher” e “feminino” são descritos separadamente devido à noção de performatividade de gênero introduzida por Judith Butler, caracterizando uma terceira onda do movimento feminista.

Na Psicanálise com Freud essa troca aconteceria em torno do falo. O falo seria a moeda para troca entre os homens: os únicos possuidores de tal atributo. A menina/mulher, sendo considerada castrada, não teria o falo para participar das trocas, sendo assim, seria a trocada, reiterando uma ação de apassivamento sobre o feminino. No complexo de Édipo do menino, a renúncia que ele faz à mãe permite a ele a troca pelo falo e como possuidor deste atributo, possibilitando a posse de uma mulher.

Os dois outros autores são Judith Butler (2003; 2024) e Jean Laplanche (2015), por meio dos quais cuidamos em demonstrar que as determinações de gêneros apresentam elementos que são pertinentes pertencentes à chamada terceira onda feminista no Brasil. As construções do sexo e do gênero estão em completa interação com o social e o cultural, ambos inseridos no ambiente familiar ao qual a criança pertence, e com isso uma designação de gênero já precede seu *vir a ser*.

A partir de Rubin (1975), Butler (2003; 2024) avança para a questão da performatividade de gênero. A autora apresenta como os moldes do pensamento binário, colocando a mulher ao lado da natureza, a torna uma “presa fácil” para o dispositivo de controle por meio de sua condição reprodutiva, juntamente ao atrelamento às tarefas domésticas. No que se refere à Psicanálise, Butler traça um diálogo entre a teoria *queer* e a melancolia de gênero, e por meio dessa perspectiva busca compreender que, tendo em vista uma heterossexualidade compulsória, as perdas dos investimentos homossexuais podem ser passíveis de um trabalho de luto (Butler, 2003).

Laplanche (2015) é um interlocutor de Butler (2003) no que se refere à convergência de opiniões sobre a predisposição masculina ou feminina não serem primárias, ou seja, não se encontram no psiquismo por fatores constitucionais de acordo com a força das correntes pulsionais. São, isso sim, frutos de um determinismo cultural, que age no psiquismo a partir de um *Ideal do Eu*, propiciando uma designação de gênero transmitida com a influência de códigos sociais e esquemas narrativos imperantes em uma cultura, por meio de mensagens enigmáticas. Em virtude dessa transmissão, cabe à criança a tradução dessas mensagens. Será a linguagem do pequeno *socius* que participará desta tradução. Entretanto, nesse ambiente já se encontram os determinantes de gênero, gerando influências nas condições para o saber de si e se reconhecer. Os restos não decifrados dessas mensagens, em outras palavras, aquilo que não corresponde a uma matriz heterossexual, a qual associa o sexo e o gênero, sofre a ação do recalque. O sexo, portanto, torna-se o agente recalcador do gênero devido à designação de gênero estar vinculada ao sexo biológico.

Com a apresentação do capítulo “A Crítica Feminista e suas Ondas”, partiremos para a abordagem do movimento psicanalítico no Brasil e junto com ele a história da *Revista Brasileira de Psicanálise*. A proposta aqui é a de averiguar se a teoria freudiana da

psicosssexualidade feminina repercutiu na clínica psicanalítica brasileira, no sentido de absorver algo da crítica feminista e com isso influenciar o manejo e a escuta do(a) psicanalista.

5.1 PRIMEIROS MOVIMENTOS DA PSICANÁLISE NO BRASIL E SUA INSTITUCIONALIDADE

A Psicanálise desde seu nascimento esteve marcada por seu território social, político e cultural, e no Brasil não seria diferente. A busca por nomeá-la uma “ciência verdadeira”, se desdobrou na direção de um movimento institucionalista. A IPA (International Psychoanalytical Association) foi o veículo de institucionalização da Psicanálise em nosso País, criando um canal de divulgação do saber psicanalítico a partir da *Revista Brasileira de Psicanálise* (Rubin, 2020).

A IPA teve seu início em 1910 durante o congresso de Nuremberg. A partir das ideias de Sándor Ferenczi, seu objetivo foi o de unificar e desenvolver a Psicanálise mundialmente como ciência e profissão, e sua função de institucionalização atende a uma de regulação,⁴⁶ estabelecendo diretrizes. Dentre elas o “tripé” psicanalítico foi erigido: estudo teórico, análise do psicanalista e supervisão (Lima, 2021). A análise didática é uma das diretrizes mais imponentes e controversas para essa filiação institucional:

[...] para ser historicamente mais preciso, a análise do analista foi objeto de uma intensa negociação por uma Comissão Internacional de Formação entre 1925 e 1932 até ser finalmente assimilada pela IPA dentro dos critérios de formação analítica. É então que a análise do analista recebe o batismo pelo qual ela seria historicamente consagrada: a análise didática. (Lima, 2021, p.102).

Nessa lógica, para a pesquisa e seleção de artigos para a análise documental foi utilizada como ferramenta de análise a *Revista Brasileira de Psicanálise*, visando a averiguar se nesse meio institucional ipeísta, onde se credita o encontro de uma Psicanálise verdadeira, a crítica feminista à teoria freudiana da psicosssexualidade feminina pôde adentrar na clínica psicanalítica e ter algum tipo de absorção no manejo e na escuta clínica para compreender o psiquismo da mulher e o quanto se manteve fiel ao discurso de Freud — e, com isso manter a crença em um purismo científico.

Da ideia de “verdadeira ciência” presume-se uma “verdadeira psicanálise”: “Nesse sentido, seria representada pelas instituições criadas pelos herdeiros diretos do Grande pai”

⁴⁶ Aqui, opta-se pelo termo “regulação” para que possamos diferenciar essa função da de regulamentação, que relaciona um trabalho às diretrizes trabalhistas de um Estado, questão que tem atravessado a psicanálise de maneira conflitiva e mais intensamente nos últimos 5 anos no Brasil.

(Rubin, 2020, p.216). Portanto, Freud, como o detentor dos “verdadeiros” conhecimentos sobre a Psicanálise, teria seu legado “garantido” a partir da institucionalização da Psicanálise. Com essa “garantia” de que o discurso se manteria de maneira fiel ao pai, “os psicanalistas formados institucionalmente nas primeiras gerações do movimento psicanalítico brasileiro se viam como os responsáveis pela disseminação da ‘verdadeira psicanálise’ e isso fez com que as primeiras gerações concebessem a formação psicanalítica como um sistema que iria proteger e manter a ‘Psicanálise pura’” (Rubin, 2020, p.217).

Segundo Rafael Lima (2021), essa plataforma historiográfica configurada em um movimento quatrocentista, presente no movimento psicanalítico brasileiro, se revela alodóxica,⁴⁷ pois a forma como se entendia uma Psicanálise verdadeira (Rubin, 2020) exigia que (1) se importasse um(a) psicanalista estrangeiro(a) ou (2) um(a) psicanalista brasileiro(a) precisaria sair do Brasil para se analisar em território europeu. A análise didática, nesse sentido, operava a partir de uma lista de credenciados onde: “o ônus é a própria limitação da lista, mas o bônus é o próprio selo de garantia filiatória” (Lima, 2021, p.105). Essa condição Rafael Lima (2021) denominou *o mito nacional do pedigree*, o capital simbólico para os psicanalistas no Brasil.

O movimento psicanalista pode-se dizer que teve início institucional no Brasil em 1927, quando Durval Marcondes, jovem psiquiatra e Franco da Rocha, psiquiatra e diretor do Hospital do Juqueri, fundaram a Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP). Nesse primeiro momento, a Sociedade não tinha como intuito formar psicanalistas, mas divulgar a doutrina freudiana (Lima, 2021). Juntamente com Durval e Franco da Rocha, os precursores do movimento psicanalítico foram: Medeiros e Albuquerque, Osório César, Ulisses Pernambuco, Gastão Pereira da Silva, Neves Manta, Maurício de Medeiros, Carneiro Ayrosa, Murilo de Campos, Aloysio de Paula, Porto Carrero e Arthur Ramos (Perestrello, 1995). Como personalidades “não médicas”: Lourenço Filho (bacharel em Direito), Cândido Mota Filho (jurista e escritor), Samuel Ribeiro (diretor do Museu de Arte de São Paulo) e Menotti del Picchia (poeta e romancista do grupo da *Semana de Arte Moderna* de 1922) (Lima, 2021, p.118).

Cabe lembrar que é nesta década de 1920 quando acontece o Período Modernista, culminando na *Semana de Arte Moderna*. Foi no Theatro Municipal de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, que se deu o evento. Porém, seria em 1926, com o *Manifesto da poesia pau-brasil* (1924), de Oswald de Andrade, o ponto máximo de ruptura e da desagregação criadora do Modernismo brasileiro (Perestrello, 1995).

⁴⁷ “Alodoxia” é uma expressão de Pierre Bourdieu (1989) e se trata do ato em que o agente se deixa dominar no próprio ato de apropriação por uma história estrangeira (Lima, 2021, p. 148).

Importante este recorte porque, segundo Perestrello:

[...] de um lado, a psicanálise teve, inegavelmente, uma influência em algumas vanguardas europeias (ao menos no surrealismo e no expressionismo), de outro lado as ideias vanguardistas ao chegarem no Brasil, tingiram de certo modo o modernismo brasileiro; estes dois movimentos (vanguarda europeia + modernismo brasileiro) ressoaram em intelectuais e psiquiatras paulistas sensibilizando-os, tornando-os aptos a receberem, a escutarem as ideias psicanalíticas. (1995, p.453).

Voltando ao nascimento da institucionalização da Psicanálise, a SBP se estabelece como a primeira instituição psicanalítica na América Latina, situada à rua Itacolomi,⁴⁸ como destacou Luiz de Almeida Prado Galvão (1976),⁴⁹ e teve como nomes femininos neste início, em São Paulo: Adelheid Lucy Koch, Virginia Bicudo, Lygia Amaral, Judith Andreucci, entre outros (Galvão, 1976). Para que essa Sociedade tivesse reconhecimento e credibilidade, julgou-se necessário um processo de institucionalização pela IPA, pois dessa forma seria estabelecida uma espécie de vínculo com o seu local de origem, em aproximação a Freud.

Durval Marcondes, ao buscar a implementação, vê no “tripé” — base para a formação do psicanalista segundo a IPA — o modo de iniciar a formação no Brasil. Começa, então uma jornada para trazer um “analista de analistas para que a análise” didática pudesse ocorrer. O reconhecimento da IPA para a SBP de São Paulo em 1929 era provisório. Adelheid Koch chega ao País em 1936, após um esmorecimento das atividades da Sociedade entre 1930 e 1932, pois não havia interessados em se formar psicanalistas nesse período (Rubin, 2023).

Com a chegada da psicanalista, os moldes prescritos pela IPA começavam a se concretizar. Ernest Jones foi quem recomendou Adelheid Lucy Koch (Perestrello, 1994). Adelheid era uma psicanalista alemã que gostava de artes plásticas, música (tocava violino) e literatura, e assistente de Durval Marcondes na cadeira de psicanálise na Escola de Sociologia e Política entre 1939 e 1941. Seus primeiros analisantes foram Virginia Bicudo e Flavio Dias; depois, Darcy Uchôa, Lygia Amaral e Judith Andreucci, todos pertencentes à quinta geração de psicanalistas formados pela SBP, entre outros (Haudenschild, 2015).

O reconhecimento como Sociedade viria em 1944, contudo a formalização ocorreu somente em 1951, após a presença de Adelheid Koch e Lygia Alcântara do Amaral no *Congresso Internacional de Psicanálise de Amsterdã*. Importante destacar que em 1949 aconteceu o primeiro encontro da IPA, após a Segunda Guerra Mundial. Esse encontro foi realizado em Zurique, quando Ernest Jones, presidente da associação à ocasião, solicitou que os psicanalistas ficassem longe de tudo o que pudesse ser interpretado como subversivo

⁴⁸ Cabe comentar, em um bairro de classe alta, ao centro-oeste da cidade de São Paulo, conhecido como higienista.

⁴⁹ Falaremos mais adiante sobre esse apontamento do endereço feita Almeida Prado Galvão.

politicamente falando; assim, o foco da Psicanálise, com sua prática clínica (incluindo sua base para formação de psicanalistas), deveria se deter às “forças primitivas da mente”, distanciando-se da “influência de fatores sociológicos” (Lima, 2021, p.115).

Isso nos faz refletir que, em relação ao pressuposto de nossa pesquisa, *o feminino e sua destinação ao passivo*, podemos imaginar o quanto isso poderia potencializar (mesmo que de forma inconsciente para o[a] psicanalista) uma fidelidade à teoria freudiana da psicosssexualidade feminina, dificultando a legitimação da escuta dos fatores socioculturais que fazem parte do conflito psíquico das mulheres.

Retornando à questão do reconhecimento das Sociedades, na década de 1960 as demais ganharam reconhecimento formal, sendo São Paulo a primeira delas. Durval Marcondes, no período ainda considerado primitivo da Sociedade, no final da década de 1920, lecionava Psicanálise na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP), assim como também atuava no Serviço de Higiene Mental Escolar junto ao Governo do Estado de São Paulo. Nessas atividades conheceu Lygia Alcântara do Amaral e Virginia Leone Bicudo.

Lygia Alcântara do Amaral trabalhou como educadora sanitária no Instituto de Higiene, fundado por Paula Souza, onde conheceu a Psicanálise por meio de Durval Marcondes. Foi a Londres depois da formação como psicanalista e em 1951 participou com Koch do referido Congresso de Amsterdã, quando a SBP de São Paulo foi formalmente reconhecida pela IPA. Voltando ao Brasil, participou com Durval Marcondes, em 1954, da organização de um Curso de Psicologia Clínica no Curso de Filosofia da USP. Em 1959, Lygia tornou-se analista didata da Sociedade, e com Virginia Bicudo iniciou o grupo da Observação Relação Mãe-Bebê em 1979 (Haudenschild, 2015).

Virginia Leone Bicudo era filha de mãe italiana e de pai paulista, um homem negro, funcionário público do Estado. Bicudo formou-se professora primária em 1930. Nessa época apresentou interesses pela Psicanálise e assiste às conferências de Durval Marcondes pela Sociedade de Educação, presidida por Raul Briquet. Temendo ser rejeitada na USP como o pai, entrou na Escola Livre de Sociologia e Política em 1931 (ELSP-SP) e em 1932 foi convidada para integrar o quadro de Educadoras Sanitárias por Durval Marcondes. Em 1941 torna-se sua assistente, sucedendo Adelheid Koch. Foi a primeira candidata à psicanalista, por meio da análise didática, a se deitar no divã na América Latina (Haudenschild, 2015), iniciando sua análise com Koch. Ao referir-se aos honorários de sua primeira análise, assim se expressou:

O honorário mínimo correspondia ao quanto eu ganhava por mês como educadora sanitária, para morar, comer, vestir. Aceitei, pensando que a doutora Koch iria conhecer minha situação e então baixaria seus honorários. Enquanto isto emprestei do Governo Estadual 12 ordenados e, durante um ano, paguei mensalmente minha análise. Ao término de um ano, o extrato em minha conta era zero, mas pude

continuar a análise pois começara o trabalho com dois pacientes: um jovem sem recursos econômicos e um jovem filho de fazendeiro, com boa situação econômica. (Bicudo, 1988, p.44, citado por Haudenschild, 2015, p.223).

Em 1944 fez parte do “Grupo Psicanalítico de São Paulo”, presidido por Durval Marcondes, e se tornou membro da SBP de São Paulo em 1945. Criou um programa na Rádio Excelsior e uma seção na *Folha da Manhã* com o título “Nosso Mundo Mental”, em 1950 — programa no qual mostrava a aplicação da Psicanálise aos problemas da criança. Virgínia Bicudo foi para Londres em meados dos anos 1950, onde frequentava os cursos na Tavistock; e na British Society estudou com Melanie Klein e Paula Heimann, época em que iniciava uma nova análise com Frank Philips, analisando de Melanie Klein.

Em maio de 1966, quando ocupava o cargo de diretora do Instituto, lançou o primeiro número do *Jornal de Psicanálise* (Perestrello, 1994), um boletim interno voltado às agendas da formação psicanalítica, assim como também funcionava como estabilizador das normas (Lima, 2021). No início da década de 1970, organizou o Instituto de Brasília, estruturando a Sociedade Brasileira de Psicanálise de lá. Levou convidados ilustres para o local, entre eles Bion. A SBP São Paulo, por meio de seu Instituto de Psicanálise, enviava semanalmente professores para Brasília para a experiência de formação, ganhando assim o reconhecimento da IPA (Haudenschild, 2015).

Judith Andreucci, na década de 1940, ingressou no Instituto de Higiene de São Paulo. Optou por estagiar no Hospital Psiquiátrico do Juqueri, no pavilhão de crianças. Depois do estágio trabalhou como educadora sanitária, e foi percebendo que o que lhe interessava era entender a mente humana. Ingressou na faculdade de Filosofia da USP e fez pós-graduação em psicologia com Anita Cabral, responsável pela cadeira de Psicologia do curso de Filosofia. Iniciou sua formação em 1959, sendo também analisante de Koch (Haudenschild, 2015).

Como um campo em disputa, a Psicanálise avançava pelas décadas. Em 1967 Virgínia Bicudo publica um texto que versa sobre as novas formas de resistência à forma certa de fazer-se psicanalista. Mário Pacheco de Almeida fala de “algumas deformações das verdadeiras ideias de Freud” (Rubin, 2020, p.217). Com a chegada do regime militar, sustentado pela ditadura (1964 a 1985), promoveram-se falas por parte de alguns psicanalistas sobre o perigo do pensamento psicanalítico trazer alusões à liberdade e como isso poderia afetar o comportamento dos indivíduos em sociedade. Citando La Porta (1984), um psicanalista da Sociedade do Rio de Janeiro, Rubin (2020) aponta: “La Porta associa a violência social a um mal-uso da psicanálise” (p.217) e destaca que para o psicanalista a desinformação e a resistência à verdadeira concepção da Psicanálise seriam a causa desse tumulto.

Na década de 1980, a Psicanálise se consolidou como campo autônomo de reconhecimento enquanto área de pesquisa e ensino (Rubin, 2020). Formulações como as de

Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Jacques Derrida trouxeram uma interdisciplinaridade ao campo psicanalítico e probabilidade para quebra de paradigmas epistemológicos: “A abordagem historiográfica do tipo acadêmica começou a levar em consideração particularidades regionais e complexidades locais, mostrando que políticas específicas e contextos sociais particulares influenciavam a maneira com que o conhecimento era absorvido” (Rubin, 2020, p.219).

Diante dessa perspectiva de um saber localizado (Haraway, 1995), o questionamento sobre uma ortodoxia da prática psicanalítica se fortalece, permitindo reflexões mais críticas (a partir da citada interdisciplinaridade) sobre os discursos de implementação da Psicanálise no Brasil, dentre eles: o médico, o literário e o educacional (Rubin, 2020).

Dentro desse contexto, não se pode pensar na instauração da Psicanálise brasileira e em sua consolidação, sem nos depararmos com o período da ditadura civil-militar. A *Revista Brasileira de Psicanálise* expressa essa relação.

5.2 REVISTA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE (RBP)

A *Revista Brasileira de Psicanálise* teve sua primeira publicação em 1928, e na capa a carta de Freud a Durval Marcondes. Com a pretensão de poder mostrar às sociedades estrangeiras o movimento psicanalítico brasileiro, os artigos contavam com resumos em inglês (Galvão, 1976, p.9).

Após quatro décadas, a revista teve seu relançamento em 1967 (após o golpe de 1964), e nesta nova apresentação do volume constou o seguinte argumento: “Seu espírito ressurgirá agora, quando a Psicanálise atinge, entre nós, a plenitude de sua maturidade e está a exigir um órgão de expressão que venha canalizar a volumosa corrente de sua produção científica” (Durval Marcondes, 1967, citado por Lima, 2021, p.139).

Luiz de Almeida Prado Galvão e Davi Ramos, ambos psiquiatras, indo a trabalho para o Hospital Psiquiátrico de Juqueri, durante uma viagem de trem em plena década de 1960, tiveram a ideia de criar uma revista que expressasse o pensamento da psicanálise paulista. Eles julgavam importante para a Psicanálise ter uma revista que estimulasse a investigação e a pesquisa (Galvão 1976). Entretanto, o desejo de criar uma revista oficial de Psicanálise não dependia apenas do esforço e da boa vontade dos citados psicanalistas. Com o golpe de 1964, a necessidade de se ter uma revista oficial, dirigida por órgãos oficiais ligados à IPA, ganha mais peso perante um regime ditatorial (Lima, 2021, p.138).

Seguindo as colocações de Rafael Lima (2021), a *Revista*, a partir de Almeida Prado Galvão é a próxima etapa do movimento psicanalítico que, ao conectar gerações passadas e presentes, “garante” um futuro com legítimos herdeiros (p.154). Vemos que nessa perspectiva

de filiação a Freud almeja-se uma forma de “garantir” uma Psicanálise mais pura, ou “verdadeira”, como pontuado por Rubin (2020).

Os pioneiros da Psicanálise no Brasil, falando especificamente de São Paulo, faziam parte da elite quatrocentona desse estado. Sendo assim, a vida institucional psicanalítica, exigente e burocrata com seleções rígidas, apresenta um ambiente propício para o *habitus* quatrocentão (Lima, 2021, p.145). Portanto, sob um recorte de classe, a Psicanálise brasileira precisava manter-se fiel a uma linhagem sucessória ligada a Freud, promovida idealmente pelo pertencimento institucional à IPA. Para que a formação de psicanalistas no Brasil pudesse acontecer, como vimos, seria inevitável que se passasse por figuras que fizeram análise com analistas que se tivesse se analisado com pessoas do círculo próximo a Freud, chegando quiçá a analistas que houvessem se analisado com o próprio Freud.

Os símbolos de *status* presentes no universo dos quatrocentistas paulistanos se faziam notar por meio de seus discursos. Almeida Prado Galvão, em 1976, destaca na própria fala sobre a localização da sede à rua Itacolomi, em Higienópolis, bairro nobre de São Paulo, a linhagem à qual pertenciam as primeiras gerações de psicanalistas. Rafael Lima assim descreveu:

Localizado em uma região de maior altitude da cidade, a ocupação intencional por parte das classes média-alta e altas deste território se dá historicamente como modo de evitar doenças sanitárias pela impossibilidade geográfica de que ali se acumulassem enchentes ou outras mazelas de ordem climática. Sendo uma das primeiras localidades a ter fornecimento regular de água e redes de esgoto na cidade, o bairro simboliza e expressa em seu próprio nome o distintivo de empreendimento higienista do ponto de vista urbanístico que caracterizou sua formação (Lima, 2021, p.154).

Nesse cenário ficam reveladas que as razões para o relançamento da Revista indicam mais do que necessidades internas relacionadas ao movimento psicanalítico, mas incluem também uma ação dirigida ao estabelecimento e manutenção de um *status* ligado a um poder simbólico, presente na elite paulistana, campo no qual a Psicanálise se legitimou em pleno desenvolvimento da ditadura civil-militar.

Vemos com Rafael Lima (2021), portanto, que Almeida Prado Galvão foi um grande defensor da linha sucessória direta de Freud para aqueles que buscassem reproduzir seu legado. Com isso, reafirmava-se a marginalização dos que não faziam parte da formação *ipeísta* e ressaltava-se os desbravadores dignos de ocupar o lugar de pioneiros no Brasil (Franco da Rocha e Durval Marcondes). Rafael Lima destaca trechos interessantes de Galvão que revelam um tom romanesco e idealizatório do movimento psicanalítico no Brasil:

Pouco a pouco foi se formando um batalhão internacional, este batalhão de pioneiros [Durval Marcondes o principal deles] que tomaram a si próprios a tarefa de difundir a nova ciência que se gerou no espírito fecundo de seu criador. E esse batalhão de pioneiros assumiu resolutamente o compromisso de lutar pelas novas ideias, revivendo quiçá o próprio calvário que Freud palmilhou [...]Renunciaram conscientemente às glórias efêmeras e desta forma conquistaram o lugar de honra que lhes cabe por direito de se perpetuarem na História. (2021, p.146).

Na análise desses trechos, Rafael Lima (2021) acrescenta: “Almeida Prado Galvão imprime em seu discurso uma ‘imprescindível sintonia com o continente europeu’, como se os psicanalistas paulistas precisassem estar de prontidão como um ‘regimento de homens’ para uma guerra contra as mesmas calúnias e injúrias de que sofrera Freud em Viena” (p.147). Perante essas colocações acreditamos que no *mito nacional do pedigree* também está presente *o complexo de vira lata*⁵⁰ atribuído aos brasileiros.

Retomando as ações para a estruturação da Revista e seu relançamento, José Nabantino Ramos, homem da imprensa de São Paulo, foi o fornecedor das primeiras informações para dar condições ao feito da Revista (Galvão, 1976).

Com o atravessamento do período ditatorial no País, e suas fortes tendências conservadoras e autoritárias, Nabantino Ramos esteve à frente do *Jornal Folha de S.Paulo*, chamado à época de *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, entre 1945 e 1962. Vendeu o jornal a Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho dois anos antes do golpe militar de 1964. Com Frias e Caldeira, o Jornal concedeu apoio editorial à ditadura civil-militar brasileira e, sendo favorável ao regime, apoiou o golpe (Ruy, 2013; Kushnir, 2025; Nogueira, 2005). Nabantino esteve mais voltado a uma ideologia política de centro, como demonstraram as pesquisas. Torna-se amigo de Virgínia Bicudo e a coloca na missão de divulgação da Psicanálise para o grande público em 1950 com o programa *Nosso Mundo Mental* na Rádio Excelsior (Lima, 2020).

A Revista era vendida para membros e candidatos da SBP, assim como para simpatizantes da Psicanálise, com o objetivo de angariar fundos para a constituição de uma editora própria. Pretendeu-se garantir saída de dois anos para a Revista. Durval Marcondes foi o primeiro Diretor-Presidente, Nabantino Ramos o Diretor-Superintendente e David Ramos Diretor-Editorial e Redator-Chefe. O corpo de Diretores-Editoriais eram Virgínia

⁵⁰ Expressão criada por Nelson Rodrigues (1950), refere-se a um sentimento de inferioridade dos brasileiros em relação a outros países.

Bicudo, o próprio Luiz de Almeida Prado Galvão, Laertes Moura Ferrão e Armando Ferrari. O Diretor secretário era Moacyr Costa Correia (Galvão, 1976).

A Revista, que em um primeiro momento foi pensada como paulista por Galvão e Ramos, tornou-se brasileira, acolhendo trabalhos de membros das demais Sociedades. Seguindo o modelo do *International Journal of Psycho-Analysis*, a Revista contava com um conselho editorial constituído mediante consulta aos Presidentes e Diretores do Instituto de cada Sociedade Brasileira. A não possibilidade de dar continuidade à Revista financiada pela Sociedade Anônima de São Paulo, e como a Diretoria da Associação Brasileira de Psicanálise interessou-se em ter a revista como seu órgão de divulgação, realizou-se a doação da mesma para a Associação Brasileira de Psicanálise (ABP), sob a presidência de Laertes Ferrão (Galvão, 1976, p.10).

Ao ser transferida para a ABP, teve maior formalização e legitimação científica no Brasil. Em 1985, último ano da ditadura civil-militar, somente quatro sociedades de Psicanálise eram reconhecidas pela IPA: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Sociedade Brasileira do Rio de Janeiro, Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). A Sociedade Psicanalítica de Brasília foi reconhecida pela IPA em dezembro de 1994.

Com a institucionalização *ipeísta* da psicanálise, promoveu-se a consolidação e a expansão dessa área fortemente na década de 1960, e a *Revista Brasileira de Psicanálise* foi uma importante ferramenta para tal feito. Na busca pela hegemonia desse campo e legitimidade científica, ocorreu o afastamento da esfera da saúde pública (Rubin, 2023), passando quase que exclusivamente para o campo dos consultórios particulares.

Todavia, acontecia uma recomendação de neutralidade em relação às consequências da ditadura no campo psíquico, não somente pelo viés científico, entendido a partir da ideia de “neutralidade” — expresso pela grande maioria das publicações —, mas se fez presente também na relação transferencial entre psicanalistas e seus analisantes (Rubin, 2023). O regime ditatorial, não sendo levado em consideração nos conflitos psíquicos, evidenciava o alcance do discurso da neutralidade como recomendação e seus efeitos na clínica psicanalítica. Parece que, nesse contexto, o que Jones colocou como modelo ético para os psicanalistas em 1949 havia sido (“não voltar a escuta clínica para questões políticas que demarcassem um movimento subversivo em relação ao regime imperante”, mantinha o(a) psicanalista em uma espécie de alienação em sua escuta e prática clínica, surtindo efeito nas publicações brasileiras. Os desdobramentos dessa postura conservadora, promotora de uma fidelidade oriunda de uma “verdadeira Psicanálise” (Rubin, 2020), seria o de deixar de legitimar o sofrimento psíquico advindo do social, inseparável como é das questões intrapsíquicas.

No entanto, entendemos que a Psicanálise necessita ser pensada em sua relação particular com a política e a sociedade:

Sendo um método de investigação e tratamento do sofrimento psíquico, a psicanálise não é e não pode se mostrar desvinculada de seu território local e de seu contexto político e social. Ela integra-se ao campo social e cultural de práticas de cura e deve, continuamente, interrogar-se sobre as alianças éticas e políticas que estabelece desde o lugar que ocupa. (Rubin, 2023, p.110).

Assim, a história pessoal de seus criadores, de acordo com Rubin (2020), é altamente relevante para a compreensão do processo e dos desdobramentos de sua construção, inseparáveis de suas trajetórias. O modelo em que se ancorou a implementação da Psicanálise brasileira, tomado pelas diretrizes de uma Associação inserida em outra cultura institucionalista com rígidas determinações, não permitiu o reconhecimento das próprias tensões de sua realidade social, fechando-se em um conservadorismo institucional. Nas palavras de Rubin (2020): “acreditamos que [igualmente a um historiador] assim também deve agir o psicanalista que vê na Psicanálise uma ferramenta de subversão às persistentes dinâmicas normativas e segregadoras, e que se responsabiliza pelos usos inversivos que a disciplina enveredou no percurso de sua história” (p.226).

Diante dessa visão, a análise documental da presente pesquisa, objetiva, por meio da seleção dos artigos e seus recortes (apresentados ainda nesse capítulo) extraídos de uma revista pertencente a uma instituição psicanalítica de influências *ipeístas*, refletir criticamente sobre concepções universalizantes de certos conflitos psíquicos, encontrado na teoria sobre a feminilidade e o feminino da mulher. Perante uma rigidez dogmática, o campo clínico psicanalítico estaria aberto à crítica feminista da teoria falocêntrica sobre a homossexualidade feminina e a condição da mulher no meio social? O(A) psicanalista estaria autorizado(a), em sua formação, a construir mais livremente seu estilo de psicanalisar, incluindo nele as questões socioculturais em seu pensamento clínico?

São questões que buscaremos refletir a partir da análise documental que virá no “Capítulo Categorias de Análise e Interpretação dos Dados”.

5.3 MÉTODO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS

A captação de artigos teve como fundamento encontrar textos que abordassem os conceitos da teoria freudiana sobre a homossexualidade feminina, com o objetivo de averiguar como essa teoria foi concebida no pensamento clínico do(a) psicanalista e como essa concepção foi aplicada por ele ou ela. Os dois períodos que configuram o recorte temporal da pesquisa documental correspondem a segunda e terceira ondas do movimento feminista no Brasil.

Apresentamos um recorte de cada artigo selecionado, produções que são registros do que se passava no período em que os artigos foram publicados, demonstrando como se pensava e se construía o manejo clínico do(a) psicanalista e configurando, assim, uma análise documental posterior.

Para que a seleção se realizasse foi feita uma investigação *in loco* das edições da RBP, por meio da revista física, disponível na biblioteca do Instituto Sedes Sapientiae (SP). A busca se centralizou primeiramente por artigos das décadas de 1970 e 1980, correspondendo ao período da segunda onda feminista no Brasil. A escolha dos artigos se deu a partir da leitura dos títulos e resumos, atingindo um número de artigos que pudesse representar uma amostragem propícia à pesquisa. Chegou-se então a um número de dez artigos para esse primeiro período. Nessa etapa, enunciados que trouxessem menções à sexualidade, feminino, feminilidade, maternidade e mulher foram priorizados. Conceitos freudianos sobre a psicosexualidade feminina também eram critérios para escolha de leitura, como: fase fálica, inveja do pênis, Complexo de masculinidade, complexo de Édipo, troca de zona erógena, acesso a uma “verdadeira feminilidade”, dentre outros que pudessem despertar interesse dentro desse recorte teórico.

Não obstante, nossa fonte de referências para seleção se inscreve em um conjunto indissociável formado pela escuta dos analisantes na prática clínica da própria pesquisadora, das leituras já realizadas anteriormente, das trocas com os colegas, as reverberações da análise pessoal, as supervisões e as experiências de vida. Chamado por André Green (1987) *mito de referência do psicanalista*, forma um arcabouço teórico e vivencial, onde todas as vivências possibilitam a apreensão dos fenômenos com os quais se depara o(a) pesquisador(a) e que estarão presente em seu percurso de pesquisa, em sua forma de escuta e manejo clínico.

Utilizando uma metáfora marítima, buscou-se realizar a pesca do fragmento intersubjetivo (marcando a relação entre a pesquisadora e o texto) como parte de uma metodologia que visa a analisar o discurso dos(as) autores(as) dos textos, para que se possa averiguar como as revisões teóricas puderam promover modificações na forma de compreensão psíquica sobre a mulher e/ou, contrariamente a isso, se expressou uma fidelidade dogmática à teoria freudiana em questão. Após a escolha do material a partir do método explicitado (mito do psicanalista e a “pesca” do fragmento), a análise dos documentos será realizada a partir da Análise do Discurso (AD), desenvolvida por Michel Pêcheux (1995) e introduzida no Brasil principalmente por Eni Orlandi (2010).

A AD possui um estilo que inclui a análise das práticas sociais e o efeito do poder (Foucault, 1969) no campo das ideologias e dos processos culturais, atravessadas pela explicitação de sua relação com os mecanismos inconscientes. Foi a metodologia pela qual optou-se realizar esse trabalho: não se trata de um psicologismo (análise dos autores) ou de uma hermenêutica (análise dos conceitos), mas de uma forma de compreender o uso da teoria

freudiana na clínica, derivada pelos determinantes sociais e os impactos da história nessa compreensão.

Com isso se entende que, a partir da relação entre linguagem, sujeito e história — presentes nas formações ideológicas advindas do contexto sociocultural — fazem parte das formações discursivas e são anteriores ao próprio discurso do sujeito (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2010). Buscamos articular o discurso presente nos artigos com o referencial teórico apresentado ao longo dessa dissertação. O referencial, como já mencionado, deu-se a partir de uma perspectiva histórica e feminista, reveladora da primazia do discurso masculino (do homem branco, heterossexual e cisgênero) no interior de uma cultura ocidental, eurocentrada e patriarcal, uma escolha para embasar uma análise crítica sobre as construções epistemológicas operantes no interior da Psicanálise.

Nessa lógica patriarcal se erigiu a teoria freudiana da homossexualidade feminina, reproduzindo as ideologias dessa cultura. Perante essa constatação, buscou-se selecionar textos que contivessem em seu discurso algum tipo de alusão a esse contexto das determinações de gênero. Se nessa busca encontraríamos mais convergências ou discordâncias em relação à teoria freudiana, isso seria descoberto ao longo do percurso. Seguindo com a metáfora marítima sobre a pesca, é algo que surge da inquietação e da afetação no encontro com o texto e que, após um período à deriva, ganha na pesquisa uma forma continuada e circular. Assim, todo fragmento selecionado, sentido a partir do mundo interior da pesquisadora, é considerado intersubjetivo, pois é entendido como um conjunto de fatos que emergem na mente do(a) pesquisador(a)–psicanalista em estado de capacidade negativa.⁵¹

A “pesca” das entrelinhas de um texto refere-se a um elemento inconsciente presente na relação intersubjetiva entre o texto e o pesquisador, promovendo um pensamento ainda não pensado: ele é o que denominamos na análise do discurso como interdiscurso — aquilo que constitui o discurso de forma implícita. É um modo de entender que as investigações — que nessa dissertação acontecem a partir da interdisciplinaridade entre História, Filosofia, Antropologia e Psicanálise — são derivadas e atravessadas, no caso de uma pesquisadora psicanalista, pela experiência clínica juntamente com os estudos que constituem seu referencial teórico. O Quadro 1 resume o método da pesquisa.

⁵¹ Capacidade negativa é uma qualidade de recepção, de hospitalidade, de continência a qualquer afetação (Chuster, 2019 citado por Ribeiro, Flores & Ramos, 2022).

Quadro 1 – Método da pesquisa

Período	Anos	Artigos encontrados	Artigos elegíveis
Segunda onda	1970 até 1980	10	5
Terceira onda	1990 até 2002	14	5
Total de elegíveis			10

Fonte: elaborado pela autora.

Retornando à seleção dos textos, no que diz respeito ao primeiro recorte teórico (1970–1980), foram lidos dez artigos, e a partir deles foi feita a seleção de cinco elegíveis por meio da “pesca” do fragmento intersubjetivo, com os critérios apresentados. Para melhor visualização do processo, o Quadro 2 apresenta a lista com título, autor e ano da publicação em ordem cronológica. As formações discursivas presentes nos textos que ecoassem de maneira positiva ou criasse inquietações também foram critérios para a seleção.

Quadro 2 – Seleção de artigos da RBP da segunda onda (1970 a 1980)

Texto	Título	Autor(a)	Ano	Eleito	Motivo
1	Psicologia da Mulher	Maria P. Manhães	1975	Sim	Questiona a teoria freudiana sobre a homossexualidade feminina
2	Frustração Oral e Falicidade	Maria P. Manhães	1977	Sim	Crítica do termo “mulher fálica”
3	Feminilidade	Maria P. Manhães	1979	Não	Compilado dos textos 1 e 2
4	O Sonho da Branca de Neve	Edna Pereira Vilete	1979	Sim	Entende a emancipação feminina como causadora dos conflitos da mulher com sua feminilidade
5	Nota Prévia: Psicologia da Mulher	Sergio Ortega Terra	1980	Não	O texto aborda apresenta postulações de Manhães que preferimos analisar nas produções da própria autora
6	Inveja do Pênis	Isaac José Nigri	1981	Sim	Considera a inveja do pênis como fator central para pensar a mulher
7	Regressão na Mulher	Isaac José Nigri	1981	Sim	Desenvolvimento homossexual da mulher deve incluir a maternidade como forma de realização e resolução de conflitos psíquicos
8	Maternidade, Orgasmo e Instinto de Morte: Uma contribuição à Psicologia da Mulher	Victor Manoel Andrade	1982	Não	Crítica a teoria falocêntrica. Os textos de Manhães atendem a essa questão

9	A Mitologia e a Realidade da Maternidade	Sonia Curvo de Azambuja	1986	Não	Ambos os textos bordam questões sobre a maternidade, que puderam ser exploradas na análise documental a partir dos demais textos selecionados correspondentes à terceira onda do movimento feminista
10	Laio ou a Fertilidade Impossível	Sonia Curvo de Azambuja	1986	Não	

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Como podemos perceber já pelos títulos, o campo sobre o tema da sexualidade feminina não estava escasso nesse período correspondente a terceira onda feminista. Porém, em relação aos autores desse período e essa temática, alguns se repetem. Possivelmente, essa repetição aparece devido à visibilidade de Maria P. Manhães a partir de sua obra *Psicologia da Mulher*. A autora, psiquiatra, psicanalista e membro da SBP, foi referência para o tema (os textos 5, 7 e 8 fazem referência a sua obra).

O texto 3 não foi selecionado devido a ser um compilado dos textos 1 e 2, da própria Manhães. Os textos 9 e 10 abordam questões sobre a maternidade, que puderam ser exploradas na análise documental a partir dos demais selecionados, incluindo os correspondentes à terceira onda do movimento feminista, onde a condição da maternidade ser parte constituinte da feminilidade da mulher é bastante recorrente. Portanto, foram selecionados os textos 1, 2, 4, 6 e 7.

Na seleção de textos do segundo período, correspondentes à terceira onda do movimento feminista no Brasil (1990 – início dos anos 2000), foram identificados 14 artigos no tema, porém elegíveis apenas cinco (Quadro 3). Nesse período de dez anos (1990 ao início dos anos 2000), foram encontrados diversos artigos que versam sobre gênero, identidade masculina e feminina, sexualidade da/na contemporaneidade etc. “Identidade de gênero” e “feminilidade como antecessora a uma masculinidade inicial”, como se deu na teoria freudiana, foram temas bastante recorrentes dentre os artigos; menções ao novo século com novos paradigmas e questões sobre as diferenças sexuais foram abordadas na virada do século XX para o século XXI. Os textos selecionados foram: 2, 3, 6, 8 e 11.

O texto 1 da mesma autora que o texto 2 (escolhido), tratava basicamente do masoquismo na/da mulher, e, mesmo sendo um tema importante, priorizou-se trabalhar com mais profundidade outras questões sobre a feminilidade em Freud, como centralidade do falo, inveja do pênis, maternidade como condição da natureza feminina, orgasmo clitoridiano e orgasmo vaginal, que se correlacionam à pesquisa dessa dissertação. Em relação ao feminismo, nossa ferramenta metodológica dessa pesquisa, juntamente com a AD, priorizou-se trabalhar a resistência à mudança da lógica falocêntrica da teoria, o feminismo sentido como ameaça aos padrões de gênero e constituição familiar e feminilidade como virada do

campo representacional para o campo pulsional. Por esse motivo, os textos selecionados formaram a base para abordar todas essas questões na análise documental.

Encontrou-se mais um artigo de Maria P. Manhães, texto 10, produção elaborada ao auge de seus 70 anos de idade. O ponto principal de seu artigo versa sobre o incesto, a mitologia e a história, destacando a relação da mãe viúva com seu filho homem (relação incestuosa do ponto de vista psíquico) e o complexo de Édipo tardio e mal resolvido da mulher, que se apresenta na relação com o pai idoso. Como essa temática foge do recorte de nossa pesquisa não incluímos esse artigo de Manhães na seleção.

Caminhando para o segundo período do nosso recorte temporal foram lidos quatorze artigos para chegarmos a uma seleção de cinco artigos correspondente ao período da terceira onda feminista (1990 a 2002) e com isso representar esse período com o mesmo número de artigos do primeiro período do recorte temporal (segunda onda feminista 1970-1980). Partimos da década de 1990, marco temporal da terceira onda feminista e avançamos até o ano de 2002, na compreensão de que uma amostra de dez artigos no total para os dois períodos, traria a possibilidade de uma análise que explicitasse como as questões sobre a feminilidade foram manejadas e como fizeram parte da escuta clínica do(a) psicanalista nesses períodos demarcados.

A pesquisa não pretende esgotar a análise sobre o tema, e sabemos da necessidade da continuidade de um trabalho de pesquisa e das limitações de um(a) pesquisador(a), uma vez que o contínuo movimento para reflexões, análises, refutações e mudanças epistemológicas promovem avanços para o interior do campo e assim o mantêm aberto e vivo.

Quadro 3 – Seleção de artigos da RBP da terceira onda (1990 a 2002)

Texto	Título	Autor(a)	Ano	Eleito	Motivo
1	A Dor é mulher?	Liana Albernaz de Melo Bastos	1993	Não	A centralidade do texto gira em torno do masoquismo relacionado à mulher. Optamos pelo texto 2 da mesma autora para atender melhor ao nosso objetivo de pesquisa
2	A Psicanálise é (virou) coisa de mulher	Liana Albernaz de Melo Bastos	1994	Sim	Maior predomínio das mulheres na psicanálise. A função do psicanalista seria a de feminilização para trabalhar os conflitos psíquicos mais primitivos
3	Sexualidade normal hoje	José Iencarelli Filho	1996	Sim	Crítico da desassociação da identidade de gênero aos órgãos sexuais. Função do psicanalista como guardião das tradições e convenções sociais
4	Sexualidade normal hoje	Rui Annes	1996	Não	O autor aborda a homossexualidade como

					forma de entender a sexualidade humana. Adere aos aspectos heteronormativos da teoria freudiana e faz a crítica aos desvios e distorções da forma padrão de masculino e feminino. Com o texto 3 acessamos esses mesmos pontos e com um tom de maior radicalidade. Sendo dessa forma mais proveitoso para a análise documental da pesquisa
5	Sexualidade e Cultura	Maria Olympia de A. F. França	1997	Não	A autora destaca o processo primário como fonte de transgressões no processo psicanalítico e a importância do acolhimento do psicanalista a este fenômeno. Aborda o tema sexualidade e cultura em profunda dialética, porém não apresenta pontos mais específicos com a teoria da psicosexualidade freudiana, nem tampouco com a feminilidade de maneira geral
6	Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade	Patrícia Fabrício Lago	1997	Sim	Aponta a lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosexualidade feminina. Apresenta as controvérsias sobre essa teoria desde de 1920/1930
7	Identidade de Gênero: sua importância na prática clínica. Uma visão teórica	Ruí Hansen de Almeida e Rosely C. Brajerterman Lerner	1999	Não	Os autores apresentam as conceituações de Robert Stoller sobre sentimentos de masculinidade e feminilidade estabelecidos antes da fase fálica freudiana. Apesar de trazer avanços para a teoria clássica de Freud, encontramos nos outros textos abordagens mais relacionadas às questões sobre maternidade como campo ativo para mulher (texto 8), feminismo como ameaça às tradições patriarcais (texto 11) e sobre feminilidade primária, como disparadores para análise dos termos feminino e masculino como adjetivação das metas

					pulsionais passiva e ativas (texto 11)
8	<i>Mater Certa, Pater Incertus.</i> Sobre a possibilidade de exercer a função paterna	Iara Spada Bondioli de Souza Noto	2001	Sim	A exclusão do homem na relação mãe-bebê, promovida pela mulher, seria a causa da falta maior implicação do homem com a paternidade e com a divisão das tarefas domésticas
9	A Identidade masculina e a identidade feminina: O casal de hoje	Gley P.Costa	2001	Não	A autora aborda a questão dos pais exercerem a função paterna na criação dos filhos. Isso dependeria da resolução dos seus conflitos infantis e adolescentes. Os pais se apresentariam muito imaturos na pós-modernidade. O tema proposto foge do nosso objetivo de pesquisa
10	Considerações sobre o complexo de Édipo na mulher. A filha mais velha e o pai idoso, a mãe viúva, a mãe solteira	Maria P. Manhães	2002	Não	A tese do artigo versa sobre a questão do incesto, destacando a relação da mãe viúva com seu filho e o complexo de Édipo mal resolvido da filha com seu pai idoso. O tema também foge do objetivo de nossa pesquisa
11	Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular, o primeiro sexo	Ambrozina Amalia Coragem Saad	2002	Sim	O princípio masculino universal para se pensar a feminilidade, não considerando a singularidade psíquica de cada mulher. Considera o movimento e o pensamento feminista fundamental para as transformações sociais e epistemológicas
12	Determinantes socioculturais e seu efeitos sobre as representações do <i>self</i> num caso de infertilidade feminina	Maria Cristina Borja Gondim	2002	Não	A partir da apresentação de um caso clínico de uma mulher que ao não conseguir engravidar sente-se envolta em sua primeira falha mais significativa. A causalidade de tal acometimento destacada compreendida como psíquica, porém para os fenômenos psíquicos há uma causa externa. Apesar de ser um tema que poderia compor nossa seleção, demos prioridade aos outros artigos que compõe essa seleção
13	Sonhando o feminino. Um percurso através do somatizar e alucinar	Cândida Sé Holovko	2004	Não	O texto discorre sobre a diferenciação entre o feminino e a feminilidade

					para psicanálise pós-freudiana. O texto 11 apresentou-se mais frutífero para essa questão
14	A difícil relação homem-mulher: as vicissitudes do convívio com as diferenças	Ambrozina Amalia Coragem Saad	2005	Não	A autora aborda a difícil relação entre os gêneros, sendo analisada sob o prisma da disputa de poder. As ideologias que permeiam o masculino e feminino são determinantes para a configuração dos comportamentos e dinâmicas entre homens e mulheres nas relações amorosas. Apesar do tema dialogar com nosso objetivo de pesquisa, optamos por selecionar o texto 11 da mesma autora.

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

O Quadro 4 traz a síntese dos artigos escolhidos para análise neste trabalho.

Quadro 4 – Síntese dos artigos escolhidos da segunda e terceira ondas feminista para análise documental

Período	Título	Autor(a)	Ano
Segunda onda	Psicologia da Mulher	Maria P. Manhães	1975
	Frustração Oral e Falicidade	Maria P. Manhães	1977
	O Sonho da Branca de Neve	Edna Pereira Vilete	1979
	Inveja do Pênis	Isaac José Nigri	1981
	Regressão na Mulher	Isaac José Nigri	1981
Terceira onda	A Psicanálise é (virou) coisa de mulher	Liana Albernaz de Melo Bastos	1994
	Sexualidade normal hoje	José Iencarelli Filho	1996
	Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade	Patrícia Fabrício Lago	1997
	<i>Mater Certa, Pater Incertus.</i> Sobre a possibilidade de exercer a função paterna	Iara Spada Bondioli de Souza Noto	2001
	Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular, o primeiro sexo	Ambrozina Amalia Coragem Saad	2002

Fonte: elaborado pela autora

5.4 ARTIGOS DA RBP CORRESPONDENTES À SEGUNDA ONDA FEMINISTA DO BRASIL: DÉCADAS DE 1970 E 1980

Apresentaremos a seguir um recorte dos cinco artigos selecionados, de forma a trazer mais uma camada que se soma aos critérios para se trabalhar os textos. Os trechos citados e seus recortes também passam por uma “pesca” de fragmento intersubjetivo que ecoa internamente e faz uma espécie de ruído nos pensamentos suscitados na interação com o texto. Toda seleção passou por questões presentes no mito de referência (Green, 1987) e pesquisadora que realiza essa pesquisa, relacionado às questões intersubjetivas de sua trajetória clínica, seu referencial teórico e de sua condição de mulher inserida em um sistema no qual o discurso predominantemente é o masculino. Entende-se que todos esses elementos ecoam e promovem um recorte de apresentação subjetivo, compondo uma pesquisa qualitativa.

5.4.1 Artigo 1 – “Psicologia da Mulher”, Maria P. Manhães, vol. 9, 1975

Maria P. Manhães, Analista Didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), teve seu texto transcrito da *Revista de Psiquiatria* do Rio de Janeiro de 1964 para a *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP), vol. 9, de 1975, sob o título “Psicologia da Mulher”.

Manhães apresentou em seu texto críticas à teoria psicanalítica de Freud sobre a feminilidade e considerou que as concepções deste autor eram falocêntricas, expressando a coerência dos pensamentos de Freud com sua época — a chamada Era Vitoriana. Para o alcance da feminilidade, a mulher deveria renunciar à sua condição inicial masculina e aceitar sua condição de ser castrado.

Na tentativa de revisar essa teoria da feminilidade, Manhães discorreu sobre a psicologia da mulher, levantando duas teses principais que se utilizava para realizar os estudos e a compreensão da mulher. A primeira delas apontava para a igualdade da mulher com o homem, e a segunda dizia que a mulher seria diferente, mas inferior. O princípio fundamental para a segunda tese seria o fator anatômico “sendo o *falus* o ponto de referência” (Manhães, 1975, p.428).

Freud via a menina com a mesma linha de desenvolvimento do menino, conforme aponta Manhães, que discorreu sobre o desenvolvimento psicosssexual da menina e sua necessidade de troca de órgão e objeto sexual. Seguiu apontando que em Freud a ideia sobre a futura mulher, sendo castrada e não tendo mais nada a perder, manteria uma relação incestuosa com o pai ao longo da vida, desenvolvendo, por consequência, um superego com critérios morais mais frágeis que o do homem. O não conhecimento da vagina considerado por

Freud foi referido por Manhães, destacando que para Freud a percepção desse órgão só se daria na puberdade e após as relações sexuais.

Mencionou ainda os contemporâneos de Freud, destacando Ruth Mark Brunswick, Karen Horney, Helen Deutsch, Melanie Klein e Ernest Jones. Dentre esses, Brunswick foi a única a concordar com Freud sobre a falta de conhecimento e sensações vaginais até a puberdade. Deutsch e Klein equacionaram o pênis do pai ao seio da mãe, sem grande destaque para inveja do pênis. Para ambas, o conhecimento da vagina estaria presente de forma inconsciente, tornando-se consciente somente mais tarde.

Karen Horney foi a psicanalista que mais criticou as teorias falocêntricas de Freud sobre a psicologia feminina. No pensamento de Horney as mulheres teriam um destino muito pobre, pois, se somente no nascimento de um filho elas teriam um substituto para o pênis, nunca conseguido até então, isto marcaria uma condição muito precária para sua saúde psíquica (Horney, 1967/1991, p.431).

A inveja do pênis tanto para Horney quanto para Ernest Jones seria secundária. Este fato, diante da concordância de Manhães, aconteceria primeiramente com a ansiedade genital, gerada por desejos incestuosos em relação ao pai devido à identificação com a mãe. Como já pudemos acompanhar anteriormente, temerosa pela integridade de seu genital, a menina regressaria para a inveja do pênis, identificada com o pai, e recusaria a existência da vagina. Para ambos os psicanalistas a interpretação fálica como ponto de origem para o conhecimento da feminilidade traria conclusões insatisfatórias para se pensar a psicosexualidade da mulher.

Para Manhães, ambos os sexos são atingidos por feridas narcísicas desde o início das civilizações, e o homem, por não poder procriar, foi colocado em uma condição invejante. Esse fato é apresentado como um contraponto à supervalorização da inveja do pênis na mulher na teoria freudiana. A autora conclui seu texto discordando do não conhecimento da vagina pela menina, pois trabalhos recentes abordaram a questão da sensibilidade vaginal. A inveja do pênis não poderia ser considerada um fato primário, não sendo um fato psicologicamente comprovado, e acrescenta: “[...] as mulheres não são livres internamente. Participamos culturalmente de uma série de preconceitos. A Psicanálise contém pensamentos ilógicos sobre o feminino e, por conseguinte, a maioria dos psicanalistas, homens e mulheres.” (Manhães, 1975, p.437).

Segundo essa argumentação, *as epistemologias falocêntricas existentes necessitam de revisão*, pois apresentariam uma *falha metodológica* ⁵²(p.434). Isso implicaria um trabalho

⁵² Apresentaremos na parte da análise documental desta pesquisa o que consideramos um erro curioso de grafia. Nesse trecho do texto de Manhães aparece a palavra “carece de falha metodológica” (p.434), sendo que todo o sentido que a autora dá ao texto aponta para o sentido de falha metodológica da Psicanálise em considerar o desenvolvimento psicosexual da mulher a partir de uma perspectiva falocêntrica.

de reavaliação interna dos próprios psicanalistas, necessitando eliminar preconceitos em si próprios, pois dessa forma se tornaria mais produtiva a interpretação de suas pacientes mulheres (p.438).

Em referência a *associação do feminino ao passivo*, considera que a única passividade inerente à mulher seria aquela que se entende por *receptividade*. Desta forma, Manhães acredita que o *passivo adquire um aspecto positivo* quando *aliado ao desejo de incentivar o homem*. Em suas palavras: “A mulher é um ser humano diferenciado, ela não é como o homem, mas nasceu para viver com o homem” (Manhães, 1975, p.439).

5.4.2 Artigo 2 – “Frustração oral e falicidade”, Maria P. Manhães, vol. 11, 1977

O segundo artigo selecionado, ainda com Manhães, leva o título “Frustração oral e falicidade”, o qual a psicanalista apresentou em sessão da SPRJ, em outubro de 1962, e foi publicado no vol. 11 de 1977. Este caso clínico é de uma analisante mulher com características fálicas, considerada dentro do conceito comum e usual de “*mulher fálica*”, no qual a autora questionou como a mulher poderia ser fálica investindo de maneira erógena um órgão que ela não tem. Isso marcaria a incongruência dessa adjetivação, trazendo o questionamento sobre a fase fálica exclusiva do homem.

O termo “*mulher fálica*” estaria associado a um desenvolvimento patológico do psiquismo das mulheres. Somado aos padrões sociais, essas mulheres “fálicas” seriam consideradas más e indesejáveis aos homens e, segundo a autora, seria mais desejável, socialmente falando, a homossexualidade do que a falicidade de uma mulher (Manhães, 1977, p.277).

Sendo assim, só se esperaria das mulheres um tipo de comportamento específico: quanto mais passivo, mais adequado. Ao destacar que as manifestações pulsionais não poderiam ser encaradas por um prisma masculino ou feminino no sentido de qualidade, Manhães entende que as forças libidinais e agressivas do *Eu* estariam em íntima ligação com o contexto social.

O ponto central desse texto versa sobre a frustração oral, real ou fantasiada. Essa frustração poderia condicionar traços uretrais mais exuberantes e permanentes, vistos e denominados como fálicos. Para ela, a fase uretral, omitida das fases da libido de Freud, possuem características de ambição, exibicionismo, espírito de competição, assim como resolução, autoconfiança, reatividade ou supercompensação (Manhães, 1977, p.276).

Esta fase, sendo considerada em homens e mulheres decorrente da fixação libidinal, colocaria as interpretações sobre o desenvolvimento psicosssexual fora do campo fálico. Com isso, comportamentos mais agressivos e competitivos não seriam patologizados nas mulheres, e assim Manhães preferiu falar em “*inveja fálica*”, sendo que a chamada “*inveja do pênis*” não

estaria exatamente relacionada ao órgão, mas sim, aos privilégios sociais que os possuidores do órgão representante da virilidade, da força, das atitudes destemidas e da agressividade vivem.

Como a fase fálica do desenvolvimento da libido foi considerada tanto no menino como na menina, para Manhães esse fato resultou em colocar a menina na condição de ter que abandonar essa fase, pois somente dessa maneira alcançaria sua feminilidade; caso contrário, permaneceria presa em seu Ccomplexo de masculinidade.

Para Manhães, a frustração oral presente nas primeiras experiências psíquicas de um bebê teria o potencial de aumentar as características da fase fálica. Essa condição determinaria para o homem um caráter e um comportamento social aceito e desejável, mas para a mulher o mesmo comportamento fica considerado inadequado e denominado “*protesto viril*” (Manhães, 1977, p.293).

Na apresentação de seu caso clínico, Manhães compreendeu que as atitudes fálicas de sua analisante mulher, como dominadora e competitiva, protegida por mecanismos obsessivos (racionalização e deslocamento), eram fruto das frustrações orais subjacentes, condutas estas basicamente determinadas pela agressividade oral (Manhães, 1977, p.293). A psicanalista considerou que a procura pelo tratamento de sua analisante em questão “estaria motivada também pela exaustão por ter usado durante um longo tempo um pênis fantasiado, alucinatório, que só existia na imaginação” (idem, p.294).

Na conclusão de seu texto, Manhães destaca que o conceito de “*inveja fálica*” poderia estar envolto pelo preconceito, pelo menos para alguns psicanalistas, pois, na clínica psicanalítica a rebelião viril poderia trazer contratransferencialmente para o psicanalista homem uma reatividade para compensar aspectos de sua passividade com atitudes mais viris, em uma espécie de competição pela posse da virilidade pertencente somente ao homem (Manhães, 1977, p.294). De outro lado, a psicanalista mulher, ao receber a identificação projetiva de sua analisante, promoveria a destituição de sua condição viril e lhe restaria, assim, o aspecto mais passivo de sua atuação clínica.

Esse fato demarca para Manhães que o território transferencial da clínica psicanalítica deixa para os(as) psicanalistas uma forma de manejo do trabalho a partir da posição predeterminada que ocupam, seja como homem ou como mulher. Sendo assim, a autora aponta para a necessidade de a teoria psicanalítica receber um tratamento clínico sério (Manhães, 1977, p.294).

5.4.3 Artigo 3 – “O sono da Branca de Neve”, Edna Pereira Vilete, vol. 13, 1979

Edna Pereira Vilete, membro associado da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), teve seu artigo “O sono da Branca de Neve” publicado no volume 13, de 1979, na *Revista Brasileira de Psicanálise*.

Neste texto, Vilete relata o caso de sua analisante mulher destacando que aspectos orais predominavam em seu quadro clínico. Sua paciente achava que seu êxito despertava intensa inveja na mãe, deixando-a deprimida. Afirma a autora que em Freud a mudança da menina da mãe para o pai precisaria acontecer para o acesso à feminilidade, e tanto a menina como o menino buscariam o pai movidos pelo desejo de aquisição do novo. O pai representaria o mundo exterior, excitando a curiosidade da criança, em oposição à mãe, que estaria ao lado do ambiente aconchegante e protegido (Vilete, 1979, p.83).

A universalidade no fato de a menina se mostrar mais frágil que o menino — e, portanto, ser mais dependente da mãe — seguiu inquestionada por Vilete; os costumes e a sociedade estimulariam o menino a escapar do domínio materno. Essa mesma sociedade solicitaria da menininha sua conservação em uma posição passiva, inibindo seus aspectos agressivos. A mãe, em sua resignação, entregaria o menino ao mundo (Vilete, 1979, p.84). Porém, sobre o complexo de Édipo assim se expressou:

O menino após sua primeira vitória, reconcilia-se com a mãe, retomando os seus antigos sentimentos amorosos, sob o clima de sua situação edípica; a menina, entretanto, acaba por permanecer dentro de uma relação ambivalente, pois a hostilidade inicial será reforçada pela descoberta da diferenciação dos sexos, pelo conhecimento e frustração de não dispor, como o menino, de um pênis que lhe permita conquistar a mãe, retomando a antiga ligação, agora numa posição ativa. (Vilete, 1979, p.84).

Desse modo, quando a menina tem em seu desenvolvimento, dito normal, o impulso para atividade, terá que transformá-lo numa atitude erótica-passiva para com o pai, quando o desejo agora não seria de ter, mais de receber o pênis.

Na consideração de Vilete, na puberdade, a menina não mais copiaria mãe: descobriria seus próprios gostos e buscaria satisfazer sua vaidade para parecer bela. A mãe, por sua vez, que até então estaria em uma relação narcísica com a filha (como um espelho para satisfazer seus desejos), poderia não aceitar esse movimento de independência da filha. Irá olhá-la com

olhos invejosos ao vê-la desabrochar, instaurando-se uma rivalidade, manifesta ou não. A jovem menina reviveria então a competição edípica da infância, promovendo sentimentos de retaliação devido aos seus ataques invejosos dirigidos à mãe naquela época. A recusa da mãe em aceitar seu declínio reforçaria na adolescente a fantasia de que havia roubado a juventude da mãe, podendo levá-la à regressão na tentativa de permanecer menina. A alusão da autora ao conto de Fadas *Branca de Neve* partiu dessa interpretação, trazendo a analogia da rainha que invejava a juventude da jovem princesa, buscando matá-la.

Para Vilete (1979), a educação e os costumes sociais colocariam a mulher em uma situação de passividade, obrigando-a a permanecer uma eterna criança. Contudo, “uma revolução social foi alcançada, e a dona de casa e mãe de família foi trabalhar fora” (p.85). Com isso, diante de mudanças tão radicais, as mulheres não teriam se instalado tranquilamente nesta nova condição, gerando conflitos com sua feminilidade.

A expressão desses conflitos apareceria por meio de sua vida procriativa. Vilete afirma então que essas mulheres que saem para trabalhar são esposas com dificuldades para engravidar, têm problemas com gestação e parto, crescendo o número de mães que não amamentam seus filhos. Conclui que, como as mulheres não recebem salários equiparados aos dos homens, continuariam atribuindo a eles o papel de provedores (pp.85–86).

Na clínica psicanalítica, relata que é perceptível que as mulheres repetem com os maridos a dependência com suas mães. “Sua posição é de passividade, o prazer buscado repete a primitiva satisfação oral alcançada com o seio” (Vilete, 1979, p.86). Embora casadas, permanecem meninas, identificadas com os filhos. Em relação à sexualidade, permanecem fixadas à *satisfação clitoridiana* e não sentem o orgasmo vaginal. Se queixam dos homens, das chances que eles desfrutam, e atribuiriam a eles o impedimento de seu movimento de libertação. A autora acrescenta que esse impedimento seria interno na mulher, resultado de seus próprios aspectos masculinos que entram em conflito com sua feminilidade (p.86).

Na conclusão de seu texto coloca que as identificações com a mãe ou com a figura masculina já não bastam para as mulheres: elas buscariam socialmente sua autonomia, porém Vilete entende que essa luta por liberdade se reflete nas tentativas de se separar internamente dos seus objetos primários, sendo que, para atingir essa nova condição, seria inevitável vivenciar as angústias inerentes ao processo de crescimento e individuação.

5.4.4 Artigo 4 – “A inveja do pênis”, Isaac José Nigri, vol. 15, 1981

“A inveja do pênis” é o título do artigo publicado no vol. 15 de 1981 da RBP, por Isaac José Nigri, membro associado da SPRJ. Nele, Nigri apresenta que a inveja do pênis, para Freud, seria um fenômeno primário e fundamental da psicosexualidade feminina, não aceitando a tese de Karen Horney e Ernest Jones sobre essa inveja ser uma condição

secundária. Com a afirmação de Freud sobre o desconhecimento da vagina na infância, tanto para a menina como para o menino, as mulheres procurariam a análise *para conseguir uma modificação sublimada do desejo reprimido de possuir um pênis* (Nigri, 1981, p.208). Na concepção de Freud, seria essa inveja que levaria as mulheres a serem vaidosas, pois não poderiam fugir da necessidade de superestimar seus encantos como uma compensação tardia devido a sua inferioridade sexual.

Refere-se ao texto de Freud de 1937, *Análise terminável e interminável*, em que o psicanalista apontara que a depressão que irrompe numa mulher durante a análise devido à convicção interna de que o tratamento não lhe serviria de nada, pois seu motivo para fazer análise estaria na esperança de, ao fim do processo, poder obter um órgão masculino, cuja falta lhe seria penosa. Nigri acrescenta que Freud admitiu que haveria alguma coisa por trás da inveja do pênis: “Por que não teria seguido tais pistas, só nos resta imaginar” (Nigri, 1981, p.209).

Nigri recorre a alguns(mas) psicanalistas para apresentar como eles entendiam a inveja do pênis, como Ruth Mack Brunswick, que em 1940, contrariando ideias anteriores, diz que a inveja do pênis seria posterior ao desejo de um filho, afirmou que essa inveja teria uma raiz objetual, pois a menina desejaria ter um pênis para possuir a mãe. Em outras palavras, tanto no menino como para menina o desejo seria pela mãe onipotente (Nigri, 1981, p.209). Ele cita também a pediatra e psicanalista Josine Müller, que em já em 1932 considerava que a vagina seria a primeira e mais importante zona erógena da menina, e esse investimento precoce seria reprimido/recalcado em prol do clitóris, impulsos vaginais estes que, recalcados, levariam a uma ferida narcísica que alimentaria e aumentaria a inveja do pênis (Nigri, 1981, p.210).

Outra autora citada por Nigri é Karen Horney, apontando para a questão das sensações vaginais, as quais desapareceriam e se transformariam em inveja fálica por defesa contra as múltiplas angústias vinculadas a esta sexualidade precoce. Assim, a questão da fantasia da desproporcionalidade entre o pênis do pai e vagina da menina levariam a menina à identificação com pai (Nigri, 1981, p.210). Manhães é também mencionada pelo autor, que ressalta sua interpretação sobre a inveja do pênis, colocando que a psicanalista poderia ter expandido seu pensamento sobre o assunto, principalmente considerando o termo “*mulher fálica*”, aprofundando a existência de uma confusão entre a fase uretral e a fase fálica da menina. Para tal, Nigri recorre à antropologia e à psiquiatria para expandir sua explanação sobre a inveja do pênis:

Margaret Mead observou manifestações de inveja do pênis em apenas uma jovem de Samoa onde, como diz a citada autora, as meninas desde cedo conhecem perfeitamente o significado e a capacidade dos genitais femininos. Kardiner também

não encontrou inveja do pênis nas mulheres das Ilhas Marquesas e explica tal fato achado pelo papel privilegiado que a mulher desempenha nesta sociedade, não tendo assim o que invejar. (p.212).

Mediante essas colocações, Nigri acrescenta que tais conclusões só podem ser confirmadas no divã, pois não há análise de paciente do sexo feminino em que não apareça a inveja do pênis; assim, primária ou secundária, teria essa diferenciação descoberta somente no processo de análise (Nigri, 1981, pp.212–213). Retorna então ao texto *Análise terminável e interminável* (1937), destacando que Freud considerou que a inveja do pênis seria primária, pois não se trataria somente de remover uma defesa primária, mas de transformar uma determinação constitucional.

Porém, em sua experiência na análise com mulheres e suas “invejas do pênis”, Nigri constatou que o que se consegue no geral em uma análise é retirar o caráter destrutivo desta inveja. Com a diminuição do sentimento de culpa persecutória, pode-se promover condições à analisante mulher de obter, por seus próprios meios, o objeto invejado. Se esse desejo pelo objeto invejado for sublimado, ele possibilita para mulher maior investimento libidinal em sua feminilidade (Nigri, 1981, pp.213–214).

Considera ainda que algumas fases do desenvolvimento biológico da mulher se prestariam como fatores desencadeantes de manifestações de inveja do pênis. A menstruação, por exemplo, foi apontada como sentida como a constatação da própria castração, o que levaria à inveja do órgão daquele que não tenha sido “castrado”. A mulher teria aumento de agressividade durante o período menstrual vinculado a esse motivo, e para essa defesa cita Simone de Beauvoir: “a menstruação inspira horror à adolescente, por precipitá-la dentro de uma categoria inferior e mutilada” (p.214).

A acentuada inveja do pênis, segundo o autor, ocasionaria uma diminuição do desejo sexual para a mulher, pois assim ela não entra em contato com o objeto invejado. Se, ao contrário, houver aumento do apetite sexual, nesse fato pode estar contida uma atitude de atacar o pênis com “excrementos”. Na continuidade de sua reflexão aponta que as influências da inveja do pênis sobre a gravidez, o parto, a lactação, a fecundação e principalmente a esterilidade da mulher ou do seu cônjuge são tão grandes que não caberiam em seu artigo (Nigri, 1981, p.215).

Na finalização do seu texto, o autor apresenta, a partir de Abraham, os três tipos de mulheres em que persiste a inveja do pênis: 1) a cumpridora de desejo: aquela que tenta assumir um papel masculino para compensar a ausência do pênis; 2) a reacionária em relação aos homens: tenta se vingar dos homens pelas vantagens que lhe são atribuídas; e 3) desejo da mulher de ter um filho sem a necessidade de homem, de ser pai e mãe ao mesmo tempo,

concepção esta de Abraham, apoiado em Helen Deutsch e sua teoria da fantasia partenogenética (Nigri, 1981, p.215).

5.4.5 Artigo 5 – “Regressão na mulher”, Isaac José Nigri, vol. 15, 1981

Continuando ainda com Isaac José Nigri, agora abordamos seu artigo “Regressão na mulher”, publicado no vol. 15 da RBP de 1981. Como o próprio título anuncia, a ideia central do artigo é a questão da regressão. De forma genérica, Nigri explica que ela seria um retorno de um nível mais elevado do desenvolvimento para um nível inferior; para a Psicanálise de maneira geral, concentra-se na volta aos objetos primários, um retorno a fases anteriores de organização sexual e a uma estrutura de comportamento já ultrapassada. Toda regressão, portanto, necessitaria de um ponto de fixação da libido, associado a uma frustração (Nigri, 1981, p.104).

O desenvolvimento psicosssexual na mulher, apontado pelo autor, *passa por fases extremamente tumultuadas*. A regressão é para ela uma capacidade saudável. Na consideração da existência de frustrações específicas na mulher, isso acarreta um desenvolvimento libidinal próprio delas e numa necessidade/capacidade de adaptação exclusivamente feminina (Nigri, 1981, p.104). Retorna então o autor ao desenvolvimento psicosssexual da menina, destacando a questão da troca de órgão sexual, a qual teria uma aceitação geral na Psicanálise. Explica que alguns autores consideram o local da excitação vaginal secundário, ocorrida após o recalque das sensações vaginais precoces, o que indicaria um movimento excitatório da vagina para o clitóris; outros defendem o clitóris como ponto inicial da excitação, indicando um movimento do clitóris para a vagina.

A latência, segundo ele, não seria um período tranquilo para o sexo feminino, e isso se daria devido à ligação com o genitor do sexo oposto se desfazer a partir das fantasias de ataque ao pênis paterno e o temor do contra-ataque. A inveja do pênis é apresentada nesse texto como imperativa nas fantasias da menina, como vimos no outro artigo de Nigri.

Seguindo para a puberdade, o autor aborda que as alterações corporais também se manifestam intensamente: “o acontecimento da menarca e o desenvolvimento das mamas trariam uma prova da feminilidade para a mulher, além de sua capacidade de procriação e amamentação” (Nigri, 1981, p.105). Assim, a mulher apresentaria uma intensa e constante movimentação no seu interior, e com isso “os conceitos de atividade e passividade, usados como equivalentes para masculino e feminino, ficariam melhor enunciados se falassem em atividade interna e atividade externa”. Traz ainda Nigri uma associação de que esse tumulto interno da mulher, tomando como base o biológico, a colocaria em uma vivência psíquica e emocional mais ativa, constatando que “quanto à evolução a mulher é um ser plástico por natureza” (Nigri, 1981, p.105).

Nigri percorre por essa questão da plasticidade tomando como exemplo a menarca. Alguns analistas a generalizam, segundo ele, ao atribuírem a primeira menstruação, sentida como castração, à renúncia definitiva do pênis. Outros dizem que esse momento da menina é recebido com grande alegria, devido à “prova de feminilidade” implícita em tal fato, além da identificação com a mãe e a aceitação do seu sexo. O psicanalista entende a partir dessas colocações que a aceitação da menstruação estaria intimamente ligada à relação mãe-filha (Nigri, 1981, p.106).

O fim da possibilidade de ser mãe, ou seja, *o advento da menopausa*, seria, segundo ele, *uma das causas de depressão* nesse período. *A gravidez é colocada como uma das grandes realizações femininas*. Seria uma das maiores fontes de satisfação e gratificação de uma mulher, pois, na gravidez, a relação primitiva com a mãe é revivida, promovendo uma dupla identificação: com a própria mãe e com o feto (Nigri, 1981, p.106).

Na esteira do tema da “gravidez”, o parto e o puerpério também são abordados por Nigri. Para tal, menciona Helen Deutsch, apresentando que, quando o médico faz o trabalho no lugar da mulher, estaria satisfazendo o antigo desejo do homem de ter filhos. A obstetrícia moderna, dessa forma, estaria assim se aproveitando desse momento regressivo da mulher, excluindo-a do trabalho de parto, em uma atitude contrária ao seu *instinto materno* (Nigri, 1981, pp.108–109). Em relação ao puerpério, destaca que ocorre a transição do estado narcísico da gravidez para a realidade dos cuidados com o bebê.

Na conclusão desse artigo, Nigri considerou que várias técnicas anti-instintivas (termo usado pelo autor para se referir àquilo que se opõe ao que seria da natureza feminina, no caso gestar e maternar) estariam levando as mulheres a perderem a necessidade/capacidade de adaptação. Contudo, muitas vezes estariam se levantando contrariamente a isso, com o objetivo de manter este verdadeiro patrimônio feminino, que permitiria que a tendência maternal se apresentasse em toda sua plenitude (Nigri, 1981, p.109).

Feita a apresentação dos cinco artigos selecionados para esse período correspondente à segunda onda feminista, traremos a seguir a seleção dos cinco artigos do período da terceira onda (1990 a 2002).

5.5 ARTIGOS DA RBP CORRESPONDENTES À TERCEIRA ONDA FEMINISTA DO BRASIL: DÉCADA DE 1990 ao início dos anos 2000

A seguir, realizaremos a apresentação dos artigos selecionados para esta terceira onda, de maneira cronológica, assim como no item anterior. Com isso, objetivamos promover melhor visualização temporal do pensamento teórico-clínico dos(as) psicanalistas no decorrer das décadas, para, no capítulo seguinte, realizar a análise documental, dando continuidade à averiguação da teoria freudiana da psicosexualidade feminina na clínica psicanalítica brasileira e sua condição de permeabilidade, ou resistência, às críticas do feminismo desse período, que corresponde a chamada terceira onda feminista no Brasil.

5.5.1 Artigo 6 – “A psicanálise é (virou) coisa de mulher?”, Liana Albernaz de Melo Bastos, vol. 28, n. 2, 1994

Com o título “A psicanálise é (virou) coisa de mulher?”, o artigo de Liana Albernaz de Melo Bastos, membro efetivo da SBPRJ, foi publicado em 1994 no vol. 28, n. 2 da RBP, após apresentação no *XIV Congresso de Psicanálise*. Bastos inicia seu texto com a pergunta: “Mudaram as mulheres ou mudou a psicanálise?” (1994, p.261) e, ao se debruçar sobre essa questão, acrescenta: “O feminismo desempenha algum papel nessa mudança?” (idem, p.262).

Na busca de respostas às suas perguntas, apresenta dados da SBPRJ quanto à proporção de homens e mulheres nessa Sociedade, contando que, no ano de 1993, no que se refere a analistas credenciados para ministrar seminários clínicos e supervisões oficiais, constavam 74% homens e 26% mulheres. Essa proporção vai se modificando à medida os cargos dentro da instituição são mais baixos no sentido de uma hierarquia de funções. Com isso, a porcentagem de membros provisórios aumenta de proporção entre as mulheres, chegando a 75%, e os homens ficam em 25% (idem, p.262).

Em decorrência da autorização regimental de entrada de psicólogos em seu curso de formação, a SBP recebeu, em quase sua totalidade de ingressantes, mulheres. “Como compreender esse fenômeno?”, pergunta a autora.

Em suas reflexões sobre as mulheres, Bastos destaca que a fala da mulher tem um código próprio e possui uma intimidade em um duplo sentido: tem seu pertencimento mais

determinado ao espaço privado da sociedade e sua comunicação apresenta um aspecto mais relacional. Mas “essa não seria uma construção cultural mais estereotipada do feminino?”, indaga a psicanalista.

Na consideração do “avanço” das mulheres na sociedade, entende que elas tiveram que encarar o trabalho fora de casa a partir da Revolução Industrial, porém essa sociedade que exigiu trabalho igual ao dos homens não possibilitou a igualdade salarial entre os gêneros. Nesse “avanço” para o espaço público, *a mulher despertou o sentimento de atração e repulsão por parte dos homens*. Mediante essa configuração ambivalente, restaram às mulheres os sentimentos de dúvida sobre sua capacidade de ocupar espaços tradicionalmente masculinos e culpa pelo abandono de seus papéis tradicionais (Bastos, 1994, p.263). Para dar sustentação à sua hipótese apresenta um caso clínico de uma mulher que teme não ser desejada pelos homens se exercer sua máxima capacidade profissional.

Na sequência de seu texto Bastos aponta que a diferença sexual marcada no real dos corpos não se resume à anatomia, pois a diferença sexual se determinaria por uma diferença marcada no corpo-linguagem, que se expressa pela presença ou ausência do falo; com isso, diferentemente de nossas reflexões, a autora entende que em Freud não ficou estabelecido que a “anatomia é o destino” (p.269). A oposição nessa lógica fálica seria o fálico e o castrado.

Assim, trata por diferença uma lógica de dois valores, sendo a lógica fálico-castrado a representante máxima da diferença sexual. Contrapondo a diferença à diversidade, nela se abrigaria uma série de termos que se opõem e, na tentativa de esclarecer o sentido dos termos, toma o pênis como exemplo de diversidade. Esse órgão é o suporte para o falo: “falo não é pênis, mas se sustenta na realidade material do corpo” (p.269). O pênis, marcador da diversidade, se opõe à vagina e a outros órgãos.

Em defesa de sua hipótese da não convergência entre *diferença* e *diversidade*, acrescenta que na lógica fálica o que está em oposição não é o masculino e o feminino, mas sim o fálico e o castrado, porém o falo, ao ser sustentado na realidade anatômica do pênis, culmina para o homem no reconhecimento da posição fálica e para a mulher resta o lugar de castrada. Indo ao encontro das pautas feministas, faz menção ao movimento dos anos 1970 (período correspondente à segunda onda feminista no Brasil considerado nessa pesquisa):

A referência freudiana [ao fálico e ao castrado] provocou uma enorme irritação nos grupos feministas. Identificar a mulher com o castrado e atribuir-lhe a inveja do pênis, resultou, para muitas feministas, sobretudo as da década de 70, numa ferida narcísica insuportável. A questão básica dessa década dizia respeito a igualdade. A diferença, portanto, era entendida como suporte para discriminações e a manutenção da mulher num lugar desvalorizado. A superficial e preconceituosa abordagem desta

questão impede que dela retiremos argumentos para o entendimento da problemática da mulher. (Bastos, 1994, p.270).

A autora propõe nessa citação que a problemática da mulher está relacionada a questões mais profundas: o desenvolvimento precoce do *supereu* feminino traria uma condição de maior crueldade para ele. Devido à condição de castrada da mulher, a angústia de castração não a afetaria; sua angústia mais primitiva viria do medo da perda do amor. Mediante a percepção de não possuir o pênis, a menina deslocaria a raiva em direção à mãe que não o lhe deu. Somente ao perceber que a mãe também é castrada a menina pode conceber a castração como um organizador da diferença dos sexos como lei.

Continuando sua menção ao feminismo da década de 1970, levanta a crítica à reivindicação da igualdade de direito ao orgasmo, tal qual o homem, considerando que o equívoco desse feminismo se deu ao negar a diferença. Com a questão precoce do superego feminino, a mulher, ao passar a se exigir gozar — como reivindicado pelas feministas, nada menos que orgasmos múltiplos —, ao não conseguir tal feito, se sentiria inferior (Bastos, 1994, p.270).

Esse feminismo ao qual a autora se refere é considerado da segunda onda e se apresenta no mesmo período brasileiro em que prevalecia o regime político da ditadura civil-militar, quando então movimentos feministas e ecológicos ficaram à margem das questões políticas, conforme relata a psicanalista: “não havia lugar para as mal-amadas que queimavam seus sutiãs ou para os desbundados políticos defendendo as baleias” (Bastos, 1994, p.272). Assim, Bastos entende que o movimento feminista da década de 1990 se transformou e se apresenta suavizado no período da escrita de seu artigo, e nesse movimento suavizado (que consideramos nessa pesquisa terceira onda feminista), a luta feminista não reivindicava mais a igualdade entre os gêneros, mas sim, a igualdade de direitos com o reconhecimento da diferença.

Indo na direção da compreensão em relação ao prazer feminino, agora pelo viés psicanalítico, a autora aborda a constituição do corpo erógeno, pontuando as diferenças no desenvolvimento da erogeneidade para o menino e para a menina. Em sua concepção, o desejo sexual se apresenta de maneira diferente para o homem e para a mulher, diferença que estaria fora do campo anatômico e fisiológico: para o menino o pênis é o órgão de maior investimento narcísico, e a partir dessa vetorização fálica ocorre a genitalização do homem. O investimento libidinal feminino, por sua vez, abrangeria todo seu corpo, expressando seu poliformismo perverso. Ao considerar a mulher menos “genitalizada” diante desse investimento libidinal diferenciado, a autora chega à multiplicidade erógena feminina por um outro viés diferentemente do que as feministas apontavam, ou seja, que a igualdade pleiteada por aquele

movimento da década de 1970 não considerou as diferenças psíquicas entre os homens e as mulheres (Bastos, 1994, p.271).

Para a mulher, portanto, existem múltiplos orgasmos, porque são múltiplos seus lugares de gozo. A linguagem erótica é para a mulher antecessora de uma linguagem simbólica. Diante disso, a mulher tem maior proximidade com a natureza, e seu corpo está marcado por ela: menstruação, gravidez, parto, aleitamento, menopausa. O pleno acesso ao simbólico não estaria negado a ela; contudo, sua linguagem mais primitiva se manteria de forma intensa. Com esse destaque na essencialização da mulher, a autora alude que a possibilidade corporal desta, via gestação e maternidade, constitui sua dinâmica psíquica indissociada dessas experiências corporais para ser mulher. Em contraposição, aborda a paternidade como simbólica, pois não se dá corporalmente (Bastos, 1994, p.272).

Um novo paradigma surge para esse fim de século XX que se aproximava, declara a psicanalista. A oposição entre natureza e cultura não é mais tão primordial, e com isso uma nova aliança, fundada no reconhecimento do fracasso da oposição, pede uma outra lógica, pois não há cultura sem natureza, assim como não há lei paterna sem lei materna (p.274).

A autora apresenta em seu artigo argumentos muito particulares, atribuindo *diversidade* a uma série de termos que se opõem e não como multiplicidade de termos como é utilizado. Com o sentido que dá ao termo diversidade, parece estar apontando para uma forma de pensamento binário, esse sim trata de oposições. Sobre o feminismo da década de 1970 mencionado como luta por igualdade, aparece diferentemente do que encontramos como reivindicação feminista na luta pela diferença (Pinto, 2010). Sua utilização dos conceitos parece imprecisa.

Assim, a Psicanálise é representada por Bastos como um campo que tem a obrigação ética de contribuir para a construção do novo mundo. Se o(a) psicanalista estabelece cortes, institui separações e promove a lei paterna, a clínica psicanalítica apresenta o desafio de sustentar uma outra lógica: a lógica materna que traz em seu bojo o sentido afetivo para o trabalho analítico.

No final de sua obra, na perspectiva da autora, Freud se feminilizou, superando o padrão masculino, e com isso a clínica psicanalítica deveria cada vez mais priorizar a função de feminilização do psicanalista. Bastos conclui então seu artigo dizendo que, se todos podem ocupar essa função feminina e masculina, para a mulher o lugar feminino é mais natural. “A revalorização do feminino compondo uma nova aliança ganha força sempre e quando as mulheres afirmam a diferença” (Bastos, 1994, p.276). Em relação ao título de seu artigo, se a Psicanálise é (virou) coisa de mulher, ela responde que sim, no sentido da função feminina que lhe é mais pertencente e natural.

5.5.2 Artigo 7 – “Sexualidade Normal Hoje”, José Iencarelli Filho, vol. 30, n. 4, 1996

O artigo foi apresentado no *XVI Congresso Brasileiro de Psicanálise, Sexualidade e Prática Clínica*, e publicado em 1996, no vol. 30, n. 4, da RBP, sob o título “Sexualidade Normal Hoje”. Escrito por José Iencarelli Filho, membro efetivo e docente da SBPRJ, no título de seu artigo nota-se a menção ao que se considera “normal” para a sexualidade; encontramos com esse autor um apelo à continuidade do modelo vigente dos séculos XVIII e XIX. Crítico às transformações de sua época e ao que pode continuar se transformando de maneira muito danosa, o psicanalista revela seu pensamento discursivo.

Iencarelli Filho (1996) citar Joyce McDougall (1991) para apresentar a difícil definição do que seria normal nos dias atuais. Se a normalidade é relativa, deve-se avaliar o que é favorável ao equilíbrio da vida e do bom viver, diz ele. Com isso, direciona sua crítica aos sexólogos, advertindo que estes minimizam a relação dos distúrbios sexuais com os conflitos internos adjacentes; oferecem uma rápida saída por meio de uma conscientização genérica da problemática em questão (p.949).

Apelando ao conservadorismo sexual, segue criticando o uso de próteses eróticas e o uso de lubrificantes para o coito anal, destacando que, para esses especialistas do sexo (os sexólogos), o alcance do prazer está em prioridade, assim como para a sociedade atualmente. Considera que o título de especialista do sexo caberia mais aos psicanalistas. O autor entende que a obrigação para a obtenção de prazer romperia com a fantasia de gratificação na vida celestial *pós-mortem*, culminando em uma outra forma de repressão sexual, que seria a busca pela satisfação completa pelo sexo (Iencarelli Filho, 1996, p.951).

Na sequência do desenvolvimento de suas reflexões, o autor faz um levantamento dos últimos cinquenta anos para pensar a sexualidade e sua normalidade, apontando para a aceleração do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, a velocidade da comunicação e a globalização, culminando em mudanças nos padrões de comportamento, ao que ressalta: “A importância de Deus, a supremacia do masculino e o nome da família, cederam lugar a um código de trocas utilitárias, norteadas pela fantasia de que a acumulação material leva à felicidade” (Iencarelli Filho, 1996, p.950). O isolamento individual da sociedade da década de 1990 é considerado por ele empobrecedor.

Com relação à masturbação, Iencarelli aponta o nível autoerótico do desenvolvimento sexual e relaciona o casamento homoafetivo e o prazer sexual sem penetração à máxima expressão desse empobrecimento (Iencarelli Filho, 1996, p.952). Todas essas formas de viver a sexualidade, em sua concepção, seriam da ordem de uma regressão libidinal, não alcançando a fase genital do desenvolvimento da libido — fase esta que, como pudemos demonstrar ao longo dessa dissertação, estaria pautada na heteronormatividade.

Sobre a intimidade e o “espaço secreto” que abrigavam a sexualidade, segundo suas palavras tornara-se produto da publicidade. No campo da ciência, com seus avanços, alcançou-se a impessoalidade parental, pois, quando se trata dos bebês de proveta, as mudanças de sexo e o congelamento dos corpos após a morte permitem que essa manipulação atinja patamares como nunca antes experimentado (Iencarelli Filho, 1996, p.950).

Em consideração à mulher, aborda sua independência ao poder como resultante do controle de sua própria concepção, “elevando-se à condição de igualdade com o homem” (idem, p.950). Sendo assim, prossegue em sua reflexão que a tradicional distinção entre comportamentos passivos e ativos, marcadores de masculino e feminino respectivamente, estavam se dissolvendo progressivamente. As mulheres estariam conquistando os homens e isso já foi considerado anormal no passado, assim como a traição, que agora é chamada de infidelidade e não ameaça mais a relação de um casal (Iencarelli Filho, 1996, p.951).

Com os limites da normalidade estendidos, manifestações psicóticas, como a pedofilia, a cropofilia e a necrofilia, estavam proliferando. O exibicionismo, o voyeurismo, o fetichismo e o sadomasoquismo estavam, para o autor, bem tolerados pela sociedade — assim como também o homossexualismo (maneira patológica de descrever essa forma de subjetividade) e a prostituição, estavam na ordem dos direitos inalienáveis da posse do próprio corpo, expressando uma ruptura com a sociedade moderna que autor abominaria:

Nunca o corpo pertenceu tanto aos seus donos, enquanto vivos, como atualmente [...] Temos de um lado, a pressão social no sentido da igualdade com a restrição da identidade de gênero às diferenças genitais e, de outro, a infelicidade decorrente do isolamento obrigatório com o medo da morte que o acompanha (Iencarelli Filho, 1996, pp.952–953).

Após essa série de colocações críticas do autor aos avanços dos comportamentos sexuais e sua defesa ao modo de vida existente no passado, conclui seu pensamento com a pergunta: “O que nós psicanalistas, originalmente especialistas na sexualidade, podemos fazer para ajudar a sociedade atual?” (Iencarelli Filho, 1996, p.953).

5.5.3 Artigo 8 – “Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade”, Patrícia Fabrício Lago, vol. 21, n. 3, 1997

Patrícia Fabrício Lago, autora do artigo “Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade”, pertencia à Sociedade Psicanálise de Porto Alegre (SPPA) e recebeu o prêmio *João Bosco Calábria de Oliveira* no XVI Congresso Brasileiro de Psicanálise, em Gramado, no mês de maio de 1997, vol. 21, n. 3.

Retomando a teoria freudiana da psicosexualidade feminina, Lago (1997) aponta que Freud considerou o investimento libidinal da mulher distribuído por todo seu corpo e, somado ao seu desejo de beleza, demonstraria uma tentativa de compensar a ausência de falo. A autora destaca que até pode-se questionar os entendimentos freudianos sobre a mulher, mas não algumas de suas características, ou seja, reconhece e trabalha clinicamente com a inveja do pênis e entende que se faz necessário interpretar os motivos dessa inveja e não negar sua existência (Lago, 1997, p.718).

A feminilidade, sendo um dos aspectos mais polêmicos da obra de Freud, vinha sendo, em sua análise, também tema de discordância quanto ao desenvolvimento feminino, mesmo entre os analistas freudianos, conforme adverte e acrescenta: “Não será a partir de um ponto de vista masculino que a mulher carece de algo?” (Lago, 1997, p.718). Conta que, por volta de 1920 e 1930, ocorreu um período de controvérsias sobre a psicologia feminina, e cita Karen Horney e Ernest Jones como os principais psicanalistas a discordarem da teoria de Freud, mas lembra que Lampl-de Groot, Helene Deutsch, Fenichel, Abraham e Melanie Klein também participaram das discussões sobre o tema. Lago nos relembra que, nesse período de discussões acirradas, Freud enfrentava importantes dificuldades pessoais e institucionais, encerrando então com seu artigo de 1931 os postulados sobre a feminilidade, “comprometendo a coerência interna da teoria psicanalítica por décadas” (Lago, 1997, p.719).

Propostas de revisão das concepções de Freud seguiram após suas conclusões, porém, aqueles que a revisaram obtiveram insignificante impacto, dificultando o reconhecimento das possíveis implicações dessas ideias. Como consequência, tornando-se quase um tema de *lealdade doutrinária* em torno do tema sexualidade feminina, o mesmo não ocorreu com a questão da pulsão de morte, por exemplo, sobre a qual as visões divergentes têm sido expressadas e aceitas (Lago, 1997, p.719).

A feminilidade entendida como um elemento que tocava em conflitos profundos, devido ao fato de a primeira mulher que conhecemos, a mãe, ser aquela com quem ocorreria a primeira identificação, é a condição para um lugar de afetos e representações angustiantes. A saída, por assim dizer, dessa fusão com a mãe, nesse caldo de feminilidade, provocaria uma recusa de ali revisitar (Lago, 1997, p.720). Em um trocadilho interessante, a autora faz menção ao gênio de Freud e não ao Freud gênio, que revelou a fantasia inconsciente e universal de que as mulheres seriam castradas (Lago, 1997, p.720).

Na continuidade de suas colocações, reflete que, se há a tentativa de revisar os conceitos freudianos sobre a feminilidade, por outro lado há o esforço de conservar o que for possível das suas formulações, mesmo que a lógica interna da teoria padeça sem reparações.

Lago (1997) cita para embasar sua defesa a antecessora de Karen Horney, Josine Müller, que postulou o investimento precoce da vagina, juntamente à existência inata de uma

sexualidade feminina, contestando a primariedade masculina da menina, como sugerido por Freud:

Aquelas autoras, juntamente com Klein, Jones e os primeiros psicanalistas a divergirem de Freud nessa área, faziam-no baseado mais ou menos no mesmo princípio naturalista dele - Jones dizendo (não se faz), e Klein baseando a feminilidade no conhecimento inato da vagina – portanto, a anatomia é o destino. (Lago, 1997, p.722).

Mesmo na inveja do pênis e no complexo de castração, que tiveram sua primariedade revisada, um caráter secundário e defensivo foi teorizado (Horney, Jones), e *isso alcançou pouca repercussão* (Lago, 1997, p.725).

A feminilidade é primária, considera a autora, apoiada por Stoller (1976), e sua teoria sobre a *identidade de gênero nuclear* trouxe correções à teoria de Freud sobre a evolução feminina. Anterior à marcação anatômica do corpo, haveria uma feminilidade, e ela seria primária; os genitais externos, somente posteriormente, confirmam e simbolizam a identidade de gênero nuclear. Assim, dar-se-ia a ocorrência da feminilidade secundária que, segundo Stoller (1976), seria resultante do conflito e inveja na situação edipiana. Com isso, a consciência das diferenças anatômicas, o erotismo e o desejo de ter filhos ocorreria no desenvolvimento da menina.

Diversas pesquisas realizadas já haviam relevado a percepção da vagina em meninas muito pequenas, como demonstrado por atividade masturbatórias vaginais precoces. A íntima conexão entre a responsividade erótica clitoridiana e vaginal também já havia sido apresentada por pesquisas, trazendo à tona a falsa divisão entre orgasmo clitoridiano e vaginal erigido por Freud. Contudo, o que vai sendo constatado é que essa consciência da vagina é inibida e reprimida ao longo do desenvolvimento da menina: como e por que ocorre a repressão da consciência e da erotização vaginal? Como e por que a cultura trava esse saber? (Lago, 1997, p.725).

Culturalmente a menina está proibida de nomear, tocar e exhibir seu genital. A partir dessa recusa sobre seu órgão, sem palavras para que fique simbolizado e investido, forma um pré-consciente que não conta com elementos para transpor os processos inconscientes dessa questão e torná-los conscientes (Salas, 1990, apud Lago, 1997, p.726).

Ao concluir sua produção textual, a autora novamente destaca o quanto é intrigante que os postulados freudianos tenham permanecido dominantes, porém: “Freud, embora sempre tenha defendido ferrenhamente suas concepções, nunca deixou de reconhecê-las como inexatas” (Lago, 1997, p.729). Com essa colocação, entendemos que autora deixa um incentivo, além de marcar a necessária revisão teórica.

5.5.4 Artigo 9 – “*Mater certa, Pater incertus*. Sobre a possibilidade de exercer a função paterna”, Iara Spada de Souza Noto, vol. 35, n. 2, 2001

Iniciando os anos 2000, apresentamos o texto “*Mater certa, Pater incertus*. Sobre a possibilidade de exercer a função paterna”, publicado no ano de 2001, no vol. 35, n. 2, por Iara Spada de Souza Noto, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

Versando sobre paternidade, o artigo propôs pensar esta função como uma condição dependente da permissão da mãe para a inclusão do pai. Na concepção de Noto (2001), inserida em uma situação triangular entre um pai, uma mãe e um filho, cada elemento dessa triangulação só pode ser entendido em seu papel se houvesse a presença dos outros dois. Sua hipótese central se baseia na inveja do homem da condição de gestação e parto de uma mulher, somada à incerteza da paternidade, funcionando como impedimento ao bom desenvolvimento da função paterna (p.318).

A questão da paternidade pesquisada na literatura psicanalítica, apesar de ser relativamente pequena quando comparada ao tema “maternidade e a importância da mãe”, é encontrada com a extensão em outras disciplinas, como a Antropologia, a Psicologia Evolucionista, a Mitologia, a Etnologia e o Direito, explica Noto (2001, p.319).

Na visão da autora, a relação entre homem e mulher se encontraria na disputa de poder, na inveja e na guerra de narcisismos. Com a necessidade de um equilíbrio nessa relação, a complementariedade seria considerada para que ocorra o preenchimento das faltas. Se assim não ocorresse, o falo, que é um atributo relacionado ao homem, faria com que o filho pudesse ser usado como uma arma pela mulher quando a guerra acontecesse entre eles.

Noto (2001) aborda a existência do matriarcado pela visão do antropólogo Bachofen (1815; 1887), anterior ao patriarcado, que foi entendida pela psicanalista como um tempo de relações sexuais promíscuas e, por esse motivo, somente o parentesco matrilinear era considerado. Todavia, o *mater certa, pater incertus* seria um fato independente do momento histórico (Noto, 2001, p.319).

Para o homem, essa condição promoveria, além do incômodo dessa incerteza, a persecutoriedade, enquanto para a mulher, em relação à certeza inerente à maternidade, estaria imbuída de um poder que provocaria uma ferida narcísica demasiadamente dolorida no homem. Diante dessa dor, justificar-se-iam as reações repressoras dele, proporcional ao seu sofrimento: “Não estaria essa incerteza na base da frequência com que os pais parecem omitir-se, apagar-se, não assumir com todos os direitos e prazeres de sua paternidade?” (Noto, 2001, p.320).

A mulher, auxiliada por sua realidade biológica e psicológica, contaria com a natureza dessa condição para se vincular ao bebê, podendo expulsar o homem dessa relação, e, com esse enfoque, aquilo que poderia ser considerado uma não implicação do pai em sua função paterna ficaria justificado pelo impedimento dessa função. Ainda segundo a autora, essa função seria estruturante para que o homem tivesse acesso à sua ternura e à sua capacidade afetiva na relação com o filho.

Elevando sua hipótese sobre a dificuldade do homem de ser pai, Iara Noto acredita que a incerteza da paternidade também dificulta essa condição como uma realidade psíquica, prejudicando o investimento narcísico no filho. Perante essa constatação, faz a crítica ao enaltecimento do instinto materno, afirmando a não correspondência quanto ao instinto paterno (Noto, 2001, p.321).

Recorrendo a Freud (1931), Noto aponta que, para ele, a mulher é quem tem a falta e que, para viver sua feminilidade, teria que se saber castrada. Havendo dificuldades de assumir essa condição, cairia sob a inveja do pênis. Contrapondo-se à concepção freudiana, recorreu à teoria kleiniana (1957), alegando que Klein teria realizado uma virada de chave ao apresentar a presença da inveja do seio e da capacidade de gerar filhos pela mulher. Com esse comparativo, continuou sua sustentação de que *a mulher é quem tem o poder repressor ao homem em relação a sua função paterna* (pp.320–321).

Ao pensar as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, não pôde deixar de constatar que, para o homem, de maneira geral, continuaria acontecendo “algum impedimento de vivenciar o nascimento e a criação de um filho com toda a amplitude com que a mulher pode” (Noto, 2001, p.322). A questão tão aludida quanto à divisão das tarefas domésticas também seria entendida como fruto dessa guerra dos sexos: “se o homem não sente que tem direitos, como pode sentir que tem deveres?” (ibidem).

Considerando a paternidade uma forma de o homem viver sua masculinidade, para a mulher essa condição poderia promover uma satisfação dupla: como mulher e como mãe. Com essa possibilidade de vivenciar com amplitude sua função paterna, o homem teria uma amenização da dor de ter sido expulso da primitiva relação mãe-bebê (Noto, 2001, p.323).

Sua postulação viria a defender que o pai, em sua função paterna, além de uma figura de sustentação ou interdição, deveria ser uma presença real e afetiva. O casal que conseguisse funcionar nessa complementariedade seria fonte de saúde mental (Noto, 2001, p.325).

5.5.5 Artigo 10 – “Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular; o primeiro sexo”, Ambrozina Amalia Coragem Saad, vol. 36, n. 3, 2002

“Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular; o primeiro sexo”, de Ambrozina Amalia Coragem Saad, foi publicado em 2002 no vol. 3, n. 3, da RBP. Saad era

membro-associada da SPBSb, e seu artigo trata do estudo da mulher, tema não esgotado e ainda pertencente à psicanálise atual. Com ele, encerramos nossa seleção de artigos da década de 1990 e início dos anos 2000.

O estudo da mulher não se refere somente à sexualidade feminina, mas inclui a diferença sexual, o feminino, a feminilidade e a identidade de gênero. Ao trabalhar no artigo com a hipótese da feminilidade primária, questionou: “A ideia de uma dupla natureza em todo ser humano, masculina e feminina, seria uma fantasia geral e universal?”, e completa: “A bissexualidade, assim como a anatomia, seria um destino?” (Saad, 2002, p.604).

Na ampliação de seu pensamento, abordou as novas expressões da sexualidade e a liberação sexual, ambas conquistadas no início do novo século (XXI). Saad buscou refletir se elas estariam a serviço de *Eros* ou submetidas à força e à violência de *Thanatos*. Seguiu questionando se a diferença sexual já poderia ser pensada sob outra ótica fora dos tradicionais binarismos: homem e mulher, macho e fêmea, masculino e feminino, fálico e castrado (Saad, 2002, p.604).

Ao evidenciar uma crise nas referências simbólicas organizadoras da modernidade, apontou para a quebra de fronteira homem/público, mulher/privado, aludindo que novas formas de subjetivação haviam se tornado prementes. Sendo assim, “a interpretação feita pela teoria psicanalítica quanto à diferença sexual, isto é, o modelo fálico-castrado, pode ou não ser acompanhada de um outro modelo interpretativo?” (Saad, 2002, p.605).

Os imperativos culturais, em sua ideia, haviam promovido determinações quanto ao papel de gênero, dentre os quais foram colocados do lado do feminino afetos, natureza, mistério, passivo e objeto. Do masculino, ficaram razão, norma, cultura, ativo e sujeito. Diante dessa constatação, a autora afirmou que o ser humano, ao nascer, traria o desamparo como condição de sua humanidade, desenvolvendo sua bissexualidade, e só depois alcançaria o gênero. A feminilidade primária, portanto, seria considerada para nomear esse estado primário de desamparo (*Hilflosigkeit*) com o qual se nasce, e a bissexualidade viria dar mostras do masculino e do feminino circulante em todos nós (Saad, 2002, p.606).

Nessa esteira, a autora teve como objetivo refletir sobre a construção da mulher e da feminilidade fora do modelo tradicional — já insatisfatório, no qual o masculino é o sujeito universal ancorado no poder do falo e no Nome-do-pai (Lacan, 1956). Pensar a feminilidade sob um outro ângulo, quer dizer pensar a mulher como mulher-sujeito e não mais na mulher-objeto, não significa inverter a oposição anterior, “substituindo o falocentrismo por um ginocentrismo (Saad, 2002, p.607). Considerando as sociedades antigas patriarcais, a autora advertiu que, com a Revolução Industrial, cristalizou-se um “lugar” masculino como público e o “feminino” como privado, porém essa mesma revolução também desencadeou um movimento contrário: a saída da mulher de casa para o mercado de trabalho, ao menos entre as classes trabalhadoras (Saad, 2002, p.610).

A permanência da mulher nesses papéis, incluindo a diferença de sua classe social, se manteve praticamente imutável desde a Idade Média até o Iluminismo, no século XVIII. Pós-iluminismo, principalmente nos países em desenvolvimento, a situação da mulher continuou com duzentos ou trezentos anos de atraso. “No Brasil-Colônia, o destino da mulher era o lar ou o convento – de acordo com o que decidisse o pai ou o irmão, na falta daquele – exatamente como ocorria na Europa Medieval, trezentos anos antes” (Saad, 2002, p.611).

No século XX, com o movimento feminista, aconteceu a reivindicação da igualdade de direitos, o acesso à educação e às posições de mando na vida pública, refletiu a autora. Em referência à pobreza feminina, encontramos por quase todo esse século a mulher permanecendo em camadas socioeconômicas médias e baixas, em reclusão e no lar. Com as conquistas advindas dos movimentos feministas, ocorreram alterações na vida familiar, trazendo novos problemas (Saad, 2002, p.612).

A autora argumentava que Freud havia tratado a masculinidade como superior à feminilidade, compreendendo-a como um estado secundário e defensivo, e teorizando que a inveja do pênis e a angústia de castração seriam fatores determinantes na constituição da sexualidade do menino e da menina — o que culminou no modelo fálico-castrado. Um só sexo (Laqueur, 2001, citado por Saad, 2002) era predominante para ambos, sendo a feminilidade uma aquisição posterior para a menina.

Aproximando a teoria da castração de Freud às proposições lacanianas sobre o falo, Saad no entanto considerou que ambas apontam para uma versão masculina na interpretação da diferença sexual e, não obstante, atualizou que o falo não é do homem nem da mulher: ele circula em ambos. A partir dessas essencializações, de masculino e de feminino irreduzíveis entre si — e, juntamente com as estruturas anatômica e biológica —, Saad (2002) acrescentou que a interação entre o biológico e a afetação da cultura dariam mostras de um entrecruzamento na constituição da subjetividade do homem e da mulher (p.616).

Comentava o quão curioso era que, no próprio Freud, se encontravam as fendas para uma nova interpretação sobre a feminilidade. Apoiada nas posições de Monique Schneider, a partir de Márcia Arán (2000), Saad considerou então que na experiência constitutiva do sujeito estaria presente “deixar-se atravessar pelo outro”, “ser atravessado pelo outro”. A teoria da sedução materna, do trauma e do corpo estranho de Freud, contemplaria a inoculação da sexualidade na criança de fora para dentro. Com isso, a receptividade para ser penetrado(a) apresentaria uma característica da feminilidade (p.617).

A feminilidade, uma vez desvinculada da sexualidade feminina, representaria o atravessamento do outro (a partir de sua sexualidade), o trauma, a sedução, o afeto e o excesso pulsional. Citou Birman (2001) para apresentar o território da feminilidade pensado como oposto ao registro fálico, uma postulação necessária para a reparação da teoria freudiana da sexualidade feminina, buscando uma positivação do conceito. A feminilidade seria então um

outro registro da sexualidade, anterior ao registro fálico (Saad, 2002, citado por Birman, 2001, p.617). A singularidade psíquica da mulher não tinha sido abordada por Freud; a imagem que prevaleceu ficou caracterizada pela passividade, pela inveja do pênis e pelo masoquismo. Perante essa constatação, defendeu que a diferença sexual só poderia ser vista pelo viés da singularidade, e a partir da noção de feminilidade entendida pelo desamparo (*Hilflosigkeit*) e a respectiva angústia ligada a esse estado. Concluiu que era um desfalicizar-se, transcendendo a sexualidade fálica. Nas palavras da autora:

Pensar a feminilidade como origem e o originário do sujeito, como território inaugural do erotismo, é fazer um giro de 180 graus em relação ao paradigma do masculino como originário, que marcou o pensamento ocidental desde os gregos e o cristianismo até a modernidade. (Saad, 2002, p.619).

A sexualidade da mulher não poderia advir do registro fálico, no qual se encontra como castrada, mas para Saad sua sexualidade seria orifical e, sob essa perspectiva, não representaria a falta, mas sim um receptáculo, um orifício a ser preenchido. Assim se deslocariam as origens da sexualidade feminina para feminilidade das origens da psicosexualidade (André, 1996, citado por Saad, 2002, p.621). Haveria, portanto, com a positivação da feminilidade, um deslocamento da teoria: do campo da representação para o campo pulsional (Saad, 2002, p.625); sendo comum aos homens e às mulheres, a feminilidade pensada primariamente e presente nas origens do ser estaria presente no processo de subjetivação de todos.

Ao final de seu texto, Saad entende que as representações de masculino e de feminino são construções históricas, sujeitas a transformações ao longo do tempo. Mediante esse fato, a essência de masculino e feminino não pode assim ser considerada pelos diversos campos dos saberes como a Sociologia, a História e a Psicanálise.

A partir desse décimo e último artigo finalizamos a apresentação dos textos, divididos em dois recortes temporais: 1970–1990 e 1990 ao início dos anos 2000. A seguir, no Capítulo “Análise documental dos artigos da *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP)”, são apresentados os quadros 4 e 5 com os pontos de destaque de cada artigo.

O Quadro 4 contém os cinco primeiros artigos das décadas de 1970 e 1980, do período correspondente à segunda onda feminista no Brasil, e o Quadro 5 apresenta os outros cinco artigos do período da terceira onda feminista no Brasil (1990 – início dos anos 2000). Foi feita

na sequência uma análise de todos os artigos selecionados, a partir da criação de seis categorias extraídas dos principais pontos de destaques contidos nos dois quadros.

Como já mencionado, as análises estão apoiadas na metodologia AD, que visa a uma análise do funcionamento discursivo que explicita os mecanismos de determinação histórica de seus processos de significação (Orlandi, 2005). Por meio desse mecanismo podemos compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas, decorrentes do complexo de formações ideológicas, representadas pelo interdiscurso presente nas formações discursivas. Pretendemos averiguar o quanto a crítica feminista pôde ser absorvida em detrimento de um dogmatismo referido à teoria freudiana da homossexualidade feminina.

6 CATEGORIAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

“Estou igualmente muito longe daquelas que consideram inquestionável a binaridade sexual, condenam o que pensam ser os excessos da teoria de gênero, reprovam a homoparentalidade e continuam a fazer concessões à falocracia.”
(Malabou, 2024, p.19).

Feita a apresentação dos dez artigos da RBP, cinco deles do período correspondente à segunda onda feminista (1970–1990) e os outros cinco ao período da terceira no Brasil (1990 – início dos anos 2000), forma organizados dois quadros com pontos de destaque de cada artigo. Consideramos aqueles que fazem menção crítica ou aderem dogmaticamente aos conceitos pertencentes à teoria da psicosexualidade feminina de Freud. Utilizou-se como parâmetro temporal os períodos da segunda e terceira ondas feminista para averiguar a ocorrência de transformações ou de imutabilidade dessa teoria ao longo das sete décadas que separam as primeiras publicações da teoria (1931; 1933) até o início dos anos 2000.

O critério para selecionar os pontos de destaque de cada texto e a partir deles a criação das categorias de análises foi o entendimento de que, seja qual for a forma de linguagem, ela expressa e materializa a ideologia de uma cultura. No caso desta pesquisa, trabalhamos com a linguagem textual, pois nela se explicita a formação do discurso em que o autor(a) está imerso, assim como os mecanismos da determinação histórica nos processos de significação contidos nesses discursos.

Com a análise documental das categorias, objetivamos compreender como as relações de poder estão significadas e simbolizadas e, para que pudéssemos interpretar esses processos de significação, utilizamos a mencionada Análise do Discurso (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2010). Com a criação das categorias de análise se alcança camadas mais profundas para averiguar se houve influência do feminismo na teoria da feminilidade ao longo das décadas a partir daquilo que o(a) psicanalista expõe em sua produção textual sobre sua experiência clínica.

Na concordância de que em todo discurso há um saber discursivo que possui sua formação gerada por intermédio da ideologia e do inconsciente,⁵³ manteve-se uma atenção

⁵³ Em relação ao apontamento de um saber discursivo inconsciente, consideram-se para sua compreensão nessa pesquisa as postulações de Jean Laplanche (2015). Apresentada no Capítulo “Críticas e Tentativas de Revisões da Teoria freudiana da Psicosexualidade Feminina”, discorremos sobre os códigos sociais e esquemas narrativos pertencentes a uma cultura e transmitidos à criança por

especial aos enunciados e à formação discursiva presentes na linguagem do(a) autor(a) nos artigos. Segundo Foucault (1969), todo discurso é posterior a uma *formação discursiva* e, com ela ficam definidas as formas de enunciados decorrente de sua época histórica, correlacionando-se entre si.

Sob o efeito das estruturas históricas que produzem e organizam os discursos, a *formação discursiva* fica diretamente relacionada às formações ideológicas, criando os sentidos e os significados, os quais se inscrevem para definir as condições de produção e circulação do saber-poder — baseadas, obviamente, nas relações de poder. Assim, os termos e as sentenças criadas a partir dos pontos de destaque dos artigos, serão analisados buscando ressaltar o que se apreendeu do material e que se relaciona ao discurso de hegemonia masculina inserido na formação discursiva com sua ideologia.

Da formação discursiva de Foucault, temos com Pêcheux (1995) o conceito de *interdiscurso*. No interdiscurso está contido o já dito, uma espécie de antecessor: “algo fala (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (p.162). Portanto, é por meio do interdiscurso que se determina o discurso do sujeito, reinscrevendo-se como algo próprio, mas que na verdade o assujeita devido ao efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Nessa esteira se concebe a possibilidade de perpetuação de crenças e valores ideológicos através das gerações.

Reiteramos que a “pesca” dos fragmentos nos textos, para realização da seleção, recorte de apresentação, pontos de destaque e criação das categorias de análise ocorreu de maneira intersubjetiva entre a pesquisadora e os materiais contidos nos artigos. Contudo, nesse encontro se buscou manter uma alteridade de pensamento para que assim fosse possível um distanciamento necessário para a realização da análise documental. Esse movimento paradoxal de encontro e distanciamento teve como sustentação a internalização do referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores.

Percorreu-se teorias que expressassem críticas ao discurso dominante da cultura patriarcal e, portanto, falocêntrica — somente assim se poderia realizar a “pesca” do material nos artigos. Com esse feito, foi realizada a criação de seis categorias de análise, e dentre elas destacamos três termos e três sentenças. O desenvolvimento dessa análise, dirigida às narrativas dominantes masculinas presentes na teoria freudiana da homossexualidade feminina, por um lado evidencia que foi somente perante essa estrutura discursiva que tal

meio de seu pequeno *socius* — a família e seus cuidadores. Nessa transmissão, um tipo de saber se instaura com contornos dignos de uma designação, que no caso das questões de gênero antecede, participa e produz uma formação discursiva a partir do outro e de seu desejo. Nessa lógica, aquilo que dá a impressão de ser fruto de algo próprio, que vem de dentro de si, já foi inferido por um discurso outro. Sendo assim, a descolonização do discurso do outro culmina na desalienação das forças ideológicas contidas naquilo que se transmite, permitindo uma crítica dessa condição e com isso alguma forma de liberdade no *vir a ser*.

teoria se fundamentou. Por outro, busca-se averiguar as influências críticas do feminismo perante essa teoria, indagando os motivos dessa teoria parece resistir no tempo.

Os três termos criados se relacionam com os cinco artigos correspondentes ao período da segunda onda feminista no Brasil (1970–1990) presentes no Quadro 4: “mulher fálica”, “instinto materno” e “mulher clitoridiana”, e as três sentenças foram constituídas a partir dos outros cinco artigos do período correspondente à terceira onda feminista (1990 ao início dos anos 2000), presentes no Quadro 5: *Lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosexualidade feminina; Feminilidade primária e Feminilidade Originária: uma forma de oposição ao falocentrismo em Freud e O Feminismo como ameaça às convenções patriarcais*.

Ressalta-se que nosso problema de pesquisa se apresenta sob o recorte temporal da segunda e terceira ondas do movimento feminista no Brasil, buscando averiguar se as características de cada onda tiveram influências e se foram absorvidas pela escuta e pensamento clínico do(a) psicanalista em sua prática clínica, promovendo reflexões críticas ou resistências. Destacamos também que o desenvolvimento da análise não se deterá, necessariamente, a manter separados na análise documental os dois períodos do recorte temporal dos artigos, uma vez que se acredita que o cruzamento entre eles pode favorecer o campo de análise e possibilitar um panorama mais amplo para que se possa fazer a averiguação mencionada ao longo das décadas dentro desse recorte.

Quadro 5 – Concepções sobre a feminilidade no período da segunda onda feminista (1970-1980)

Artigo	Título	Autor	Ano	Pontos de destaque
1	Psicologia da Mulher	Maria P. Manhães	1975	• Refuta a inferioridade da mulher pela ausência do pênis e a ausência de sensações vaginais; • Passividade feminina só é aceita se entendida por receptividade; • Teoria da sexualidade feminina possui falhas metodológicas e interpretações equivocadas; • Complementaridade: mulher nasceria para viver com o homem.
2	Frustração oral e falicidade	Maria P. Manhães	1977	• Fase fálica deveria ser exclusiva do homem; • “Mulher fálica” é um termo associado ao desenvolvimento psíquico patológico; • Pulsões não poderiam ser qualificadas por masculino ou feminino; • Traços uretrais exacerbados foram confundidos com traços fálcos.

3	O sono da Branca de Neve	Edna Pereira Vilete	1979	• Pai representa o mundo externo; mãe o interior e a proteção; • Mãe sente inveja da filha pela perda da exclusividade na relação; • Emancipação feminina gera conflitos com a feminilidade; • Mudanças sociais dificultam a função reprodutora feminina; • Orgasmo clitoridiano indica regressão à fase fálica e rivalidade; • Barreiras à independência feminina tem causas internas.
4	<i>A inveja do pênis</i>	Isaac José Nigri	1981	• Inveja do pênis levaria à supervalorização dos encantos femininos como compensação; • Fases biológicas femininas despertariam manifestações da inveja do pênis; • Inveja do pênis × diminuição do desejo sexual; • Aumento do desejo sexual seria ataque fantasioso ao pênis;
5	<i>Regressão na Mulher</i>	Isaac José Nigri	1981	• Desenvolvimento psicosssexual da mulher seria tumultuado; • Frustrações específicas da mulher seriam constitucionais; • Atividade e passividade não deveriam ser vinculadas a masculino/feminino, mas sim a atividade interna e externa.; • Gravidez é uma grande realização para a mulher; • Menopausa traz depressão pelo fim da fertilidade.

Fonte: elaborado pela autora, com base na AD dos artigos.

Na sequência apresentamos o Quadro 5, com os pontos de destaque dos cinco artigos correspondentes ao período da terceira onda feminista no Brasil (1990 ao início dos anos 2000).

Quadro 6 – Concepções sobre a feminilidade no período da terceira onda feminista (1990- 2002)

Artigo	Título	Autor	Ano	Pontos de destaque
1	Psicanálise é (virou) coisa de Mulher	Liana Albernaz de Melo Bastos	1994	• Aumento de mulheres na Psicanálise; • Psicanálise e feminismo; • Lei materna anterior à paterna; • Diferença e diversidade; • Lógica fálica é a lógica da diferença: fálico-castrado; • Sexualidade feminina mais primitiva (poliformismo perverso); • Mulher associada à natureza; • Paternidade é simbólica; • Condição de feminilização como trabalho do psicanalista.
2	Sexualidade normal hoje	José Iencarelli Filho	1996	• Crítica aos comportamentos passivos e ativos estarem se desassociando de feminino e masculino respectivamente; • Crítica à identidade de gênero por estar desassociada dos órgãos sexuais; • Psicanalistas como guardiões das tradições e convenções heteronormativas e deterministas para as posições masculinas e femininas na sociedade; • Alerta sobre o perigo da quebra dos paradigmas: feminino deve manter sua relação com a reprodução e o homem deve ser manter o provedor da família.
3	Considerações críticas sobre aspectos da concepção freudiana da feminilidade	Patrícia fabrício Lago	1997	• Concepções sobre a feminilidade possui um aspecto polêmico em Freud; • Controvérsias sobre a psicologia feminina já existiam desde 1920/1930; • Influências patriarcais na teoria freudiana; • Lealdade doutrinária à teoria da psicosexualidade feminina tem maior poder de resistência do que outras; • Núcleo de identidade de gênero é feminina.

4	<i>Mater certa, Pater incertus.</i> Sobre a possibilidade de exercer a função paterna	Iara Spada Bondioli de Souza Noto	2001	• Falo para o homem, filho para a mulher: guerra de narcisismos; • Complementaridade entre masculino e feminino para o preenchimento das faltas; • <i>Mater certa, pater incertus</i> independe do momento histórico; • Incerteza da paternidade é promovedora da omissão paterna; • Dificuldade na divisão de tarefas domésticas se deve ao desfavorecimento do homem em relação a paternidade: sem direitos, não cumpre os deveres; • Função paterna como presença real e afetiva, não somente sustentação e interdição.
5	Um outro olhar sobre a feminilidade: feminino-singular, o primeiro sexo	Ambrozina Amalia Coragem Saad	2002	• Construção da feminilidade ocorreu a partir do masculino universal e não foi considerada na singularidade psíquica de cada mulher; • Movimento feminista pouco aceito no Brasil durante quase todo século XX; • Revolução feminina lenta, porém, promotora de alterações na vida familiar; • Consideração sobre a feminilidade primária (Horney, Jones, Klein, Stoller); • Feminilidade: atravessamento pelo outro, excesso pulsional, trauma e sedução (Schneider, 2000); • Feminilidade originária em oposição ao registro fálico (Birman, 2001); • Feminilidade não castrada é orificial (André, 1996); • Deslocamento do significado de feminilidade do campo da representação para o campo pulsional.

Fonte: elaborado pela autora, com base na AD dos artigos.

6.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

Com os pontos de destaque apresentados, foi feita a análise documental dos artigos. No que refere ao período da segunda onda feminista (1970–1990), extraímos os três termos já mencionados: “*mulher fálica*”; “*instinto materno*” e “*mulher clitoridiana*”, termos que condensam as problemáticas em torno da sexualidade feminina na época e que, a partir dos mecanismos da AD) — e, por meio da “pesca” de fragmento antes mencionada —, puderam ser determinados.

Chegamos ao primeiro termo pela crítica de Manhães (1975; 1977) à teoria da sexualidade feminina de Freud (Quadro 4). Sua crítica encontra-se em consonância com o pressuposto dessa pesquisa: a vinculação do feminino ao passivo. Embasada nas teorias sociológicas, antropológicas e filosóficas, a partir de uma perspectiva histórica e feminista, objetivamos averiguar como os(as) psicanalistas se relacionaram com a teoria freudiana que predispôs uma dimensão psíquica para essa vinculação.

A fase fálica é contestada pela autora em referência à menina; a primazia do falo para pensar o desenvolvimento psicosssexual feminino promoveu a patologização da mulher que não aceitasse sua condição de “castrada” — termo que destaca a contraposição fálico-castrado (ativo-passivo). O conceito “*mulher fálica*”, de acordo com Manhães (1975; 1977), é associado a um desenvolvimento patológico da mulher, e encontramos como desdobramento o conceito de inveja do pênis. Portanto, o artigo de Nigri (1981), sob o mesmo título, *A Inveja do Pênis*, conjuntamente aos artigos de Manhães (1975; 1977), foi o disparador para a criação da categoria de análise “*mulher fálica*”.

No segundo artigo de Nigri (1981), encontramos as justificativas biologicistas para compreensão da natureza feminina: a maternidade é a mais valorizada condição da mulher para amenização da inveja do pênis. Aliás, essa condição de gestar, parir e criar filhos está considerada como potência criativa, permitindo o acesso a recursos de reparação e elaboração psíquica, tanto na relação com a mãe⁵⁴ como também na reconstrução mais amena das

⁵⁴ A relação mãe-filha, considerada primordialmente na base da rivalidade, expressas a lógica heterossexual normativa, que coloca em tensão as relações entre mães e filhas e pais e filhos, deixando como consequência a compreensão de uma relação mais harmoniosa entre pais e filhos do sexo oposto (mãe e filho — pai e filha).

relações com os objetos internos. Ou seja, a maternidade seria a condição mais saudável para amenização dos conflitos psíquicos das mulheres.

A partir dessa vinculação de Nigri (1981) entre maternidade e inveja do pênis, para efeitos de arrefecimento dessa inveja, chegamos à categoria de análise “*instinto materno*”. Com Vilete (1979), destacamos que a função reprodutora da mulher e sua função materna podem sofrer abalos devido à emancipação feminina, advinda do movimento feminista. Perante essa lógica, o “*instinto materno*” é a ideologia que mais possibilitou o controle da mulher dentro dos sistemas de sexo e gênero; portanto, a crença nessa condição de que seria “natural” em toda mulher se torna um ponto de análise fundamental para essa pesquisa, já que a teoria freudiana da feminilidade aponta para a questão da maternidade como uma das saídas saudáveis para o alcance da feminilidade.

Ao trabalhar a categoria “*instinto materno*”, acessamos também a questão da menopausa. Terminada a condição reprodutiva de uma mulher e com ela a valorização que essa condição lhe traz, como acessar outra forma de obter validação em uma cultura que a trata como um meio de produção? E mais: como a clínica psicanalítica compreende esse momento e suas repercussões psíquicas? Com Nigri (1981), temos a depressão como consequência para a perda da fertilidade.

Diante desse tema da “maternidade, agora com os artigos do Quadro 5 (aqui utilizamos o cruzamento entre eles), no artigo de Iara Noto (2001) encontramos a compreensão da maternidade como um campo de poder da mulher e com isso a promoção da destituição do homem desse lugar exclusivo feminino. Com esse artigo também justificamos a criação da categoria “*instinto materno*”, pois encontramos nele uma causa para os comportamentos dos homens serem mais omissos tanto na criação dos filhos como na divisão das tarefas domésticas. Isso tudo, segundo a autora, se deve à incerteza de sua paternidade; a certeza da filiação seria uma condição exclusiva da mulher, sendo que na relação mãe-bebê ela encontraria um campo no qual poderia excluir o pai.

Assim, a autora entende que o homem, diante desse impedimento, estaria envolto por uma ação repressora por parte da mulher e com isso sofreria a dor por tamanha exclusão. Essa dor seria proporcional à resposta repressora dos homens em relação às mulheres, pelo menos no que diz respeito à vida familiar com filhos. Perante essa justificativa, a autora constrói uma das possíveis causas do comportamento masculino diante da paternidade e com a falta de implicação no universo privado do lar, já que este seria um espaço onde a mulher teria predominância. Dessa forma, na concepção da psicanalista, se o pai alcançasse mais do que uma condição de provedor e interditor (função paterna), sendo incluído de forma mais atuante nesse campo exclusivo da mulher, por meio de sua maternidade, estaria mais suavizada a guerra de narcisismos entre os sexos.

Na categoria de análise “*mulher clitoridiana*”, temos sua representação a partir do artigo de Vilete (1979), e a questão clitoridiana na teoria freudiana da psicosexualidade feminina é um dos pontos principais de sua construção. Quando encontramos o pensamento sobre o orgasmo clitoridiano como indício de regressão no desenvolvimento da feminilidade, a criação dessa categoria torna-se pertinente à pesquisa. A atividade clitoridiana é a posição masculina de uma menina na sua fase fálica. Se as moções pulsionais com meta passiva não arrefecerem, a renúncia ao clitóris e futuramente seu comportamento sexual não serão condizentes com o apassivamento esperado para sua “normalidade” psíquica. Com isso, será compreendida a mulher como frígida, pois não possui o orgasmo vaginal com a penetração. Como podemos constatar, o prazer da mulher fica condicionado a uma forma específica de obter prazer, para que assim seja considerada dentro da normalidade em seu campo sexual.

O Quadro 5 destaca o período correspondente à terceira onda feminista no Brasil (1990 ao início dos anos 2000) e, como já apontado, criamos três sentenças a partir de seus pontos de destaque: *Lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosexualidade feminina; Feminilidade primária e Feminilidade Originária: uma forma de oposição ao falocentrismo em Freud; e O Feminismo como ameaça às convenções patriarcais*. Nesse conjunto de textos, a “pesca” do fragmento intersubjetivo elaborou-se a partir de sentenças e não, de termos — já que o material comportava melhor esse tipo de condensação. Assim, a criação de sentenças seria uma ferramenta mais profícua ao desenvolvimento da pesquisa, pois teríamos com elas um alcance de pontos fundamentais para averiguação da teoria freudiana e sua aplicação na clínica psicanalítica.

A sentença *Lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosexualidade feminina* está contida no artigo de Lago (1997), que nos leva à possibilidade de investigar se, quase setenta anos depois das publicações de Freud (considerando os anos das publicações de Freud sobre o tema da feminilidade e o início dos anos 2000) e com o advento das críticas feministas à sua teoria, ela pôde sofrer transformações em sua absorção — e se, perante isso, puderam ser revisadas e qual o alcance obtido por meio dessas revisões. Como apontado por Manhães (1975), temos falhas metodológicas e interpretações equivocadas sobre a feminilidade em Freud e assim indagamos a força de resistência dessa teoria.

No artigo de Lago (1997), temos ressaltado que a teoria da psicosexualidade feminina de Freud apresenta maior força de resistência a revisões do que outras. A autora utiliza a teoria da pulsão de morte como forma de comparação para abordar a questão da lealdade doutrinária que algumas teorias despertam. A pulsão de morte, por exemplo, é um conceito que apresenta divergências entre os autores, porém todas elas ganharam maior expressão e foram reconhecidas dentro do campo psicanalítico.

Considera Lago também as influências patriarcais na teoria freudiana, e com isso seu artigo reforça que o percurso de nossa pesquisa sobre a vinculação do feminino ao passivo se

deu pela força dos interesses políticos e econômicos das diversas sociedades ao longo da história. A feminilidade da mulher seria então construída a partir do que seria determinado dentro de uma estrutura em que o discurso hegemônico masculino aponta para o que é normal ou patológico.

O artigo de Iencarelli Filho (1996), contrariamente ao de Lago (1997), é a expressão radical do discurso conservador sobre as construções de sexo e gênero. O pensamento do psicanalista elevado a um dogmatismo extremo reflete mais do que uma lealdade doutrinária, chegando às vias de uma análise preconceituosa mesmo para os padrões de sua época. Pautas sobre educação sexual em pleno período da “epidemia” do vírus HIV eram rechaçadas em nome de uma moralidade pertencente à Era Vitoriana, mesmo que estivéssemos em via de adentrar o século XXI. Seu texto convoca os(as) psicanalistas a serem os(as) guardiões das tradições heteronormativas, defendendo que a posição ativa e passiva permaneça relacionada ao homem e à mulher, respectivamente.

Iara Noto (2001) aparece novamente para compor mais essa categoria. Sua produção textual representa um discurso de lealdade doutrinária, e percebe-se que na narrativa de seu texto se encontra uma convergência com o discurso dominante masculino e patriarcal; assim, reproduz essa ideologia que se opõe à ocupação das mulheres em lugares de poder. Sob um tom vitimista, apresenta a condição injusta do homem perante a maternidade da mulher, e com isso parece atravessar sem reflexões críticas toda a história da mulher dentro da história da humanidade.

Entendemos que os apontamentos desses três artigos citados para compor a sentença *Lealdade doutrina à teoria freudiana da psicosssexualidade feminina* expressam a importância da criação dessa categoria.

A segunda sentença selecionada aborda o tema da feminilidade primária e originária, bastante recorrente em diversos artigos durante as leituras para seleção dos mesmos. Constatamos que na década de 1990 e início dos anos 2000 as questões de gênero eram recorrentes nas produções textuais da RBP e, como nosso tema de pesquisa abarca as questões de gênero (levando-nos à pesquisa do período que correspondeu à terceira onda do movimento feminista), criamos a categoria *Feminilidade primária e Feminilidade Originária: uma forma de oposição ao falocentrismo em Freud*.

Na busca por uma positivação da teoria da feminilidade freudiana, a menção a uma feminilidade primária foi convocada para embasar essa revisão teórica em Saad (2002). Mesmo que essa consideração primária feminina já tivesse sido mencionada desde Horney (1920–1930) e Klein (1921–1931) em território brasileiro, no início dos anos 2000 estávamos envoltos em um fértil campo de produção com o objetivo de promover uma reparação teórica. Joel Birman (2001), psicanalista brasileiro, também seguiu nessa esteira para dar positivação à teoria da feminilidade freudiana com o conceito de *Feminilidade Originária*.

Saad (2002) apresenta uma narrativa em seu texto correspondente ao movimento feminista e reconhece que as conquistas e revoluções do movimento são lentas, porém fundamentais. A resistência que existe ao movimento vai diretamente ao encontro das transformações na vida familiar e, portanto, entendemos que também vai na direção das questões relacionadas à reprodução e à maternidade da mulher — ameaçando o *status quo* de uma parte da sociedade que preza pela sua conservação.

Traremos na análise dessa categoria apontamentos sobre o deslocamento da feminilidade do campo representacional para o campo pulsional na Psicanálise. Sob o conceito de *Feminilidade Originária*, discorreremos sobre a utilização dos termos feminino e masculino para adjetivação das metas pulsionais.

A sexta e última categoria de nossa análise documental se constituiu a partir da ideia do feminismo como ameaça às convenções patriarcais e assim o nomeamos *O feminismo como ameaça às convenções patriarcais*. Dentre essas convenções se encontram fortes ideologias sobre a constituição da família e a condição da mulher como reprodutora é fundamental. Apoiamo-nos nos artigos Bastos (1994), Iencarelli Filho (1996) e Saad (2002) (Quadro 5).

Bastos (1994) se propõe a questionar se a Psicanálise é (virou) coisa de mulher. Ao apresentar as porcentagens do número de homens que ocupam cargos oficiais na SBP, revela que eles são a maioria. No caso das mulheres acontece o inverso: elas estão em maioria somente quando se fala de membros provisórios.

O feminismo é mencionado como possível responsável por esse aumento de mulheres na Psicanálise. Devido às suas lutas e conquistas, as mulheres buscaram desenvolver carreiras profissionais, mesmo que a igualdade salarial ainda não fosse uma realidade. Mediante algumas conquistas feministas, a psicanalista aponta para a ambivalência masculina de atração e rejeição por mulheres que reivindicam mudanças nas convenções sociais, e com isso entendemos que são mulheres que buscaram transformar uma condição de apassivamento esperado do feminino. Portanto, é possível compreendermos o quanto o feminismo é ameaça às convenções patriarcais.

Seu diálogo com o feminismo apresentado no texto é ambíguo, ora reconhecendo a luta emancipatória feminina, ora criticando, em uma espécie de negação da diferença entre os sexos que o movimento feminista se propunha a alçar — entendendo que o feminismo da década de 1970 lutava pela igualdade, com destaque para o campo sexual. Perante sua constatação de que na década de 1990 (período de seu artigo) o feminismo se encontrava mais suavizado, a autora entendeu que a defesa pela diferença entre os sexos precisava ser mantida. A luta deveria continuar em relação à igualdade de direitos, contudo preservando a diferença entre homens e mulheres. Seus apontamentos sobre o tema do feminismo não ganham grandes aprofundamentos, tampouco um rigor conceitual e, assim, em solo mais psicanalítico, priorizam a constituição do *supereu* precoce na mulher.

Diante dessa conceituação da precocidade *superegoica* da mulher, ressalta sua primitividade devido ao polimorfismo perverso da sexualidade infantil, que nela perdura mais intensamente e a associa à natureza. Com esse entendimento de uma “natureza feminina”, justificada por sua condição reprodutiva, a linguagem mais primitiva da mulher traria uma condição de feminilização para o trabalho do(a) psicanalista. Sendo assim, a Psicanálise é coisa de mulher, pois na clínica psicanalítica a função feminina se faz necessária.

Em relação à ameaça feminista às convenções patriarcais, as mulheres que não se mostravam apassavidas perante os determinismos de gênero não eram bem vistas. Temos assim, no artigo de Iencarelli Filho (1996), a grande expressão dessa ameaça. Crítico à desassociação da identidade de gênero dos órgãos sexuais, à ruptura da vinculação do ativo ao masculino e do passivo ao feminino e do perigo da quebra dos paradigmas nas questões de gênero, acreditava que a mulher deveria permanecer em seu papel reprodutivo e o homem deveria continuar como o provedor da família.

Somente com o artigo de Saad (2002), o reconhecimento do movimento feminista fica positivado, sendo apresentado de uma maneira mais trabalhada do que no artigo de Bastos (1994). Reconhece a pouca aceitação do movimento ao longo do século XX no Brasil e destaca a lentidão de suas conquistas devido à resistência de parte da sociedade. Sua leitura sobre o feminismo aparece na forma de diálogo com a Psicanálise e não como uma ameaça. No decorrer do desenvolvimento de seu texto destaca as tentativas de posituação do feminino, apresentando as revisões teóricas sobre a masculinidade primária em Freud a partir de diversos autores(as) e, assim, adentramos o século XXI com a necessidade de revisar teorias que abordam sexualidade e gênero para que seja feita uma desconstrução de suas ideologias fálico-patriarcais.

6.2 “MULHER FÁLICA”

O sentido do termo “*mulher fálica*” possui uma conotação pejorativa no imaginário popular, apontando para uma condição da mulher não ser exatamente feminina. Segundo a teoria freudiana, para que uma mulher ascenda à feminilidade, precisa se entender castrada. Sendo assim, “*mulher fálica*” é aquela que não renunciou ao falo, que não superou seu Complexo de masculinidade, continuando em uma reivindicação incessante desse atributo que não lhe pertence. Toda essa categorização para o termo “*mulher fálica*” expressa uma crítica à maneira de uma mulher existir subjetivamente. Se na teoria freudiana a renúncia pulsional das metas ativas não ocorre para a “*mulher fálica*”, no âmbito social seu comportamento menos apassivado, como esperado para a mulher, é entendido como menos femininos e, por esse motivo, menos atrativo para um homem que visa ao casamento.

Se no tempo de Freud a maneira como a mulher se apresentava em sociedade exigia comedimento, como bem sabemos, buscamos evidenciar em nossa pesquisa que, mesmo com as transformações ocorridas nos comportamentos no decorrer das décadas, permaneciam traços dessa ideologia sobre os gêneros ainda fortemente atuantes nas décadas de 1970 e 1980.

O termo “*mulher fálica*”, originalmente constituído a partir da teoria psicanalítica, ganhou expressão popular, assim como outros termos psicanalíticos como “Complexo de Édipo”, “Ego”, “Narcisismo” etc. Mesmo que o sentido popular não contenha o rigor de um conceito, o uso popular dos termos revela que as próprias construções das teorias não estão isentas das interferências dos sistemas vigentes. Neles, como buscamos demonstrar, impera a lógica masculina, compondo uma forma de compreender a mulher totalmente atravessada por interesses da hegemonia masculinista.

No percurso desta dissertação, apresentamos a fase fálica como aquela pertencente ao período da sexualidade infantil; tanto o menino como a menina investem libidinalmente em seus órgãos sexuais sob a primazia do falo. Em Freud, falo e pênis estão indissociáveis em sua teoria. O clitóris da menina foi considerado inicialmente um pequeno pênis, o apagamento do órgão feminino culminou na teoria da ausência de percepções vaginais, e com isso, o pênis/falo foi o único órgão considerado existente nessa fase.

Para a Psicanálise de Freud, durante o desenvolvimento da fase fálica ocorre o complexo de castração e o complexo de Édipo. Esses fenômenos serão o ponto de diferenciação no desenvolvimento do menino e da menina, como já sabemos. Com isso a diferença sexual na teoria freudiana foi erigida a partir das diferenças anatômicas, e essas diferenças trazem consequências psíquicas (Freud, 1925).

Porém, no caso da menina, para o acesso a sua feminilidade, o órgão anatomicamente feminino considerado foi a vagina. O clitóris, ilusoriamente percebido como um pênis, segundo Freud deveria ser renunciado, seguindo da atividade (clitoridiana) para passividade (vaginal). Em termos de passividade, como representante da feminilidade, a mulher ocupa o lugar de castrada. Como pode então se manter fálica? Por que motivos não aceita seu destino, com suas metas pulsionais passivas, não somente no campo sexual, mas incluindo também o aspecto social da sua vida?

A resposta psicanalítica em Freud seria que a inveja do pênis, demasiada em algumas mulheres devido à intensidade pulsional com metas ativas — seja compreendida de forma constitucional pela força da pulsão, ou tendo como causa uma acentuada vivência da fase fálica — não permitindo a aceitação do seu “destino”. Essas mulheres cairiam vítimas do complexo de masculinidade, estando adoecidas psiquicamente, de acordo com essa teoria. Tornaram-se frígidas, pois sua sexualidade feminina encontrava-se inibida, ou buscavam “refúgio” na homossexualidade — posição entendida como masculina devido à feminilidade só ser

consolidada na relação com um homem, expressando a matriz heterossexual da teoria freudiana sobre a psicosssexualidade.

Com a ausência de sensações vaginais, defendida por Freud, a fase fálica ganha sustentação. Contudo, se invertermos a chave dessa lógica, ao considerar o valor psíquico da vagina para a menina — e, assim, deixando de fazer a recusa de sua existência —, poderíamos questionar a fase fálica para a menina. Assim fez Manhães (1975): “Permitimo-nos aqui indagar se realmente existe uma fase fálica. De qualquer modo se a resposta for positiva ela será um apanágio do homem” (p.279).

Em seu artigo (Quadro 5), Manhães defende que a interpretação fálica como ponto de origem para o conhecimento da feminilidade apresenta conclusões insatisfatórias para se pensar a psicosssexualidade da mulher. A epistemologia sobre a sexualidade feminina freudiana teria uma falha metodológica ao incluir a fase fálica também para a menina, pois o clitóris ao ser associado ao falo, pertence a um discurso falocêntrico da cultura e, para a autora a consideração da fase uretral possibilitariam análises mais realistas, sem que a teoria expressasse sintomaticamente a recusa da vagina. Esse seria um ponto de extrema importância a ser considerado pelos(as) psicanalistas. Nas palavras de Manhães:

Se aceitarmos a interpretação fálica, como ponto de origem para o conhecimento da feminilidade, chegaremos a conclusões insatisfatórias, senão estéreis. Temos, para nós, que esse critério **carece** de uma falha metodológica e que, por consequência, as conclusões **padecerão** de um erro análogo. Tentar conhecer a mulher como um “não-homem” é partir de uma negação da realidade. Qualquer esquema racional que se tentar armar tomando por base essa premissa, trará uma conclusão não verdadeira (Manhães, 1975, p.434. [grifo nosso]).

Curioso notar que a palavra **carece** na citação parece conter um erro de grafia, fazendo mais sentido a palavra **padece** para assim se referir a uma falha metodológica. Provavelmente estamos diante de um ato falho, não sabermos se da própria autora ou da revisão editorial da revista. Carecer de uma falha metodológica não parece ir ao encontro do tom de seu texto, pois a autora, justamente, traz uma abordagem crítica ao falocentrismo da teoria, dando a entender que considera uma falha de método nessa abordagem, pois a inveja do pênis como fato primário na mulher não poderia ser comprovada psicologicamente e o conhecimento da vagina não necessitaria de comprovação a partir de um teste de realidade (somente no ato sexual) para ser dado como existente e com isso: “se aceitássemos os preconceitos que envolvem o estudo da mulher, teríamos que criar um sistema ‘*sui generis*’ com pouca ou nenhuma probabilidade de comprovação científica” (Manhães, 1975, p. 437).

Acreditamos que nesse suposto erro de grafia está representada a resistência (no sentido psicanalítico do termo) nas tentativas de reformulação dessa teoria de Freud, evidenciando que a estrutura de sexo de gênero da cultura patriarcal age no inconsciente dos(as) psicanalistas e se apresenta na forma de ato falho como buscamos evidenciar. Com isso, uma fidelidade dogmática à teoria freudiana insiste em se apresentar.⁵⁵ Em outro trecho do texto temos:

Não há dúvida que, coerente com sua época e formação, tratando a teoria psicanalítica em termos de generalidade, suas concepções [as de Freud] teriam que ser falocêntricas. Verificamos até hoje que a maioria das tentativas feitas para o estudo e compreensão da mulher **padecem** desse critério e quase sempre se apoiam duas teses: 1) a mulher é igual ao homem; 2) a mulher é diferente do homem, mas inferior. O princípio fundamental para a segunda posição é o anatômico, sendo o *falus* o ponto de referência (Manhães, 1975, p. 428. [grifo nosso])

Manhães (1975) segue sua crítica enfatizando que, seria fundamental a reavaliação dos preconceitos internalizados nos próprios(as) psicanalistas para que a escuta clínica de suas analisantes mulheres pudesse acontecer livre das determinações errôneas dessa teoria, expressando que: “Participamos, culturalmente, de uma série de preconceitos. E, pelas ideias já emitidas, a Psicanálise contém, da mesma forma, pensamentos ilógicos sobre o feminino e, por conseguinte, a maioria dos psicanalistas, homens e mulheres” (p.438).

No segundo artigo da mesma autora (Manhães, 1977), ela levanta uma crítica ao termo “mulher fálica”, chamando a atenção para a definição de um desenvolvimento patológico em seu psiquismo com esse termo. “Como ela poderia ser fálica erogeneizando um órgão que não tem?”, pergunta Manhães (p.276). Em concordância com a autora, entendemos que a incongruência na adjetivação (“fálica”) do termo segue em paralelo com a recusa das percepções vaginais na teoria.

Temos com Manhães e seus artigos (1975; 1977) a evidência de que, mesmo que a teoria freudiana da psicosexualidade feminina seguisse sendo combatida desde a década de 1930, ainda se fazia necessário trabalhá-la no interior da Psicanálise. A falta de consideração de uma fase uretral em Freud dava mostras da imperatividade fálica na cultura. “Se considerarmos agora os traços de personalidade ligados ao desenvolvimento psicosexual encontraremos na caracterologia uretral: ambição, exibicionismo, espírito de competição, assim como: resolução, autoconfiança, de forma reativa ou supercompensatória” (Manhães, 1977, p.276).

⁵⁵ Traremos um maior desenvolvimento sobre esse assunto no subtítulo *Lealdade doutrinária à teoria freudiana da psicosexualidade feminina* neste capítulo.

Todos esses atributos poderiam ser considerados fora do campo fálico e com isso a pecha de “mulher fálica” não existiria.

Contudo, a prevalência do masculino para se pensar o feminino inclui a menina na fase fálica igualmente como o menino. Nessa esteira das incongruências da teoria, caberia à menina abandonar as características ativas de uma fase que não lhe pertence verdadeiramente.

A fase fálica pode ser lida como a expressão da hegemonia masculina nos construtos científicos, sociais, políticos e econômicos da cultura ocidental, comportando todo o poder pejorativo contido no termo “mulher fálica”, as quais seriam indesejáveis aos homens — alcançando um nível de considerá-las mulheres más: [...] “o termo mulher fálica está associado a alguma coisa de desenvolvimento psíquico anormal e, pelo condicionamento social, considerada má e indesejável a tal ponto que, na mulher, se suportasse melhor a homossexualidade do que a falicidade” (p.277).

Porém, entendemos que ser considerada uma “mulher fálica”, paradoxalmente falando, também poderia significar a rebeldia contra a passividade esperada e até mesmo imposta a ela. O questionamento e as críticas sobre esse termo se expressam em Manhães uma posição de convergência com o pensamento feminista das décadas de 1970 e 1980, e como resultado têm-se a consideração das influências socioculturais na formação das forças libidinais. Dentro desse contexto, a autora ampliou sua compreensão sobre o psiquismo, incluindo os atravessamentos culturais presentificados nele, que puderam retornar na forma de construções teóricas, como no caso da fase fálica em Freud.

O termo “inveja fálica”, igualmente combatido pela autora, deveria ser foco de atenção dos(as) psicanalistas, pois esse termo internalizado sem conscientização por um psicanalista homem, por exemplo, geraria o risco contratransferencial, que poderia ser manifestado em uma espécie de rebelião viril, a qual se apresentaria defensivamente para manter recalcados os aspectos passivos (portanto, femininos) de sua escuta. Se estivermos considerando uma psicanalista mulher, Manhães entende que esta seria tomada pela via da identificação (identificação projetiva) somente em seus aspectos passivos (pertencentes ideologicamente ao feminino), recalcando sua condição de pensamentos mais ativos (portanto, masculinos) de sua escuta⁵⁶ (p.294).

Portanto, de acordo com as construções de gênero, entende-se que uma posição predeterminada estaria presente no inconsciente dos(as) psicanalista, tornando-se necessário seu reconhecimento. Em acréscimo, acreditamos que os aspectos intrínsecos da fixidez dos

⁵⁶ Traremos mais adiante em nossa análise, mais especificamente na sentença “Feminilidade primária e Feminilidade Originária: uma forma de oposição ao falocentrismo em Freud”, uma crítica ao uso dos termos masculinos e feminino para qualificar modelos de funcionamentos pulsionais.

gêneros têm o potencial de manter os estereótipos do que é considerado normal ou patológico em mulheres ou mesmo nos homens.

Pudemos perceber que a segunda onda feminista no Brasil foi de extrema importância para algumas conquistas das mulheres. Busca por autonomia e quebra de paradigmas, causaram fortes ruídos. No entanto, uma espécie de essencialização do feminino ainda não permitia a compreensão do mesmo em outros corpos que não fosse um com o órgão sexual designado como feminino. Nesse contexto, a terceira onda feminista trouxe aportes teóricos para se pensar a desconstrução das questões de gênero imperante.

Retornando a Manhães — e a correspondência de seus textos com o período da segunda onda feminista no Brasil —, encontramos o pensamento binário de gênero ainda presente desde o século XVIII. Esse pensamento se apresentou enraizado no construto da autora por meio de sua ideia sobre a complementaridade entre o homem e a mulher. Essa lógica é expressa por Manhães e se revela quando a psicanalista marca que a mulher precisaria do homem para tornar-se mulher: “a mulher é um ser humano diferenciado, possui características próprias e só pode ser investigada considerando-a como tal. Ela não é como o homem, mas nasceu para viver com o homem” (p.439). Entendemos que essa posição de Manhães revelaria as influências patriarcais em si.

A autora entendeu que a passividade referida ao feminino só poderia ser aceita se fosse considerada como receptividade, estando aliada ao desejo de receber o homem. Em defesa da mulher a autora, sustentou a diferença, mas não a individuação da mulher, pois, como ela própria disse, a mulher nasceu para viver com um homem. “A passividade ou, melhor dito, a receptividade é algo inerente à condição feminina e que pode adquirir um aspecto muito positivo quando aliada a um desejo de incentivar o homem” (Manhães, 1975, p.439).

A matriz heterossexual imperante na definição de masculino e de feminino promove a complementariedade entre eles partindo da oposição binária do pensamento sobre os gêneros. Uma conhecida frase presente no imaginário popular, “os opostos se atraem”, revela como resultado a compreensão de que os “iguais” (do ponto de vista das relações amorosas) não podem se constituir como casal.

A sustentação para heterossexualidade, contendo uma rígida definição de masculino e feminino, se deu a partir de justificativas biológicas. Com Freud não foi diferente. O complexo de Édipo de sua teoria deixou para a menina, futura mulher, a continuidade para o fenômeno da troca de mulheres (Rubin, 1975). Com Rubin, temos que na descoberta das diferenças sexuais e o começo do Édipo inicia-se também a troca do falo.

Como apontado nessa dissertação, sendo o falo o marcador das diferenças sexuais, torna-se o representante da dominação masculina sobre as mulheres. Perante essa posse, o homem adquire certos direitos, e a mulher é um deles. O falo permite a troca de mulheres

entre os homens. O menino trocava sua mãe pelo valorizado pênis e, sendo possuidor do falo, este lhe permite a troca por uma mulher.

A menina sem o falo não pode amar sua mãe ou qualquer outra mulher, necessitando se dirigir ao pai para conseguir um, mas só lhe caberia receber um bebê. Ela receberia esse “presente” passivamente — pois não tem o que trocar nesse comércio — como o mais próximo possível de seu desejo por algo que lhe conceda algum dos privilégios, que observa os possuidores do falo desfrutarem, tem como destino a complementariedade com um homem. (Rubin, 1975).

Com essa posse do falo exclusiva do homem, a “mulher fálica” seria um ser desprezível, que estaria traindo o pacto heterossexual, mantenedor do padrão de “normalidade” dos gêneros. Se o Complexo de Édipo promove a heterossexualização do desejo, as zonas erógenas ficam condicionadas a uma distribuição heteronormativa em decorrência do recalçamento dos desejos homossexuais (Butler, 2003). Nessa esteira, a vagina se consolida, idealmente, como órgão legítimo da feminilidade, devendo ser erogeneizado, sobrepondo-se ao clitóris. Se a mulher é fálica, ela está fora dessa lógica e, nesta inadequação de sua condição fica posta a rejeição tanto por parte dos homens como também de si mesma, incluindo nessa rejeição as mulheres que se encontram adequadas aos determinismos da “verdadeira feminilidade”.

Se com a psicanalista Manhães encontramos uma grande divergência com a teoria de Freud em relação a sua primazia fálica — forçadamente dirigida para a menina —, com o psicanalista Nigri (1981) encontramos uma total adesão à teoria freudiana. Porém, Manhães (1975) apresenta uma contradição: embora sua compreensão sobre os sexos esteja tomada pela heteronormatividade no que se refere à mulher, não a considera um ser faltante como na teoria psicanalítica ortodoxa. Com isso, se produz uma adesão parcial da psicanalista a algumas questões do feminismo.

Nigri (1981) considera que toda mulher que procura a análise busca pela sublimação do impossível desejo de possuir um pênis, pois este seria um desejo constitucional delas. Apresenta três casos clínicos em seu artigo intitulado *A Inveja do Pênis* (1981), dizendo que: “Não houve dificuldade para selecionar estes três exemplos de manifestações clínicas da inveja do pênis. Aliás, em todas as pacientes que já tratei detectei de alguma forma a inveja do pênis” (p.222). Como podemos ver, para o autor a inveja do pênis é central no pensamento clínico sobre as mulheres.

Refutou o conceito de Karen Horney e Ernest Jones sobre a inveja do pênis ser secundária e acredita que a vaidade feminina seria uma forma de compensar sua inferioridade sexual (p.208). Para Nigri (1981), a análise teria como objetivo, no tratamento às mulheres, reduzir o aspecto destrutivo dessa inveja e assim liberar libido para o investimento em sua feminilidade. “O que conseguimos em geral numa análise a respeito da inveja é retirar o

caráter destrutivo da mesma, diminuindo o sentimento de culpa persecutório e proporcionar condições à paciente de obter por seus próprios meios o objeto invejado” (p.213).

O autor acredita que a inveja do pênis participa e adquire intensificações por meio das fases do desenvolvimento biológico da mulher: “As influências da inveja do pênis sobre a gravidez, o parto, a lactação, a fecundação e principalmente a esterilidade da mulher ou do seu cônjuge são tão grandes que não caberiam no espaço desse trabalho” (p.215).

Sendo assim, entendemos que uma mulher considerada fálica, que não admite sua condição, parece ser um perigo tanto autodestrutivo como também destruidor do homem que inveja. Curioso notar que o falo como símbolo de poder, predominantemente pertencente ao homem, produz teorias persecutórias que revelam o quanto eles se sentem ameaçados por possuir o atributo de imenso valor.

Ao citar Manhães e seu artigo *Feminilidade* (1979), Nigri (1981) não menciona o caráter crítico da autora sobre a teoria freudiana da psicosexualidade feminina estar totalmente embasado pelo discurso masculino. Assim a apresenta:

Maria Manhães, em seu trabalho “Feminilidade”, diz que a inveja do pênis tem sua importância e que representa no desenvolvimento da personalidade feminina papel semelhante ao que tem para o menino a inveja do útero, ainda que se trate de um órgão que está oculto. Conclui ainda a respeito que: a) a mulher capta a grande importância que o homem dá ao pênis. É tão óbvia que não é difícil e até culturalmente induzida; b) a mulher pode “decidir” ter um órgão análogo, fantasiado, para obter os resultados que julga ter o homem auferido pela posse do mesmo. Para isso poderá lançar mão de antigas frustrações orais. (p.212).

No artigo de Manhães (1979)⁵⁷ encontramos esse trecho citado por Nigri, porém percebemos que é importante contextualizá-lo dentro da referência crítica em que a autora o apresentou. O trecho que não aparece na citação de Nigri e que aqui reproduzimos fidedignamente começa assim:

É difícil apoiar o desenvolvimento da personalidade da mulher em um órgão que existe no outro e não em si mesma. As zonas erógenas, com a consequente divisão da libido nas diferentes fases, têm por base, por ponto de referência, a anatomia: boca

⁵⁷ Ressaltamos que este artigo de Manhães, apesar de não estar presente em nossa seleção, fez parte do bloco de artigos lidos para posteriormente ser realizada a seleção, como apresentamos no capítulo anterior. Decidimos mencioná-lo aqui devido à relevância que tem nesse momento da análise documental.

– fase oral; ânus – fase anal etc... Além de dar ao falo a máxima importância, alegam tratar-se de um órgão cuja evidência não pode ser negada. (1979, p.423)

Podemos constatar que a autora começa esse parágrafo de seu texto apontando para a incongruência em atribuir a fase fálica à menina e segue destacando o quanto o pênis ganha importância tanto por ser um órgão visível como também por ser o representante máximo do falo. Continua:

Claro que a inveja do pênis tem sua importância e representa um papel no desenvolvimento da personalidade feminina. O mesmo que tem para o menino a inveja do útero, ainda que se trate de um órgão que está oculto. Freud pensa que na infância primitiva a vagina é ignorada pelos dois sexos e que o interesse da menina pelo pênis só aparece quando ela sente no clitóris alguma estimulação. Essa linha “organicista”, entretanto, não desenvolve amplamente os excelentes pensamentos de Paul Schilder a respeito do esquema corporal e sua representação no inconsciente. Isso elimina a conclusão da maioria dos autores masculinos e femininos, que ao negar a vagina admitem que a mulher só virá a ter conhecimento da mesma quando casar e tiver filhos... (1979, p.423).

Entendemos que Manhães atribui a inveja à exaltação do pênis em uma cultura falocêntrica. Tanto que a vagina fica recusada na teoria freudiana e o clitóris ganha estatuto de pênis, e isso justificaria a fase fálica da menina nessa teoria. Como vimos no Capítulo “Feminilidade em Freud: Convergências e Divergências das Mulheres Psicanalistas”, ao apresentarmos Karen Horney, entendemos que a inveja do pênis pode ser pensada relacionando os efeitos culturais de supervalorização do órgão masculino, devido aos imperativos culturais falocêntricos. Na consideração do erotismo uretral, em detrimento de uma primariedade fálica, a inveja do pênis não teria sustentação, pois fora do campo da falta e da inferiorização a menina não seria considerada castrada. Acreditamos que os códigos sociais e os esquemas narrativos (Laplanche, 2015) da cultura patriarcal sustentaram representações de inferioridade e desvalorização para o feminino.

Como podemos constatar, no recorte de Nigri (1981) fica evidenciada somente a existência da inveja do pênis sem as implicações culturais desse fato. Obviamente entendemos que esse é o tema central de seu artigo, porém, para efeitos dessa análise, entendemos também a importância de uma contextualização mais ampla para o tema, pois, como já apontado, a mulher dita fálica é aquela que não superou ou sublimou sua inveja.

A destrutividade de tal inveja é apresentada no final de seu artigo, apoiada no psicanalista alemão contemporâneo de Freud, Karl Abraham (1925). Três tipos de mulheres fálicas foram categorizadas para evidenciar a persistência da inveja do pênis: 1) aquela que

busca assumir um papel masculino; 2) a reacionária em relação aos homens; e 3) aquela que deseja ter filhos sem a necessidade do homem, tornando-se pai e mãe ao mesmo tempo (p.215). Todas essas características fazem alusão ao termo “*mulher fálica*”, considerada, como apontou Manhães (1977, p.277), uma mulher má e indesejável.

Em seu segundo artigo, apresentado sob o título *Regressão na Mulher*, Nigri (1981) considera o mundo interno da mulher mais tumultuado do que o do homem. Assenta suas postulações nas fases biológicas pelas quais passam as mulheres. Os caracteres sexuais secundários (no caso da menina a menarca e as mamas) trariam a comprovação da feminilidade para futura mulher, despertando a capacidade de reprodução e amamentação nelas (p.105).

Nessa base biologicista de compreensão da feminilidade, a menopausa foi entendida como uma fase depressiva para a mulher, pois sua capacidade fértil estaria encerrada. “O fim desta possibilidade [de fecundação] é uma das causas de depressão na época da menopausa.” (p.106).

Buscamos demonstrar que a associação da feminilidade à condição reprodutiva foi uma construção histórica de longa data. Como vimos, o capitalismo foi um dispositivo propício a esse tipo de idealização, pois foi durante os primeiros tempos desse sistema que ocorreu a desapropriação das mulheres sobre seus corpos e sua autonomia sobre a gestação. A procriação foi colocada a serviço da acumulação capitalista e o poder sobre a gestação e o parto passaram para as mãos do Estado (Federici, 2017), justificados pela natureza de sua condição de gestar.

Voltando a Nigri (1981), as técnicas anti-instintivas estariam promovendo rupturas na capacidade de adaptação das mulheres à sua natureza. “Várias técnicas anti-instintivas estão levando a mulher a perder esta necessidade/capacidade de adaptação, mas felizmente muitas vozes se estão levantando contra, no sentido de se manter este verdadeiro patrimônio feminino que permite que a tendência maternal se apresente em toda sua plenitude” (p.109). Podemos entender que nesse apelo está contida uma força ideológica relacionando a mulher à maternidade, termo analisado na sequência.

A Psicanálise como reprodutora dos estereótipos de gêneros sustentou, por meio da clínica psicanalítica, a herança associativa do passivo-castrado-feminino e do ativo-fálico-masculino. Esses dois trinômios são a expressão do poder da cultura sobre os corpos, demarcando suas destinações. A “*mulher fálica*” é a denúncia de algo que insiste em não se adaptar, e por esse motivo foi considerada patológica na teoria psicanalítica e em sua clínica, como apontou Manhães (1975).

Nigri (1981), diferentemente de Manhães (1975; 1977), apresentou uma fidelidade teórica a Freud, evidenciando com intensidade discursiva que a inveja fálica é o que há de mais poderoso em uma mulher. Como consequência teríamos muitas “mulheres fálicas”

inconformadas com seu destino. Entendemos que seu discurso possui tons que poderiam ser denominados como antifeministas. Com isso, o desdobramento do termo “mulher fálica” nos leva ao segundo termo selecionado.

6.3 “INSTINTO MATERNO”

A “mulher fálica” não é exatamente aquela que se destaca por seu “*instinto materno*”; nossa pesquisa tem apontado para a crença de que uma acentuada inveja do pênis não permite que a mulher aceite a passividade de sua condição. Nesse entendimento de passividade está contida a questão da maternidade, do “*instinto materno*”, devendo estar “sempre presente” em uma mulher de acordo com a ideologia sobre a “verdadeira natureza” do feminino. Paradoxalmente, a passividade em aceitar o destino da maternidade passa a ser considerada uma condição ativa em relação ao gestar, parir e procriar, e assim torna-se aceita e valorizada socialmente.

Estaria dada, assim, a presença do “*instinto materno*” de maneira irrefutável para toda mulher. Sendo parte indissolúvel da feminilidade, a partir dele é que se daria um desenvolvimento psicosssexual feminino considerado não patológico pela teoria freudiana. Com um bebê, preferencialmente do sexo masculino, a mulher teria a possibilidade de sublimação de sua inveja do pênis.

No período da segunda onda feminista, a questão da maternidade foi discutida (Irigaray, 1977/2017). Entretanto, entendemos que o questionamento sobre a veracidade desse chamado “instinto” poderia provocar um abalo direto na forma como as famílias deveriam manter-se constituídas.⁵⁸ Em outras palavras, a condição da mulher como dona de casa, responsável pela criação e educação dos filhos, ao não ocupar inteiramente esse papel, poderia ameaçar a desconstrução de uma estrutura ainda fortemente atuante nas décadas de 1970 e 1980 aqui no Brasil. Com isso, entendemos que essa estrutura familiar servia/serve a uma organização ditada por um sistema que mantinha as determinações de gênero fixas em seus papéis, necessitando assim ser preservadas.

A psicanalista Edna Pereira Vilete (1979) aborda essa questão do abalo nas estruturas familiares e as consequências sobre a maternidade da mulher, e entende que a vida procriativa das mulheres que saem para trabalhar fora acarreta dificuldades a elas para engravidar,

⁵⁸ Veremos na análise da sentença “Feminismo como ameaça às convenções patriarcais” que uma das grandes ameaças do pensamento feminista é causada pela independência da mulher em relação à reprodução e à maternidade. A importância da mulher como reprodutora para uma sociedade capitalista dependeu do seu apassivamento, e não podemos deixar de ressaltar que esse submetimento pode se dar de maneira inconsciente devido ao engendramento estrutural do sistema de operação sobre os gêneros no psiquismo.

problemas no parto e na amamentação, diminuindo com isso o número de aleitamento materno. Assim colocou:

Entretanto, apesar de mudanças tão radicais, as mulheres não se instalaram tranquilamente nesta nova condição. Estão em conflito com sua feminilidade e o expressam através de diferentes transtornos na sua vida procriativa, São pessoas que têm dificuldade em conceber ou que, mais adiante, têm problemas na gestação e no parto, ou mães que não amamentam seus filhos. (p.85-86).

Mesmo mantendo a crítica de que no mundo fora do lar a mulher não se encontra em iguais condições salariais com os homens e assim seria melhor manter sua permanência nele, Vilete constrói seu pensamento clínico com base na regressão psíquica da mulher. Como o marido não deixa de ser provedor, devido à não equiparação salarial, a mulher repetiria com ele a dependência da mãe. Diante dessa constatação, sua posição de passividade se manteria em sua subjetividade:

Mesmo embora exercendo atividades em diferentes setores dificilmente se destacam ou assumem liderança e, com frequência, seu salário representa, tão somente, uma ajuda para as despesas da casa, sendo a responsabilidade de manutenção da família atribuída ao homem. É verdade que no momento atual as mulheres se vêem sobrecarregadas pelas tarefas da casa e pelo trabalho fora do lar, mas o mais importante parece ser a sua atitude de dependência, tantas vezes encontrada nos tratamentos psicanalíticos, mesmo nas que conseguem dentro da sua profissão uma autonomia econômica e social. (1979, p.86).

Para a autora, a regressão psíquica da mulher com o marido busca repetir a satisfação oral alcançada com o seio na relação com a mãe. A condição para que alcance crescimento e individuação seria necessária vivenciar as angústias inerentes a esse processo. Sem essa condição permanece regredida, “fugindo de ser responsável por sua própria vida, quando teria de se defrontar não apenas com êxitos e acertos, mas igualmente com fracassos e erros, aprendendo assim a dimensão exata da natureza humana” (Vilete, 1979, p.87).

Diante dessa colocação, entendemos que a psicanalista atribui exclusivamente uma condição de tolerância à frustração como recurso psíquico necessário para mulher superar seus conflitos relacionados à busca por autonomia e independência. Reconheceu a desigualdade salarial, porém não ampliou sua consideração sobre as questões sociais das mulheres na década de 1980 no Brasil. A culpa também aparece como um complicador na trajetória profissional da mulher: “Sentem como se estivessem roubando o tempo dos filhos,

e se censuram por acharem que não rendem o suficiente em casa ou no trabalho” (Vilete, 1979, p.86). Quando um psicanalista trabalha com a cisão entre realidade psíquica e externa sua escuta pode não alcançar as questões sociais e culturais presentes nos conflitos psíquicos.

No Capítulo “Dimensão do Passivo: O Feminino na História”, vimos com Federici (2017) que a perda de poder imposta às mulheres no início do sistema capitalista foi marcada por uma extrema violência, principalmente direcionadas a elas. O interesse econômico pela condição reprodutiva feminina, dentre outras coisas, promoveu o fenômeno da caça às bruxas. Nesse período houve a perda de liberdade das mulheres relacionada às questões da concepção e parto, resultando em uma apropriação de seus corpos pelo Estado, fazendo com que elas servissem aos propósitos masculinos por meio das tarefas domésticas, de reprodução e criação dos filhos.

Portanto, os embasamentos teóricos e científicos, no auge dos séculos XVIII e XIX, que Foucault denominou *biopoder* (1978/2022), atuaram como justificativas biológicas, e com isso a construção da noção de natureza feminina relacionada ao “*instinto materno*”.

Retornado à Psicanálise com Vilete (1979), a rivalidade materna com a filha também se destaca. Na relação entre mulheres, mais acentuadamente na relação mãe-filha, a condição de dependência a um homem salvador/provedor — que também entendemos como uma forma de passividade — foi transmitida culturalmente transformando-se em desejo. A inveja, afeto considerado como mais feminino do que masculino, seria a causa da rivalidade na relação entre elas. À mulher/mãe resta-lhe pouca condição de investimento em desejos pessoais. Esses desejos seriam representantes de autonomia, porém, ao vivenciar o “desabrochar” (palavra da autora) da filha mulher, a mãe cairia de inveja diante de tal condição de jovialidade.

A mãe, que até então estabelecera com a filha uma relação narcísica, usando-a como instrumento de seus desejos, poderá não consentir neste movimento de autonomia. Verá, com olhos invejosos, sua filha **desabrochar** — o corpo de menina ganhando formas de mulher — surgindo uma rivalidade mais ou menos manifesta, que a jovem sente como se fosse a revivescência da competição infantil, surgindo agora a retaliação por seus próprios sentimentos de inveja dirigidos para a mãe. (p.85 [grifo nosso]).

Sendo a jovialidade representativa das possibilidades de um destino diferente do da mãe — pois a vida da filha ainda estaria em seu início, com muitas possibilidades ainda a serem construídas —, entendemos o quanto a forma imposta de maternar, colocada culturalmente como devoção e apagamento da individualidade da mulher, reafirma a impossibilidade de conquistas pessoais. Assim, no caso de uma mãe com filha jovem adulta estaria representada uma condição de tempo já extinta para novas conquistas — de acordo com a cultura machista

—; o envelhecer passivamente seria assim o seu destino. Diante dessa forma de vida, a rivalidade com a filha seria uma consequência.

Vemos que, diante desse desfecho psíquico para a jovem filha, resultaria diante da culpa pelos ataques à mãe em uma espécie de condenação à infelicidade e à incompletude. Regredida a permanecer menina, como aponta a autora, entendemos que a filha retorna ao destino passivo do feminino, pois, culpada por poder traçar sua história com autoralidade, repete a história da mãe também casando e tendo filhos.

O “*instinto materno*”, colocado como uma das maiores gratificações de uma mulher, como apontou Nigri (1981), seria o tempo em que se revive a relação primitiva com a mãe, e disso culminaria sua identificação como mãe. Quando terminada essa condição fértil (quando o autor menciona a menopausa, p.106), parecem terminadas também as possibilidades de se sentir valorizada e “completa” — condição alcançada, como pudemos perceber, somente a partir do bebê-falo, que poderia legitimar suas potencialidades.

Aquelas que não superam a inveja do pênis aparecem novamente, agora na menopausa, como inconformadas com sua condição passiva. A forma como a normalidade é esperada da mulher, expressa uma forte determinação de apassivamento. Nesse sentido pode ser cobrada da mulher a conformidade de sua condição aguardando seu papel de avó. Portanto, com essas colocações, podemos entender que para a mulher, após seu período de fertilidade tão valorizado culturalmente, é esperado que ela lide com a menopausa de maneira também passiva, aceitando que sua condição agora é a de sublimar seus desejos em torno dos cuidados ao outro, se agora já não com os filhos, mas com os netos. Diante desses fatos questionamos: o que mudou na forma de conceber como deve se comportar uma mulher, seja em seu período fértil ou na menopausa? Parece que uma igual destinação se apresenta objetivando igualmente o apassivamento como meta.

Manhães (1975), ao se referir à maternidade e considerá-la uma condição criativa da mulher, demonstra que a condição ativa de uma mulher só pode ser exercida em torno da maternidade. A partir da gestação, do parto e da relação de cuidados com o bebê, recursos de reparação, reconstrução e elaboração poderiam ser utilizados em sua relação com a mãe interna e demais objetos internalizados:

[...] se nos ativermos ao campo das ideias, das modificações significativas do pensamento, da estética e da conduta humana, a contribuição da mulher é restrita. Não cremos influírem aqui, com peso de importância, os fatores culturais e educacionais, sempre citados etc... É que a mulher não necessita ser criadora, pois já o é, por definição. Na maternidade ela encontra a sua forma mais autêntica de reparação, reconstrução de seus objetos, em última análise elaboração de suas relações para com a mãe. (p.439).

Percebemos nessa citação que a condição criadora da mulher está completamente atrelada a sua condição de gestar e criar um outro ser. Os fatores socioculturais que negam e apagam o pertencimento das mulheres às criações em outros campos ficam minimizados nesse momento de seu texto, colocando sobre a maternidade uma condição psíquica de suma importância para se ter acesso a recursos de superação de seus conflitos psíquicos. Podemos pensar então que a não realização da maternidade — com seus mais variados motivos, incluindo seu não desejo — traria à mulher um déficit psíquico.

A psicanalista Iara Noto (2001) destacou que com a certeza da maternidade para a mulher esta estaria imbuída de um poder que o homem não possui. O homem diante dessa dor de não gestar teria os motivos para suas reações repressoras, pois a incerteza da paternidade faria parte da omissão do homem em relação à paternidade. O impedindo-o de viver todos os direitos e prazeres permitidos à mulher com sua maternidade, na visão da autora significaria que: “[...] podemos imaginar que o poder atribuído à mulher em função da certeza inerente à própria maternidade tenderia a provocar uma ferida narcísica tão dolorida no homem que se poderia esperar dele uma reação repressora tão intensa quanto sua dor.” (pp.319–320).

A psicanalista nos mostra em seu artigo que a “natureza” da mulher, advinda de sua realidade biológica e psicológica, vincula-a ao bebê de forma incondicional, e assim teria o poder de expulsar o pai da criança dessa relação. Entende que, com o enaltecimento do “*instinto materno*” o homem, não possuindo a condição de disputar com a mulher da mesma forma, a invejaria. No entanto, compreendemos que essa questão não bastaria como fator causal para justificar a opressão masculina sobre a mulher.

Apoiada em Klein (1957) e sua teoria sobre a inveja do seio e da capacidade de gerar filhos da mulher, Iara Noto (2001) acredita que a mulher seria quem pode impedir o homem de se desenvolver em relação a sua função paterna. Assim se expressou:

Neste trabalho, não me proponho a olhar para o lado feminino da questão. É indiscutível que a inveja do pênis, como qualquer outra ferida narcísica, faz estragos profundos e provoca ressentimentos, inclusive de difícil manejo na clínica. Acredito também que muitas vezes a maternidade possa ser desastrosamente “usada” numa tentativa de minimizar essa inveja [a inveja do pênis]. (p.322).

Que o homem também deve invejar a mulher e não só o contrário, sem dúvida, é uma importante postulação de Klein (1957). Contudo, na interpretação de Iara Noto (2001) essa inveja ficaria justificada pela exclusão do pai da relação primitiva mãe-bebê e por isso coloca a mulher como a responsável pelas emoções e comportamentos do homem em relação à

paternidade. Curioso notar que, no caso da mulher e sua relação com a inveja do pênis, a responsabilidade não recai sobre a cultura patriarcal e sua supervalorização em torno do falo/pênis; nessa configuração, promotora de privilégios, não se alude a isso como a causa dessa inveja. Como aponta Irigaray (1977/2017), a Psicanálise não pode ser somente intra-analítica, ela não pode deixar de questionar as determinações históricas (p.145).

Podemos perceber com esse artigo de Iara Noto (2001) a expressão da captura pelo discurso hegemônico masculino. Irigaray (1977/2017), ao falar do não saber da mulher sobre seu próprio desejo, pergunta: “como as mulheres podem analisar a sua exploração, inscrever suas reivindicações, em uma ordem prescrita pelo masculino?” (p.93). O pensamento clínico no artigo da psicanalista parece refletir bem essa questão apontada por Irigaray. Para Iara Noto (2001), “por alguma razão, e apesar das mudanças sociais que vêm ocorrendo na família, parece-me que o homem, de maneira geral, tem algum impedimento para vivenciar o nascimento e criação de um filho com toda a amplitude com que a mulher pode se permitir fazê-lo.” (p.322).

A narrativa que vigora em sua escrita traz uma vitimização do homem. Como sabemos, dentro da lógica patriarcal, a mulher se torna ameaçadora quando está dotada de algum poder. A caça às bruxas do início do Período Moderno revelou o que fizeram com as mulheres possuidoras de algum poder (Federici, 2017). Sentindo-se ameaçados, executaram todas aquelas que não demonstravam estar apassivadas.

A feminilidade é entendida como um desenvolvimento psicosssexual tumultuado, faz da regressão uma capacidade mais característica das mulheres, considerada saudável para que ocorra uma adaptação ao feminino (Nigri, 1981, p.103). Contudo, é notável que nessa adaptação do feminino estão presentes bases biológicas que buscam justificar tais atribuições. As fases do desenvolvimento biológico do corpo feminino serviram de suporte para determinações construídas culturalmente, todas a serviço de diversos interesses. Assim, ser mulher está pautado no predominante discurso masculino, detentor de prescrever como isso deve ser feito.

Segundo Irigaray (1977/2017), o único sexo visível e morfologicamente designável (o masculino) deixa para o outro sexo, que não é um sexo (alusão da própria Irigaray), a denominação de um não sexo. Diante dessa lógica falocrática, a mulher não conhece seu desejo explicitamente. Assim são as “*maskaradas*” — mulheres que, para recuperar algo de desejo, fazem parte do desejo do homem, ao custo de renunciar ao seu próprio (p.153). Para se tornar uma mulher “normal”, necessitaria entrar na mascarada feminilidade que visa a atender ao homem.

O que sobra à mulher então? A criança, responde Irigaray. Com ela seu apetite de tato e contato é satisfeito, desde que o tabu civilizatório não a tenha tornado obsessiva. Dessa forma a maternidade pode suprir as carências da sexualidade feminina reprimida, com a

“preferência” por um filho homem, como afirmado pela teoria freudiana da feminilidade. A partir da maternidade a mulher “volta a se tocar”, acariciando essa parte do corpo representado pelo seu bebê-pênis-clitóris (Irigaray, 2017, p.37).

Entretanto, se o clitóris deve ser abandonado em prol da vagina, como seriam compreendidas as mulheres clitoridianas?

6.4 “MULHER CLITORIDIANA”

Com o artigo de Vilete (1979), tivemos apontada a questão do orgasmo clitoridiano. A infantilização da mulher devido à educação e aos costumes sociais, ambos promotores do apassivamento de sua existência, é compreendida pela psicanalista como geradora de conflitos no campo da feminilidade.

Desejando que o marido lhes provenha o sustento, repetem com ele a relação vivida com a mãe e transformam-no em sua fonte de segurança. A posição delas é então de passividade, e o prazer buscado repete a primitiva satisfação oral alcançada com o seio. São mulheres que engordam depois do casamento, vivendo em constantes regimes e, na luta por perder os quilos em excesso, mostram a dificuldade de sofrer a perda da mãe introjetada. Assim, embora casadas, permanecem meninas, identificadas com os filhos e vivendo protegidas dentro de sua casa. Na sexualidade estão fixadas a satisfação clitoridiana, e não costumam sentir orgasmo vaginal, embora tenham prazer no coito, pois gostam da companhia do marido e buscam satisfazê-lo (p.86).

Nesse trecho de seu texto, percebemos que a premissa da autora está no fato da não sustentação da mulher de sua adultice. O retorno a uma posição passiva então é buscado para dar segurança. Nessa forma regressiva de vivenciar o casamento, o tipo de orgasmo predominante seria o clitoridiano, pois essa forma de prazer falaria de uma condição pré-genital em seu desenvolvimento. Nessa esteira regressiva, a psicanalista aludiu inclusive a questão do engordar para essas mulheres “regredidas”, trazendo uma analogia com o bebê. O bebê seria aquele que em sua satisfação oral com o seio nutridor engorda, demonstrando estar saudável. Entretanto, esse apelo da autora à questão do engordar reflete uma não consideração de outra possibilidade de interpretação.

A situação de estresse de uma mulher que não encontrava (e sabemos que em muitos casos ainda não encontra) condições de construir uma carreira profissional, com salários equiparados aos dos homens, a falta de divisão das tarefas domésticas e os cuidados quase que exclusivos com os filhos não poderiam ser fatores que reforçariam uma forma de vida para mulher repleta de frustrações? Tudo isso não poderia ser uma das causas que em algumas

mulheres traria um ganho de peso devido ao “peso” de suas atribuições? E por que será que a preocupação de uma mulher em relação ao engordar aparece na situação clínica? Acreditamos que a opressão em relação à exigência de uma estética feminina, sempre magra, bela e servil, se apresentou.

Sabemos que o corpo feminino é aquele que deve existir em conformidade com os padrões construídos pelo discurso masculino e, sendo assim, essa é uma questão de preocupação para as mulheres inseridas nesse discurso. Temos, a partir das colocações de Vilete (1979), a expressão de que a luz incide muito mais em sua escuta em relação a essa regressão de buscar a mãe no marido do que evidenciar as questões sociais:

Nas últimas décadas os movimentos feministas têm reivindicado uma posição de maior liberdade para a mulher dentro da nossa cultura. O direito ao voto, a legalização do aborto, o controle da natalidade, igualdade de salários e oportunidades em relação aos homens foram conseguidos em diferentes partes do mundo. Aos costumes e à educação foi atribuída a responsabilidade pela situação de passividade em que mulher vivia, obrigando-a a permanecer uma “eterna criança” e uma verdadeira revolução social foi alcançada, levando a dona de casa e mãe de família a trabalhar em escolas, hospitais e escritórios, ou a se tornarem paraquedistas, estrelas de cinema e motoristas de táxi. Entretanto, apesar de mudanças tão radicais, as mulheres não se instalaram tranquilamente nesta nova condição. Estão em conflito com a sua feminilidade e o expressam através de diferentes transtornos na sua vida procriativa. (p.85).

As pautas do movimento feminista ecoam, porém não adquirem maior consideração no pensamento clínico da autora. O que se destacou foi que o padrão de feminilidade construído pelos sistemas de sexo e de gênero estaria sendo abalado. Como podemos constatar, a maternidade era/é a grande expressão desse fato. Nessa lógica, para Vilete (1979) as lutas feministas pela autonomia das mulheres estavam promovendo uma crise em relação à maternidade. Ao saírem para trabalhar, fora do ambiente do lar, não teriam a disponibilidade de dedicação exclusiva aos filhos, ou seja, a sublimação das moções pulsionais sexuais ativas no encontro com a maternidade, considerada pela via do “*instinto materno*”, não estaria atuante. Com isso, o orgasmo clitoridiano foi interpretado como uma condição regressiva (obviamente à fase fálica), impedidor do orgasmo vaginal.

Na visão da autora, os homens seriam sentidos pelas mulheres como os grandes impedidores de sua libertação, contudo, ao atribuir tal dificuldade a eles, conflitos internos referentes aos aspectos masculinos de sua personalidade predominariam. “Queixam-se dos homens, das chances de que desfrutam e acusam-nos, acreditando que eles impedem seu

movimento de libertação. O impedimento, entretanto, processa-se internamente, e resulta dos seus próprios aspectos masculinos, que entram em conflito com a sua feminilidade.” (Vilete, 1979, p.86). Temos aqui a expressão de que condutas ativas em uma mulher são consideradas pertencentes à parte masculina de sua personalidade e, com isso, sua feminilidade (passiva) não estaria “verdadeiramente” instaurada.

Ao concluir seu pensamento, a psicanalista entendeu que a busca pela independência feminina foi algo inevitável a partir do feminismo, porém acrescentou que o trabalho psíquico diante das angústias de individuação precisaria acontecer. Somente o trabalho de luto perante a separação dos objetos primários possibilitaria a conquista da alteridade psíquica (Vilete, 1979, p.86).

Na escuta ambivalente sobre as mulheres, Vilete (1979) apontou que ora buscam os cuidados do marido como a criança busca pela mãe, ora rivalizam com ele — devido à não amenização de seus impulsos ativos —; o orgasmo clitoridiano passa ser compreendido como a expressão dessa rivalidade. O clitóris, por ser um componente representante do falo para a menina, não é abandonado pela mulher, ela não o destitui de um protagonismo, e não está vivendo a feminilidade que deveria com os devidos apassivamentos esperados.

Com Laqueur (2001) vimos que a invenção dos sexos foi criada para determinar os comportamentos de gênero. As justificações biológicas buscaram naturalizar a ligação do ativo ao masculino e o passivo ao feminino. Para elas, menor sexualidade, maior controle de seu comportamento; para eles, uma sexualidade intensificada, pertencente a sua “natureza masculina”, isentando-os de ações desmedidas contra as mulheres. O maior desejo sexual masculino se sustentou como uma forte crença no imaginário popular, e isso não excluiu a existência de práticas jurídicas, médicas e científicas que trabalharam para comprovação dessa condição.

A frigidez feminina foi então uma constatação de que, para a Psicanálise, ficou atrelada como uma das possíveis causas do não abandono de sua posição masculina da infância. Essa relutância em caminhar em direção à passividade foi entendida como característica da “mulher fálica”. No campo sexual o orgasmo clitoridiano, juntamente com a ausência do orgasmo vaginal, tornou-se a comprovação do não arrefecimento pulsional das metas ativas e com isso o não acesso à feminilidade.

Dois tipos de orgasmos passaram então a determinar como funcionava psiquicamente uma mulher. Como expôs Laqueur (2001), nenhuma outra teoria tinha apontado sobre orgasmo vaginal durante dois milênios. Freud teria sido, portanto, o inventor do orgasmo clitoridiano e separadamente dele o orgasmo vaginal. O empobrecimento de terminações nervosas na região vaginal já era conhecido cientificamente no tempo de Freud, apontou

Laqueur (2001), e esse fato torna a mudança de sensibilidade erógena do clitóris para a vagina uma curiosa — para não dizer, uma terrível — construção.⁵⁹

Com o percurso da nossa pesquisa, já é possível compreendermos o quanto os ideais culturais presentes em um sistema patriarcal ficaram a serviço das construções teóricas sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. A naturalização do pênis (externo) ativo e da vagina (interna) passiva desdobrou-se na compreensão psicanalítica de como deveria ser o funcionamento de uma mulher.

Marie Bonaparte (1952/2022) trabalhou com a teoria sobre dois tipos de mulheres: a *anal-vaginal* e a *fálico-clitoridiana*. Tanto uma como a outra já poderiam ser identificadas desde a infância; a intensidade de sua atividade pulsional traria esse indício. Com essa tipificação fazendo parte da crença de quem cuida e educa uma criança, no caso da menina, ela passaria a sofrer maior repressão de comportamentos que não condissesse ao comportamento de gênero esperado. Bonaparte (1952/2022) chegou a apresentar um exemplo de caso clínico em que a mãe de uma analisante sua levou a filha de onze anos para realizar a cirurgia de clitoridectomia. Tinha o objetivo de que durante um futuro parto não tivesse seu clitóris aumentado e assim causasse rejeição ao seu futuro marido. O mais espantoso vem do fato de que na própria cicatriz deixada pelo ato cirúrgico encontrava-se a sensibilidade clitoridiana ainda presente, deixando comprovada não só a questão psíquica pertencente à sexualidade, mas principalmente o infrutífero resultado perante esse objetivo “castrador” e violento para destinar a mulher a sua condição passiva. Assim, no contexto em que a autora apresenta o fato, pode-se entender que na libido daquelas chamadas clitoridianas seu prazer por meio desse órgão não cessaria mesmo com a cirurgia, revelando a preservação psíquica de um prazer que não teria razões para não existir.

A ablação do clitóris tornou-se um meio terapêutico para levar a mulher a arrefecer seus impulsos ativos. Mulheres vinculadas a uma condição mais ativa seriam um perigo às convenções estabelecidas e assim precisariam ser “castradas” pela segunda vez, agora por meio da cirurgia real (Malabou, 2024), pois a “castração” da fase fálica não teria sido suficiente. Importante ressaltar que esse tipo de “castração” cirúrgica não esteve presente somente na África. No Ocidente foi utilizada como terapia para as histéricas, como nos relatou Bonaparte. A própria frigidez seria a comprovação de uma forma de castração/excisão, reflexo da imposição sobre a sexualidade feminina, determinando como a experiência sexual deveria acontecer, erigida de forma violenta, mesmo antes de Freud. Ausência, ablação, mutilação, negação: “Pode o clitóris existir nas mentalidades, nos corpos, nos inconscientes, de outra forma que não em negativo?” (Malabou, 2024, p.13).

⁵⁹ Como desdobramento desse fato, apontaremos logo a seguir as cirurgias de excisão do clitóris.

A força da erogeneidade clitoridiana, representante da resistência em não abandonar a condição ativa de viver sua sexualidade (incluindo a psíquica), deu mostras do quão ameaçadora era essa condição para o patriarcado. Uma mulher feminina não poderia apresentar características viris; as clitoridianas foram compreendidas dentro de uma visão patológica. A transmissão da excitação do clitóris para a vagina teria que acontecer naturalmente, porém nesse “naturalmente” foi inserida uma série de intimidações comportamentais e psíquicas à sexualidade da menina que, como apontou Bonaparte (1952/2022), e a própria cultura ocidental fazia como que uma espécie de excisão simbólica do clitóris fosse realizada. Mesmo com essa crítica, como vimos no capítulo “Feminilidade em Freud”, a própria psicanalista se submeteu a uma cirurgia de aproximação do clitóris à vagina para facilitar sua erogenização.

Rubin (1975) nos apontou que tanto Lévis- Strauss como Freud não tiveram a menor noção das implicações de suas teorias, pois ambos estavam inseridos em uma tradição intelectual pertencente ao sistema de sexo/gênero, sobre o qual imperou o discurso masculino. Assim, entendemos que, se a teoria freudiana não puder ser modificada, apesar dos apontamentos críticos feministas, os(as) psicanalistas em suas práticas clínicas continuarão a reproduzir — incluindo suas produções teóricas por meio dos artigos — uma forma rígida e estereotipada de se compreender a feminilidade de uma mulher.

Como a biologia e a política se apresentam de forma indistinguível (Malabou, 2024), o clitóris, como um órgão que não participa diretamente das condições para reprodução, foi marcado por sua fonte de prazer — e, acrescentamos, de um prazer ligado à psicosssexualidade dos tempos da sexualidade infantil —, apresentando-se fora de normas e convenções culturais. Essa sexualidade é a marca da perversão, destoante de uma sexualidade construída para atender aos objetivos institucionais, como a formação da família que se representa a partir do casamento do pênis com a vagina. A matriz heterossexual dos sistemas de sexo e de gênero (Rubin, 1975; Laqueur, 2001; Lugones, 2020) atendeu e atende a interesses nos quais a mulher é peça fundamental para que tudo funcione.

Não obstante, “mulher clitoridiana” ganha outro sentido na expressão de Carla Lonzi⁶⁰ (citado por Malabou, 2024). O clitóris, entendido como o próprio sexo feminino pela feminista italiana, não deve se submeter ao sentido construído para vagina como “verdadeiro órgão” representante da feminilidade. O clitóris é o emblema da autonomia, resistente à heteronormatividade da cultura patriarcal.

⁶⁰ Carla Lonzi (1931–1982), conhecida pela teoria da autoconsciência e pelo feminismo da diferença, criou o grupo *Rivolta Femminile*. Possuidora de uma capacidade de captar na realidade o que limita a liberdade das mulheres, sua luta se direciona para trazer ao mundo o que a ordem estabelecida não prevê e não permite. Cf. <https://www.enciclopediadelledonne.it/edd.nsf/biografie/carla-lonzi>.

Seu prazer, sempre entendido como autoerótico, mesmo quando praticado por um outro, atribui à mulher uma condição pré-genital para a Psicanálise. Com Lonzi (1974), o gozo clitoridiano foi defendido e positivado. A mulher clitoridiana seria aquela que pode pensar em primeira pessoa, pois está apropriada do próprio prazer, podendo gozar consigo mesma e com um outro ao mesmo tempo. O sexo voltado à penetração foi pensado exclusivamente para o homem e para procriação.

Para a autora do feminismo da diferença, a “mulher vaginal” é apenas uma projeção do esquema sexual masculino, sendo a cultura patriarcal uma cultura da clitoridectomia. Reafirmamos, a partir dos apontamentos de Lonzi (1974), como a crítica feminista pode contribuir para revisão de teorias marcadas pelo sistema no qual impera a discursividade masculina sobre a feminina. Com essas colocações percebemos que a teoria freudiana sobre a psicosssexualidade feminina reproduziu, tanto pelo próprio Freud como por psicanalistas em convergência com suas postulações, os ideais de feminilidade vinculados ao apassivamento da mulher.

O sentido de “mulher clitoridiana”, ou seja, aquela que goza somente com o clitóris e não aceita o “verdadeiro” lugar do feminino, demonstra a falácia biologicamente construída para o corpo feminino, onde se considerou o local para a “verdadeira feminilidade” se representar, a vagina. A violência inserida nessa construção designou inúmeras mulheres a sentirem-se inadaptadas à feminilidade, entendendo-se assim menos mulheres e buscando apassivar-se. Ou, inversamente falando, gerou revolta e como consequência precisaram existir de maneira marginalizada, fora dos padrões tradicionais, assim como as pessoas LGBTQIAPN+ e as racializadas que sofrem com a exclusão.

O clitóris ainda se representa como uma ferida, mas em concordância com Malabou (2024) ele não necessita ser exclusivamente de uma mulher; revela o quanto a autonomia feminina — entendendo o feminino pertencente a quem o performa — ainda ameaça o lugar de privilégio masculino, que nessa posição de poder paradoxalmente se revela um lugar de extrema fragilidade, pois fora dele não há mais com o que se identificar. Parece que o grande medo é que o que irá se revelar é justamente aquilo que se rechaçou e se inferiorizou, base de sustentação para sua supremacia.

Com Manhães (1975; 1977), talvez possamos considerar um alinhamento com a segunda onda feminista, dado que a construção de uma subjetividade mais ativa à mulher, sem que essa seja entendida como fálica, se relaciona a uma perspectiva de independência e autonomia femininas. Carla Lonzi (1974) demonstrou esse fato fazendo uma virada de chave na compreensão do que seria uma “mulher clitoridiana”, contrariamente a uma interpretação que a infantiliza. Lonzi (1974) destaca a autonomia dessas mulheres que não precisam do homem no sentido de terem que servir ao modelo heteronormativo, que só entende uma sexualidade “normal” como aquela que promove a união entre o pênis e a vagina.

Com essas colocações, avançaremos para as três sentenças extraídas dos artigos do período correspondente a terceira onda feminista (1990 ao início dos anos 2000). Nessa seleção de artigos encontraremos tentativas de ampliação da teoria freudiana sobre a feminilidade, o que mostra o reconhecimento do aspecto negativo das postulações sobre a mulher e o feminino, deixando muitos ruídos. Não obstante, quase setenta anos depois das teorias de Freud sobre a psicosexualidade feminina, considerando a data de suas publicações sobre a feminilidade até o início dos anos 2000, ainda encontramos uma lealdade doutrinária à teoria freudiana.

6.5 LEALDADE DOUTRINÁRIA À TEORIA FREUDIANA DA PSICOSSEXUALIDADE FEMININA

A concepção freudiana da feminilidade recebeu críticas no artigo de Lago (1997) (Quadro 5). Algumas postulações freudianas sobre a mulher foram questionadas ao longo das décadas, apontou a autora, mas nem todas. Ao considerar a inveja do pênis, a psicanalista acredita que se fazia necessário interpretar os motivos e não negar a sua existência.

Lago (1997) percebe que, mesmo entre os psicanalistas freudianos, as discordâncias da teoria da feminilidade seguiram acontecendo desde sua publicação original. Com isso, “nunca cessaram totalmente as propostas de revisão das incômodas concepções de Freud sobre as mulheres. Desta forma, em cada década tem havido tentativas revisionistas, algumas por freudianos proeminentes” (p.719). Contudo, a psicanalista destaca que essas propostas de revisão nunca geraram grandes desdobramentos, pois um clima de *lealdade doutrinária* se manteve (p.719) — coisa que não aconteceu com as postulações sobre a pulsão de morte, por exemplo. As divergências em relação a essa teoria ganharam expansão dentro do campo psicanalítico, de acordo com a autora, diferentemente das postulações sobre o feminino. Apoiada em Zenia Odes Fliegel (1982) e Peter Gay (1988), assim se expressou:

Para as teorias freudianas da feminilidade, um fator adicional torna o reexame e a revisão especialmente difíceis. Um resultado da controvérsia original, quase um século atrás, foi que as posições psicanalíticas nessa área foram endurecidas a um grau extraordinário, tornando-se quase um tema de **lealdade doutrinária**. Isso não ocorreu com a pulsão de morte, no qual divergentes visões têm sido sempre expressadas e aceitas. (p.719 [grifo nosso]).

Na apresentação da história com foco nas mulheres, feita por essa pesquisa, a lealdade doutrinária ganha uma compreensão a partir dos enfoques apresentados sobre os sistemas de sexo e de gênero. As teorias feministas produzidas no campo da Filosofia, Sociologia,

Antropologia e História vêm discorrendo sobre a estrutura desses sistemas de sexo e de gênero, incitando uma releitura atenta devido às ideologias patriarcais presentes nessas teorias.

A compreensão do que está envolvido na categorização dos gêneros em masculino e feminino permite questionar a ideia de universalidade do homem branco, cisgênero, heterossexual, constituída a partir do eurocentrismo colonial. Assim, as noções de naturalização e essencialismo veêm sendo combatidas para se pensar a mulher e o feminino, com o objetivo de dar visibilidade aos engendramentos políticos e econômicos que atravessaram o curso da história, produzindo e reproduzindo essa forma para compreensão dos sujeitos.

As críticas feministas buscam a reconstrução social para que ocorram transformações perante os determinismos culturais de gênero que insistem e resistem em se conservarem. Dito isso, a evidência do discurso patriarcal e das tentativas de silenciamento, apagamento e falsas justificativas biológicas em torno da feminilidade da mulher expressam seu potencial para explicar o motivo da resistência e da *lealdade doutrinária* da teoria freudiana (Lago, 1997).

Como pudemos constatar, a partir da história do feminino na história da humanidade, não há interesse na desconstrução da estrutura desses sistemas sustentados pelo sexismo. Acrescentamos em concordância com Sandra G. Harding (1935–2025), filósofa e feminista estadunidense, que: “os padrões dominantes do pensamento ocidental justificam a subjugação da mulher como necessária ao progresso da cultura e as visões muito parciais e mais despropositadas do homem como as únicas dotadas de excelência humana (Harding, 2019, p.105).

O feminismo trabalha, dentre outras coisas, a questão do binarismo de gênero e como essa lógica se apoia na dominação masculina. Renunciar tal privilégio está sob forte resistência (Harding, 2019, p.109). Diante dessas difíceis constatações, buscamos averiguar a teoria freudiana da psicosssexualidade feminina na clínica psicanalítica, e para tanto a lealdade doutrinária é um critério de averiguação possível, identificando o quão permeável esta clínica estava/está para receber as críticas feministas e, não menos importante, como o feminismo pôde operar em seu interior?

Lago (1997) trouxe apontamentos importantes sobre a feminilidade e considerou o tema envolto em conflitos profundos. Com Peter Gay⁶¹ (1988), buscou compreender as dificuldades pessoais de Freud na abordagem do tema feminilidade, destacando “seus complexos sentimentos em relação à própria mãe. Assinalou que não existem indicações de

⁶¹ Peter Gay (1923–2015) foi o historiador que escreveu a biografia chamada *Freud: Uma Vida Para o Nosso Tempo*, publicada no ano 1988.

que o autoexame sistemático de Freud abordasse a mais forte das afeições, ou que jamais tenha explorado e tentado exorcizar o poder de sua mãe sobre ele (p.720).

Ao se referir ao gênio de Freud (e não ao Freud gênio), a autora apresenta que a fantasia infantil inconsciente e universal das mulheres castradas, considerada por ele, propiciou a compreensão de que o desprezo pelas mulheres estava baseado em fantasias inconscientes irracionais e sobredeterminadas (Lago, 1997, p.720). Indo mais além, acrescenta, a partir de Gay (1993), que a importância de Freud, mesmo sendo uma personalidade com a amálgama de burguês e conservador, foi também um cientista revolucionário e com influência sobre a revolução sexual e o movimento feminista. Diante desse paradoxo, Lago (1997) entende que Freud nunca levantou obstáculos às mulheres que aspiravam à carreira de psicanalista, porém, como vimos no capítulo “Feminilidade em Freud”, ele considerava as feministas “homens”, e por esse motivo o que postulava sobre as mulheres de maneira geral não cabia a elas.

Lago (1997), na sequência de seu texto, seguiu em busca de respostas sobre as dificuldades de revisão dos conceitos freudianos sobre a feminilidade, citando Fliegel (1982), colocando: “Assim, observam-se duas tendências nessa controvérsia histórica: por um lado, há tentativas repetidas de revisar os conceitos freudianos; por outro, há esforços continuados de conservar tudo o que for possível de suas formulações, mesmo às expensas da lógica interna da teoria” (p.721).

Com essa controvérsia em destaque, estamos na direção de sua consideração sobre a feminilidade primária, categoria que analisaremos a seguir. Contudo, o que importa ressaltar nesse momento é que em seu artigo a luz incide com maior intensidade para os fenômenos intrapsíquicos. A mãe como a primeira mulher com quem nos identificamos e a qual precisamos nos desfusionar, remonta a um caldo de feminilidade que promove, posteriormente, demasiada resistência em se retornar e isso diz respeito tanto aos homens como às mulheres. Nesse sentido, uma feminilidade primária foi concebida, diferenciando o feminino da feminilidade na Psicanálise com os pós-freudianos.

Do campo representacional para o campo pulsional, o foco psicanalítico se centra diante dessa mudança de campo na questão da rejeição à feminilidade como expressão da rejeição à condição de passividade. Nessa esteira, não houve a possibilidade de maior desenvolvimento das questões socioculturais e seus sistemas de sexo e gênero para compreensão da *lealdade doutrinária* que Lago (1997) problematizou.

No artigo de Iencarelli Filho (1996), encontramos a reprodução mais radical do discurso falocrático (Irigaray 1977/2017). A construção discursiva de seu texto trata da sexualidade como dispositivo de controle e poder, assim como postulou Foucault (1976). Iencarelli Filho se detém à crítica dos comportamentos sexuais que fogem dos padrões normativos fortalecidos a partir do século XIX; contudo, próximo ao século XXI, entendemos que sua fala se apresentou preconceituosa, expressando o machismo e a misoginia da cultura

patriarcal. Ele apontou que “a mulher adquiriu independência ao controlar a própria concepção, elevando-se à condição de igualdade com o homem e a tradicional distinção entre comportamento passivo e ativo, atributos respectivamente feminino e masculino, vem se dissolvendo progressivamente” (p.950).

Sua preocupação em relação à preservação daquilo que ele considerou “normalidade” para a vida sexual expressou sua reprovação para a prática do sexo anal, do uso de próteses eróticas, da masturbação como um ato individualista, dando preferência à prática sexual dentro do casamento com objetivos procriativos para formação da família (pp.949–952). Ressaltou que houve um: “deslocamento da repressão (recalque) para a sua outra função mais profunda e essencial que é a da reprodução. Essa é uma função de união genuína e estável precursora do amor, que surge agora de maneira caleidoscópica e fugidia.” (p, 793). Percebe-se, diante dessas colocações uma repetição dos ideais morais e conservadores, dignos da Era Vitoriana, para pensar a sexualidade humana.

Se no artigo de Lago (1997) há uma incidência maior sobre as questões intrapsíquicas, principalmente no que se refere à relação primária com a mãe — e, a partir disso, a decorrência de uma feminilidade primária em todos os sujeitos —, com Iencarelli Filho (1996) encontramos um discurso pautado em um dogmatismo que comprova a máxima *lealdade doutrinária* à teoria freudiana. Sua radicalidade de pensamento atinge toda e qualquer manifestação de mudança do comportamento social, principalmente no que diz respeito à sexualidade. Apelou, então, para dogmas religiosos apoiado na mais conservadora das reflexões contra o progresso, tanto relacionado à vida pessoal como científico:

A importância de Deus, a supremacia do masculino e o nome de família, cederam lugar a um código de trocas utilitárias, norteadas pela fantasia de que a acumulação material leva à felicidade, embora se saiba que, nos dias de hoje, tudo se torna um lixo de pouco uso. Os progressos do pensamento reflexivo canalizaram-se para as práticas de resultados, diminuindo o investimento filosófico e especulativo, e as relações sociais se embruteceram acompanhando a pletera demográfica das grandes cidades. Produziu-se um contexto de isolamento individual empobrecedor, tão restritivo como a masturbação, onde a realidade é tratada voluntariosamente como no sonho. (p.950)

Podemos, com certo esforço, até tentar entender uma crítica ao capitalismo em sua fala, quando fala da acumulação material e produtos altamente descartáveis. Contudo, sua narrativa seguiu na forma de ataques a tudo aquilo que não resiste em se conservar. Assim, não nos surpreendemos com sua crítica às relações homoafetivas e ao prazer sem penetração

— que autor faz em um momento delicado do Brasil, onde passávamos pela “epidemia” da AIDS, na década de 1990 —, seguindo para a fertilização *in vitro* e as mudanças de sexo:

Um outro fator que contribuiu para essas mudanças, foi o progresso da tecnologia médica. A impessoalidade parental dos bebês de proveta, as mudanças de sexo, o enxerto substituto de órgãos e o congelamento dos corpos após a morte, integram uma manipulação do corpo nunca antes experimentada. (Iencarelli Filho, 1996, p.950).

O corpo, pertencente a Deus, pois só a partir de suas intervenções é que se vive o próprio destino, foi representado intrinsecamente em sua fala. Na sequência desta citação se dá a crítica à independência da mulher em controlar a própria concepção, referindo-se às pílulas anticoncepcionais e destacando que a condição de igualdade com homem teria uma ameaça de ruptura às convenções.⁶² Ficou demonstrado que o aspecto para normalidade da sexualidade, segundo o autor, estava embasado em idealizações que demonstraram que sua compreensão sobre as mulheres se apoiou na vinculação do feminino ao passivo e do masculino ao ativo, correndo o risco de se dissolverem devido aos avanços sociais que seguem progressivamente (p.950).

Com a expansão dos limites outrora estabelecidos, construíram-se patologizações em torno das mudanças de comportamentos. A psicose seria a expressão do apelo a um diagnóstico que ficou/fica a serviço dos interesses de conservação que visa à perpetuação dos costumes. Toda e qualquer modificação seria sentida de maneira persecutória, como podemos observar em sua narrativa. Com isso, por meio do dispositivo do medo da mudança, utilizou toda a gama de preconceitos estruturais intrínsecos ao discurso masculino hegemônico. A *lealdade doutrinária* avançou em direção a um fundamentalismo.

A psicanalista Iara Noto (2001) traz mais um exemplo de discurso que expressa a *lealdade doutrinária*. A ideologia masculina se encontra presente em suas reflexões sobre os conflitos que aparecem na clínica psicanalítica e que se referem à maternidade e à paternidade. Como vimos na análise da categoria do “*Instinto Materno*”, Iara Noto (2001) tratou da questão presente na cultura que diz sobre a incerteza da paternidade. Sabemos que há um famoso provérbio popular que circulou/circula na fala dos avós sobre seus netos: *filhos da minha filha meus netos são. Filhos dos meus filhos podem ser ou não*.

Podemos perceber que a autora trabalhou uma linha de pensamento que justifica os comportamentos dos pais (homens) que não participam ativamente da criação dos filhos, pois

⁶² Sobre a ruptura das convenções patriarcais, veremos na categoria “Feminismo como ameaça às convenções patriarcais” o artigo de Iencarelli Filho (1996) novamente representado.

a incerteza da paternidade traria desdobramentos psíquicos em sua capacidade de se vincular à criança. “Neste trabalho direciono meu enfoque para um aspecto da função paterna que ainda está sendo negligenciado. Refiro-me a uma função estruturante, baseada na possibilidade de o homem ter acesso à sua ternura e à sua capacidade afetiva na relação com filho.” (Noto, 2001, p.321). Destacando ainda: “O *Mater certa, Pater incertus*, independente do momento histórico, é um fato e, podemos imaginar, pode ser vivido como profundamente incômodo e persecutório.” (p.319).

Como esse é um campo de domínio da mãe com seu bebê, ela não abriria com facilidade a entrada para o pai.

Se ambientarmos nossa reflexão no contexto de uma guerra de narcisismos, podemos imaginar que o poder atribuído à mulher em função da certeza inerente à própria maternidade tenderia a provocar uma ferida narcísica tão dolorida no homem que se poderia esperar dele uma reação repressora tão intensa quanto sua dor. (Noto, 2001, pp.319–320).

A psicanalista também inferiu que a questão da divisão de tarefas domésticas fica atravessada por essa lógica da incerteza paterna, destacando que, se o homem não sente que tem direitos como os da mulher na relação com os filhos, como pode sentir que tem deveres? A autora assim se expressou:

Por alguma razão, e apesar das mudanças sociais que vêm ocorrendo na família, parece-me que o homem, de maneira geral, tem algum impedimento para vivenciar o nascimento e criação de um filho como toda a amplitude que a mulher pode se permitir fazê-lo. Acredito inclusive que a dificuldade na divisão de tarefas possas estar ligada também a essa dificuldade inicial: se não sente que tem direitos, como sentir que tem deveres? (Noto, 2001, p.322).

As justificativas para as questões dos homens no campo relacional aos filhos, para além de uma posição de provedor e de implicação na cena doméstica, ficaram ancoradas na incerteza da paternidade para a psicanalista. A forma como se criam meninos em uma sociedade que vai na direção de reforçar que o lugar do homem está mais para o público e que o da mulher está mais para o privado não foi colocada em perspectiva em seu texto. Pelo contrário, seu pensamento foi ao encontro da lógica binária que trata a natureza/cultura, o ativo/passivo, o masculino/feminino, como pertencentes aos homens e às mulheres. Inclusive, mantendo o binarismo função materna/função paterna, pouco descolada das respectivas representações de mulher/mãe e homem/pai.

As explicações a partir de causas psíquicas podem ganhar um campo de expansão sem limites. Nesse sentido a Psicanálise deve estar sempre em diálogo com outras ciências, com a arte e com a literatura. Ou seja, a aproximação da complexidade humana passa por uma contínua abertura para questionamentos. Uma diversidade de fatores compõe a conflitiva psíquica, e Freud já chamava a atenção para isso. Seu conceito de sobredeterminação (1900) e a noção de séries complementares (1917) revelaram o aspecto multifatorial do psiquismo.

Mesmo considerando teorias que se contrapõe às de Freud, como as de Klein (1957) e sua postulação sobre a inveja do seio e da capacidade de gerar pertencente a mulher, Iara Noto (2001) prioriza, dentro dessa ideia kleiniana da inveja, não pertencer somente à mulher o poder da mulher de reprimir o homem (pp.319–320). Tratar da ação “repressora” da mulher, que também podemos entender como opressora, promoveu uma inversão da lógica da dominação masculina presente na história da humanidade e nos faz considerar a captura de seu discurso pela hegemonia masculina, fazendo com que as reflexões da autora reproduzam essa lógica sem a reflexão crítica que ela merece.

Nesse sentido, demonstramos que a representação do feminino se erigiu segundo uma ordem falocrática (Irigaray, 1977/2017), e assim a teoria freudiana sobre a mulher tratou mais da *indiferença* sexual do que da *diferença*. A anatomia e a biologia dos corpos femininos foram consideradas representantes de faltas e de defeitos, compreendidas a partir do negativo da anatomia masculina. Com esse modelo de representação, a indiferença (dos homens) se expressa pelo desejo de que as mulheres sejam indiferentes ao que acontece com elas, que se tornem passivas e permaneçam apassivadas. Se assim não forem, ameaçam quebrar o circuito de seus hábitos, a dinâmica de suas trocas, enfim perturbam o mundo deles: “Indiferente, você não deve se mover, nem se comover, a não ser que eles te chamem [...]. Adaptando-se à necessidade que eles tenham ou não, da presença de sua imagem.” (Irigaray, 1977/2017, p.235).

Irigaray (1977/2017) levantou então uma questão: “se certas propriedades atribuídas ao inconsciente não são referentes ao sexo feminino, censurado da lógica da consciência, o feminino teria um inconsciente ou seria ele próprio o inconsciente?” (pp.85–86). Sem olhar para essa questão, Irigary entende que psicanalisar uma mulher seria adaptá-la à sociedade falocrática.

A psicanalista argentina Olga Salas⁶³ (1990), ao criticar a fase fálica como expressão da fase masculina da sexualidade para a menina, assim como fez Manhães (1975), aludiu para um valor psíquico à vagina na infância e assim questionou a etapa fálica para mulher (p.96). Se a “anatomia é o destino”, por que as percepções vaginais estariam ausentes na menina para

⁶³ Olga Salas, psicanalista argentina, citada no artigo de Lago (1997), é autora do livro *A Feminilidade – uma revisão da fase fálica* (1990). Na leitura de seu livro, entendeu-se que suas colocações críticas à teoria freudiana da psicosexualidade feminina trariam contribuições a essa pesquisa.

Freud?, questiona Salas (1990). A autora constrói uma hipótese sobre esse fato. A constituição do pré-consciente seria o responsável pela consciência dos pensamentos anteriores a ela (consciência), e assim entendemos que as primeiras formas de pensamentos são realizadas por meio de imagens articuladas com o sensorial do corpo (Freud, 1895): “a palavra e os processos internos de pensamentos ligados ao próprio corpo vão uma ao encontro dos outros, como um túnel que se cavasse a partir dos dois extremos” (Salas, 1990, p.97).

Perante esse fato, a projeção, advinda do espaço interior e corporal que cria o mundo externo, a partir da constituição do pré-consciente, seria absolutamente factível, bem como a criação do pensamento sobre a existência da vagina para a menina. Acreditamos que, se inicialmente todas as percepções são ainda um mistério, sendo necessária a passagem da representação “coisa” à representação “palavra” para sua significação (Freud, 1891), a representação da falta do pênis não necessariamente representa a falta da representação da vagina. Não obstante, culturalmente está proibido para a menina tocar, nomear e exibir seu genital e, sem simbolização e sem investimento libidinal, o pré-consciente não conta com recursos para a conscientização, e assim o órgão feminino existe sobre a forma de uma recusa (Salas, 1990).

Essa construção teórica de Freud sobre a ausência das sensações vaginais culmina então em uma recusa da vagina (Amorim, 2023). Essa não consideração diz sobre o poder do falo em uma cultura patriarcal. Entretanto, de acordo com Salas (1990), a existência do pré-consciente por si só não bastaria para que a confirmação das sensações vaginais pudesse ser significada. Como vimos com Laplanche (2015), o pequeno *socius* é a primeira inserção cultural que sofre o *infans*. Se nessa transmissão cultural a vagina não pode ser nomeada, muito menos presentificada, ela permanece na forma de tabu, reproduzindo e confirmando a teoria freudiana. O discurso masculino que legisla sobre a diferença dos sexos deixa o outro sexo (o feminino) como inimaginável (Irigaray, 1977/2017).

Entretanto, Iara Noto (2001) privilegiou em seu discurso o poder feminino em relação a sua função materna. “Quando nasce o filho e se torna aparente e visível a intensidade da relação mãe-bebê, o pai pode sentir, e muito frequentemente se sente, como o terceiro excluído, enciumado, rompida novamente a ilusão de completude narcísica.” (p.323). Com essa ruptura narcísica, em alguém que foi constituído pelo poder do falo, representado pelo seu órgão sexual e tão concretamente confirmado em seu corpo, entendemos que só poderia reagir negativamente a essa condição. A grande questão é que nesse artigo de Iara Noto essa falha do homem fica justificada pelo viés biológico (incerteza da paternidade) e pela não abertura da mulher para a entrada dele na relação com os filhos, sentida como exclusiva — sendo, portanto, fonte de inveja e causadora de suas ações opressoras. Dessa maneira, o homem pertencente à cultura patriarcal continua mantendo seu *status* de privilegiado ao ser defendido e não implicado no machismo estrutural de uma sociedade.

Diante do paradoxo da Psicanálise, a teoria freudiana apresentou postulações que abalaram a crença da não sexualidade infantil, mas isso não impediu que ela permanecesse submetida ao próprio discurso falocêntrico que definiu a diferença dos sexos. Como vimos ao longo dessa pesquisa, a estruturação dos sistemas de sexo e de gênero, com o predomínio do discurso masculino em seu interior, possui força suficiente para fazer resistir uma *lealdade doutrinária* nesse âmbito do feminino e da feminilidade na teoria freudiana em parte da comunidade psicanalítica. Com a priorização dos fenômenos intrapsíquicos, o campo representacional do feminino se desloca para o pulsional da feminilidade. No intuito da positivação do conceito de feminilidade em Freud, esta teoria ganha uma compreensão ampliada, conquista um campo originário no ser humano e se marca como antecessora ao período fálico do desenvolvimento libidinal. Porém, com maior acento no intrapsíquico, mantém o termo feminilidade vinculado ao passivo, como veremos a seguir.

6.6 FEMINILIDADE PRIMÁRIA E FEMINILIDADE ORIGINÁRIA: UMA FORMA DE OPOSIÇÃO AO FALOCENTRISMO EM FREUD

Saad (2002) propôs um outro olhar sobre a feminilidade. Na tentativa de pensar o feminino singularmente, a autora buscou um distanciamento da teoria freudiana sobre a psicosexualidade feminina. Com uma perspectiva em sintonia com o feminismo, abordou a questão da mulher para além de uma sexualidade “padrão”, sob a qual a mulher ficaria condicionada a uma função reprodutora e, portanto, tendo de se adaptar a um modelo sexual que atendessem aos determinismos culturais de feminino e de feminilidade.

Diante das novas expressões da sexualidade, a partir dos movimentos de liberação sexual advindos das lutas feministas, a psicanalista questionou o binarismo de gênero para pensar a diferença sexual. Em suas palavras: “E quando nos referimos à questão da diferença sexual, como pensá-la? Pode-se considerá-la sob outra ótica que não a tradicional – homens e mulheres, machos e fêmeas, masculino-feminino, fálico-castrado?” (Saad, 2002, p.604).

Com o alargamento das fronteiras entre homem-público e mulher-privado, a diferença sexual necessitaria de novos contornos para novas formas de subjetivação que não se adequam às tradicionais. Ao citar Márcia Arán⁶⁴ (2000), Saad (2002) propôs pensar sobre o efeito teórico que a crítica ao modelo vigente da diferença sexual promoveria: “Qual o efeito teórico [e acrescentamos, prático e clínico] do que se anuncia como uma crítica ao modelo vigente da

⁶⁴ Márcia Arán, psicanalista brasileira, uma das pioneiras a buscar uma articulação da Psicanálise com os estudos de gênero, faleceu em 2011 em decorrência de um câncer e deixou uma vasta produção teórica, mas circunscrita em sua região — sul do Brasil (Rio Grande do Sul). Cf.: https://appoa.org.br/correio/edicao/344/8203psicanalistas_em_tempos_suspensos/1461.

diferença sexual?” (p.604). Sendo assim, problematizou a interpretação feita pela teoria psicanalítica do modelo fálico-castrado e questionando como ele se manteria diante de um outro modelo de interpretação (p.605).

Podemos constatar que as refutações sobre a teoria psicanalítica no que se refere às compreensões de gênero, apoiadas em uma forte matriz heteronormativa, estava sendo questionada a partir da década de 1990 no Brasil, e sabemos que essa luta por desconstrução dos determinantes de gênero ainda está presente mais de vinte anos depois do referido artigo.

Na tentativa de positivar o conceito de feminilidade, os pós-freudianos, apoiados no conceito de bissexualidade psíquica de Freud, entenderam que, como o masculino e o feminino circulam em todos na chegada ao mundo de todo ser humano, o desamparo (*Hilflosigkeit*) é a condição *si ne qua non* presente nesse início da vida. Esse momento primário foi chamado de feminilidade.

Feminilidade primária e feminilidade originária seriam então uma tentativa de a reflexão crítica sobre a construção da sexualidade feminina estar apoiada em imperativos masculinos e, portanto, fálicos. Por meio desses imperativos se deram as determinações de gêneros. A autora aponta: “É assim que, imersos em nossa civilização, aprendemos a colocar do lado feminino os afetos, a natureza, o mistério, o passivo, o objeto, enquanto do lado masculino ficam a razão, a norma, a cultura, o ativo, o sujeito...” (Saad, 2002, p.606).

Saad (2002) delimita os termos “feminino”, “sexualidade feminina” e “feminilidade” para expandir os conceitos do modelo freudiano, que, como vimos na análise anterior, parece resistir com uma *lealdade doutrinária*. Com os aportes psicanalíticos de Márcia Arán (1997) fez críticas às petrificações da teoria e trabalhou com a noção de diferença sexual com o objetivo de dismantelar a versão masculina dessa construção. A noção de diferença sexual pode ser entendida também como indiferença, como nos mostrou Irigaray (1977/2017) — indiferença com o outro sexo que não é um sexo, pois, mediante a lógica fálica, se encontram em oposição, em negativo e por esse motivo sofre constante movimento de subordinação e apagamento.

O termo *feminino*, segundo a autora do artigo em questão, apontaria para a dialética da economia sexual, correspondendo ora à passividade, ora à falta em relação à castração. *Sexualidade feminina* trataria do destino da sexualidade da mulher, que no pressuposto de nossa pesquisa comporta um destino passivo à mulher. *Feminilidade*, referida à castração, é o horror; relacionada à vida pulsional, seria de uma erogenização anterior à ordem fálica, promovida pelo masoquismo erógeno. Nesta lógica, a feminilidade não é somente uma condição da mulher e sim um estado no qual todos nascemos (Saad, 2002, p.605).

Entretanto, a psicanalista entendeu que os termos “diferença sexual” e “gênero” também precisariam ser visitados. Com isso, recorreu ao psicanalista e psiquiatra estadunidense Robert Stoller (1924–1991) para tratar da questão da identidade de gênero.

Stoller iniciou seus estudos sobre a identidade de gênero na década de 1960 e distinguiu alguns tipos de identidade: *identidade nuclear de gênero* — que diz sobre o sexo anatômico e do sentir-se psicologicamente homem ou mulher e de acordo com ele, fazendo coincidir o aspecto anatômico e psicológico. Com isso ele caminhou na direção da *identidade de gênero propriamente dita*, que se encontraria mais estável para as meninas, pois a mãe é o objeto primário tanto da menina como do menino. A *identidade de gênero propriamente dita* falaria sobre uma identificação secundária, que inclui a mescla do masculino e do feminino na pessoa. E, por último, *gênero ou identidade de gênero* — seria a apropriação de sua identidade de gênero, como algo que vem de dentro e vai se estabelecendo (Saad, 2002, p.606).

Desde a década de 1950, Stoller estudou patologias sexuais causadas por questões anatômicas ou fisiológicas e também os desvios dos padrões clássicos sexuais. Para Stoller (1976), a identidade de gênero seria o sentimento que se tem a respeito do próprio sexo; masculinidade para os homens e feminilidade para as mulheres. Esse sentimento seria estabelecido antes da fase fálica de Freud. Ele entendeu que a identidade feminina se originaria a partir de um significado primário da vagina desde seu nascimento.

No caso do menino, o autor destacou que a relação mãe-filho, se prolongada, poderia tornar-se prejudicial, contribuindo para uma identidade sexual patológica, pois instala um estado de protofeminilidade nas crianças dos dois sexos. Nessa perspectiva, a masculinidade para o menino necessita que o pai interfira nessa simbiose. Stoller considerou, por exemplo, que as mães que foram masculinizadas quando crianças ou sentem ódio do sexo oposto permitem e estimulam que seus filhos homens usem adornos femininos. Assim, o excessivo contato físico da mãe com o filho, estendido ao longo dos anos, dificultaria o desenvolvimento de sua identidade masculina (Stoller, 1968).

Estamos com Stoller, portanto, em um caldo de *feminilidade primária*, e nele está contida a ideia de que toda criança que veio do ambiente intrauterino traz influências biopsíquicas femininas. A partir de estudos de sua época sobre o desenvolvimento embrionário, o feminino precede o masculino, “pois o feto, de início, apresenta características femininas, independente do seu sexo cromossômico. O autor considera também que o clitóris não é um pênis atrofiado, inversamente, o pênis é que é um clitóris androgenizado.” (Saad, 2002, p.623). Em concordância com Stoller, Saad considerou que o feminino é o primeiro sexo, sendo esta a base de constituição da sexualidade e do gênero.

Como a mulher/mãe seria a fonte da identificação primária para todo bebê, isso traz repercussões diferentes para a menina e para o menino. Em relação à menina, ter na mãe o mesmo gênero contribuiu para suas identificações com as características femininas culturais; com os meninos, necessitarão ser afastados da condição de feminização dessa relação identificatória pela presença do pai, como apontamos.

O núcleo de gênero da menina é forte e idealizado, contornando seu *Ego Ideal* em maior sintonia com o feminino devido à semelhança de gênero com a mãe. No menino, somente a separação da mãe e sua individuação trariam desenvolvimento para sua masculinidade; “portanto, a identidade de gênero masculina poderia ficar ameaçada pela intimidade da criança com a mãe, enquanto a identidade de gênero feminina, pela separação precoce da mesma” (Dio Bleichmar, 1988, p.81).

Percebemos que a compreensão de Stoller (1985) sobre a identidade de gênero ficou apoiada no pensamento binário de gênero, qualquer desvio da masculinidade e da feminilidade padrão passou a ser considerada patológica. Na existência de identidade de gênero biológica e psicológica, os fatores psicológicos faziam parte da grande maioria dos desvios de gênero, segundo ele.

Por uma via contrária Butler (2003) buscou desnaturalizar a identidade de gênero conceituada por Stoller, trabalhou com conceitos como matriz heterossexual e heterossexualidade compulsória. Seu movimento de ruptura aos construtos que pressupunham uma coerência entre sexo e gênero, denunciaram o caráter normativo dessas construções. A filósofa e feminista trabalhou com a subversão do gênero através do conceito de performatividade de gênero, como apontamos no Capítulo *Críticas e Revisões da Teoria da Feminilidade Freudiana* dessa dissertação.

Ainda acompanhando Butler (2003), em sua postulação sobre melancolia de gênero, ela apresentou a questão das identificações e a não possibilidade de trabalhar o luto das identificações homossexuais existente em todo desenvolvimento psicosssexual dos sujeitos. A formação do gênero se daria, portanto, na internalização dos amores perdidos, esses objetos proibidos no interior do *Eu*, sustentados pelo tabu da homossexualidade, transformar-se-iam também em tabu do desejo; assim, a identificação com o objeto do mesmo sexo condicionaria a heterossexualidade compulsória na constituição do sujeito.

Retomando a questão da feminilidade com o conceito de *feminilidade originária* conseguimos avançar um pouco nesse contexto da fixidez dos gêneros e de sua vinculação ao sexo determinado no nascimento, como apresentou Stoller (1976). Com Joel Birman (2001), psicanalista brasileiro, buscou-se positivar o conceito de feminilidade que em Freud se encontra com muitas controvérsias, por estar sustentado por uma lógica falocêntrica.

Saad (2002) abordou a teoria de Birman⁶⁵ (2001) em seu texto para lançar luz justamente sobre a negatividade de Freud em sua construção teórica da feminilidade, utilizando a metáfora da castração (p.617). Para ela, o sujeito humano é confrontado por seu

⁶⁵ Em seu artigo, além de Stoller (1968; 1976; 1985), Birman (2001) e Jacques André (1996), Saad (2002) trazem outros autores que consideram a feminilidade primária, como McDougall (1987), Green (1973), Monique David-Ménard (2000), dentre outros. Priorizamos os três primeiros autores citados nesta nota para melhor síntese no desenvolvimento dessa pesquisa.

desamparo (*Hilflosigkeit*) e, como isso é comum a todos, não haveria nesse momento a diferença sexual estabelecida pela lógica falocêntrica. A feminilidade sob a ótica colocada por Freud em 1937 difere muito da apresentada em sua conferência de 1933, segundo Birman. Em sua conferência sobre a feminilidade (1933), o abandono da zona erógena considerada masculina exigia uma renúncia, quando a elevação das moções pulsionais de meta passiva aconteceria e a mulher alcançaria sua feminilidade.

Em *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud apresentou a feminilidade de maneira diferente: foi considerada uma condição psíquica de todos os sujeitos. O destaque de Birman vai para a possibilidade de se pensar a feminilidade como algo presente em todos nós. Freud constrói o conceito de *rochedo da castração*, ou *rocha básica* (dependendo da tradução), no referido texto. O ponto em questão para Freud foi a intransponibilidade desse rochedo na clínica psicanalítica: como essa rocha básica se representa pela feminilidade, haveria uma forte resistência para a mulher, diante de seu analista homem, se conformar com a não possibilidade de ele promover o que lhe falta (o falo), demonstrando com isso que sua feminilidade fica rechaçada devido a sua insuperável inveja do pênis. Com o analisante homem, a resistência viria na direção em ser colocado em uma posição passiva perante outro homem (o analista), deixando sob ameaça sua masculinidade. A partir disso, o repúdio à feminilidade estaria consolidado como um traço pertencente a todos os seres humanos.

Sendo essa rocha um limite para o avanço da análise seria a marca da prevalência do pensamento heteronormativo na concepção dos conflitos psíquicos. Qualquer mudança nesse pensamento abalaria os alicerces dessa teoria. Entendemos essa rocha sendo intransponível para a análise, revelando um limite do próprio Freud que, compreendido como uma fronteira, aludiria para uma espécie de fim, impossível de transpor. Contudo, seguindo Birman: “[a feminilidade] também revelaria o originário do psiquismo, algo anterior à ordenação da subjetividade fundada no falo” (Birman, 2001, p.223). Sendo assim, o que pôde ser colocado como um fim Birman interpretou como um começo, que remete ao originário da vida, possibilitando novas construções subjetivas. Soma-se a isso um posicionamento crítico que atua na desconstrução do falocentrismo.

Saad (2002) destaca que a feminilidade em Birman:

[...] é um traço inscrito no registro do vazio e da falta e que se encontra no âmago da experiência do desejo. E o desejo da mulher pode ser reconhecido sem que seja identificado com a falicidade ou com a prostituição, nem também com a maternidade. Para ser mulher de verdade, o traço definidor da identidade vai depender da singularidade de cada ser – e não tornar-se mãe, com suas dores e delícias... (p.618).

Nessa busca por dar positividade ao feminino, a feminilidade ganhou estatuto de originário, tempo no qual a passividade e o desamparo (*Hilflosigkeit*), ambos originários, definem a condição de um pequeno ser. No encontro com a feminilidade nas origens do ser nos deparamos com uma sexualidade antecessora à sexualidade infantil da fase fálica e assim temos em contraponto uma sexualidade como uma espécie de entidade que adentra e se instaura, independentemente do sexo da pessoa em questão.

Com autores pós-freudianos, portanto, as tentativas de revisão e reparação dos impasses referentes ao feminino e à feminilidade em Freud ainda se faziam necessárias no início dos anos 2000. Na década de 1990 no Brasil se iniciaram os estudos de gênero e as revisões do campo da História sobre as narrativas exclusivamente masculinas até então, chegamos ao século XXI com a tradução de *Problemas de Gênero* (2003) de Judith Butler, só para citar um exemplo da ampliação do conceito nesse início de século na busca da quebra dos paradigmas.

Birman (2001), por meio de uma virada de chave perante a lógica fálica, abre uma nova perspectiva. Um retorno às origens acontece. Nesse ponto se encontra um *Eu* (ainda incipiente) que está aquém das certezas narcísicas e que ainda não almeja à completude e à perfeição do discurso falocêntrico, no qual a mulher é considerada faltante e com isso imperfeita. A marca do masculino como referência primeira se encontra fundada nas origens da tradição patriarcal, e Birman nos mostra que “a ordem humana identificada com o patriarcado seria sempre masculina e perfeita, tendo na figura do homem a representação da perfeição e, na da mulher, a da imperfeição” (Birman, 2001 p, 228).

Será que a rocha intransponível seria mesmo a da feminilidade em todos nós e como tal repudiada? Acreditamos que o próprio patriarcado simboliza essa rocha pensada por Freud. O sentido do rochedo da castração para a feminilidade só deixa uma saída: a destinação do feminino ao passivo e com ela o registro falocêntrico para a compreensão da subjetividade da mulher.

Entretanto, entendemos que marcada como feminilidade, a sexualidade das origens se mantém como referência de uma condição de passividade. Se somos em nossa origem atravessados pela sexualidade advinda do outro cuidador, Saad (2002) então se dirigiu a Jacques André (1996), psicanalista francês que postulou a ideia de uma sexualidade orifical e não relacionada à castração, para defender que fora do registro fálico há um repúdio anterior ao repúdio da castração. Essa angústia se apresenta diante dos alvos passivos da libido.

Nesse registro da feminilidade nas e das origens do ser — que recebe, sob uma condição passiva, as intensidades pulsionais advindas da libido do adulto cuidador —, promove-se a gênese da sexualidade marcada pela *efração* que sofre o pequeno *infans* pela sexualidade infantil e em estado inconsciente do adulto cuidador. Nessa experiência, o *Sexual* (Laplanche,

2015) é instaurado. A criança seduzida é, portanto, uma *Criança-Oficial* (André, 1996). Essa efração seria constitutiva da feminilidade primária e precoce da criança.

A efração que a criança sofre pela “sedução” do adulto produz uma situação traumática, um excesso que não terá condições de ser traduzido, ficando, portanto, fadado ao mais profundo recalçamento. Essa intromissão da sexualidade adulta no psicossoma da criança parece querer trazer o órgão feminino como símbolo, privilegiado, no que se refere ao seu lugar de penetração:

A situação geral de sedução reúne um adulto efractante e uma criança efractada: as palavras nos ouvidos, o mamilo na boca, o supositório no ânus... a penetração (sedutora) do adulto não é simples metáfora, mas passa pelo ato. Se essa penetração, como pensamos, é constitutiva da feminilidade da criança pequena, a teoria da sedução abre-se para uma psicogênese da feminilidade precoce até hoje inexplorada. (André, 1996, p.99).

Sua teoria da *Criança-Oficial* fica sustentada pela teoria da *Sedução Generalizada* de Jean Laplanche (2015), apresentada nessa dissertação no Capítulo “Críticas e Revisões da Teoria da Feminilidade Freudiana”, onde Laplanche apresenta elementos faltantes em Freud, como a noção de comunicação precoce, noção de mensagem e noção de tradução (do recalque ligado à necessidade de tradução).

Assim, acontece com André (1996) o deslocamento das origens da sexualidade feminina para a das origens da homossexualidade (Saad, 2002, p.621). Nessa passividade presente na origem do ser, André articula que há as primeiras experiências passivas da criança à feminilidade, e essa vinculação dos termos passividade e feminilidade torna-se um campo espinhoso, sem dúvida. Passivo é o estado do pequeno *infans* diante da efração sexual realizada pelo *Sexual* (Laplanche, 2015) do adulto; se essa condição passiva é nomeada por feminilidade, nessa vinculação se mantém o binarismo dos termos masculino e feminino para qualificar moções pulsionais e com isso reforçar a herança associativa entre ativo-masculino e passivo-feminino.

Com Birman (2001), temos uma crítica ao falocentrismo sem a ênfase de André (1996) à efração do sexual na criança, vinculada à passividade de seu estado originário a uma representação de orifício propício à penetração. E, sendo assim, reproduzindo a vinculação entre os termos passividade, feminino e penetração, presente no imaginário popular durante séculos de história.

Saad (2002), mencionando Monique Schneider (2000) e Márcia Arán (2000), apontou para a consideração da sobredeterminação biológica e psíquica, social e cultural, articulando-se no processo de subjetivação. Com isso temos uma forte complexidade na constituição dos

seres no seu *vir a ser*, onde a experiência constitutiva do sujeito está em deixar-se atravessar pelo outro. Essa lógica, inclusive aventada por Freud com a sua teoria da sedução materna e do trauma como corpo estranho, está ligada à sexualidade que se instaura de fora para dentro no início da vida (Saad, 2002, p.617).

A condição predeterminada de um sujeito atende ao discurso de hegemonia masculina dos sistemas de sexo e gênero, voltados para manter a supremacia do homem, branco, cisgênero e heterossexual, como já apontado. Nessa esteira, a busca pela positivação da feminilidade exigiu o desvio da teoria do campo da representação para o campo pulsional (Saad, 2002, p.625) e, por mais que possamos reconhecer que nesse movimento está presente um esforço de revisão da teoria em freudiana, entendemos que se manteve uma lógica que acabou por manter as vinculações entre o feminino-feminilidade com o passivo-passividade, todas elas produtos da ideologia masculina imperante.

6.7 O FEMINISMO COMO AMEAÇA ÀS CONVENÇÕES PATRIARCAIS

O artigo que serviu de base para essa categoria foi o primeiro do Quadro 5, sob o título “A Psicanálise é (virou) coisa de mulher?” (1994), de Liana Albernaz de Melo Bastos. A autora partiu da pergunta: “mudaram as mulheres ou mudou a psicanálise?” (p.262).

Ao se propor a pensar a partir do feminismo para responder à questão, Bastos (1994) apresentou dados da SBPRJ, cujo número de homens que ocupavam posições de supervisor e coordenadores de seminários clínicos oficiais era à época mais que o dobro das mulheres (74% *versus* 26%). Ao diminuir a qualificação das posições de ocupação, os números se invertem (75% mulheres *vs.* 25% homens). A psicanalista considerou que o avanço das mulheres ainda carece de equiparações no âmbito social, e a questão salarial foi a representante máxima dessa questão. Diante dessa constatação da luta feminista por direitos, apresentou um caso clínico de uma mulher que temia perder o desejo dos homens se conquistasse avanços profissionais (Bastos, 1994, p.263).

Ao falar da teoria freudiana da psicosssexualidade feminina, entendeu que Freud não estabeleceu que a anatomia é o destino; “Com Freud ficou estabelecido que não é a diferença anatômica entre os sexos a determinadora da sexualidade humana. As vicissitudes da sexualidade se dão na intersubjetividade fundante do sujeito” (Bastos, 1994, p.269).

Não obstante, nossa pesquisa aponta para um apoio em Freud na lógica fálica. Nessa lógica o órgão sexual feminino (a vagina) seria o destino para feminilidade. Bastos (1994) considerou que a diferença sexual apoiada no real dos corpos não se resume só à anatomia, pois é marcada pelo corpo-linguagem que expressa a presença ou ausência do falo, e culminaria na oposição fálico-castrado. Nessa esteira, com Laplanche (2015), temos que a anatomia que Freud utilizou para construir suas teorizações foi a popular, ou seja, aquilo que

se percebe e sobre o que se cria uma ilusão. A diferença dos sexos torna-se “diferença de sexo” (Laplanche, 2015, p.170) e com isso destacamos que, sobre a anatomia popular, predomina o imperativo masculino da cultura patriarcal. Ao considerar o corpo-linguagem, entendemos que a autora tentou fazer uma diferenciação entre a anatomia ciência e a anatomia imaginária.

Bastos (1994) colocou em oposição o termo diferença e diversidade: “diferença” seria a lógica de dois valores, fálico-castrado (amplamente considerado por Freud); e “diversidade” abrigaria uma série de sentidos opostos. O pênis é um exemplo de diversidade para a autora: “falo não é pênis, mas se sustenta na realidade material do corpo. O pênis pode se opor a vários termos (vagina e outros órgãos etc.); ele, portanto, marca uma diversidade, mas não uma diferença” (p.269). Seu critério de conceituação sobre o termo diversidade não parece condizer com o sentido utilizado, ou seja, configurando um sentido de múltiplo e não de oposição.

Nessa postulação sobre a “diferença” e a “diversidade”, Bastos (1994) defende que em Freud a oposição estaria entre o fálico e o castrado e não entre o masculino e o feminino, conforme afirma: “mas por se sustentar o falo na realidade anatômica do pênis, o homem se reconhece no fálico e a mulher no castrado” (p.270). O rumo de nossa pesquisa, em diálogo com outros campos do saber que não só a Psicanálise, possibilitou uma leitura que não converge com a posição da autora. A mulher não se reconhece no castrado: ela foi colocada nessa condição a partir dos determinantes culturais que justificaram seu lugar de pertencimento, por meio de construtos biológicos que serviram como disfarces para as ideologias da cultura (Butler, 2024).

Porém, Bastos (1994), ao pensar o feminismo dos anos de 1970, ressaltou que a referência freudiana ao fálico e ao castrado provocou inúmeros protestos, resvalando em uma ferida narcísica das feministas. Considerou que nesse período da década de 1970 as lutas feministas se refeririam à igualdade de direitos. Trouxemos no Capítulo “Críticas e Revisões da Teoria da Feminilidade Freudiana” que o período da segunda onda feminista no Brasil foi de um feminismo que lutava pela diferença, pois “além da clássica dominação de classe, estava colocado em questão pelas feministas a dominação masculina sobre a mulher” (Pinto, 2010, p. 16), marcando com isso uma luta pela diferença e não pela igualdade — como ocorreu na primeira onda feminista. Não podemos afirmar o motivo e se houve equívoco por parte da autora, contudo temos o objetivo de refletir como os(as) psicanalistas absorveram e reproduziram a teoria da psicosexualidade feminina de Freud e se o feminismo (da segunda e terceira ondas) repercutiu em suas considerações sobre a mulher, o feminino e a feminilidade.

Se a igualdade era buscada nesse período, segundo Bastos (1994), as feministas não entenderam a questão da diferença. Nessa diferença (fálico-castrado) ficou colocada como suporte para discriminações “e a manutenção da mulher num lugar de desvalorização. A

superficial e preconceituosa abordagem desta questão impede que dela retiremos argumentos para o entendimento da problemática da mulher” (p.270). Na sequência de seu pensamento, a psicanalista priorizou os aspectos intrapsíquicos da mulher, apontando que o desenvolvimento precoce do *supereu* feminino traria uma condição de crueldade para ele e que a condição de castrada da menina é um organizador da diferença dos sexos como lei, quando a mesma percebesse que a mãe também seria (p.270).

Sua crítica ao feminismo da igualdade (referido por ela à década de 1970) continua com a questão da busca pelo gozo — segundo Bastos (1994), era uma pauta feminista da época. As feministas reivindicavam orgasmos múltiplos e, mediante a esse *supereu* cruel, as mulheres se sentiam inferiores devido a essa não conquista.

Entretanto, a autora compreendeu que o movimento feminista e ecológico ficou à margem das questões políticas, devido ao fato de a década de 1970 ter sido marcada pelo período da ditadura civil-militar: “No Brasil, vivia-se uma terrível ditadura. Não havia lugar para as mal-amadas que queimavam seus soutiens ou para os desbundados políticos defendendo as baleias. Isso era coisa para país desenvolvido cujas questões básicas já estavam resolvidas... Luxos do desenvolvimento.” (p.272).

No período da escrita de seu artigo (1994), Bastos considerou que o feminismo se encontrava mais suavizado, entendendo assim que a luta não era mais pela igualdade de direitos, “mas pela igualdade de direitos com o reconhecimento da diferença” (p. 272). Na década de 1970, a luta pela igualdade, segundo a autora, não absorveu que a mulher, sendo menos genitalizada do que o homem, possui uma multiplicidade erógena devido ao seu investimento libidinal estar presente em todo seu corpo — diferentemente do homem, que desde menino investe maciçamente seu órgão genital de maneira exclusiva.

A proximidade da mulher da natureza acontece nessa consideração. Para Bastos (1994), a linguagem erótica seria antecessora de uma linguagem simbólica: “O corpo da mulher é marcado pela Natureza: menstruação, gravidez, parto, aleitamento, menopausa. Ele é um corpo mais ‘natural’ e menos simbólico que o do homem” (p.271). A autora ressalta que a mulher tem todas as condições de adentrar o universo simbólico, porém o que a diferencia seria sua linguagem primitiva se manter de forma intensa.

A dinâmica psíquica da mulher foi entendida indissociada das experiências corporais. Nessa trilha, Bastos (1994) apontou que a paternidade seria simbólica e a maternidade real, pois para o homem ela não ocorreria no corpo. A essencialização de suas reflexões aludiu para uma complementariedade entre o homem e a mulher. Seu pensamento sobre o fim do século XX teve o objetivo de trazer para o início do novo século uma nova aliança, a partir de uma mudança de paradigma do pensamento por oposição, por uma lógica que incluía a cultura com a natureza e a lei paterna com a lei materna. Sem essa junção não haveria avanços (p.272).

Sobre as funções feminina e masculina, a autora entendeu que a função feminina seria mais natural para mulher e, por esse motivo, respondendo à pergunta-título de seu artigo, a Psicanálise seria mesmo “coisa de mulher”. Freud, ao final de sua obra, se feminilizou, afirmou a autora, e superou o padrão masculino: “Estas contribuições do final da obra de Freud permitiram, sem dúvida, o alargamento do campo clínico da Psicanálise” (Bastos, 1994, p.276).

Provavelmente Bastos (1994) estaria se referindo ao repúdio da feminilidade apontado por Freud em *Análise Terminável e Interminável* (1937). Ao apresentar a feminilidade de todos os sujeitos como um obstáculo intransponível, abriu-se um campo para pensá-la como origem (Birman, 2001). A partir dessa conceituação de uma feminilidade inicial, a autora abordou a função do analista como uma função de feminilização, no sentido de a análise caminhar para uma linguagem mais primitiva. “O discurso íntimo, o espaço privado, são integrantes da mulher” (p.277) e assim seria mais natural para a mulher ocupar essa função de analisar. Isso não excluiu que o homem pudesse exercer essa função feminina também

Podemos perceber que Bastos (1994) se aproxima do feminismo de maneira ambivalente. De um lado, levanta uma crítica ao movimento, apontando a ferida narcísica das feministas quanto ao termo “castrada”, pois diz que elas não entenderam o sentido da diferença dos sexos e o termo ficou sob uma consideração preconceituosa, assim acabando por priorizar a questão do intrapsíquico da mulher e seu *supereu* precoce. Contudo, a psicanalista apresentou uma reflexão crítica de como esse movimento foi recebido no período da ditadura civil-militar no Brasil e, não obstante, concluiu seus postulados defendendo o feminino de maneira essencializada e trazendo a ideia de uma feminilidade como sendo mais natural às mulheres.

Entendemos que a disseminação das questões de gênero com sua desnaturalização e noção de performatividade (Butler, 2003) ainda não tinha alcançado grande expansão no período do artigo. Assim, provavelmente Bastos (1994) acabou abordando a mulher em complementariedade com o homem, com a junção das funções maternas e paternas, femininas e masculinas, natureza (mulher) e cultura (homem), como forma de evitar de conflitos.

A autora demonstrou não sentir o feminismo como ameaça desde que ele atuasse no campo da diferença, compreendendo que a lógica fálico-castrada seria um organizador. Sabemos que essa lógica é completamente criticada pelo feminismo e entendemos os motivos dessa contestação, pois não podemos privilegiar a lógica intrapsíquica em detrimento da lógica sociocultural. Se não for dessa maneira, fica minimizada toda a construção patriarcal, e a transmissão da complementariedade será feita numa espécie de romantização.

Com o artigo de Iencarelli Filho (1996), temos o feminismo como um grande ameaçador das estruturas que sustentam o modelo padrão das posições masculinas e

femininas, e entendemos que isso está intrinsicamente presente em seu discurso. Por mais que ele tenha dito diretamente algo sobre o feminismo, sua narrativa estava repleta de ideologias patriarcais. Seu texto foi apresentado em um Congresso cujo tema versava sobre “Sexualidade e Prática Analítica”. Buscando pensar sobre a normalidade da sexualidade no período da década de 1990, o psicanalista então discorreu sobre as mudanças de comportamento que vinham se apresentando nesse período.

É sabido que essa década foi bastante marcada por contradições. Por um lado, conquistou-se a despatologização da homossexualidade presente na *Classificação Internacional de Doenças* (CID), em 17 de maio de 1990 (Melo, 2021), por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com isso a cultura *gay* passou a ganhar mais espaço na mídia. De outro lado, também foi um período de máxima objetificação das mulheres na publicidade e nos programas de televisão.⁶⁶

Uma revolução sexual acontecia nesse momento no Brasil, entretanto uma força conservadora, que se mostrava igualmente atuante, resistiria às mudanças de comportamento. Para Iencarelli filho (1996): “A mulher adquiriu independência ao controlar a própria concepção, elevando-se à condição de igualdade com o homem e a tradicional distinção entre comportamentos passivo e ativo, atributos respectivamente feminino e masculino, vem se dissolvendo progressivamente” (p.950).

Diante desta fala, podemos perceber que seu entendimento sobre as mulheres estava sustentado pela máxima de Freud sobre a vinculação do feminino ao passivo e do masculino ao ativo. Todavia, Iencarelli (1996) torna-se radical em suas postulações, pois apresenta uma outra vinculação à sexualidade, trazendo o comparativo da vida celestial: “A repressão sexual, de certa forma ligada à fantasia da vida celestial *pós-morte*, foi substituída pela obrigação de se obter prazer durante a existência, outra forma mascarada de repressão, cuja satisfação nunca é completa” (p.951).

Suas falas afirmam que a importância de Deus, a supremacia do masculino e o nome de família estavam sob a ameaça de perderem seu valor em detrimento do avanço consumista que a globalização do capitalismo promoveu. Apesar de sua crítica à sociedade de consumo, suas postulações no texto são completamente contrárias às pautas do feminismo. Ao mencionar a questão da Aids, faz uma crítica às propagandas que ensinavam o uso correto do preservativo masculino na TV. Em um momento marcado pela “epidemia” da doença no País,

⁶⁶ Não daremos desenvolvimento a essas questões sobre a objetificação das mulheres e das lutas LGBT’s na década de 1990 nessa pesquisa. Se assim o fizéssemos estaríamos promovendo uma ampliação do tema que não iria condizer com o recorte proposto para essa dissertação. A menção foi realizada devido à narrativa conservadora encontrada no referido artigo de Iencarelli Filho (1996), dando mostras de que qualquer avanço nas pautas feministas e das diversidades sexuais era interpretado como ameaça à moral e aos bons costumes da família tradicional brasileira.

a necessidade de políticas públicas para conter a contaminação não foi considerada. Na sequência fez uma crítica na direção da independência das mulheres:

Mulheres conquistando homens, homens sustentados por mulheres, direitos iguais de pensão para os dois sexos, são fatos corriqueiros, considerados anormais no passado. Neste contexto, há um descenso da maternidade e uma redução do poder aquisitivo individual, que impede o homem de sustentar sozinho uma família. A feminilidade e a masculinidade convergem, numa espécie de retorno, para a diferenciação genital, para o exclusivo domínio corporal, movimento de feito primitivo. (Iencarelli Filho, 1996, p.951).

A defesa da supremacia masculina ganha destaque com o autor, e com isso fica evidente a necessidade de a mulher permanecer apassivada; caso contrário, abalaria toda a estrutura que sustenta os determinismos de gênero, ficando assim ameaçada de ruir. Como vimos, foi na década de 1990 que se iniciaram os estudos de gênero no Brasil, e esse fato corresponde ao período da chamada terceira onda feminista. Entendemos com isso que a tensão estava alta na direção das liberdades sexuais, e assim os maldizeres sobre esses avanços repercutiam inclusive no interior do campo psicanalítico.

O caminho mais recorrente a ser utilizado pelos psicanalistas que atuavam em um campo conservador é o de reduzir os comportamentos que pudessem promover rupturas de paradigmas. Eles ficaram atrelados ao desenvolvimento pré-genital e assim foram tomados com uma regressão a essa fase, criando-se uma construção de pensamento clínico no sentido de um retorno ao autoerótico. Iencarelli Filho (1996) menciona: “Existe um retorno do desenvolvimento sexual ao nível autoerótico masturbatório, o que explica a profusão de atividades parciais, ou self-objetais, que abundam nosso cotidiano” (p.952).

Nessa esteira, logo chegamos a sua conclusão, de que os limites da sexualidade, sendo estendidos, alcançam manifestações psicóticas: “Exibicionismo, voyeurismo, fetichismo e sadomasoquismo parecem tão bem tolerados como o homossexualismo⁶⁷ e a prostituição, fatos decorrentes dos direitos inalienáveis da posse do próprio corpo, outra grande ruptura da sociedade moderna” (p.952).

A descoberta deste artigo e sua consequente seleção, com destaque para o ano da sua publicação (1996), expõe uma radicalidade de pensamento dentro da Psicanálise. A probabilidade da atuação clínica desse psicanalista, imaginada a partir da narrativa de seu texto, nos convoca a refletir sobre o uso da teoria da psicosexualidade feminina de Freud de

⁶⁷ Mesmo tendo sido retirado da CID em 1990, Iencarelli Filho (1996) ainda utilizava a palavra “homossexualismo” em sua produção textual, deixando claro sua posição de tratar os comportamentos sexuais fora do padrão como patologias.

uma maneira radicalmente conservadora. Iencarelli Filho (1996) assim se manifestou sobre as questões sexuais e de gênero:

Temos de um lado, a pressão social no sentido da igualdade com a restrição da identidade de gênero às diferenças genitais e, de outro, a infelicidade decorrente do isolamento obrigatório com o medo da morte que o acompanha [...] Houve um deslocamento da repressão para a sua outra função mais profunda e essencial que é a reprodução. Essa é uma função de união genuína e estável, precursora do amor, que surge agora de maneira caleidoscópica e fugidia. (p.953).

Sobre o isolamento obrigatório citado, entendemos que o autor se refere à Aids com o medo da contaminação, que se sobrepôs à liberdade de viver uma vida sexual se não aquela permitida somente dentro do casamento. Mediante essa condição, acreditava-se estar “seguro” quanto ao risco de contaminação pelo vírus HIV, pois os que se contaminavam eram os pervertidos de uma sociedade. Com Federici (2017) e Butler (2003; 2024), foi revelado a serviço do que esses ideais burgueses haviam sido erigidos. Se a primeira autora desvendou toda a trama do sistema capitalista para manter o apassivamento do feminino, a segunda apresentou a desconstrução dos determinismos de gênero disfarçados com justificativas biológicas para encobrir o fator cultural (patriarcal) dessas construções.

Rubin (1975) e Irigaray (1977) trouxeram apontamentos fundamentais para refletirmos sobre a dominação masculina no sistema gênero/sexo e no discurso falocêntrico. Não é ao acaso que sejam mulheres, em sua grande maioria, as que buscaram desvendar, questionar e propor mudanças nos sistemas operantes. Ao nos depararmos com essas colocações de Iencarelli Filho (1996), temos a expressão de um discurso que buscou conservar o *status quo* de uma cultura e de uma sociedade que entendia/entende que os privilégios conquistados e mantidos em detrimento das chamadas minorias, para se manterem, necessitavam/necessitam serem conservados. Assim, no imaginário popular com suas crenças e ideologias implantadas, qualquer forma de mudança e transformação fica recebida com persecutoriedade.

O psicanalista do artigo em questão terminou sua produção textual convocando os(as) psicanalistas a pensarem o que se pode fazer frente a todo esse movimento de mudança nos comportamentos sexuais (Iencarelli Filho, 1996, p.953). Colocou dessa maneira a clínica psicanalítica como guardião da matriz heterossexual e tudo que isso inclui, a saber: casamento, união dos genitais, reprodução, comedição dos costumes, apassivamento do feminino, adiamento dos prazeres em nome de uma vida celestial etc. Enfim, utilizando-se das teorias psicanalíticas de forma dogmática, apelou para patologização dos comportamentos sexuais que fogem do padrão.

No artigo de Saad (2002) o feminismo foi compreendido com a importância de sua função, no qual a autora apresentou uma reflexão sobre a condição da mulher na história ocidental e apontou que sua relação com a dor se fez desde os povos primitivos, onde parir e sentir dor não era um castigo como na história religiosa de Adão e Eva. Como Eva comeu do fruto proibido, foi condenada a parir com dor.

Na sequência de seu texto a autora ressaltou que na Era Medieval o homem não poderia expressar emoções, pois dessa forma seria rebaixado à condição feminina. “A mulher por sua vez, era considerada um ser perverso e, por isso, perigoso, que deveria ser domada pelo casamento” (Saad, 2002, p.608). A vinculação entre feminino e passivo já ocorria, porém, como vimos no Capítulo “A Dimensão do Passivo: O Feminino na História”, não era só ao feminino que o apassivamento de uma existência se dirigia. Desde a Roma Antiga, fora da aristocracia, os escravos, os estrangeiros e as crianças, assim como as mulheres, não tinham lugar de decisão no campo social.

Saad (2002) relata que no Brasil Colonial existiam penalidades que já haviam sido aplicadas séculos antes em outros países, e que aqui o foram no século XVI, pelos portugueses. Igualmente os alvos eram os “inferiores”: as mulheres, as crianças e os dependentes. Nas religiões judaicas e cristãs, nos primeiros tempos de sua história: “a mulher participa dos cultos apenas porque os homens eventualmente permitem. Mas é excluída das decisões relativas ao casamento, não tem direito à herança, exceto em determinadas circunstâncias, e seu papel social restringe-se à educação dos filhos, dentro de casa.” (p.608).

Com o advento da Revolução Industrial, à mulher ficou determinada ao espaço privado do lar e o homem ao espaço público. Saad (2002) mencionou que, todavia, as mulheres da classe trabalhadora, nessa mesma Revolução Industrial, teriam que sair para trabalhar. “A mulher, mais eficiente em algumas tarefas e a quem se pagava salários mais baixos, passou a concorrer com o homem em postos de trabalho na indústria” (p.610).

Com Federici (2017), tivemos demonstrado que a feminilização da pobreza ocorreu de forma devastadora, e o fenômeno da caça às bruxas ganhou essa expansão segundo a autora — e, com isso, a perda dos direitos sobre as questões da gestação e parto. Os cuidados com os filhos na configuração da família burguesa promoveram a individualização da família e a diminuição da vivência coletiva entre mulheres. Saad (2002) prosseguiu na reflexão sobre a mulher:

Perpassando as ideias sobre os destinos da mulher predominantes nas concepções dos povos através dos tempos, pode-se neles identificar dois mitos importantes, advindos das tradições mesopotâmicas e judaico-cristãs: Eva e a Virgem Maria. Eva, simbolizando a capacidade de sedução e libertinagem da mulher, que

representa ameaça e perigo; a Virgem Maria, simbolizando a docilidade, a sensibilidade, a fragilidade e a passividade femininas. (p.610)

Diante dessas colocações, podemos perceber um pensamento convergente ao pensamento feminista: a crítica feminista sobre a condição da mulher na história foi considerada na narrativa da autora. O título de seu artigo nos revela que um outro olhar não só para mulher, mas para o feminino e para feminilidade, precisaria acontecer. Saad (2002) não fala de um novo olhar, mas de *um outro olhar*. Um olhar fora do discurso hegemônico masculino, fora de uma cultura patriarcal e falocrática (Irigaray, 1977/2017).

Irigaray (1977) nos mostrou que, enquanto mulheres, precisamos estar cientes de que nossa linguagem foi constituída sob uma narrativa masculina e se isso continuar sendo reproduzido sem críticas será perpetuada essa condição de inexistência desse sexo. Esse sexo (que não é só um sexo) tem sua própria narrativa, não é o negativo do masculino, não é definido por oposição. “Envelopadas em peles apropriadas, mas que não são nossas. Assaltados os nomes próprios, violadas por eles. Não os seus, nem os meus. Nós não os temos. Nós trocamos de nome como eles nos trocam, como eles nos usam” (Irigaray, 1977/2017, p.233).

Com essas palavras de Irigaray, entendemos que Saad (2002) demonstrou a intenção de transmitir com seu texto alguma possibilidade outra que não seja a mesma reproduzida na história ocidental e que Iencarelli Filho (1996) repete com a radicalidade de seu pensamento conservador. Saad (2002) reconheceu que o movimento feminista nunca foi visto com bons olhos, porém conquistas começam a acontecer. “Mas durante quase todo o século XX a mulher permaneceu, nas camadas socioeconômicas médias e baixas, reclusa no lar, vivendo uma existência monótona, insípida, despida de ideais” e continua: “Interessa registrar que as classes menos favorecidas incorporam bastante enfaticamente os valores e os costumes das classes dominantes, tornando o poder do homem sobre a mulher uma característica nacional também daquele século” (p.612).

Percebemos que a consciência de classe esteve presente em sua narrativa sobre a condição das mulheres, e a sintonia com a terceira onda do movimento feminista que aborda a interseccionalidade presente em suas pautas ficou aparente. Classe, raça e gênero foram dispositivos utilizados para inferiorizações impostas aos mais vulneráveis economicamente, aos não brancos e àqueles que não performavam as determinações de gênero ou fosse do “outro sexo”, ou seja, as mulheres.

Com isso finalizamos a sexta categoria de nossa análise documental, realizada por meio dos dez artigos selecionados que abrangem a segunda (1970–1990) e a terceira onda (1990–

2002) do movimento feminista no Brasil. Essa seleção de dez artigos, a partir de seus pontos de destaques, extraídos de forma intersubjetiva pela autora, incluíram as reverberações afetivas do referencial teórico, como já apontado, e culminando na criação das seis categorias de análise, cujo desenvolvimento se deu ao longo deste capítulo.

Com a análise das sentenças constatamos que a maioria dos autores(as) dos artigos confirmou a lealdade doutrinária à teoria. Pudemos perceber que, dentre os(as) cinco autores(as) psicanalistas do Quadro 5, a lealdade à teoria de Freud se fez presente em três deles: Bastos (1994), Iencarelli (1996) e Iara Noto (2001), com intensidades diferentes, acabaram por reproduzir aspectos da teoria da feminilidade de Freud em seus pensamentos clínicos. Dentre esses(as) três autores(as), Bastos (1994) foi quem trabalhou com a ideia da inserção das mulheres no campo psicanalítico, apresentando dados típicos de uma análise feminista, porém manteve suas considerações sob um essencialismo da “natureza feminina” e com isso o foco sobre a mulher ficou voltado para a questão da reprodução. A psicanalista não tensionou a condição de reprodução da mulher às condições de opressão histórica sobre sua capacidade procriativa.

Com Iencarelli Filho (1996) e Iara Noto (2001), deparamo-nos com maior radicalidade de pensamentos. Seus discursos reproduziram fielmente os determinantes de gênero erigidos a partir dos sistemas de sexo e gênero, com ecos nas práticas sociais. Neles estão vigentes os imperativos masculinos, de forma intrínseca ou não, mas de toda forma presentes na compreensão dos fenômenos cotidianos, na vida sexual e no campo das representações psíquicas. Se Iencarelli Filho (1996) apela para o perigo das reivindicações de gênero, Iara Noto (2001), em uma inversão de valores sobre o gênero dominante de uma sociedade, coloca a mulher como a causadora da repressão masculina, devido a sua certeza materna. O homem, com isso, teria justificada sua ação repressora, tão intensa como a dor de sua incerteza paterna.

Lago (1997) e Saad (2002) são as autoras que, nesse período correspondente à terceira onda feminista, convergem com as pautas feministas desse momento. A lealdade doutrinária foi questionada por Lago (1997), apontando para o aspecto polêmico da teoria da feminilidade em Freud. Com Saad (2002) a consideração do masculino como parâmetro universal na ordem das coisas ficou destacada. As duas autoras apresentaram a feminilidade como primária e com isso questionam os preceitos freudianos de uma masculinidade inicial para a menina.

A partir desse aspecto da primariedade do feminino sobre o masculino, a feminilidade ganhou representação no campo pulsional na teoria psicanalítica, demonstrando com a concepção de uma feminilidade originária (Birman, 2001) a tentativa de dar posituação ao campo do feminino, que com Freud ficou desvalorizado.

No desenvolvimento da análise da terceira sentença, “O feminismo como ameaça às convenções patriarcais”, pudemos perceber que o campo clínico psicanalítico é sensível ao

pensamento feminista, seja para rechaçá-lo ou para construir uma relação dialógica com ele, e constata-se assim algum tipo de influência.

Fazendo um movimento de integração com o cruzamento dos dois períodos, pudemos constatar que em um espaço de quase setenta anos obtivemos demonstrações de aberturas e fechamentos na direção do feminismo. No primeiro período considerado em nosso recorte temporal, as décadas de 1970 e 1980 (segunda onda feminista no Brasil), Manhães (1975; 1977) foi a autora que pareceu dialogar com as críticas feministas sobre o falocentrismo na teoria freudiana — advindas de sua inserção na cultura igualmente falocrática. Nigri (1981) e Vilete (1979) revelaram suas preocupações quanto ao feminismo e igualmente em ambos, e essas preocupações circundaram as questões sobre procriação e maternidade.

No segundo período analisado, correspondente à terceira onda feminista no Brasil (1990 a 2002), Iencarelli Filho (1996) e Iara Noto (2001) não apresentaram em seus discursos textuais uma aproximação com o pensamento feminista, pelo contrário: revelou-se um clima de ameaça para um e para a outra uma inversão da lógica de dominação masculina no curso da história, demonstrando um nível de negação/recusa, somente possível mediante a captura e alienação pelo discurso hegemônico.

Na análise desse segundo recorte histórico (Quadro 5), percebeu-se que, salvo Lago (1997) e Saad (2002), a concepção freudiana do feminino destinado ao passivo continuou se reproduzindo, aqui não por meio de termos, mas de sentenças que expressam igualmente em seus discursos a racionalidade de seus pensamentos. Assim como vimos na análise do primeiro recorte histórico (Quadro 4), a ocorrência de justificação das marcas culturais de outro período histórico também aconteceu nesse segundo momento. Continuou-se promovendo a universalização dos preceitos freudianos de maneira dogmática dentro de suas produções, causando uma ampliação no tempo da concepção de Freud sobre a mulher, seu feminino e sua feminilidade.

A clínica psicanalítica foi averiguada a partir das publicações da *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP), pertencente à Sociedade Brasileira de Psicanálise, uma instituição ancorada nos preceitos da IPA (Internacional Psychoanalytical Association). Esse feito para que pudéssemos pesquisar o campo clínico psicanalítico dentro de um dispositivo onde originalmente a Psicanálise se implementou no País. Consequentemente a isso, um outro fator contribuiu para essa escolha da RBP: sendo uma das revistas mais antigas do campo psicanalítico, sua produção de artigos alcançou os períodos dos dois recortes temporais dessa pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu de uma inquietação sobre a teoria da psicosssexualidade feminina de Freud, a partir do lugar que ocupo como psicóloga e psicanalista, atuante na clínica e mulher. Considerando que essa inquietação se configura em uma questão clínica, indagou-se: *quais os efeitos iatrogênicos na escuta de um(a) psicanalista de uma teoria que não esteja à altura de seu tempo?* Na busca pela compreensão dessa questão, partiu-se de dois eixos principais.

O primeiro deles foi embasado por uma pesquisa bibliográfica que pudesse apresentar como essa teoria se manteve ao longo do tempo, já que desde as publicações de Freud sobre o tema, com seus textos de 1931 e 1933 sobre a feminilidade, divergências em relação às suas postulações aconteceram. Para Freud o desenvolvimento psicosssexual da menina partiu de uma condição inicialmente masculina e, com o advento da fase fálica, a menina também acreditaria ser possuidora do pênis. A constatação de sua real situação, a saber, perceber-se “castrada”, geraria uma série de desdobramentos até chegar à puberdade e assim alcançar ou não a sua “verdadeira feminilidade”. O clitóris foi considerado seu pequeno pênis, passando a ser seu órgão de vergonha, pois revelava sua “verdadeira condição” de não possuidora. Como um órgão de prazer, o clitóris, sendo representante de sua fase masculina, precisaria ser abandonado em prol da vagina, seu “verdadeiro órgão” feminino. Moções pulsionais de meta passiva deveriam advir para arrefecer seus impulsos ativos da fase fálica, pois a passividade psíquica traria a aceitação de seu destino apassivado, tanto no sentido sexual como também no âmbito social. Todo esse contexto estaria a serviço de uma configuração heterossexual, com vistas ao orgasmo vaginal, culminando na maternidade.

Ainda sob a perspectiva de Freud, sua condição reprodutiva traria a única maneira de se chegar o mais próximo possível da posse do falo, a saber, por meio de seu bebê-falo. Se assim não ocorresse, a mulher cairia vítima da *inveja do pênis*, podendo se tornar uma “mulher fálica”, e sob essa condição ganharia um *status* patológico para sua forma de existir. Mediante essas considerações, a herança associativa deixada na obra de Freud sobre o desenvolvimento psicosssexual relacionado à diferença dos sexos foi: ativo-fálico-masculino e passivo-castrado-feminino.

Karen Horney e Josine Müller foram as psicanalistas mulheres que divergiram de sua teoria. Ambas incluíram as questões socioculturais para se pensar sobre a conflitiva feminina e com isso proporcionar um aspecto inter-relacional em paralelo às questões intrapsíquicas. A consideração sobre as sensações vaginais — e com isso a existência de investimento libidinal da menina em seu órgão sexual — foi um diferencial. A inveja do pênis, como secundária para Horney, ampliou as considerações sobre a relação da menina com sua mãe. A psicanalista partiu, diferentemente de Freud, de uma relação amorosa e não hostil entre elas. Sendo assim,

a identificação com o pai e sua percepção da falta do pênis ocorreria em um segundo momento, devido à *ansiedade genital* causada pela desproporcionalidade do pênis do pai em relação ao seu pequeno corpo. Sob uma ação defensiva, a menina viveria a identificação com o pai, e com isso as constatações de sua diferença anatômica. Entretanto, Horney não deixou de considerar o androcentrismo na constituição das subjetividades e por esse motivo a condição de “castrada” ficaria tão desvalorizada para menina.

Jean Lampl-de Groot e Ruth Brunswick contribuíram para a conceituação da fase pré-edípica da menina. A primeira destacou a forma negativa inicial do complexo de Édipo para menina e, com Brunswick, sob a supervisão de Freud, essa fase obteve um fator de suma importância no desenvolvimento da psicosssexualidade da menina. A feminilidade, sendo postulada por Freud em 1931, contou com o reconhecimento de que a transferência das analisantes com uma psicanalista mulher revelaria questões que ele não pôde perceber. Não obstante, essas psicanalistas, juntamente com Helene Deutsch e Marie Bonaparte, seguiram fiéis discípulas de Freud. Melaine Klein foi a primeira psicanalista mulher a construir uma teoria que partia dos pressupostos de Freud, mas que seguiu um percurso independente das ideias do fundador da Psicanálise, inaugurando com essa diferenciação uma outra linha teórica no interior da disciplina psicanalítica.

Para que compreendêssemos como a teoria freudiana sobre a psicosssexualidade feminina se constituiu, realizamos um breve percurso histórico, tendo como foco a história da mulher, perpassando as questões de sexo e de gênero com seus determinismos socioculturais. A partir do pressuposto de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas que abarca um aspecto social e político, buscamos evidenciar que ela não acontece como algo natural e, juntamente a isso, a vinculação do feminino ao passivo também não. A sexualidade como um dispositivo histórico foi uma invenção social, constituída na esteira de múltiplos discursos — discursos esses que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem “verdades”.

Foi a partir do final do século XIX, adentrando o século XX, que a sexualidade alcançou um campo de maior extensão. Com isso, uma nova modalidade de poder adquiriu hegemonia na cultura ocidental. O discurso médico, que distinguia entre o normal e o patológico, organizou, classificou e descreveu a forma como a vida sexual e o sexo deveriam funcionar. A sexualidade passou a ser exercida por um biopoder, culminando em um modo de assujeitamento na maneira de ser e existir.

Nesse momento, no qual o sexo como discurso se instaurou e tornou-se um campo em disputa, a Psicanálise com Freud aconteceu, e com ela a psicosssexualidade humana pôde ser apresentada. Entretanto, essa sexualidade também não está isenta das construções históricas e sociais, pois se encontra presentificada no psiquismo dos sujeitos. A teoria freudiana, então, carregou todos os marcadores de sexo e de gênero imperantes na cultura patriarcal. A forma

de fazer ciência, construir teorias e ditar “verdades” está imersa em um caldo ideológico e cultural de sua época e deixa marcas. A teoria da psicosexualidade feminina é um exemplo disso: insistindo em se preservar, conta com sua inserção em uma sociedade capitalista e patriarcal, que defende ideais de branquitude e masculinidade, mantidos e preservados em certa medida até os dias atuais.

Como essa construção epistemológica se ergueu sobre bases culturais patriarcais — e sendo este um sistema que se perpetua ao longo do tempo —, as ações realizadas para sua desconstrução seguiriam por décadas. Sob essa perspectiva, alcançamos o segundo eixo desta pesquisa.

Sob o recorte temporal do movimento feminista denominado de segunda onda (1970–1990) e terceira onda (1990 ao início dos anos 2000), buscou-se averiguar se a clínica psicanalítica absorveu algo da crítica feminista sobre a teoria freudiana da feminilidade, ou se refutou seus apontamentos, demonstrando um dogmatismo, como uma espécie de purismo de uma “verdadeira psicanálise”.

Considerando o período que nos propusemos a investigar, ou seja, sete décadas de transmissão dessa teoria, apresentamos teóricas feministas que levantaram críticas à teoria freudiana da feminilidade. Luce Irigaray (1977) e Gale Rubin (1975), referências da segunda onda feminista, trouxeram apontamentos que levaram em consideração a opressão da mulher na história da humanidade. O discurso falocrático, associado ao *logos*, passa a ser a medida de todas as coisas, fazendo da diferença sexual uma indiferença em relação a um outro sexo, considerado um não sexo. Assim também, na lógica das trocas que formaram as bases das civilizações, a mulher foi a “mercadoria” agregada e de grande valor. Assim, os homens mantiveram suas relações de trocas a partir delas. Excluídas dessas ações, sem ter o que trocar, as mulheres ficaram impossibilitadas de agir sobre sua destinação. Para ambas as autoras, a teoria psicanalítica contribuiu para a sustentação do sistema de opressão contra a mulher.

Com os pensamentos de Judith Butler (1990) e Jean Laplanche (2015), correspondentes à terceira onda do movimento feminista, a desconstrução de uma ideologia fixa sobre os gêneros, com justificativas atribuídas à biologia apoiada no sexo anatômico, ganham maior visibilidade no fim do século XX e o século XXI. O gênero compreendido como ato performativo fruto de uma construção social e cultural, envolvendo rituais, linguagens, símbolos, convenções, fantasias e representações, foi evidenciado na busca de uma desnaturalização de certas crenças e determinismos. À primariedade do gênero sobre o sexo se acresceu uma interpretação (psicanalítica) de que o sexo é o agente recalcador do gênero, pois, devido à antecipação de uma identidade de gênero dada a partir do órgão sexual, determina-se quem se é.

Portanto, partindo de uma perspectiva histórica e feminista, percebemos que pesquisas sobre a sexualidade humana contribuem para a produção de reflexões críticas

perante os determinismos sobre o sexo e sobre o gênero, que atravessam a construção das subjetividades. Com isso, indo em direção à teoria freudiana da psicosexualidade feminina, quisemos averiguar, adentrando a clínica psicanalítica, a possibilidade de descolonização dessa teoria, incluindo o manejo e a escuta do(a) psicanalista, distinguindo o que seria sua conduta frente a uma matriz freudiana do tempo vitoriano de Freud.

Como nossa fonte documental foi extraída da *Revista Brasileira de Psicanálise*, pertencente à Sociedade Brasileira de Psicanálise, órgão vinculado à IPA (International Psychoanalytical Association), de diretrizes erigidas a partir de Freud (fundador, em 1910), obtivemos uma amostra de produções textuais advindas de psicanalistas com uma formação com prerrogativas mais clássicas. Ou seja, perguntamo-nos: *sob esta condição, a absorção das conflitivas socioculturais sobre a mulher influenciaram na escuta e no manejo clínico? Em território brasileiro a Psicanálise apresentaria essa porosidade às teorias feministas? Correlacionando os períodos das publicações dos artigos às ondas do movimento feminista, a escuta e manejo clínico puderam se tornar mais descentralizados de sua matriz originária e ter maior conexão em relação às críticas feministas?*

Partindo igualmente de um percurso histórico, assim como na parte da pesquisa bibliográfica, apresentamos a chegada da Psicanálise ao Brasil a partir de uma perspectiva institucional. Para a escolha dos artigos e suas análises, o método utilizado foi a Análise do Discurso (AD), de linha francesa. Como a AD propicia uma análise das ideologias presentes na textualização do político, permitindo a compreensão entre a relação do simbólico e as relações de poder, partimos de um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto (a destinação do feminino ao passivo), para alcançar um saber discursivo presente nos enunciados. Na compreensão que essa formação discursiva não é aprendida, mas produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente, alcançamos a teoria freudiana.

Nessa vertente, associou-se a AD a uma racionalidade clínica vinculada à análise da ideologia e da cultura, para que assim se realizasse a análise dos artigos. Perante esse feito, concebemos os critérios de escolha dos artigos, as tabelas e as categorias de análise a partir de três termos e três sentenças que foram criadas. Com isso pudemos articular a formação discursiva presente nos artigos com o referencial teórico apresentado.

Constatamos nessas análises que, em relação ao termo “mulher fálica”, criticado por Manhães (1975; 1977), se apresentou uma posição de convergência com o pensamento feminista da década de 1970–1990. Ao considerar as influências socioculturais na formação das forças libidinais, a psicanalista entendeu que a fase fálica, proposta por Freud, foi a expressão da hegemonia masculina. Portanto, o termo carregava um aspecto pejorativo para uma mulher que não manifestasse um comportamento mais apassivado, culminando assim em uma compreensão de mulher menos feminina e menos atrativa para o casamento. Por mais que esse contexto pareça hoje pouco aplicável, em relação aos períodos que direcionamos essa

pesquisa, esse fato trazia uma importância de grande peso para uma mulher na sociedade. Não que isso esteja extinto na atualidade, mas sem dúvida está mais amenizado.

Sobre o termo “instinto materno”, pudemos considerar que esse dito “instinto natural” se tornou um dispositivo de apassivamento feminino, pois as ações de cuidados com um bebê, ficando sempre a cargo de uma mulher, contribuíram com a permanência de sua opressão e maior passividade. Iara Noto (2001), na escrita de seu artigo, demonstrou como se dá a ocorrência da captura dos pensamentos pelo discurso hegemônico masculino. A falta de crítica da psicanalista sobre a condição da mulher, pelo menos no que diz respeito à história ocidental dos papéis de gênero, promoveu uma espécie de inversão da lógica de opressão. Não obstante, percebemos que em sua argumentação textual o motivo que faz com que o homem não exerça com plenitude sua paternidade e ocupe uma posição mais empática em relação à mulher tem na própria postura da mulher a justificativa para tal fato.

A “mulher clitoridiana”, o terceiro termo do período correspondente à segunda onda feminista, configurou-se a partir das colocações de Vilete (1979), uma escuta muito mais voltada para a questão da regressão da mulher buscando a mãe no marido do que evidenciar as questões sociais envolvidas em sua conflitiva psíquica. Perante esse movimento regressivo, o orgasmo vaginal encontraria todo um campo dificultador para sua ocorrência. Sendo assim, a vida sexual de uma mulher “regredida” teria no orgasmo clitoridiano seu prevacente. O corpo feminino, sendo aquele que serve aos ideais masculinos, deve existir em conformidade a esse discurso e, com isso, o orgasmo clitoridiano tornou-se uma questão de preocupação para as mulheres que se consideravam frígidas ao não conseguirem atingir o “orgasmo vaginal”.

Pudemos demarcar que as categorias “mulher fálica”, “instinto materno” e “mulher clitoridiana” apresentaram uma ampliação da concepção freudiana do feminino destinado ao passivo, evidenciando de que modo essa concepção foi categorizada e aplicada ao pensamento clínico do(a) analista. Vimos que essa concepção, sendo construída com racionalidade nos artigos, justificou marcas culturais elevadas à universalização ao serem retiradas de seus contextos históricos de origem. Nossa análise sobre os termos, portanto, demonstrou que as considerações psíquicas dos conflitos femininos se sobrepuseram às questões sociais. Com essa binaridade de pensamento sobre mundo interno/mundo externo, ficou impedida uma escuta mais abrangente e diversificada da mulher, pois, sem a integração desses dois mundos na escuta clínica do(a) psicanalista, o trabalho de análise pode tornar-se um dispositivo adaptativo. Não se escuta uma mulher sem escutar a história das mulheres, assim como não se escuta qualquer pessoa considerada pertencente às chamadas minorias sem considerar essa condição. Contudo, existiram contradições entre os(s) psicanalistas e com isso discordâncias dos desenvolvimentos freudianos foram demonstradas. Manhães (1975; 1977) foi o destaque nesse sentido.

A partir das sentenças: *Lealdade doutrinária à teoria freudiana da homossexualidade feminina; Feminilidade primária e Feminilidade Originária: uma forma de oposição ao falocentrismo de Freud e Feminismo como ameaça às convenções patriarcais*, correspondentes ao período da terceira onda feminista no Brasil, demonstramos que, dentre os cinco autores(as) psicanalistas, três deles, Bastos (1994), Iencarelli (1996) e Iara Noto (2001), confirmaram adesão aos determinismos de sexo e de gênero do início do século XX. Com isso, a fidelidade à teoria freudiana ainda repercutia no início do século XXI. Lago (1997) e Saad (2002) apresentaram uma aproximação do pensamento feminista; em suas produções textuais considerações sobre a condição de opressão da mulher a partir de uma hegemonia masculina se apresentaram. Percebeu-se que a consideração de uma feminilidade inicial em todas as pessoas, independentemente do sexo, marcava uma oposição ao pensamento de Freud, que partiu de parâmetros masculinos para discorrer sobre o desenvolvimento homossexual infantil.

Concluimos com essa pesquisa que a maioria dos(as) psicanalistas, tanto do primeiro período analisado como do segundo, operaram seus pensamentos — e entendemos com isso, seus manejos e suas escutas clínicas — com total adesão aos preceitos de Freud. No primeiro período de nosso recorte temporal (1970–1990), dos três autores somente Manhães refutou a teoria freudiana, porém manteve suas considerações sobre os gêneros dentro de uma matriz heteronormativa. No segundo período do recorte temporal (1990 ao início dos anos 2000), dos cinco psicanalistas, somente duas (e atentamos para o fato de serem mulheres) se permitiram ampliar as noções sobre a feminilidade da década de 1930, demonstrando abertura às críticas feministas.

A partir dos dados levantados, pudemos ter a dimensão das consequências psíquicas e físicas que podem causar uma teoria que permanece aprisionada em seu tempo de origem. Obviamente, essa teoria foi fruto de um sistema de dominação e opressão da mulher ao longo da história. Submetidos a esse sistema, o discurso masculino, como base para o desenvolvimento de postulados, buscou garantias nas justificativas creditadas à biologia e à natureza dos gêneros. Como nosso foco esteve na mulher e na forma como foi constituída a compreensão sobre o feminino e a feminilidade, entendemos que a teoria freudiana da homossexualidade feminina tornou-se a expressão da opressão, inferiorização e subordinação que a mulher sofreu na história, promovendo uma contínua reiteração dessa condição. Com a teoria freudiana foi acrescida uma dimensão psíquica de apassivamento destinado às mulheres. Como o recorte dessa pesquisa abarcou as mulheres que podiam frequentar os consultórios de psicanálise, temos a consciência de classe envolvida e, portanto, não colocamos a mulher em uma compreensão universal tampouco.

Destacamos que foi por meio da influência feminista, que se infiltrou nos discursos imperantes (masculinos), que essa vinculação entre ativo-fálico-masculino e passivo-

castrado-feminino ficou tensionada e assim gerou — e ainda gera na atualidade — um movimento de desconstrução dessa lógica. Dito isso, torna-se relevante acrescentar que o limite temporal do recorte desta pesquisa não permitiu que adentrássemos no campo do feminismo negro. Como uma vertente do movimento feminista, articulou raça, classe e gênero e avançou na luta contra as opressões vividas pelas mulheres negras, frequentemente ignoradas pelo feminismo hegemônico. Na introdução desta dissertação, apresentou-se Maria Lugones, feminista argentina, que ressalta a questão da colonialidade de poder (Quinjano, 2005) estendendo o tema para a questão de gênero presente nessa forma de opressão. Com a conceituação das mulheres de cor, Lugones (2020) revela a falta de visibilidade no feminismo hegemônico das mulheres duplamente subordinadas (fruto do poder masculino e incluindo o do colonizador). Sem dúvida nomes como Lélia Gonzales e Sueli Carneiro merecem serem enaltecidos no feminismo contemporâneo. Marcamos a importância e o desejo pela continuidade da pesquisa na busca contínua do diálogo entre a Psicanálise e o feminismo, assim como os demais campos do saber.

Juntamente a isso, como em todo ato de criação, estiveram presentes as condições subjetivas que tocam o(a) pesquisador(a), e devido a isso nomeamos de “pesca” de fragmento aquilo que desperta o interesse em destacar e desenvolver, articulando teorias de forma singular na tessitura do texto. Como um artesão, aquele(a) que escreve o faz decompondo em camadas o que se pesquisa e as recoloca de maneira a expressar uma espécie de desenho que contorna sua construção. Como o(a) pesquisador(a) também está atravessado(a) pela ideologia presente na formação do discurso na cultura, as reflexões críticas buscaram embasamento nas produções discursivas de autores(as) que também fundamentaram seus pensamentos de maneira crítica, no esforço de se distanciar e se reaproximar do objeto de análise, possibilitando com isso um encontro intersubjetivo.

Ressaltamos que a análise desses artigos não se propõe a esgotar o tema. Os dados e as análises de uma pesquisa devem permanecer sempre em aberto para que ocorram outras possíveis intervenções, expandindo os limites pessoais de seu pesquisador e sua pesquisadora, incluindo os limites do período histórico em que se deu essa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alfageme, A. (2020). “No es sorprendente que no se conozca la anatomía del clítoris. Es nuestra herencia cultural”. *El País*, 29 fev. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/02/28/eps/1582912339_151609.html. Acesso em: 15 fev. 2026.
- Amorim, P. M. (2023). *A Recusa da Vagina: o feminismo e a feminilidade na psicanálise*. Porto Alegre: Artes & Ecos.
- Andrade, M. M. (2014). A “Cidade das mulheres”: A questão feminina e a *pólis* revisitada In: Funari, P.P. , & Feitosa, L. C. [orgs.]. *Amor, desejo e pode na antiguidade: Relações de gênero e representações do feminino*. São Paulo: Fap-Unifesp.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bonaparte, M. (2022). *Sexualidade Feminina – Contribuições para a Psicanálise*. São Paulo: Zagodoni.
- Bourdieu, P. (2023). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2024). *Quem tem medo do gênero?* – São Paulo: Boitempo.
- Chasseguet-Smirgel, J. (1988). *A Sexualidade Feminina*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Derrida, J. (2001). *Posições*. Belo Horizonte, M.G.; Autêntica Editora.
- Dio Bleichamar, E. (1988). *O feminino espontâneo da histeria*. Porto Alegre do Sul: Artes Médicas.
- Estevão, I. R. (2018). Sobre três eixos da pesquisa em psicanálise: clínica, teoria e extensão. In: Fulgencio L., Birman J., Kupermann D., & Cunha, E. L. (orgs). *Modalidades de Pesquisa em Psicanálise: Métodos e objetivos*. São Paulo: Zagodoni, pp. 69–79.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Feitosa, L. (2012). Masculino e feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: Candido, M. R. [org.] *Mulheres na antiguidade: Novas perspectivas e abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ; Gráfica e Editora-DG ltda.
- Feitosa, L., & Rago, M. (2008). Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênero na antiguidade e na modernidade. *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, pp.101–121.
- Feitosa, L. (2013). Sexualidade romana: Para além dos paradigmas atuais. *Doxa: Revista brasileira de psicologia e educação/Universidade Estadual Paulista, Faculdade de ciências e letras de Araraquara*, v. 17.

- Foucault, M. (2022). *A história da sexualidade* – 1. A Vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra.
- Freud, S. (2011). A dissolução do complexo de Édipo; tradução Paulo Cesar de Sousa. *Obras completas, volume 16 (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). A organização genital infantil; tradução Paulo Cesar de Sousa. *Obras completas, volume 16 (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. *Obras completas, volume 16 (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2018). Análise Terminável e Interminável. *Obras completas, volume 19 (1937-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2018). Compêndio de Psicanálise (1940 [1938]). *Obras completas, volume 19 (1937-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). Novas conferências introdutórias à Psicanálise (1933) – 33. A feminilidade. *Obras completas, volume (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). O problema econômico do masoquismo. In: *Obras completas, volume 16 (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2013). Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (Contribuições à psicologia do amor II). *Obras completas, volume 9 (1909-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). Sobre a sexualidade feminina. *Obras completas, volume (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2015). Sobre as teorias sexuais infantis. *Obras completas, volume 8 (1906-1909)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Obras completas, volume 6 (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Galvão, L. A. P. (1976). Pré-história e História da Revista Brasileira de Psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 10.
- Garcia, C. C. (2015). *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade.
- Harding, S. (2019). Instabilidades das categorias analíticas na teoria feminista. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp.95–118.
- Haudenschild, T. R. L. (2015). Modernismo, mulher e psicanálise. Adelheid Koch, Virgínia Bicudo, Lygia Amaral e Judith Andreucci: pioneiras da psicanálise em São Paulo. *PePsic: Periódicos de Psicologia – Ide*, v. 38, n. 60, São Paulo, jul./dez.
- Helsing, N. M. (2021). A cultura da melancolia de gênero ante o tabu da homossexualidade: o Édipo e suas identificações, 100 anos depois. *Caderno de Psicanálise (CPRJ), Rio de Janeiro*, v. 43 n. 45, pp. 87–113, jul./dez.
- Horney, K. (1991). *Psicologia Feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Irigaray, L. (2017). *Este sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher*. Edição brasileira: Editora Senac – São Paulo.
- Kushnir, B. (2025). O colaboracionismo do Grupo Folha da Manhã à ditadura civil-militar e seu braço executor: a Folha da Tarde. *BoiTempo*, 18 abr. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/04/18/o-colaboracionismo-do-grupo-folha-da-manha-a-ditadura-civil-militar-e-seu-braco-executor-a-folha-da-tarde/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- Lago, M. S. (2012). A Psicanálise nas Ondas dos Feminismos. *Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*.
- Laplanche, J. (2015). *Sexual*. Porto Alegre: Dublinense.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lessa, F. S. (2010). *Mulheres de Atenas: Melissa – do gineceu à agora*. Rio de Janeiro: Mauad X
- Lima, R. A. A Psicanálise na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): história, clínica e política. 2021. USP Tese (Doutorado) 666f.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e Gênero. In: Hollanda, H. B. de [org.]. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp.53–83.
- Maia, B. S. R. , & Melo, V. D. S. (2020). A Colonialidade do poder e suas subjetividades. *Teoria e Cultura – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF.*, v. 15, n.2 pp.231–242.
- Melo, J. D. (2021). 17 de maio 1990: a homossexualidade é retirada da lista internacional das doenças pela OMS. Fenajufe, 17 mai. Disponível em: <https://www.fenajufe.org.br/noticias-da-fenajufe/17-de-maio-1990-oms-exclui-a-homossexualidade-da-lista-internacional-das-doencas/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- Nogueira, A. A. (2005). As Folhas de Nabantino Ramos (1945-1962). *Revista PJ:Br, Jornalismo brasileiro*, ed. 5, 1º sem. Disponível em: https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/documento5_b.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp.15–23.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar
- Ribeiro, M. F. R.; Flores, D. B., & Ramos, J. F. S. (2022). A pesca do fragmento intersubjetivo na pesquisa psicanalítica. *Pesquisas acadêmicas em psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas*. Capítulo 2. São Carlos: Pedro e João Editores, pp.29–50.
- Rosa, C. T. (2024). *As Pioneiras da Psicanálise – história e feminilidade*. Porto Alegre: Artes & Ecos.

- Rubin, A. L. (2023). Colocando a juventude nos trilhos: uma psicanálise para adolescentes durante a ditadura civil-militar brasileira. In: Tarelow, G. Q., & Campos, P. F. [orgs.]. *Mentes, corpos e comportamentos: novos olhares sobre a história da psiquiatria*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- Rubin, G. (2017). Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora.
- Ruy, J. C. (2013). A Folha de S. Paulo vira de vez à direita. *Vermelho*, 24 out. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2013/10/24/a-folha-de-s-paulo-vira-de-vez-a-direita/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- Saffioti, H. I. B. (1984). Patriarcado-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de “A Ideologia Alemã”. *LavraPalavra* (UNESP), 12 fev. 2016.
- Saffioti, H. (2019). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp.139–161.
- Salas, O. (1990). *A feminilidade – uma revisão da fase fálica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp.49–80.
- Schmitz, E. D. (2021). Uma breve história da histeria: da antiguidade até os tempos atuais. In: *Revista Mosaico*, v. 14, pp. 227-238.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (2026). *Corpo docente. Marta Mega de Andrade*. Disponível em: <https://ppghis.historia.ufrj.br/docente/marta-mega-de-andrade/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FONTES PRIMÁRIAS

- Bastos, L. A. M. (1994). A psicanálise é (virou) coisa de mulher? *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 28, n. 2, pp.261–278.
- Iencarelli Filho, J. (1996). Sexualidade normal hoje. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 30, n. 4, pp.949–954.
- Lago, P. F. (1997). Considerações críticas sobre aspectos da concepção feminina da feminilidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 21, n. 3, pp.717–732.
- Manhães, M. P. (1977). Frustração oral e falicidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 11, pp.275–297.
- Manhães, M. P. (1975). Psicologia da Mulher. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 9, pp.424–441.
- Nigri, I. J. (1981). A inveja do pênis. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 15, pp.207–223.
- Nigri, I. J. (1981). Regressão na mulher. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 15, pp.103–111.
- Noto, I. S. S. (2001). Mater certa, Pater incertus. Sobre a possibilidade de exercer a função paterna. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 35, n. 2, pp.317–333.
- Saad, A. A. C. (2002). Um olhar sobre a feminilidade: feminino-singular; o primeiro sexo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 36, n. 3, pp.603–629.
- Vilete, E. P. (1979). O sono da branca de neve. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 13, pp.81–89.